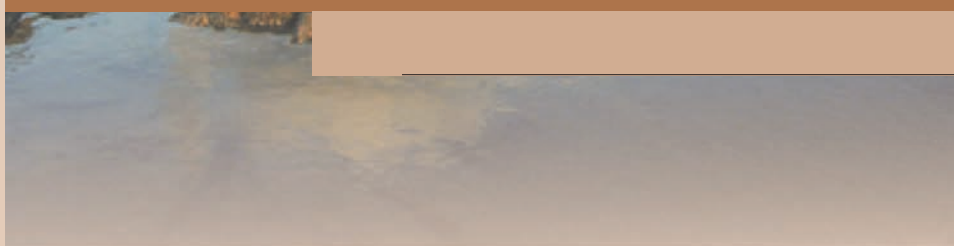




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Estatísticas do Ambiente 2011



Edição 2012



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Ambiente

2011

Edição 2012

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2011

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 64

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5276

ISBN 978-989-25-0154-3

Periodicidade Anual

Atualizado em 07-01-2013:

Substituição do Quadro 6.3 na página 112

Atualizado em 15-05-2013:

Substituição do Quadro 2.2 na página 60, dos Quadros 6.2 e 6.4 na página 112, dos Quadros 6.5 e 6.6 na página 113, dos Quadros 6.7, 6.8 e 6.9 na páginas 114 e do Quadro 6.10 na página 115.

Atualizado em 25-11-2013:

Substituição do Quadro 9.4 na página 144 e dos Quadros 11.1 e 11.2 na página 168.



808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

INTRODUÇÃO

A publicação Estatísticas do Ambiente, na sua edição de 2012, segue a linha editorial e a estrutura do ano anterior e apresenta uma análise detalhada do setor do ambiente privilegiando-se a divulgação da informação através de quadros com indicadores síntese, figuras e mapas, alguns dos quais com acesso direto à base de dados do Portal de Estatísticas Oficiais.

O Instituto Nacional de Estatística ([INE](#)) tem vindo a reforçar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, com o objetivo de reduzir a carga sobre os respondentes e os custos de produção. Contudo, o acesso a tais dados não está isento de dificuldades pelo que, nesta publicação, não é possível apresentar, pelo segundo ano consecutivo, informação atualizada relativa ao Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, nas suas componentes física e económica. Regista-se igualmente a ausência de informação relativa à qualidade das águas balneares e ao índice das aves comuns. Em contrapartida, a edição de 2012 inclui pela primeira vez, um quadro síntese com informação relativa aos eixos e operações financiadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2011), orientadas para a proteção do ambiente.

A informação estatística divulgada nesta publicação não esgota o vasto conjunto de dados existentes. O INE pode disponibilizá-la com uma maior desagregação geográfica, bem como informação adicional a ser fornecida sob pedido específico, com proteção da confidencialidade estatística, em condições e suportes a acordar.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que contribuíram para a elaboração da presente publicação, em especial à Agência Portuguesa do Ambiente ([APA](#)), à Autoridade Nacional de Proteção Civil ([ANPC](#)), à Direção-Geral do Orçamento ([DGO](#)), à Direção-Geral de Energia e Geologia ([DGEG](#)), à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, à Direção Regional de Estatística da Madeira ([DREM](#)), à Direção Regional do Orçamento e Contabilidade, às empresas, às entidades detentoras de Corpos de Bombeiros e outras entidades inquiridas, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ([ERSAR](#)), ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ([ICNF](#)), ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional, I.P. ([IFDR](#)), ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera ([IPMA](#)), aos Municípios, ao Serviço Regional de Estatísticas dos Açores ([SREA](#)), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente ([SEPNA](#)) e a todos os utilizadores que participaram na reformulação desta publicação, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e comentários ao conteúdo desta publicação, com o objetivo de enriquecer as futuras edições.

Dezembro de 2012

INTRODUCTION

The 2012 edition of Environment Statistics, with a similar outline and structure of the previous year, presents a detailed analysis of environment and economic activities favoring the dissemination of information through summary tables with indicators, figures and maps, some of which have direct access to the database of website of Statistics Portugal.

Throughout this process, the (INE) aims at increasing the use of administrative sources whenever possible, in order to reduce costs and the burden on respondents. Nevertheless, the access to such data faces some problems and constraints, therefore it is not possible to provide updated data, for the second year running, from the Inventory on Public Systems for Water Supply and Wastewater Management, in both economic and physical terms. There is also a lack of information concerning the quality of bathing water and the index of common birds. In contrast, the 2012 edition includes for the first time, a framework reporting information on axes and operations funded under the National Strategic Reference Framework (2007-2011) that were framed within broader actions aimed at the environment protection.

Environment statistics covers a wide range of thematic areas and it is not yet possible to include in this edition figures for some emerging topics related to environment impacts on our daily life and choices. However Statistics Portugal is able to provide some of the contents at a more detailed geographical level, within customized user needs and whenever the statistical confidentiality is not applicable.

Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions about the contents of this publication in order to identify opportunities for quality improvement in future editions.

December 2012

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
EXECUTIVE SUMMARY	8
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	11

POPULAÇÃO E ATIVIDADES
HUMANAS COM IMPACTO
NO AMBIENTE - pág. 17



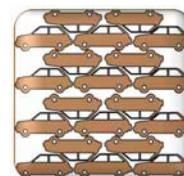
EMPRESAS COM ATIVIDADES DE
GESTÃO E PROTEÇÃO DO
AMBIENTE - pág. 125



AR E CLIMA - pág. 45



SETOR DE BENS E SERVIÇOS
DE AMBIENTE - pág. 139



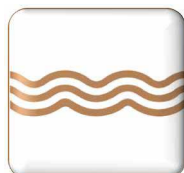
ÁGUAS RESIDUAIS - pág. 71



ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO
NA ÁREA DO AMBIENTE - pág. 147



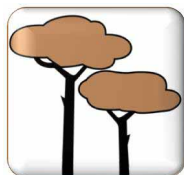
SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
E SUPERFICIAIS - pág. 75



EMPREGO AMBIENTAL - pág. 161



BIODIVERSIDADE E PAISAGEM -
pág. 87



IMPOSTOS E TAXAS AMBIENTAIS -
pág. 175



RESÍDUOS - pág. 103



METODOLOGIAS, CONCEITOS
E NOMENCLATURAS - pág. 197



OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE
- pág. 119



ANEXOS - pág. 221



SUMÁRIO EXECUTIVO

A publicação “Estatísticas do Ambiente” divulga um vasto conjunto de informação organizada em 14 capítulos, com textos de análise económica, financeira e física bem como quadros estatísticos.

Como principais resultados salientam-se:

ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

Em 2011, o consumo privado das famílias residentes em Portugal registou um decréscimo de 3,8% em volume, para o que contribuiu o decréscimo de 18,5% registado na aquisição de bens duradouros, em particular na aquisição de automóveis (-24,9%).

Portugal representava 3% das explorações agrícolas, em 2010, e 2% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) registadas a nível da UE27, que contava com 12 milhões de explorações agrícolas que exploravam uma de 171,6 milhões de hectares.

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal rondou as 14 mil toneladas em 2011, mantendo-se estável desde 2009, ano em que o volume de vendas diminuiu 18%.

O Balanço do Azoto em 2010 resultou num excesso de 43 mil toneladas, expresso em nutriente azoto, o que equivale a um excedente de 12 kg por hectare de SAU.

A Entrada Direta de Materiais totalizou 197 milhões de toneladas em 2011, o quantitativo mais baixo desde 2003 e o segundo pior desde 1997.

Em 2011, os minerais não metálicos representavam 70% do consumo de materiais, seguindo-se a biomassa e os produtos de biomassa, com cerca de 18%.

Em 2011, o consumo de energia primária em Portugal foi de 22 237 ktep, tendo decrescido de forma gradual, cerca de 12% entre 2007 e 2011.

O consumo de energia final situou-se nos 17 mil ktep em 2011, menos 5% face a 2010 e menos 11% face a 2007.

O consumo final de eletricidade representou, em 2011, cerca de 25% do consumo final de energia, equivalente a 4 216 ktep.

Entre 2006 e 2011, verificou-se um aumento de 20% na eficiência energética da economia, para o que foi essencial a redução de 12% do consumo final de energia. Deste modo, para produzir a mesma riqueza, Portugal consome atualmente menos energia.

A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo de energia primária foi de 22% em 2011, com um decréscimo de 3% face a 2010.

AR E CLIMA

Em 2010, as emissões de gases de efeito estufa sem *Land Use, Land-Use Change and Forestry* (LULUCF) foi de cerca de 69 360 kton de CO₂eq, e com LULUCF foi de 59 480 kton de CO₂eq, o que resulta de um sequestro líquido de 9 880 kton de CO₂eq por parte do setor LULUCF.

Em 2010, cerca de 70% das emissões ocorridas tiveram origem no setor “energia”, no qual se destacam os “transportes” como os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito de estufa, representando 27% do total das emissões.

Em 2010, Portugal registava uma intensidade carbónica de 411 t CO₂eq./10⁶, a preços correntes de 2006.

Em 2010, registava-se uma emissão de 6,5 t CO₂eq por pessoa.

A aplicação do regime “Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)”, levou à atribuição anual de licenças de emissão no período de 2008-2012, no valor de 30,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

Em Portugal, no período de 2007 a 2011, o Índice de Qualidade do Ar situou-se predominantemente na classe “Bom”.

Em 2011, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” quase que duplicou face ao ano anterior, ascendendo a 11 milhões de euros.

SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Portugal continental apresenta grande parte do território ocupado por “florestas e meios naturais e seminaturais” (cerca de 54,3%).

Em 2011 estavam constituídas 157 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que abrangiam uma superfície florestal com 801 mil hectares.

O peso da área florestal abrangida por ZIF na Área Florestal Nacional aumentou cerca de 12 p.p., entre 2007 e 2011, passando de um peso de 0,7% em 2007 para 12,5 % em 2011.

No período de 1960/1990, as áreas suscetíveis à desertificação ocupavam 1/3 da área geográfica de Portugal Continental, sendo que em 2000/2010 essa área quase que duplicou.

Em 2011, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” decresceu 19%, fixando-se em 106 milhões de euros.

BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

Em 2011 deflagraram 25 221 incêndios florestais (responsáveis pela perda de 74 560 hectares) dos quais 73% eram matos.

Entre 2007 e 2011, apenas 40 dos 278 municípios do Continente não foram atingidos por fogos florestais.

Em 2011, os 312 incêndios ocorridos em áreas protegidas consumiram 8 095 hectares, menos 10 331 hectares do que em 2010.

As áreas protegidas que tiveram maior percentagem de área ardida acumulada do seu território foram os Parques Naturais do Alvão (30%) e da Peneda-Gerês (24%).

Em 2011, a despesa das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem” decresceu 9%, tendo ficado abaixo da média do quinquénio 2007-2011.

RESÍDUOS

Em 2011, cada habitante gerou, em média, cerca de 486 kg de resíduos urbanos, dos quais cerca de 73 kg foram separados/triados para valorização multimaterial e/ou orgânica.

A quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente fixou-se em 777 mil toneladas, o que corresponde a cerca de 15% do total de resíduos urbanos recolhidos.

No período de 2007 a 2011, a quantidade global de resíduos de fluxos específicos valorizados foi de 6,5 milhões de toneladas, o que corresponde a uma média de 1,3 milhões de toneladas de resíduos recuperados por ano.

Em 2011, o total de resíduos exportados destinados a operações de valorização e eliminação ascenderam a 62 mil toneladas, correspondente a um acréscimo de 13%, face à quantidade registada no ano anterior, que se fixou em 56 mil toneladas.

O montante despendido no domínio “Gestão de resíduos” ascendeu a 548 milhões de euros.

EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2011, a agenda económica e ambiental das empresas relativa aos processos produtivos promoveu um investimento de 155 milhões de euros (menos 9 milhões de euros face a 2010) e registou um resultado financeiro negativo da ordem dos 102 milhões de euros, ainda assim inferior em 28 milhões de euros, face ao exercício de 2010.

As empresas de maior dimensão (tendo por base o número de pessoas ao serviço) são as que revelaram maior responsabilidade ambiental. Em 2011 todas as empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental.

Apenas 10% das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas”(100%), “Indústrias de material de transporte” (26%), “Indústrias químicas e farmacêuticas” e “Indústrias de equipamento informático e elétrico”, estas últimas com 17% do total do setor.

SETOR DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

O volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente atingiu 5,4 mil milhões de euros no exercício fiscal de 2011, mais 4% do que o valor faturado no ano precedente.

O grupo “Gestão da poluição” gerou um volume de negócios de 2,9 mil milhões de euros.

ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

As atividades desenvolvidas pelas ONGA mais que triplicaram em 2011, face ao ano transato, atingindo as 39 560 ações.

O investimento realizado em 2011 mais que duplicou face a 2010, atingindo os 5 milhões de euros, e foi maioritariamente aplicado em terrenos e edifícios e outras construções.

A participação dos Corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais diminuiu 37%, contabilizando-se 10 619 ocorrências.

De 2007 a 2011, o número total de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) caiu 56%, sendo que a área de intervenção que registou a maior quebra foi o “patrulhamento de prevenção de fogos florestais” (-65%) seguindo-se as “ações de sensibilização ambiental” (-24%).

EMPREGO AMBIENTAL

Em 2011, as empresas das indústrias extrativas, transformadoras, de eletricidade e gás e de captação, tratamento e distribuição de água empregavam 11 964 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental.

O número de indivíduos ao serviço das ONGA era de 1 896, predominantemente homens (64% do total).

O efetivo dos Corpos de bombeiros aumentou ligeiramente em 2011 (+1%), fixando-se o quadro de pessoal (comando e ativo) em 30 530 indivíduos.

SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA

Em 2011, o valor dos impostos com relevância ambiental fixou-se em 5,55 mil milhões de euros, o que corresponde a uma quebra da ordem dos 265 milhões de euros face a 2010.

Em Portugal, o peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais é muito superior à média europeia (8,1% face a 6,2%).

Em 2010, o valor das taxas com relevância ambiental atingiu 676 milhões de euros (0,4% do PIB), representando um decréscimo de 10,2% face a 2009.

No final de 2011, estavam aprovados, pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2011), projetos no valor de 1,9 milhões de euros, orientados para a proteção do ambiente, para financiamento de operações em matéria de energia, abastecimento de água, gestão de resíduos urbanos, prevenção de riscos, etc. Em 2011, a taxa de execução foi de 28%, correspondente a cerca de 560 milhões de euros.

EXECUTIVE SUMMARY

“Environment Statistics” edition covers a wide range of themes organized into 14 chapters, including statistical tables, economic and financial analysis and physical data.

The overall results are the following:

HUMAN ACTIVITIES WITH IMPACT ON THE ENVIRONMENT

In 2011, private consumption of households in Portugal fell by 3.8% in volume, mainly due to the decrease of 18.5% in the purchase of durable goods, particularly cars (-24,9%).

In 2010, the EU27 had 12 million holdings exploring an utilized agricultural area (UAA) of 171.6 million hectares. Portugal accounted for 3% of these farms and 2% of the UAA.

The sales of pesticides and related products in Portugal reached 14 thousand tons in 2011. After Turnover declined 18% in 2009, but remained at similar levels since then.

Nitrogen Balance in 2010 resulted in an excess of 43 000 tons expressed in nutrient nitrogen, which correspond to a surplus of 12 kg N per hectare of UAA.

The Direct Materials Input plunged 197 million tons in 2011, the lowest since 2003 and the second worse since 1997.

In 2010, the non-metallic minerals accounted for 70% of material consumption followed by biomass and biomass products, around 18%.

In 2011, primary energy consumption in Portugal reached 22 237 ktep, decreasing 12% yearly between 2007 and 2011.

The final energy consumption stood at 17 000 ktep in 2011, less than 5% compared to 2010 and 11% less vis-à-vis to 2007.

The final electricity consumption represented in 2011 approximately 25% of final energy consumption, equivalent to 4216 ktep.

Between 2006 and 2011, there was a 20% increase in energy efficiency of the economy, due to the reduction of 12% of final energy consumption. Nowadays, Portugal is consuming less energy to produce the same GDP unit than in 2006.

The contribution of renewable energy sources to primary energy consumption was 22% in 2011, a decrease of 3% compared to 2010.

AIR AND CLIMATE

In 2010, emissions of greenhouse gases without LULUCF was about 69 360 kton of CO₂eq and including LULUCF was 59 480 kton of CO₂eq, which results in a net abstraction of 9 880 kton of CO₂eq by the LULUCF sector.

In 2010, 70% of emissions were caused by “energy” sector, from which “transportation” generates the major part of greenhouse gases, accounting for 27% of total emissions.

In 2010, Portugal recorded a carbon intensity of 411 t of CO₂eq./10⁶ GDP at current prices of 2006.

In 2010, an emission of 6.5 t of CO₂eq. per person was recorded.

The application of the European greenhouse gas emission allowance trading (EU GhGEAT), in the period 2008-2012 led to the annual allocation of permits for emission reaching 30.5 million tonnes of CO₂ equivalent.

In Portugal, the IQAr rate of “Good” was the most predominant classification observed from 2007 up to 2011.

In 2011, general Government expenditure with the “Protection of air quality and climate” has almost doubled over the previous year, amounting to 11 million euros.

SOILS, SURFACE AND GROUNDWATER BODIES

Mainland territory in Portugal is mostly occupied with “forests and natural and semi natural landscapes” (54.3%).

In 2011 157 Forest Intervention Areas (ZIF) were created covering an area of 801 000 hectares.

The ZIF area as a percentage of national forests area increased by 12 p.p. between 2007 and 2011, weighting 0.7% (2007) up to 12.5% of national forest area in 2011.

In the period 1960/1990, areas in risk of desertification cover nearly one third of Portuguese Mainland territory, and in 2000/2010 those areas almost doubled.

In 2011, general Government expenditure with the “protection and recovery of soil, ground and surface water bodies” fell by 19%, standing at 106 million euros.

BIODIVERSITY AND LANDSCAPE

In 2011, 25 221 forest fires have sparked which caused a loss of 74,560 hectares of arboreal areas where 73% were bushes.

In the period 2007-2011, only 40 of the 278 municipalities of the Mainland have not been hit by forest fires.

The 312 fires recorded in 2011 in protected areas, consumed 8 thousand hectares of natural landscapes, however less 10 thousand hectares than in 2010.

The Natural Parks of Alvão (30%) and of Peneda-Gerês (24%), were the protected areas in 2011 with highest percentages of accumulated area of their territory destroyed by fires.

In 2011, general Government expenditure on “Protection of biodiversity and landscape” decreased by 9%, standing below the average for the period 2007-2011.

WASTE

In 2011, each inhabitant generated around 486 kg of municipal waste, of which near 73 kg, were sorted out for multimaterial recycling and / or organic recovery.

In 2011, the amount of municipal waste selectively collected, accounted 777 000 tons which corresponds to 15% of total municipal waste collected.

In the period 2007-2011, the total quantity of specific waste streams, reached 6.5 million tons which correspond to an annual average of 1.3 million tons of waste recovered.

In 2011, total exports of waste for disposal and recovery operations reached 62 thousand tons, a slight increase of 7 000 tons (+13%) when compared with previous year exports that amounted 56 thousand tons.

In 2011, the public expenditure on “waste management” summed up to 548 million euros.

BUSINESS ACTIVITIES WITH MANAGEMENT AND PROTECTION OF ENVIRONMENT

In 2011, the corporations and businesses environmental policy fostered an investment of 155 million euros (less 9 million euros when comparing to 2010) and a financial loss of around 102 million euros, around 28 million euros less than in 2010.

The largest companies (measured by employees) are facing environmental responsibility as a core policy issue. In 2011 all companies with 1000 or more employees have adopted environmental protection measures.

In 2011, only 10% of companies had environmental certifications, especially “Oil Industry” (100%), “Manufacture of transport equipment” (26%), “Chemical and Pharmaceutical Industries” and “Manufacturing of electrical and computer equipment”, both with 17% of the total sector.

SECTOR OF GOODS AND SERVICES ENVIRONMENT

The turnover of the entities producing environmental goods and services reached the level of 5.4 billion euros in 2011, 4% more when compared to 5.2 billion euros billed in the previous year.

The group "Management of pollution" generated in 2011 a turnover of 2.9 billion euros.

ORGANIZATIONS ACTIONS IN THE FIELD OF ENVIRONMENT

The activities carried out by environmental NGO more than tripled in 2011 (+247%) comparing with previous year and summed up 39 560 initiatives.

The investment made in 2011 (more than doubled compared to 2010), accounted for a total of 5 million euros for acquiring land, buildings and other constructions

In 2011, the participation of fire departments in fighting fires in forest stands decreased by 37%, accounting for 10 619 occurrences.

From 2007 up to 2011 the total number of activities of SEPNA fell by 56%, and the target area that recorded the largest drop was "patrolling to prevent forest fires" (-65%) followed by "awareness and information on environmental issues" (-24%).

WORK ENVIRONMENT

In 2011, the companies of the extractive industries, manufacturing, electricity and gas and abstraction, treatment and distribution of water employed 11 964 individuals dedicated to environmental protection activities.

In 2011 the number of staff employed by NGOs was 1896, from which more than 64% were men.

The firefighting departments personnel increased slightly (+1%) in 2011 and totaled 30 530 individuals.

ECONOMIC AND FINANCIAL SUMMARY

In 2011, the value of environmentally relevant taxes stood at 5,550 million euros, which represents a decrease of around 265 million euros, compared to 2010 revenue.

In Portugal the weight of environmentally relevant taxes in total tax revenues and social contributions is much higher than the european average, 8.1% versus 6.2%.

In 2010, environmentally relevant fees totaled 676 million euros (0.4% of GDP), a decrease of 10.2% over 2009.

In late 2011, the National Strategic Reference Framework (NSRF 2007-2011) approved 1.9 million euros targeted for environmental protection, to finance operations in energy, water supply, municipal waste management, risk prevention, etc.. In 2011 the implementation rate was 28%, totaling 560 million euros.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
Po	Valor provisório
Rv	Valor revisto
X	Dado não disponível
//	Não aplicável
ø	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

<u>ANPC</u>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AP	Áreas Protegidas
<u>APA</u>	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administrações de Região Hidrográfica
CAE - Rev. 3	Classificação das Atividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
CH ₄	Metano
CIRVER	Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos
CITES	Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CN	Cabeça Normal
°C	Graus Celsius
CO ₂	Dióxido de Carbono
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
COVNM	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos
DMC	Consumo Interno de Materiais
DMI	Entrada Direta de Materiais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Vetinária
<u>DGEG</u>	Direção Geral de Energia e Geologia
<u>DRA</u>	Direção Regional do Ambiente
<u>DRACA</u>	Direção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura
<u>DRADR</u>	Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<u>DREM</u>	Direção Regional de Estatísticas da Madeira

<u>DGADR</u>	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<u>DRF</u>	Direção Regional de Florestas
EMAS	Sistema Comunitário de Auditoria e Ecogestão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
EPS	Escalões de Pessoal ao Serviço
eq.	Equivalente
ERA	Embalagens e Resíduos de Embalagens
<u>ERSAR</u>	Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos
EUR	Euros
EUROSTAT	Statistical office of the European Union
EVN	Escalão de Volume de Negócios
Expl.	Explorações agrícolas
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FPC	Fundo Português do Carbono
FSE	Fundo Social Europeu
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases de Efeito de Estufa
<u>GPP</u>	Gabinete de Planeamento e Políticas
ha	Hectare
hab	Habitante
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IES	Informação Empresarial Simplificada
<u>IFAP</u>	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.
<u>IPMA</u>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
<u>INE</u>	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento e Água e de Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
kt	Quilotonelada
ktep	Quilotonelada equivalente de petróleo
l	Litro
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>
m ³	Metro cúbico

MAA	Medidas Agro-Ambientais
mm	Milímetros
MRRI	Mapas de Registo de Resíduos Industriais
MW	Mega Watt
N	Azoto
N ₂ O	Óxido Nitroso
NH ₃	Amónia
NOx	Óxidos de azoto
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O ₃	Ozono troposférico
ONGA	Organizações Não-Governamentais de Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Posto de Cloragem
PDRu Açores	Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2000-2006)
PDRu Madeira	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2000-2006)
PIB	Produto Interno Bruto
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2007-2013)
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2007-2013)
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
RIP	Resíduos Industriais Perigosos
RFCN	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RURIS	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2000-2006)
s.a.	Substância ativa
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SERIEE	Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos

SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SO _x	Óxido de Enxofre
SREA	Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
<u>SRA</u>	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira
<u>SRAF</u>	Secretaria Regional da Agricultura e Floresta
<u>SRAM</u>	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores
t	Tonelada
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TOPF	Potencial de Formação do Ozono Troposférico
UE	União Europeia
µg/m ³	Micrograma por metro cúbico de ar
VVN	Volume de Negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.



**População e
atividades
humanas
com impacto
no ambiente**

1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

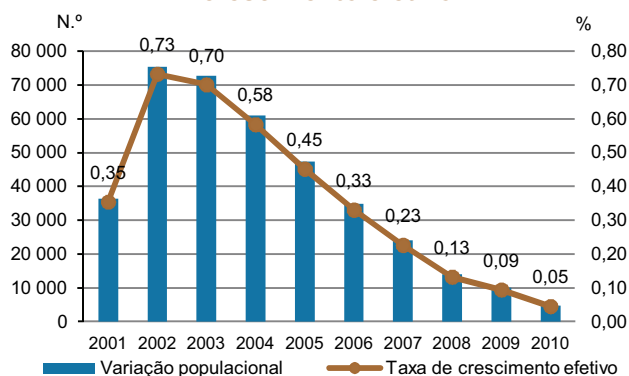
- O impacto ambiental define-se como o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência), resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar (Decreto-lei nº 69/2000 de 3 de Maio).
- Todas as atividades humanas geram impactos ambientais em maior ou menor escala, nomeadamente as atividades relacionadas com a energia, as indústrias, a agricultura e os transportes.
- Neste capítulo, são apresentados diversos indicadores que permitem perceber a evolução, ao longo dos últimos anos, do ritmo de crescimento da população residente, dos respetivos níveis de consumo e do comportamento de algumas das principais atividades com impacto ambiental: a agricultura, a produção industrial, a produção e o consumo de energia.
- Esta abordagem permite avaliar o sentido da evolução da pressão exercida pelas atividades humanas sobre o ambiente e contribui para a definição de estratégias de prevenção relativamente aos impactos negativos que geram.
- Salienta-se que a série de dados relativos à população apresentada neste capítulo ainda não incorpora a revisão da série das estimativas da população residente com base nos Censos 2011, informação que só estará disponível em 2013.



1.1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

1.1.1 - População

Figura 1.1 - Variação populacional e taxa de crescimento efetivo

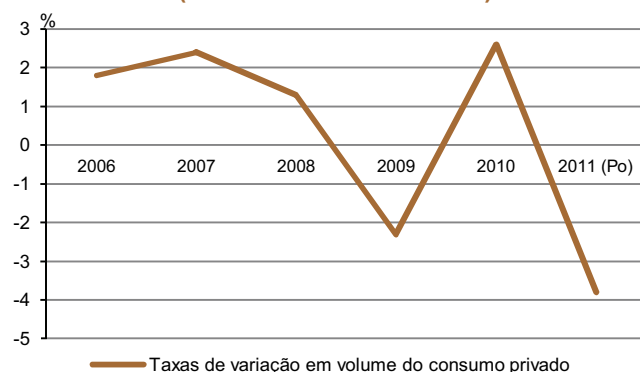


Fonte: INE, I. P.

O ritmo de crescimento anual da população residente sofreu uma desaceleração acentuada entre 2005 e 2008. Em 2010, a população residente estimada era de 10 637 milhares de indivíduos, o que representa uma variação populacional negativa de cerca de 700 indivíduos, face a 2009.

1.1.2 – Consumo privado

Figura 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência=2006)



Fonte: INE, I. P.

A taxa de variação em volume do consumo privado das famílias residentes apresentou, no período em análise, um comportamento coincidente com o início da crise económica mundial em 2008. Em 2011, o consumo privado das famílias residentes em Portugal registou um decréscimo de 3,8% em volume, para o que contribuiu o decréscimo de 18,5% registado na aquisição de bens duradouros, em particular na aquisição de automóveis (-24,9%). Esta variação surge como consequência do aumento que se verificou na aquisição destes bens duradouros em 2010 (+28%), por antecipação à implementação anunciada de um conjunto de medidas penalizadoras como o aumento da taxa normal do IVA e a redução substancial do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida.

Em relação aos bens não duradouros, em 2011, o consumo privado das famílias registou também um decréscimo na ordem dos 2,1%.

1.1.3. Atividade agrícola

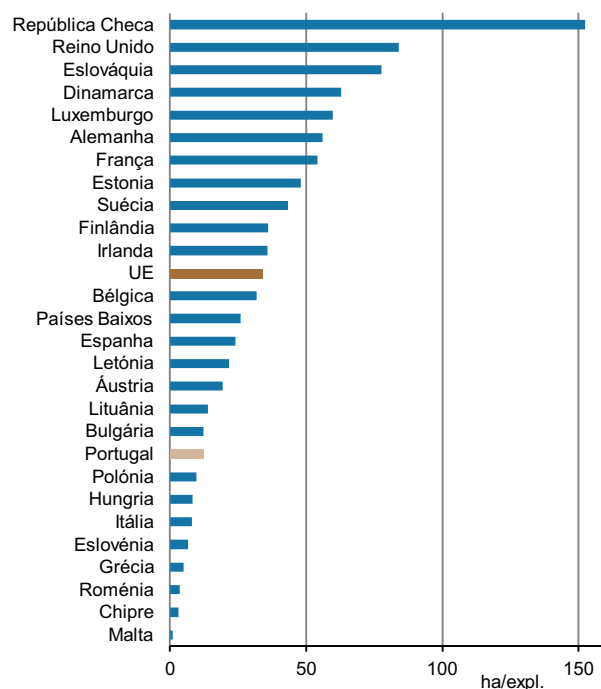
1.1.3.1 - Atividade agrícola na UE27

Em 2010, a UE27 contava com 12 milhões de [explorações agrícolas](#) que exploravam uma [Superfície Agrícola Utilizada](#) (SAU) de 171,6 milhões de hectares. Portugal representava 3% dessas explorações e 2% da SAU.

Com base nos dados dos Recenseamentos da Agricultura realizados nos Estados Membros em 2010 e em 2009 no caso de Portugal, apresenta-se uma análise estrutural da atividade agrícola na UE27, posicionando Portugal face aos restantes Estados Membros.

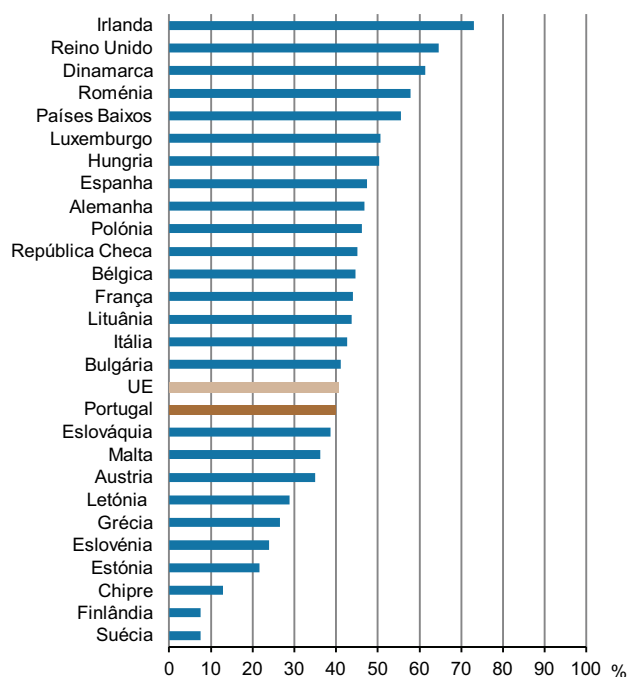


Figura 1.3 - Dimensão média das explorações agrícolas (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.4 - Importância da SAU na superfície territorial (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

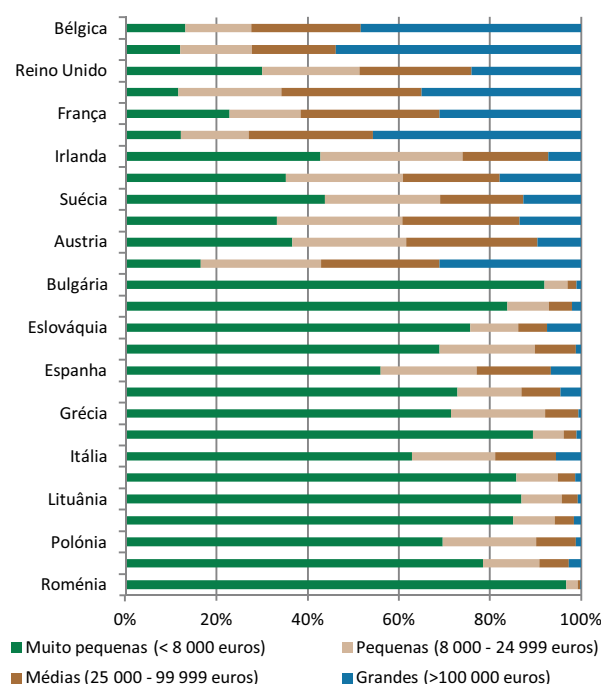
A dimensão média das explorações agrícolas na UE27 situa-se nos 34 ha/exploração, enquanto em Portugal este indicador não ultrapassa os 12 ha/exploração, muito abaixo da média comunitária, mas ainda assim acima de outros Estados Membros do sul da Europa, como é o caso da Itália (8 ha/exploração) e da Grécia (5 ha/exploração), embora consideravelmente abaixo da Espanha (25 ha/exploração). A República Checa é o Estado Membro que lidera o ranking da dimensão média das explorações agrícolas da UE27 com 154 ha/exploração, o que se justifica pela privatização das antigas cooperativas de grandes dimensões e das explorações estatais.

Relativamente ao peso da SAU na superfície territorial dos Estados Membros da UE27, verifica-se que sete destes têm mais de metade do seu território dedicado à atividade agrícola, sendo a Irlanda o país que lidera este indicador com 73%. Já Portugal está alinhado com a média da UE27, com 40% do território dedicado à agricultura. Países como a Finlândia e a Suécia, com vastas áreas de florestas, apresentam apenas 8% e 7% dos seus territórios dedicados a esta atividade.

Em mais de metade dos Estados Membros da UE27 predominam as explorações de muito pequena dimensão económica, sendo na sua maioria países do sul e do leste da Europa, onde predominam explorações de pequena dimensão física. Portugal faz parte deste grupo, com 92% das explorações classificadas nas dimensões económicas “muito pequena” e “pequena” e com apenas 3% de explorações de grande dimensão.

Países como a Dinamarca, Reino Unido, França, Alemanha e República Checa, têm uma distribuição uniforme das explorações agrícolas pelas diferentes classes de dimensão económica, enquanto nos Países Baixos 54% das explorações são de grande dimensão económica. Este Estado Membro, apesar de ter explorações com dimensão física abaixo da média comunitária, pratica uma agricultura altamente intensiva.

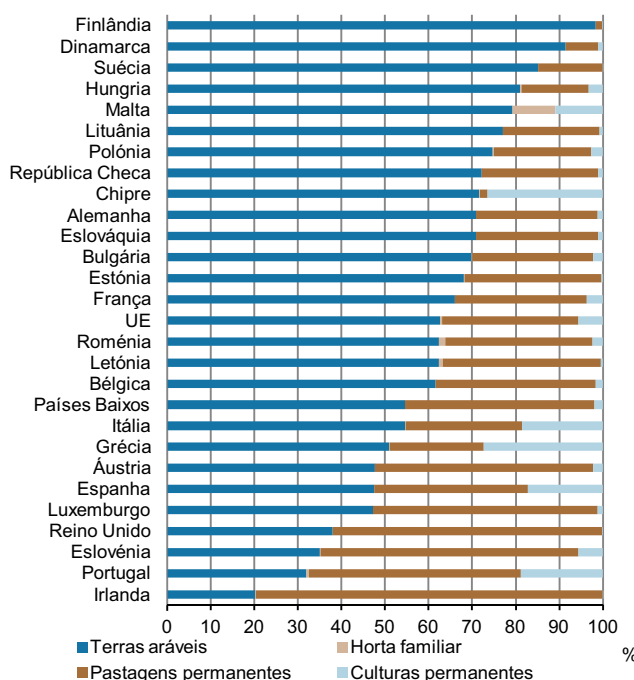
Figura 1.5 - Explorações agrícolas por dimensão económica (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

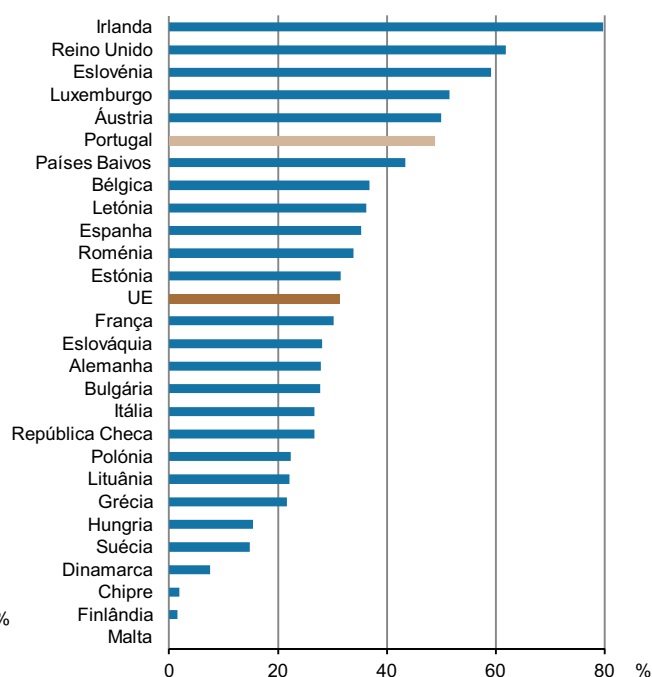


Figura 1.6 - Composição da SAU (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

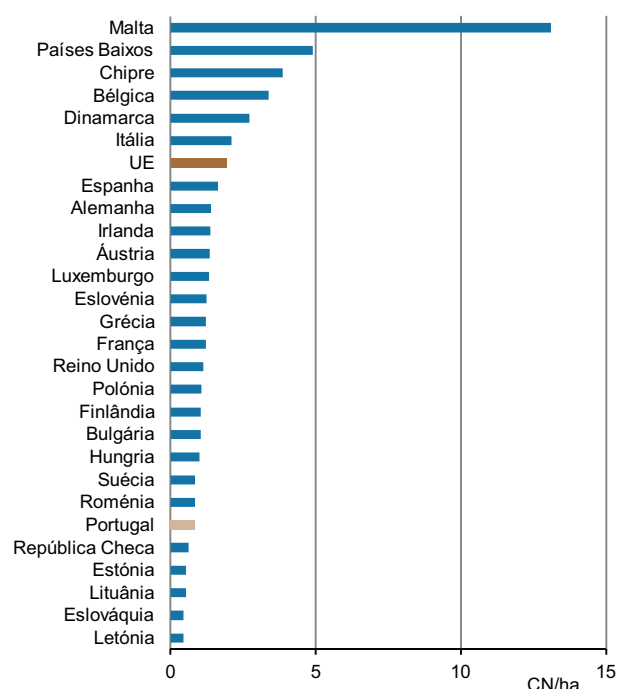
Figura 1.7 - Importância das Pastagens Permanentes na SAU (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

A ocupação cultural nos diferentes países é muito diversificada, sendo reflexo das diferentes condições edafo-climáticas. Em certos Estados Membros como a Finlândia, a SAU é quase exclusivamente constituída por terras aráveis (98%), enquanto que em Portugal estas superfícies ocupam 32%, abaixo da média comunitária (63%) e dos países do sul Europa, nos quais esta utilização representa em geral cerca de 50% da SAU. Esta situação decorre da importância que as pastagens permanentes têm no nosso país (49%), o que nos aproxima de países especializados na produção pecuária extensiva como o Reino Unido ou a Irlanda, onde as pastagens permanentes ocupam, respetivamente, 62% e 80% da SAU. Realça-se ainda a importância que as culturas permanentes têm nos países do sul da Europa (Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Chipre e Malta), destacando-se dos restantes Estados Membros onde esta ocupação não tem grande expressão. A média comunitária aponta para 6% da SAU com culturas permanentes, quando em Portugal representa 19% e atinge um máximo na Grécia com 27% da SAU.

Figura 1.8 - Índice de densidade pecuária (2010) - UE27

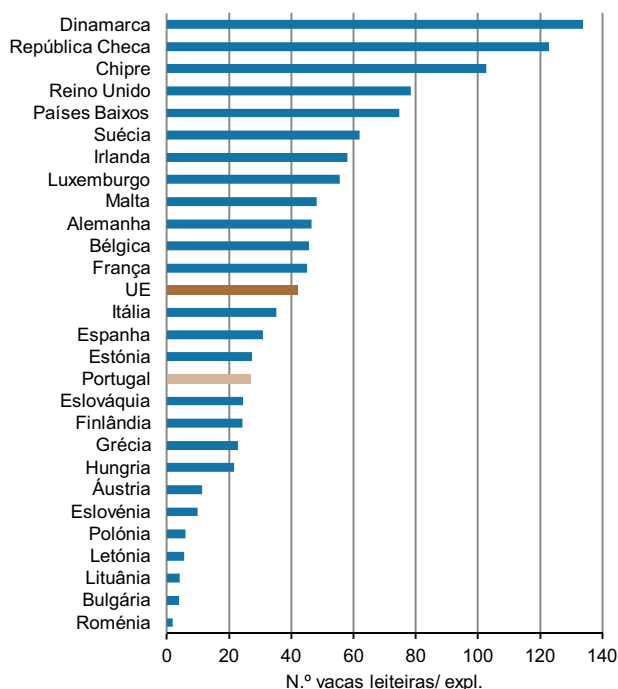


Fonte: INE, I. P.

O índice de densidade pecuária é um indicador da pressão que a produção animal exerce sobre o ambiente. O efetivo animal, pela produção de estrume e chorume, pode promover riscos consideráveis para o ambiente. Assim, quanto mais elevado for o índice, maior será a quantidade de estrume e chorume produzidos por hectare de SAU e maiores serão os riscos para o ambiente. A média comunitária do índice situa-se nas 1,88 [Cabeças Normais](#) (CN) por hectare de SAU das explorações com efetivo animal, estando Portugal muito abaixo deste valor com 0,81 CN. Malta lidera o *ranking* da UE27 com 13 CN por hectare, apesar de ter um [efetivo animal](#) reduzido, mas que está afeto a um número também reduzido de explorações agrícolas, situação esta que também se verifica com o Chipre. Países como a Dinamarca, os Países Baixos e a Bélgica, importantes a nível da produção animal intensiva na UE27, apresentam também índices de densidade pecuária elevados.

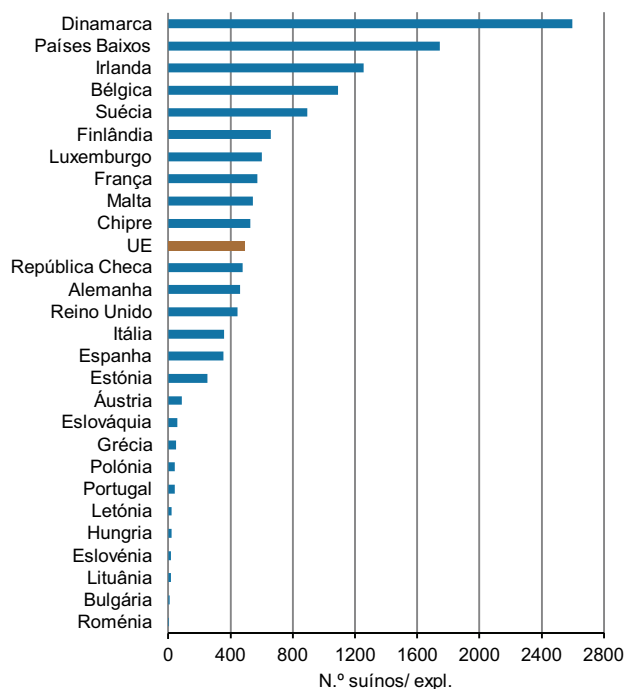


Figura 1.9 - Vacas leiteiras por exploração (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

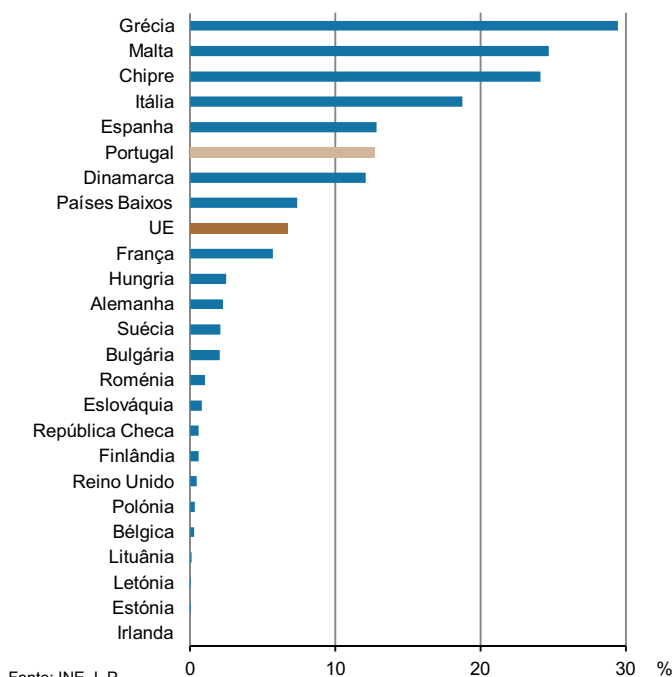
Figura 1.10 - Suínos por exploração (2010) - UE27



Fonte: INE, I. P.

Relativamente ao efetivo leiteiro, Portugal apresenta em média cerca de 27 cabeças por exploração, quando a média comunitária é de 42 cabeças, destacando-se a Dinamarca, a República Checa e o Chipre com mais de 100 cabeças por exploração. Quanto ao efetivo suíno, Portugal tem em média 38 cabeças por exploração, muito abaixo da média comunitária que se situa nas 487 cabeças. Também nos suínos, é a Dinamarca que lidera o *ranking* com cerca de 2 600 cabeças por exploração.

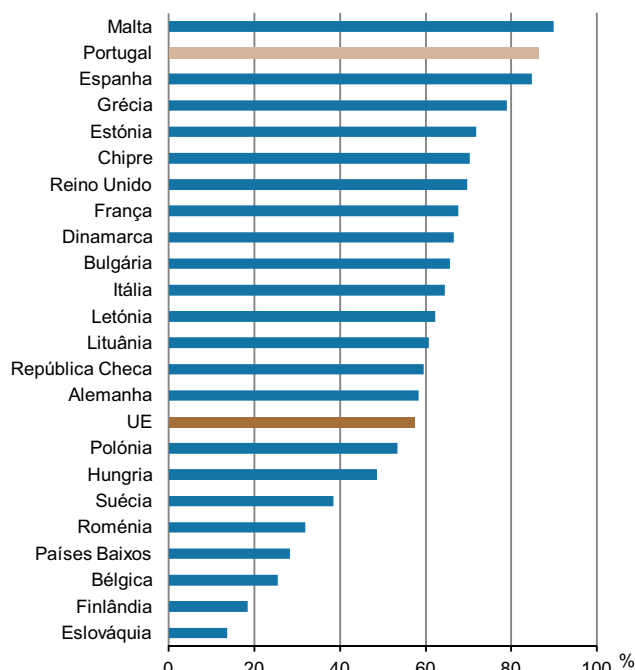
Figura 1.11 - Proporção de SAU regada (2010) - UE



Fonte: INE, I. P.

Nota: dados não disponíveis para a Áustria, Eslovénia e Luxemburgo

Figura 1.12 - Proporção de superfície irrigável efetivamente regada (2010) - UE



Fonte: INE, I. P.

Nota: dados não disponíveis para a Áustria, Eslovénia e Luxemburgo

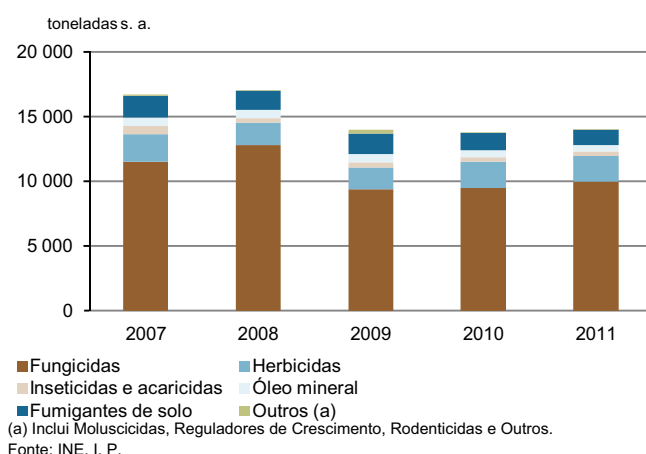


O regadio, devido aos condicionalismos climatéricos e aos sistemas culturais mais dirigidos para as culturas permanentes e hortícolas, está praticamente circunscrito aos países do sul da Europa, constituindo a Dinamarca e a Holanda dois exemplos de como a intensificação da agricultura praticada levou a uma extensificação geográfica da irrigação. Assim, a proporção de SAU regada assume maior importância na Grécia (29%), Malta (25%), Chipre (24%), Itália (19%), Espanha (13%) e em Portugal (13%), seguindo-se a Dinamarca (12%) e a Holanda (7%), países acima da média comunitária que se situa nos 7%.

Relativamente à proporção de [superfície irrigável](#) efetivamente regada, conclui-se que Portugal é um dos Estados Membros que melhor aproveita as infraestruturas instaladas de regadio, com 86% da superfície irrigável efetivamente regada.

1.1.3.2 - Produtos fitofarmacêuticos

Figura 1.13 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função



As vendas de [produtos fitofarmacêuticos](#) são uma forma indireta de avaliar o uso destes produtos na agricultura, uso esse que pode variar consideravelmente de ano para ano, de acordo com as condições climatéricas e com os problemas fitossanitários que surjam ao longo do ano agrícola, mas também com o preço destes fatores de produção.

O uso destes produtos pode acarretar riscos para a saúde humana e para o ambiente, pelo que a sua utilização deve ser sustentável, ou seja, apenas na medida suficiente para garantir a fitossanidade e dessa forma garantir produções e rendimentos para os agricultores, assim como garantir o abastecimento das populações, salvaguardando a saúde pública

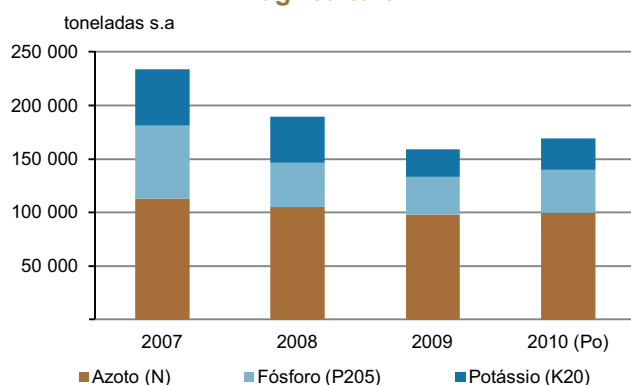
dos consumidores. Relativamente aos riscos para o ambiente, o arrastamento destes produtos pelo vento, a lixiviação ou o escoamento são fontes de disseminação não controlada de produtos fitofarmacêuticos no ambiente, causando poluição do solo e das águas. A utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível da perda de biodiversidade.

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal rondou as 14 mil toneladas em 2011. Depois do volume de vendas ter aumentado 2% de 2007 para 2008, registou-se em 2009 um decréscimo significativo de 18%, mantendo-se desde então em níveis estabilizados até 2011.

Em termos da estrutura de vendas, o grupo dos [fungicidas](#) é o mais importante, representando em 2011 cerca de 71% do volume total de vendas, seguido dos [herbicidas](#) (14%) e dos fumigantes do solo (8%). De referir que o enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável, nesse ano, por 67% do volume de vendas dos fungicidas e por 48% do volume total de produtos fitofarmacêuticos.

1.1.3.3 - Consumo de fertilizantes

Figura 1.14 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura



Os [fertilizantes](#) inorgânicos, em cuja composição entram os macronutrientes essenciais ao crescimento das plantas, azoto e/ou fósforo e/ou potássio, são utilizados na agricultura com o objetivo de aumentar e otimizar as produções e as produtividades. Contudo, em termos ambientais, a sua aplicação excessiva produz efeitos negativos, nomeadamente ao nível da poluição da água e dos solos. O risco de poluição por fertilizantes minerais encontra-se associado à intensidade da sua utilização, a qual por sua vez depende de diversos fatores, nomeadamente do tipo de culturas presentes, de fatores edafo-climáticos e das práticas de gestão agrícola.



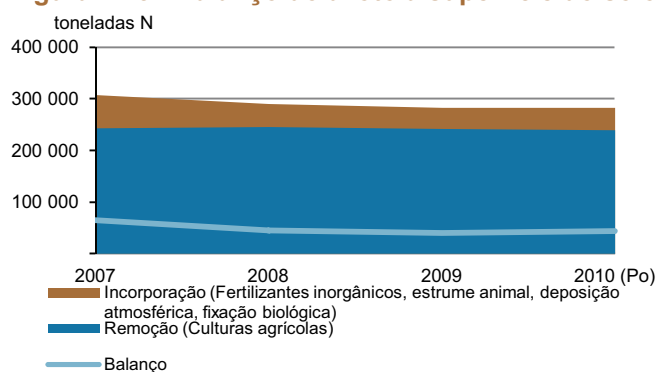
O consumo aparente de fertilizantes registou em 2010 cerca de 169 mil toneladas, refletindo um aumento de 6% face a 2009. Esta evolução ocorre após a crise de 2008/2009, em que os preços dos fatores de produção dispararam e num ano em que a reestruturação do setor dos fertilizantes abriu novas perspectivas de mercado. Esta situação implicou que se tenham atingido mínimos históricos nas quantidades vendidas de fertilizantes em 2009, tendo recuperado ligeiramente em 2010. A maior recuperação ocorreu na utilização do nutriente fósforo (+15%), apesar do azoto e do potássio também terem aumentado 2% e 12%, respetivamente.

1.1.3.4 - Balanço de nutrientes

O fornecimento adequado de nutrientes aos solos é fundamental para o desenvolvimento das culturas agrícolas. No entanto, a manutenção do equilíbrio entre a incorporação de nutrientes no solo e a sua remoção pelas culturas é também de extrema importância para a utilização racional de recursos (fertilizantes inorgânicos e orgânicos) e para impedir a poluição relacionada com a deposição excessiva de azoto e fósforo no solo. Por outro lado, a deficiência de nutrientes nos solos põe em causa a sua fertilidade e a produtividade das culturas neles instalados.

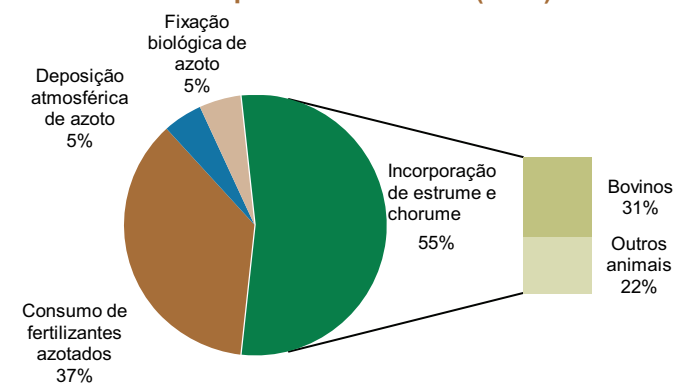
O cálculo dos Balanços de Nutrientes permite, assim, identificar situações de excesso ou défice de nutrientes no solo e antever situações que podem colocar em risco quer o ambiente quer a produção agrícola. Sempre que o Balanço de nutrientes aumenta, incorpora-se uma maior carga de nutrientes no solo, aumentando o risco de consequências negativas para o ambiente.

Figura 1.15 - Balanço do azoto à superfície do solo



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.16 - Repartição da incorporação de azoto no solo por fonte de azoto (2010)



Fonte: INE, I. P.

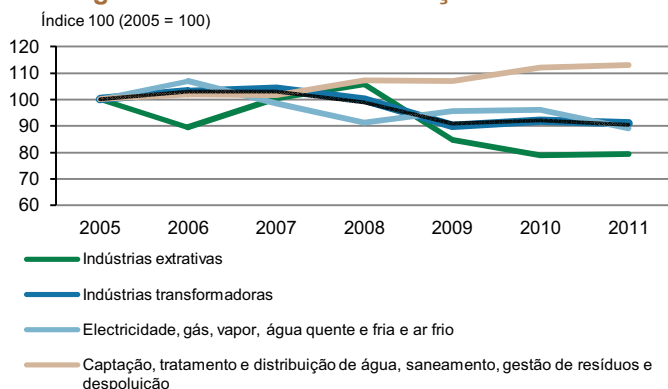
O balanço do azoto resultou em 2010 em cerca de 43 mil toneladas de azoto, o que equivale a uma deposição de cerca de 12 kg por hectare de SAU. Face a 2009, o balanço aumentou cerca de 3 mil toneladas (+7%), o que se traduziu em mais 1 kg de azoto por hectare de SAU (+9%).

Em 2006, tinha-se atingido o mínimo absoluto do balanço do azoto, em resultado do período de seca extrema (2005 e 2006) e do início da aplicação do Regime de Pagamento Único, com a ajuda desligada da produção, tal como sucedeu com o consumo aparente de fertilizantes. Já em 2007, promovido pelo aumento do consumo de fertilizantes, o balanço do azoto aumentou mas, com o início da crise económica em 2008, decresceu, revelando uma variação negativa da ordem dos 19% entre 2007 e 2009, tendência que reflete um menor risco potencial em termos das perdas deste nutriente. Esta evolução resulta da menor incorporação de azoto no solo (-3%) e simultaneamente duma maior remoção de nutriente pelas culturas (+1%).



1.1.4 - Índice de produção industrial

Figura 1.17 - Índice de Produção Industrial

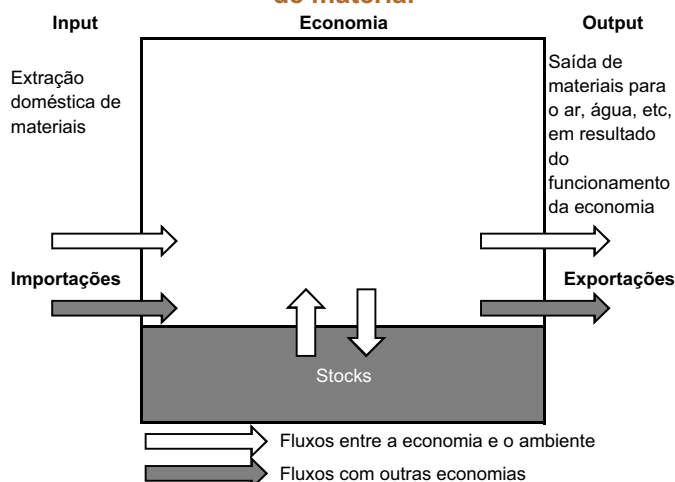


Fonte: INE, I. P.

O Índice de Produção Industrial apresentou um decréscimo de 1,9% em 2011, face a 2010, após um aumento de 1,5% verificado no ano anterior, retomando assim a tendência de evolução negativa que se iniciou em 2007. Esta variação negativa foi determinada pela diminuição do índice de produção das Indústrias Transformadoras (-0,9%) e, essencialmente, pelo índice de produção da secção de “Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (-7,4%). Os índices de produção das Indústrias Extrativas e da “Captação, tratamento e distribuição da água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição” apresentaram, para o mesmo período, um acréscimo de 0,6% e 0,8%, respetivamente.

1.1.5 – Fluxo de Materiais

Figura 1.18 - Consumo Interno de materiais por tipo de material



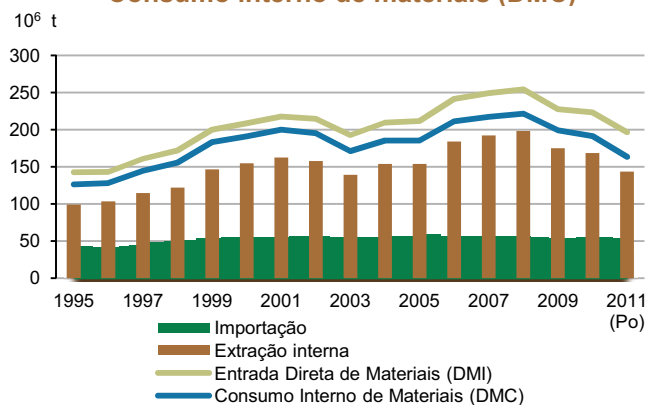
Fonte: adaptado de Eurostat, Economy Wide Material Flow Accounts: Compilation Guidelines for reporting to the 2009 Eurostat questionnaire - v01 - June 2009
Fonte: INE, I. P.

As atividades humanas causam impactos sobre o ambiente, não só pela emissão de poluentes, mas também pelos recursos extraídos, consumidos ou introduzidos nos processos produtivos.

A contabilização dos fluxos de materiais entre a economia e o ambiente, mais especificamente “as compilações coerentes das entradas de materiais nas economias nacionais, das alterações dos stocks de materiais na economia e das saídas de materiais para outras economias ou para o ambiente” é efetuada periodicamente pelos Estados-Membros, no âmbito das contas económicas do ambiente.

Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores (Entrada Direta de Materiais, Consumo Interno de Materiais, etc.) que expressam os fluxos de materiais associados ao funcionamento da economia portuguesa.

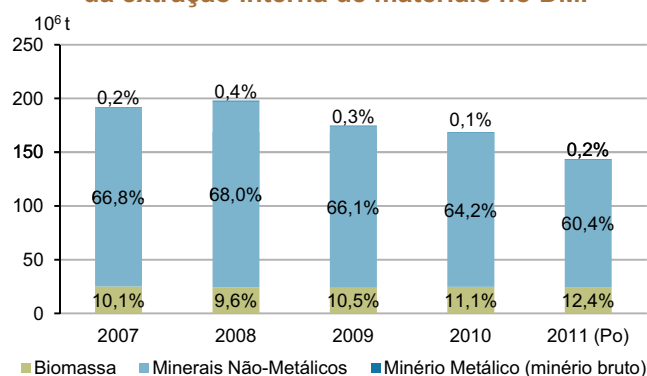
Figura 1.19 - Entrada direta de materiais (DMI) e Consumo interno de materiais (DMC)



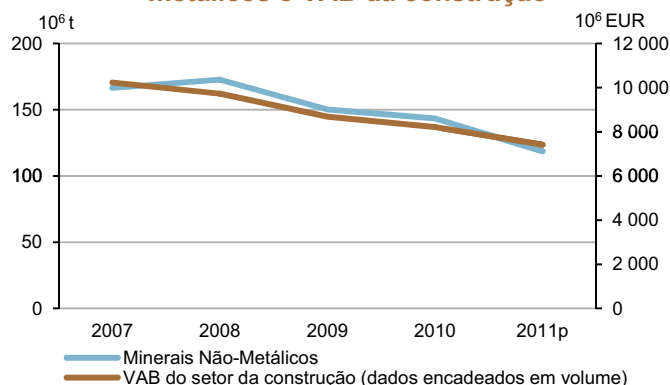
Fonte: INE, I. P.

A [Entrada Direta de Materiais](#) (DMI), que mede todos os materiais com valor económico extraídos do meio ambiente e utilizados na produção e consumo da economia, totalizou 197 milhões de toneladas em 2011, o quantitativo mais baixo desde 2003 e o segundo pior desde 1997. Entre 1995 e 2008 é perceptível uma tendência crescente deste indicador, com as quantidades a variarem entre 143 e 254 milhões de toneladas. Com efeito, nesse período, Portugal apresentou uma necessidade crescente de materiais extraídos, tanto do ambiente interno, como provenientes do exterior, de modo a responder às necessidades de produção e consumo da economia nacional. A partir de 2008, há uma contração da DMI que regista crescimentos negativos anuais da ordem dos 7%.



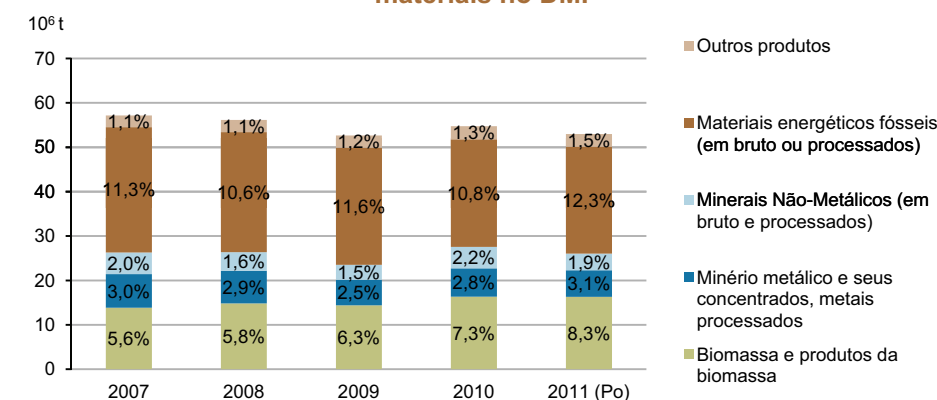
Figura 1.20 - Extração interna de materiais e peso da extração interna de materiais no DMI

Fonte: INE, I. P.

Figura 1.21 - Extração interna de minerais não metálicos e VAB da construção

Fonte: INE, I. P.

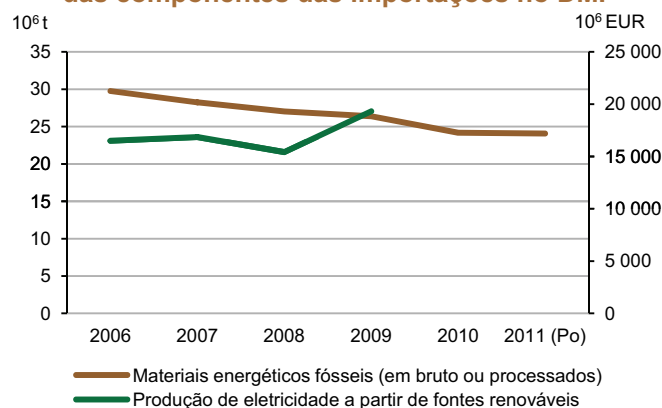
No período em análise constata-se que são os minerais não metálicos (nomeadamente areia e saibro, calcário e gesso e rochas ornamentais e outras pedras de cantaria ou de construção), o material mais extraído em Portugal, representando, em média, no quinquénio em apreço, 86% do total do material extraído. Desta forma, o comportamento evolutivo do DMI é grandemente determinado pela evolução deste tipo de material. A comparação com o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da construção (principal ramo utilizador deste material) permite observar algum alinhamento entre as respetivas evoluções temporais, pelo que o decréscimo do VAB da construção no período 2007-2011 (taxa média de crescimento anual de -7,3%) terá condicionado os materiais produzidos e consumidos na economia nacional.

Figura 1.22 - Importação de materiais e peso das importações de materiais no DMI

Fonte: INE, I. P.

Em 2011 a importação de materiais fixou-se nas 53 milhões de toneladas, quantidade abaixo da média do quinquénio em análise. A redução do volume importado ficou a dever-se, sobretudo, aos minerais não metálicos com um volume importado inferior em 1,1 milhões de toneladas num total de menos 1,8 milhões de toneladas. A análise à tipologia do material importado em 2011 permite constatar que esta se mantém, com o predomínio dos materiais energéticos fósseis, que representam, em média, quase metade (45%) do total das importações, seguidos da biomassa e produtos de biomassa, que em média representam 30% do total das importações no período em análise.

De referir ainda que o decréscimo das importações nos materiais energéticos fósseis, deverá estar relacionado com o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis. O confronto entre a evolução dos dois indicadores, aponta para trajetórias opostas, com a importação de combustíveis fósseis a decrescer no período em análise 15% e a produção de eletricidade, através de energias renováveis, a crescer entre 2007 e 2009 (último ano para o qual a informação está disponível) 15%, o que, do ponto de vista ambiental, é uma evolução desejável e positiva.

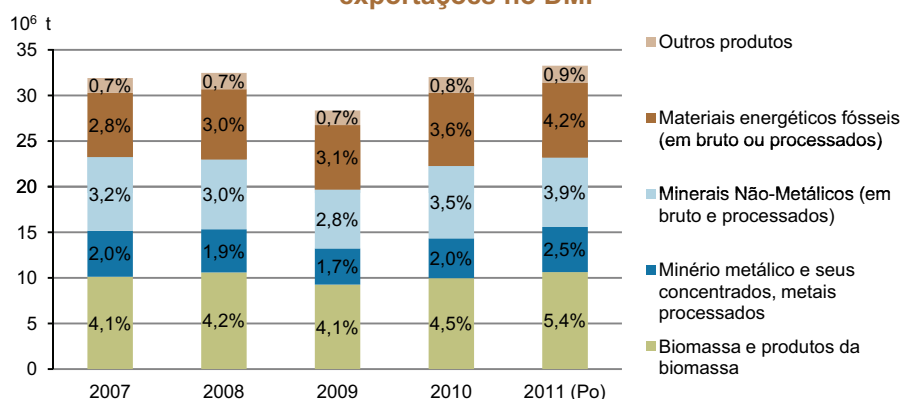
Figura 1.23 - Importações totais de materiais e peso das componentes das importações no DMI

Fonte: INE, I. P.



As importações de materiais representaram em média no período em análise 23% da DMI, assumindo os materiais energéticos fósseis o principal contributo com 11% do total de entradas diretas.

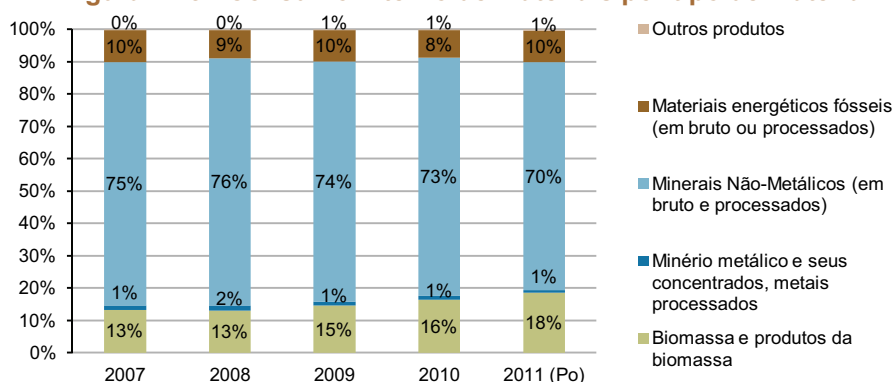
Figura 1.24 - Exportação totais de materiais e peso das componentes das exportações no DMI



Fonte: INE, I. P.

Contrariamente ao que sucede na extração interna e nas importações, no que se refere às exportações de materiais, a biomassa constitui a categoria mais importante (principalmente os produtos florestais e os produtos da indústria da pasta do papel, do cartão e seus artigos), representando 32% quer do volume total de exportações em 2011, quer da quantidade exportada no quinquénio em análise. Em 2011 o volume de exportações atingiu o seu máximo com 33,3 milhões de toneladas, tendo crescido a um ritmo anual de 4% o que fez aumentar em 2 p.p. a importância das exportações na DMI que passaram de um contributo de 13% em 2007 para 15% em 2011.

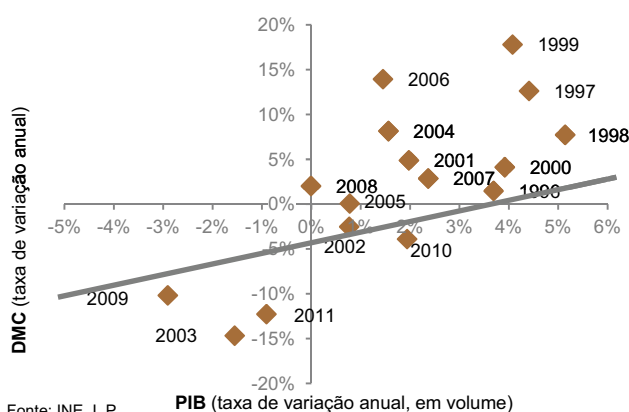
Figura 1.25 - Consumo Interno de materiais por tipo de material



Fonte: INE, I. P.

Analisando o [Consumo Interno de Materiais](#) (DMC), que constitui o conjunto de materiais diretamente consumidos no território, por tipo de material, constata-se que os minerais não metálicos são, ao longo da série, os principais materiais utilizados pela economia nacional.

Figura 1.26 - Evolução do PIB, DMC e Produtividade dos recursos na economia



Em 2011, o consumo interno de materiais rondou os 163 milhões de toneladas, quantidade inferior em 14% ao ano precedente e 18% face à média do quinquénio em análise. Os minerais não metálicos representam, em média, 74% do consumo de materiais (70% em 2011) seguindo-se a biomassa e os produtos de biomassa, com cerca de 15% (18% em 2011).

Entre 1995 e 2011, o Consumo Interno de Materiais (DMC) aumentou 29%, cerca de 37 milhões de toneladas. Neste período é possível identificar os anos em que ocorreu uma desmaterialização (crescimento do DMC inferior ao do PIB). Assim em 2002 e 2010 é possível falar-se de desmaterialização absoluta - *decoupling* (com evoluções contrárias do PIB e DMC) e nos anos de 1996, 2003, 2005, 2009 e 2001 de desmaterialização relativa (evoluções no mesmo sentido, mas com intensidades distintas).



1.2 - ENERGIA

O setor energético apesar de ser essencial para o equilíbrio das economias mundiais, tem um forte impacto ambiental, quer pela forte ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita, como o petróleo, mas essencialmente porque gera, através do consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de gases com efeito de estufa, em particular dióxido de carbono (CO_2), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Os objetivos da política energética - segurança no abastecimento, crescimento económico e competitividade e sustentabilidade ambiental - continuam a ser os principais pilares sobre os quais deve assentar qualquer estratégia neste domínio, sobretudo para um país como Portugal, que exhibe um elevado grau de dependência externa, apesar de se ter registado neste campo uma evolução positiva. A política nacional para as Fontes de Energia Renováveis (FER) está integrada numa nova visão para 2020 do setor energético, a qual procura aproveitar as sinergias resultantes da articulação das estratégias para a procura e oferta de energia, tendo como principal objetivo colocar a energia ao serviço da economia e das famílias, garantindo em simultâneo a sustentabilidade de preços. Neste sentido, Portugal pretende continuar a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética, tendo para isso objetivos claros a que se propõe atingir em 2020 (31% de fontes renováveis no consumo final bruto de energia, 10% de fontes renováveis nos transportes, redução do consumo de energia primária em 20%).

1.2.1. Consumo de Energia

1.2.1.1. - Consumo de Energia Primária

Em 2011, o consumo de [energia primária](#) em Portugal foi de 22 237 ktep, tendo decrescido de forma gradual cerca de 12%, entre 2007 e 2011. Esta evolução foi acompanhada pelo decréscimo das importações líquidas de energia primária (-14%) e das emissões de CO_2 (-13%). Realça-se, no entanto, que as importações em 2011 inverteram a tendência de decréscimo dos últimos anos e aumentaram 1% face a 2010, evolução esta promovida pelo aumento das importações de carvão (+32%) para utilização em centrais térmicas para produção de energia elétrica.

Relativamente à estrutura do consumo primário, em 2011, o petróleo representou 46% da energia primária consumida, apesar de, no período em análise, ter perdido cerca de 8 p.p. a favor do gás natural que surge como a segunda fonte energética mais consumida (20%), com um incremento de 5 p.p. no mesmo período.

As preocupações ambientais em termos da redução das emissões de CO_2 justificam a redução no consumo de carvão como fonte de energia primária, que se verificou entre 2007 e 2011 (-23%). Destaca-se, em 2010, a redução no consumo de carvão de 42%, face a 2009, em consequência deste ter sido um excelente ano para a produção hidroelétrica, o que determinou menor consumo de carvão pelas centrais térmicas para a produção de eletricidade. No entanto, devido a um regime hidrológico muito mais seco em 2011, com o decréscimo da produção por parte das centrais hidroelétricas, o consumo de carvão retomou valores semelhantes aos de 2009 com um acréscimo de consumo de 34%, acompanhando o aumento das importações desta fonte energética.

Figura 1.27 - Consumo de energia primária por fonte energética

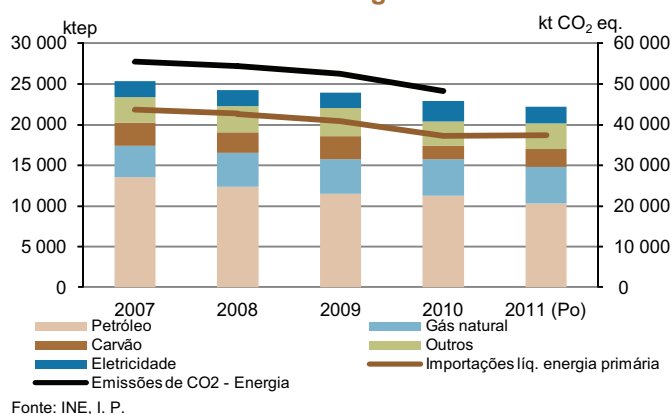
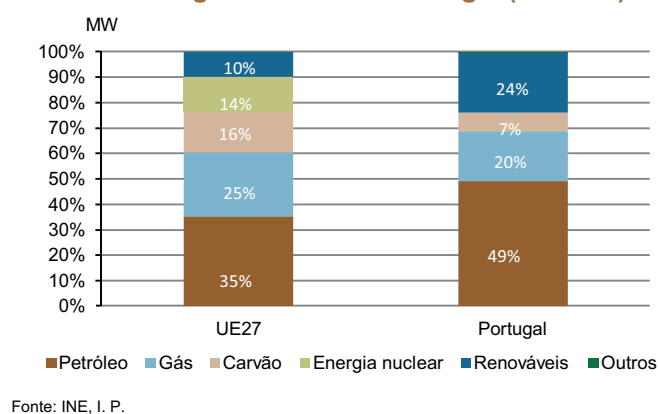
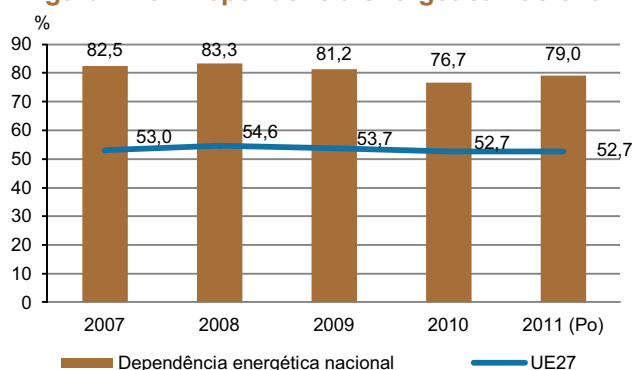


Figura 1.28 - Consumo de energia primária por fonte energética - UE27 e Portugal (2010 Po)



Em comparação com a estrutura de consumo de energia primária da UE27, segundo dados de 2010, Portugal tem uma maior dependência do petróleo, 49% face a 35%, mas por outro lado consome menos carvão, 7% face a 16%, e consome mais energia proveniente de fontes renováveis, 24% em contraponto aos 10% que se consomem na UE27. Realça-se ainda a importância que a energia nuclear tem como fonte de energia primária na UE27, representando 14% do total de energia primária consumida.

Figura 1.29 - Dependência energética nacional

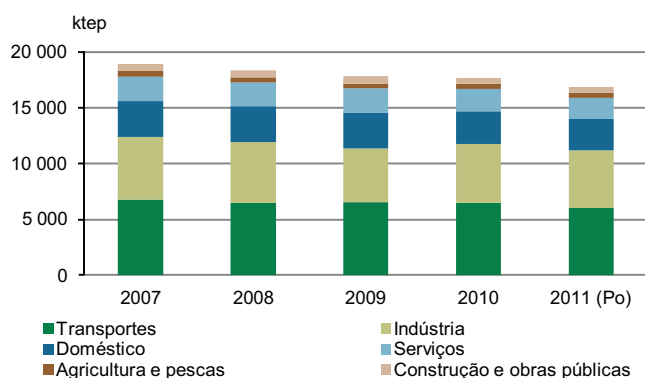


Fonte: INE, I. P.

Em 2011, cerca de 79% da energia primária consumida em Portugal foi importada, o que traduz a elevada dependência energética do nosso país face ao exterior e que se situa muito acima da média da UE27, que, em 2010, foi de 53%. Refira-se que, neste último ano, o indicador nacional aumentou cerca de 2 p.p., promovido pelo aumento já referido do consumo de carvão para produção de eletricidade, após uma tendência de decréscimo que já vinha desde 2008, derivado à diminuição da hidraulicidade.

1.2.1.2 - Consumo de energia final

Figura 1.30 - Consumo de energia final por setor de atividade



Fonte: INE, I. P.

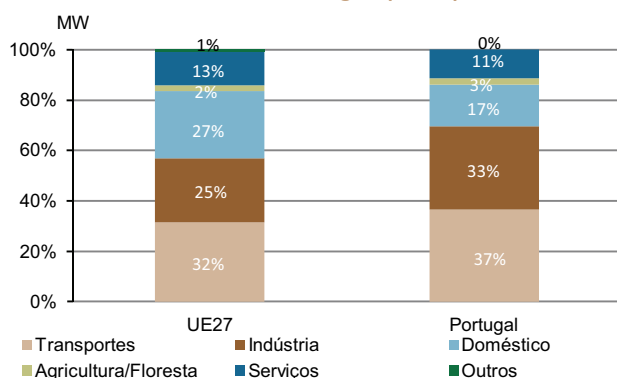
O consumo de energia final situou-se nos 17 mil ktep em 2011, menos 5% face a 2010 e menos 11% face ao início do período em análise.

Em 2011, os setores de atividade que apresentaram maior consumo final de energia foram o dos transportes (36%), da indústria (31%) e o doméstico (17%).

Em termos evolutivos, o setor industrial apresentou uma forte retração no consumo de energia final em 2009 (-11%), promovida pela crise económica mundial com consequências na atividade industrial, situação esta que não afetou significativamente os outros setores. Já em 2010, a ligeira retoma económica da atividade industrial, com o índice de

produção industrial a aumentar 2% face a 2009, promoveu o aumento do consumo final de energia neste setor, que foi da ordem dos 9%. Neste ano, o setor dos transportes, o doméstico e o dos serviços apresentaram decréscimos de 1%, 8% e 8%, respetivamente. Com a evolução negativa da economia nacional, em 2011, todos os setores apresentaram um decréscimo no consumo final de energia, face ao ano anterior, em particular o setor dos transportes (-7%), da construção (-6%) e o doméstico (-5%).

Figura 1.31 - Consumo de energia final por setor - UE27 e Portugal (2010)



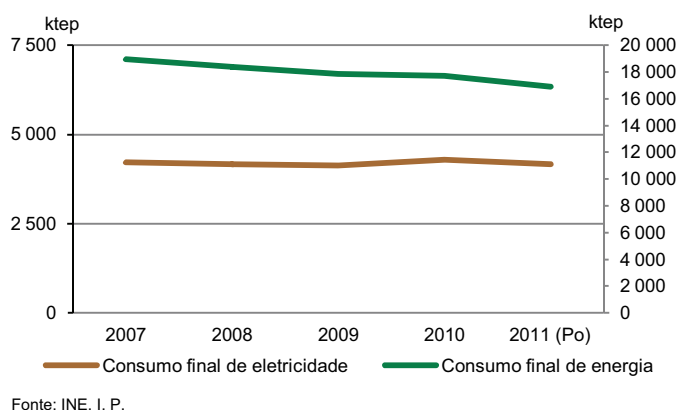
Fonte: INE, I. P.

Comparando a estrutura nacional do consumo final de energia por setor de atividade com a da UE27, verifica-se, em 2010, que em ambos os casos é o setor dos transportes o responsável pela maior fatia do consumo final de energia (37% em Portugal e 32% na UE27). No entanto, na UE27 o setor que surge em segundo lugar é o setor doméstico (27%), enquanto em Portugal é o industrial (33%).



O consumo final de [eletricidade](#) representou, em 2011, cerca de 25% do consumo final de energia, equivalente a 4 216 ktep. Apesar do consumo final de energia ter decrescido entre 2007 e 2011 de forma gradual, o consumo final de eletricidade aumentou 4% em 2010 face a 2009, promovido pelo aumento de consumo por parte do setor doméstico (+2%), serviços (+2%) e indústria (+9%). No entanto, em 2011, retoma a tendência de decréscimo dos anos anteriores e decresce 3% face ao ano anterior, descida essa que se verifica em todos os setores de atividade.

Figura 1.32 - Consumo final de eletricidade

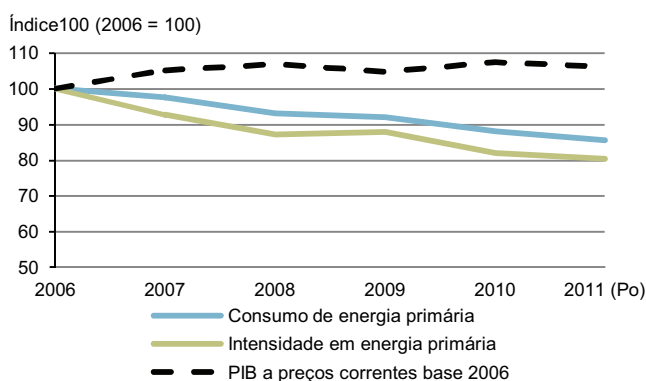


1.2.1.3 - Intensidade energética

A [intensidade energética](#) mede a quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de PIB. Dado que Portugal tem uma intensidade energética elevada, a par de uma eficiência baixa, precisa de consumir mais energia primária para produzir riqueza.

Em 2011, a intensidade de energia primária foi de 130 tep/10⁶ euros (preços de 2006), apresentando um decréscimo, face a 2010, de 2% e reforçando o decréscimo que se verificou no ano anterior (-7%). Esta evolução justifica-se principalmente pelo decréscimo no consumo de energia primária que se verificou neste período, associado a uma aposta crescente em fontes renováveis de energia e no aumento da eficiência energética, quer no consumo quer na produção.

Figura 1.33 - Intensidade energética da economia

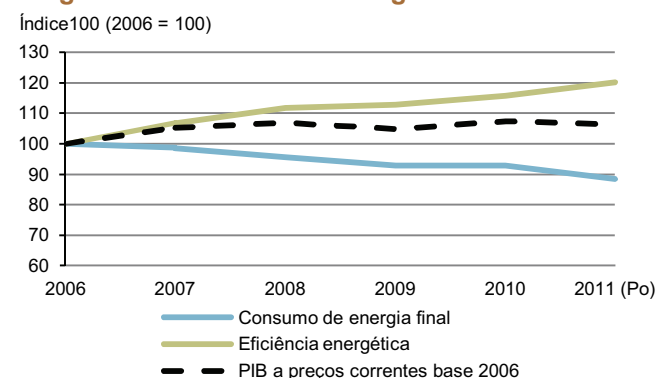


1.2.1.4 - Eficiência energética da Economia

A eficiência energética da economia é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a riqueza gerada por cada unidade de energia final consumida.

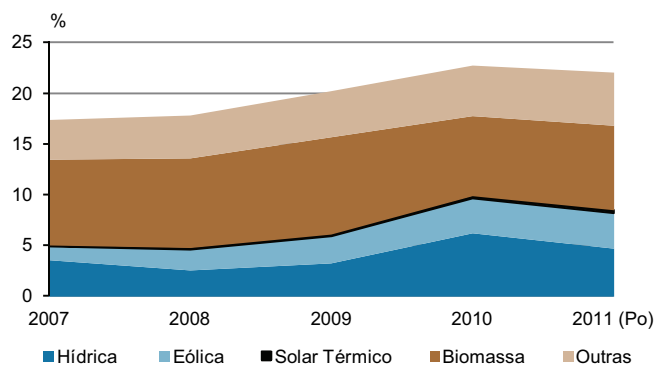
Entre 2006 e 2011, verificou-se um aumento de 20% neste indicador, para o que foi essencial a redução de 12% do consumo final de energia. Atualmente, para produzir a mesma riqueza, Portugal está a consumir menos energia. Mesmo nos anos em que o PIB nacional decresceu, 2009 e 2011, devido às crises económicas, a eficiência energética da economia aumentou, já que o decréscimo no consumo final de energia foi mais acentuado do que o registado pelo PIB nestes anos. Esta situação assume particular importância face ao objetivo de Portugal aumentar, até 2020, a eficiência energética da economia pela via do decréscimo de 20% no consumo final de energia.

Figura 1.34 - Eficiência energética da economia



1.2.2 - Energias Renováveis

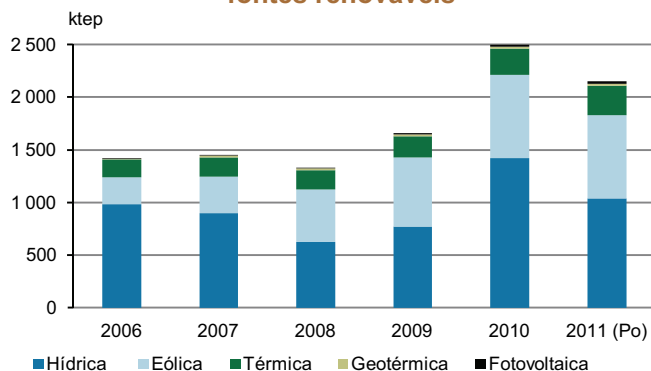
Figura 1.35 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária



Fonte: INE, I. P.

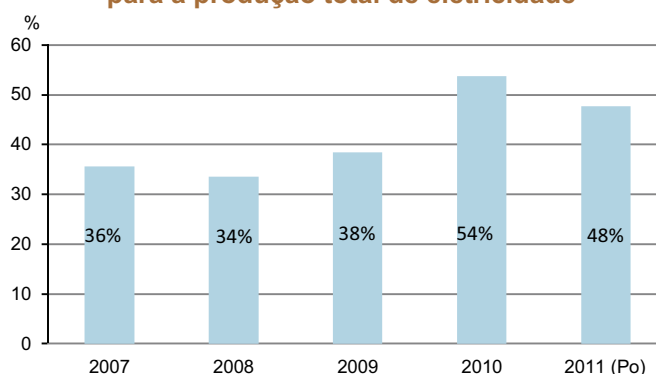
A contribuição das [fontes de energia renováveis](#) para o consumo de energia primária foi de 22% em 2011, com um decréscimo de 3% face a 2010. Este decréscimo não representa um abrandamento da aposta nas fontes de energia renováveis, mas é reflexo dos elevados níveis de precipitação registados em 2010, o que fez aumentar a contribuição da [energia hídrica](#) para o total das energias renováveis no consumo primário neste ano. Como 2011 já não apresentou os mesmos níveis de precipitação, a contribuição das energias renováveis decresceu, sendo no entanto superior à registada em 2009 (20%). A [biomassa](#) (lenhas e resíduos florestais, biogás e biodiesel) continua a ser a fonte de energia com maior contribuição para o consumo primário (8%).

Figura 1.36 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis



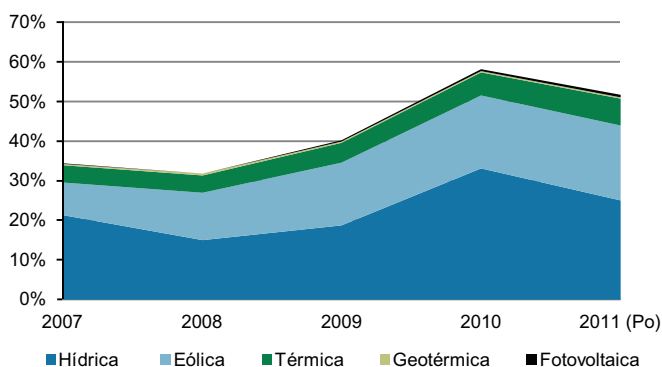
Fonte: INE, I. P.

Figura 1.37 - Contribuição das fontes renováveis para a produção total de eletricidade



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.38 - Contribuição das energias renováveis para o consumo final de eletricidade



Fonte: INE, I. P.

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 2 151 ktep em 2011, representou 48% do total de eletricidade produzida em Portugal e contribuiu com 52% para o consumo final de eletricidade. Realça-se neste período o ano de 2010, no qual se registou um aumento de 50% na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, evolução esta justificada pelo aumento de 84% na produção de eletricidade a partir da componente hídrica e de 21% na componente [eólica](#), o que resultou numa contribuição de 54% para o total de eletricidade produzida no país.

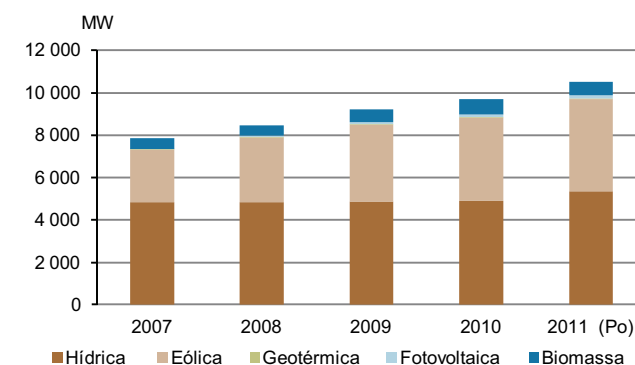
Em termos do peso relativo de cada fonte no total da produção de eletricidade a partir das fontes renováveis, em 2011, a hídrica representou 48%, a eólica 37% e a [térmica](#) 13% (inclui a queima de biomassa e resíduos sólidos urbanos), sendo as restantes pouco significativas.



Em 2011, a potência total instalada de energias renováveis foi de 10 525 MW, a qual apresentou desde 2007 um crescimento de 38%, promovido essencialmente pelo aumento de 1 874 MW de potência instalada de energia eólica. Em termos relativos, a potência instalada de energia hídrica representou, em 2011, cerca de 51% da potência instalada total e a energia eólica cerca de 41%.

As previsões do Governo para a capacidade instalada de energias renováveis visam dispor de uma potência instalada de 15 565 MW, até 2020. Tendo em conta a potência instalada de energias renováveis em 2011, Portugal terá ainda de promover o investimento nestas tecnologias por forma a atingir o objetivo pretendido para 2020, segundo o qual se prevê uma potência instalada de 8 932 MW de hídrica e 5 300 MW de eólica.

Figura 1.39 - Capacidade instalada de energias renováveis



Fonte: INE, I. P.

1.3 - TRANSPORTES

“Um dos grandes desafios do século XXI consistirá em minimizar os efeitos negativos dos transportes – gases com efeito de estufa, poluição atmosférica e ruído – mantendo, simultaneamente, os aspetos positivos da mobilidade.”

Jacqueline McGlade, Diretora Executiva da AEA,

(<http://www.eea.europa.eu/pt/pressroom/newsreleases/poluicao-proveniente-do-trafego-continua>)

Os transportes constituem hoje um setor de relevo e com elevado peso na emissão de poluentes. De facto, quer a produção de resíduos no contexto das atividades de manutenção de veículos automóveis, embarcações e aeronaves quer em particular, a emissão de poluentes gasosos e de ruído durante a circulação dos mais diversos meios de transporte por via rodoviária, marítima, fluvial e aérea, constituem no seu conjunto as principais fontes de poluição.

As emissões provocadas pelo setor dos transportes são exploradas mais adiante no âmbito do tema das emissões atmosféricas de poluentes. O presente subcapítulo pretende restringir a análise à dimensão do parque automóvel existente em Portugal, bem como a algumas características como a tipologia de motorizações por combustível usado e a idade média dos automóveis, que têm impacto ao nível das emissões e, por extensão, na qualidade do ambiente.

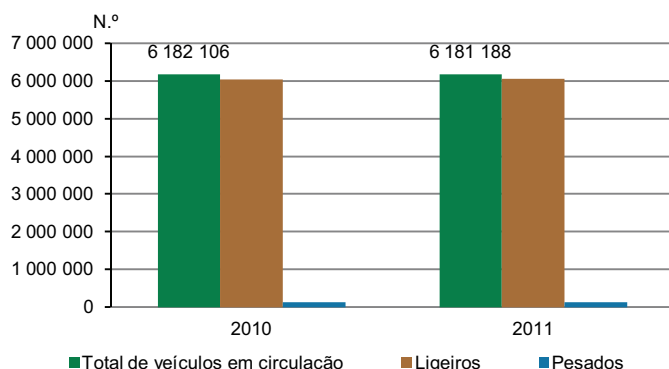
Segundo o último relatório do Sistema de Relatórios de Transportes e Ambiente (TERM acrónimo do inglês Transport and Environment Reporting Mechanism) da AEA, que avalia o impacto ambiental dos transportes na Europa, “*as pessoas que residem próximo de estradas movimentadas, na Europa, continuam a estar particularmente expostas a níveis excessivos de poluição atmosférica. Em 2010, 44% das estações rodoviárias de controlo da qualidade do ar registaram níveis de dióxido de azoto (NO₂) nocivos, superiores aos limites legais, e os níveis de partículas (PM₁₀) ultrapassaram os limites em 33% dessas estações. Estes poluentes podem afetar o sistema cardiovascular, os pulmões, o fígado, o baço e o sangue.*”

Neste contexto não deixa de ser relevante e importante conhecer a dimensão e as características do parque automóvel.

Em Portugal, nos anos de 2010 e 2011, estimava-se que o número de veículos automóveis (ligeiros e pesados) em circulação no país fosse na ordem dos 6,1 milhões.



Figura 1.40 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo

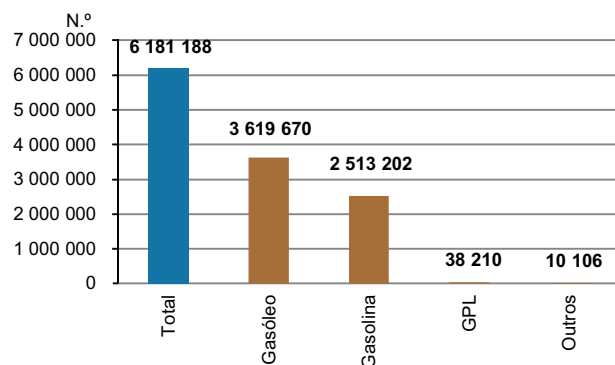


Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: INE, I. P.

Do total, 60% dos veículos eram movidos a motores diesel e só menos de 1% é que apresentavam uma fonte de alimentação que não gasóleo ou gasolina.

Figura 1.41 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação por tipo de veículo, segundo o combustível principal

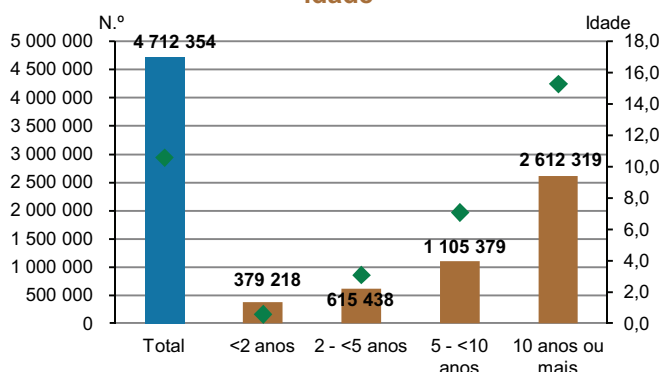


Fonte: INE, I. P.

Em 2011, verificava-se que, por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível, estavam igualmente em circulação cerca de 74,9 veículos movidos a gasóleo.

Seguindo o mesmo rácio de relação entre automóveis movidos a gasolina e a gasóleo, estimava-se que, por cada veículo em circulação movido a gasolina, circulavam 1,4 veículos movidos a gasóleo.

Figura 1.42- Veículos ligeiros de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade



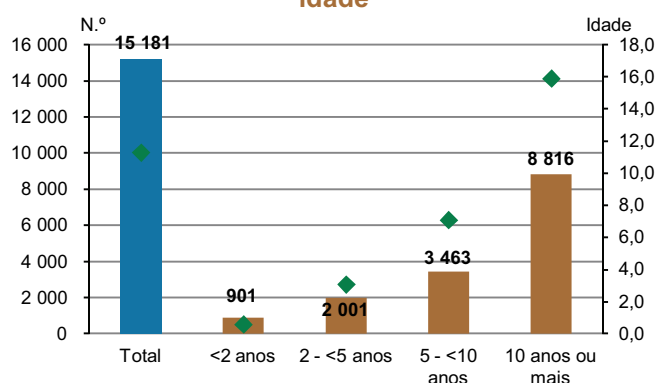
Fonte: INE

No que respeita ao ciclo de vida do parque automóvel de ligeiros de passageiros, em 2011, verificava-se que mais de metade dos veículos (55%) se encontrava em circulação há 10 ou mais anos. Já no que diz respeito aos veículos com menos de 2 anos, constata-se que estes representavam somente 8% do total e que, contabilizando todos os veículos com menos de 5 anos, a proporção de veículos presumivelmente em circulação atingia o patamar dos 21% do total de veículos ligeiros. Circunstância que se reflete na idade média dos automóveis ligeiros de passageiros, que se situava nos 10,6 anos. No grupo de automóveis com 10 ou mais anos de circulação, a idade média atingia os 15,3 anos.



Figura 1.43 - Veículos pesados de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade

No que se refere aos veículos pesados de passageiros, constata-se que globalmente apresentavam uma idade mais avançada. Desta forma, a idade média por veículo atinge os 11,3 anos (quase mais 1 ano do que os ligeiros) e cerca de 58% dos veículos em circulação possuíam mais de 10 anos de existência (mais 3 p.p. que o peso relativo equivalente nos automóveis ligeiros).

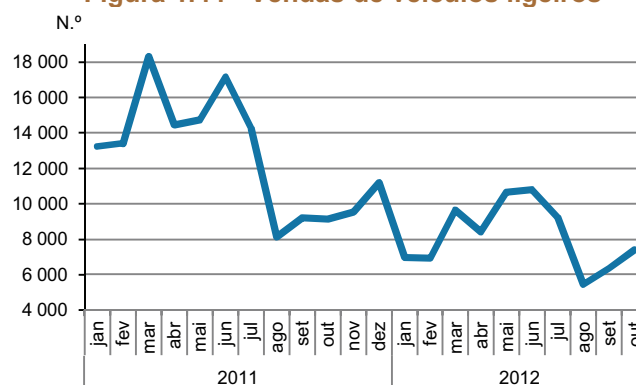


Fonte: INE, I. P.

Figura 1.44 - Vendas de veículos ligeiros

Atendendo ao registo das quebras de vendas no setor automóvel em geral, e em particular de veículos ligeiros de passageiros, releva-se esta circunstância na medida em poderá produzir resultados menos benéficos para o ambiente. Com o envelhecimento do parque automóvel espera-se uma perda de eficiência com o correspondente aumento de consumo de combustíveis e emissões de poluentes.

Assinala-se que, entre janeiro e outubro de 2012, venderam-se cerca de 81 mil veículos ligeiros de passageiros, menos 50 mil unidades do que as vendidas em igual período no ano transato, que atingiu 132 mil unidades.

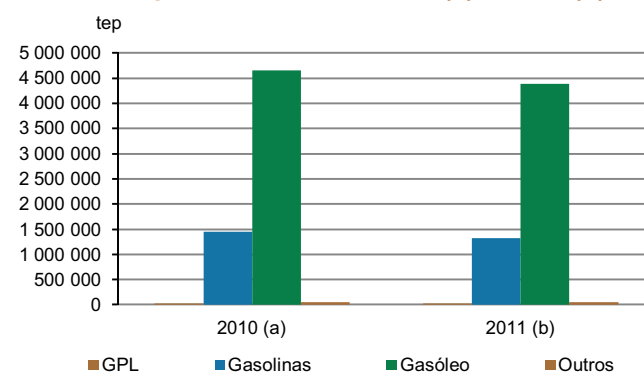


Fonte: INE, I. P.

Figura 1.45 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário, 2010 (a) e 2011 (b)

Atendendo ao parque automóvel em circulação, verifica-se que no consumo de combustíveis (medido em toneladas equivalentes de petróleo = tep) a proporção do uso de gasóleo é esmagadora e, em 2011, representava cerca de $\frac{3}{4}$ dos combustíveis consumidos.

Em termos médios, cada veículo movido a gasóleo consumiu em 2011 cerca de 1,2 toneladas equivalentes de petróleo.



■ GPL ■ Gasolinas ■ Gasóleo ■ Outros

Nota: (a) Dados corrigidos
(b) Dados provisórios

Fonte: INE, I. P.



1.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 1.1 - População residente e taxa de crescimento efetivo, por NUTS II

Ano		NUTS								
		Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
População residente (nº)	2000	10 256 658	9 779 845	3 643 795	2 325 161	2 661 748	765 742	383 399	237 028	239 785
	2001	10 329 340	9 851 424	3 667 529	2 339 561	2 686 872	766 529	390 933	237 575	240 341
	2002	10 407 465	9 927 441	3 691 922	1 779 238	2 714 614	767 983	398 370	238 767	241 257
	2003	10 474 685	9 991 654	3 711 797	2 366 691	2 740 237	767 549	405 380	240 024	243 007
	2004	10 529 255	10 043 763	3 727 310	2 376 609	2 760 697	767 679	411 468	241 206	244 286
	2005	10 569 592	10 082 154	3 737 791	2 382 448	2 779 097	765 971	416 847	242 241	245 197
	2006	10 599 095	10 110 271	3 744 341	1 793 728	3 635 110	515 564	421 528	243 018	245 806
	2007	10 617 575	10 126 880	3 745 236	1 791 144	3 652 435	511 679	426 386	244 006	246 689
	2008	10 627 250	10 135 309	3 745 439	1 786 692	3 665 613	507 481	430 084	244 780	247 161
	2009	10 637 713	10 144 940	3 745 575	1 782 646	3 679 189	503 507	434 023	245 374	247 399
	2010	10 636 979	10143600	3741092	1776349	3689478	499038	437643	245811	247568
Taxa de crescimento efetivo (%)	2000	0,60	0,64	0,62	0,55	0,70	0,14	1,99	-0,08	-0,28
	2001	0,71	0,73	0,65	0,62	0,94	0,10	1,95	0,23	0,23
	2002	0,75	0,77	0,66	0,64	1,03	0,19	1,88	0,50	0,38
	2003	0,64	0,64	0,54	0,51	0,94	-0,06	1,74	0,53	0,72
	2004	0,52	0,52	0,42	0,42	0,74	0,02	1,49	0,49	0,52
	2005	0,38	0,38	0,29	0,26	0,63	-0,20	1,28	0,46	0,37
	2006	0,28	0,28	0,18	0,14	0,54	-0,22	1,12	0,32	0,25
	2007	0,17	0,16	0,02	0	0,51	-0,44	1,15	0,41	0,36
	2008	0,09	0,08	0,01	-0,11	0,39	-0,51	0,86	0,32	0,19
	2009	0,10	0,09	0	-0,09	0,40	-0,48	0,91	0,24	0,10
	2010	-0,01	-0,01	-0,12	-0,22	0,32	-0,58	0,83	0,18	0,07

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência=2006)

Ano	Consumo privado (10 ⁶ euros)	Taxas de variação em volume (%)
2000	93 716,9	3,8
2001	94 787,8	1,2
2002	95 934,1	1,2
2003	95 725,0	-0,2
2004	98 262,9	2,7
2005	99 867,7	1,6
2006	101 660,7	1,8
2007	104 089,8	2,4
2008	105 423,9	1,3
2009	102 890,1	-2,3
2010	105 586,2	2,6
2011 (Po)	101 525,4	-3,8

Nota: - 1995 a 2010: dados definitivos / 2009 e 2011: dados preliminares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.3 - Dimensão média das explorações agrícolas e Importância da SAU na superfície

2010

UE27	Dimensão média das explorações (ha/exploração)	Importância da SAU na superfície territorial (%)
Alemanha	55,8	47
Áustria	19,2	35
Bélgica	31,7	45
Bulgária	12,1	41
Chipre	3,0	13
Dinamarca	62,9	61
Eslováquia	77,5	39
Eslovénia	6,5	24
Espanha	24,0	47
Estónia	48,0	22
Finlândia	35,9	8
França	53,9	44
Grécia	4,8	27
Hungria	8,1	50
Irlanda	35,7	73
Itália	7,9	43
Letónia	21,5	29
Lituânia	13,7	44
Luxemburgo	59,6	51
Malta	0,9	36
Países Baixos	25,9	55
Polónia	9,6	46
Portugal	12,0	40
Reino Unido	84,0	65
República Checa	152,4	45
Roménia	3,4	58
Suécia	43,1	7

Fonte: EUROSTAT



Quadro 1.4 - Composição da SAU - UE27

2010

UE27	SAU (ha)	Composição da SAU (%)			
		Terras aráveis	Horta familiar	Pastagens permanentes	Culturas permanentes
Alemanha	16 704 040	70,9	0,0	27,9	1,2
Áustria	2 878 170	47,6	0,1	50,0	2,3
Bélgica	1 358 020	61,6	0,0	36,8	1,6
Bulgária	4 475 530	69,8	0,2	27,7	2,2
Chipre	118 400	71,7	0,0	1,8	26,5
Dinamarca	2 646 860	91,4	0,0	7,6	1,0
Eslováquia	1 895 500	70,9	0,1	28,0	1,0
Eslovénia	482 650	35,0	0,2	59,2	5,6
Espanha	23 752 690	47,5	0,0	35,3	17,2
Estónia	940 930	68,0	0,2	31,5	0,3
Finlândia	2 290 980	98,4	0,0	1,4	0,2
França	27 837 290	66,0	0,1	30,2	3,7
Grécia	3 477 930	50,8	0,3	21,6	27,3
Hungria	4 686 340	81,0	0,4	15,4	3,2
Irlanda	4 991 350	20,3	0,0	79,7	0,0
Itália	12 856 050	54,5	0,2	26,7	18,5
Letónia	1 796 290	62,3	0,9	36,2	0,5
Lituânia	2 742 560	77,1	0,0	22,1	0,8
Luxemburgo	131 110	47,3	0,0	51,6	1,1
Malta	11 450	79,3	9,8	0,0	10,9
Países Baixos	1 872 350	54,6	0,0	43,4	2,0
Polónia	14 447 290	74,7	0,2	22,4	2,7
Portugal	3 668 150	32,0	0,5	48,7	18,8
Reino Unido	15 686 440	37,9	0,0	61,9	0,2
República Checa	3 483 500	72,3	0,0	26,7	1,1
Roménia	13 306 130	62,4	1,4	33,9	2,3
Suécia	3 066 320	85,2	0,0	14,7	0,1

Fonte: EUROSTAT

Quadro 1.5 - Índice de densidade pecuária - UE27

2010

UE27	Índice de densidade pecuária (CN/ha SAU com efetivo animal)	Vacas leiteiras/exploração (nº)	Porcos/exploração (nº)
Alemanha	1,4	46	459
Áustria	1,3	11	86
Bélgica	3,4	46	1092
Bulgária	1,0	4	8
Chipre	3,9	103	524
Dinamarca	2,7	134	2598
Eslováquia	0,4	24	55
Eslovénia	1,2	10	14
Espanha	1,6	31	354
Estónia	0,5	27	251
Finlândia	1,0	24	657
França	1,2	45	569
Grécia	1,2	23	49
Hungria	1,0	22	18
Irlanda	1,4	58	1253
Itália	2,1	35	356
Letónia	0,4	6	21
Lituânia	0,5	4	14
Luxemburgo	1,3	56	598
Malta	13,1	48	543
Países Baixos	4,9	75	1743
Polónia	1,1	6	39
Portugal	0,8	27	38
Reino Unido	1,1	78	445
República Checa	0,6	123	477
Roménia	0,8	2	3
Suécia	0,8	62	894

Fonte: EUROSTAT



Quadro 1.6 - Dimensão económica das explorações agrícolas - UE27

2010		Explorações agrícolas por dimensão económica				Unidade: N.º Explorações
UE27		Muito pequenas (< 8 000 euros)	Pequenas (8 000 - 24 999 euros)	Médias (25 000 - 99 999 euros)	Grandes (>100 000 euros)	
Alemanha	34 610	68 020	91 630	104 890		
Áustria	55 010	37 490	43 300	14 360		
Bélgica	5 670	6 170	10 280	20 730		
Bulgária	340 880	18 570	7 320	3 730		
Chipre	32 540	3 570	1 990	760		
Dinamarca	6 950	11 110	10 970	13 090		
Eslováquia	18 490	2 600	1 530	1 840		
Eslovénia	51 460	15 650	6 630	900		
Espanha	554 910	207 560	161 820	65 520		
Estónia	14 290	2 770	1 660	900		
Finlândia	21 250	17 610	16 410	8 610		
França	118 080	80 670	157 000	160 360		
Grécia	516 800	148 930	52 780	4 500		
Hungria	516 050	38 350	16 440	6 000		
Irlanda	59 880	43 600	26 320	10 100		
Itália	1 018 500	296 530	217 250	88 620		
Letónia	71 590	7 550	3 190	1 070		
Lituânia	173 630	17 920	6 760	1 620		
Luxemburgo	270	330	600	1 010		
Malta	10 660	1 150	530	200		
Países Baixos	8 730	11 370	13 280	38 940		
Polónia	1 049 980	307 910	130 330	18 400		
Portugal	239 640	37 730	19 490	8 400		
Reino Unido	56 060	39 740	45 830	45 020		
República Checa	8 050	5 890	4 830	4 100		
Roménia	3 731 930	100 700	19 820	6 580		
Suécia	31 090	18 040	12 990	8 980		

Fonte: EUROSTAT

Quadro 1.7 - Proporção de SAU regada e proporção de superfície irrigável efetivamente regada - UE27

2010		Unidade: %	
UE27	SAU regada	Superfície irrigável efetivamente regada	
Alemanha	2	58	
Áustria	x	x	
Bélgica	0	25	
Bulgária	2	66	
Chipre	24	70	
Dinamarca	12	67	
Eslováquia	1	14	
Eslovénia	x	x	
Espanha	13	85	
Estónia	0	72	
Finlândia	1	18	
França	6	68	
Grécia	29	79	
Hungria	2	49	
Irlanda	0	//	
Itália	19	64	
Letónia	0	62	
Lituânia	0	61	
Luxemburgo	x	x	
Malta	25	90	
Países Baixos	7	28	
Polónia	0	53	
Portugal	13	86	
Reino Unido	0	70	
República Checa	1	60	
Roménia	1	32	
Suécia	2	39	

Fonte: EUROSTAT

Quadro 1.8 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função

	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)
Total	t s.a.	16 689	17 060	13 985	13 795	14 002
Fungicidas	t s.a.	11 519	12 820	9 399	9 475	9 968
Enxofre	t s.a.	8 970	9 938	6 693	6 719	6 697
Herbicidas	t s.a.	2 120	1 693	1 700	2 042	1 995
Inseticidas e acaricidas	t s.a.	627	370	383	371	334
Óleo mineral	t s.a.	645	630	619	542	532
Fumigantes de solo	t s.a.	1 716	1 475	1 612	1 316	1 139
Outros (a)	t s.a.	62	72	271	48	33
Vendas de produtos fitofarmacêuticos / Superfície agrícola utilizada	kg s.a./ha	4,6	4,6	3,8	3,8	3,9
Vendas de produtos fitofarmacêuticos (excluindo enxofre) / Superfície agrícola utilizada	kg s.a./ha	2,1	1,9	2,0	1,9	2,0

Fonte: Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

(a) Inclui Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.



Quadro 1.9 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura

Portugal

	Unidade	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total	t	233 558	189 729	159 126	169 339
Azoto	t N	113 005	105 131	98 062	99 807
Fósforo	t P ₂ O ₅	68 049	41 135	34 922	40 174
Potássio	t K ₂ O	52 504	43 463	26 142	29 358

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.10 - Balanço do azoto à superfície do solo

	Unidade	2007	2008	2009	2010 (Po)
Incorporação (Fertilizantes inorgânicos, estrume animal, deposição atmosférica, fixação biológica)	t N	307 299	289 921	282 843	283 350
Remoção (Culturas agrícolas)	t N	243 278	245 473	242 492	240 191
Balanço (Incorporação - Remoção)	t N	64 020	44 448	40 351	43 158
Balanço (Incorporação - Remoção) / Superfície agrícola utilizada	kg N / ha	17	12	11	12

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.11 - Índices de Produção Industrial - média anual (a)

Ano	Total	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
2005	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2006	103,1	89,6	102,9	107,0	101,8
2007	103,1	100,5	104,1	98,4	101,7
2008	98,9	105,8	99,9	91,3	107,1
2009	90,8	84,8	90,1	95,6	107,0
2010	92,2	78,9	91,9	96,1	112,1
2011 (Po)	90,5	79,4	91,0	89,0	113,0

(a) ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.12 - Principais indicadores da conta de fluxos de materiais

Unidade: 10⁶t

Ano	Extração interna de materiais	Entradas de materiais	Saídas de materiais	Entrada direta de materiais	Consumo interno de materiais
2007	191,95	57,17	32,09	249,12	217,03
2008	197,95	56,16	32,68	254,11	221,43
2009	174,68	52,66	28,42	227,34	198,92
2010	168,49	54,76	32,07	223,25	191,19
2011 (Po)	143,49	52,99	33,33	196,48	163,15

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.13 - Principais indicadores das contas de fluxos, por categoria

Indicador	Unidade: 10 ⁶ t				
	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)
Extração interna					
Total	191,95	197,95	174,68	168,49	143,49
Biomassa	25,06	24,35	23,80	24,75	24,46
Minério Metálico (minério bruto)	0,45	0,90	0,70	0,32	0,34
Minerais Não-Metálicos	166,45	172,70	150,18	143,42	118,70
Entrada de materiais (importações)					
Total	57,17	56,16	52,66	54,76	52,98
Biomassa e produtos da biomassa	13,84	14,82	14,38	16,35	16,30
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	7,56	7,36	5,76	6,35	6,01
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	4,88	4,17	3,38	4,86	3,74
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	28,25	27,04	26,38	24,19	24,07
Outros produtos	2,63	2,76	2,75	3,00	2,86
Saída de materiais (exportações)					
Total	31,91	32,48	28,35	32,01	33,27
Biomassa e produtos da biomassa	10,13	10,61	9,26	9,97	10,63
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	5,03	4,73	3,98	4,37	4,96
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	8,09	7,65	6,45	7,92	7,60
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	7,02	7,69	7,06	8,05	8,23
Outros produtos	1,63	1,80	1,60	1,70	1,85
Consumo interno de materiais (DMI)					
Total	217,21	221,63	198,98	191,23	163,20
Biomassa e produtos da biomassa	28,77	28,56	28,91	31,13	30,13
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	2,98	3,54	2,49	2,30	1,38
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	163,24	169,22	147,11	140,36	114,83
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	21,23	19,35	19,32	16,14	15,84
Outros produtos	1,00	0,96	1,16	1,30	1,01

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.14 - Consumo de energia primária por fonte energética

NUTS	Unidade: ktep					
	Fonte energética					
	Total	Carvão	Petróleo	Electricidade	Gás natural	Outros
Portugal						
2007	25 350	2 883	13 567	1 909	3 821	3 145
2008	24 215	2 526	12 365	1 953	4 157	3 214
2009	23 920	2 858	11 533	1 867	4 233	3 429
2010	22 879	1 657	11 241	2 475	4 507	3 000
2011 (Po)	22 237	2 222	10 331	2 114	4 492	3 077
Continente						
2007	24 544	2 883	12 804	1 881	3 821	3 130
2008	23 383	2 526	11 577	1 924	4 157	3 199
2009	23 093	2 858	10 757	1 831	4 233	3 415
2010	22 089	1 657	10 516	2 434	4 507	2 978
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores						
2007	394	0	372	21	0	0
2008	405	0	384	21	0	0
2009	416	0	395	20	0	0
2010	405	0	379	23	0	3
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira						
2007	412	0	391	7	0	14
2008	427	0	404	9	0	14
2009	411	0	382	16	0	13
2010	385	0	346	18	0	19
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2011; Balanço energético RAA e RAM 2007-2010



Quadro 1.15 - Consumo de energia final por setor de atividade

Unidade: ktep

NUTS	Setor de atividade						
	Total	Agricultura e pescas	Indústria	Transportes	Construção e obras públicas	Doméstico	Serviços
Portugal							
2007	18 937	474	5 617	6 791	632	3 213	2 210
2008	18 365	452	5 488	6 491	632	3 191	2 112
2009	17 841	424	4 858	6 539	657	3 203	2 160
2010	17 721	455	5 281	6 488	555	2 954	1 988
2011 (Po)	16 903	444	5 165	6 042	520	2 798	1 933
Continente							
2007	18 332	444	5 573	6 508	609	3 131	2 068
2008	17 743	416	5 450	6 170	597	3 107	2 003
2009	17 218	387	4 816	6 235	610	3 118	2 052
2010	17 126	421	5 241	6 189	523	2 859	1 894
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores							
2007	318	21	34	129	18	40	77
2008	322	26	31	150	23	42	50
2009	329	29	32	144	29	43	52
2010	320	32	30	146	23	52	36
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira							
2007	287	10	10	153	6	42	66
2008	300	9	7	171	12	43	58
2009	295	8	10	161	17	43	57
2010	276	2	10	152	9	43	59
2011 (Po)	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2011; Balanço energético RAA e RAM 2007-2010

Quadro 1.16 - Consumo final de eletricidade

Unidade: ktep

NUTS	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)
Portugal	4 216	4 159	4 126	4 289	4 158
Continente	4 080	4 017	3 984	4 146	x
Região Autónoma dos Açores	63	65	65	67	x
Região Autónoma da Madeira	74	77	77	75	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2011; Balanço energético RAA e RAM 2007-2010

Quadro 1.17 - Intensidade energética da economia e importação de energia primária

Ano	Intensidade energética da economia (tep/10 ⁶ euros)	Importação de energia primária (tep)					
		Total	Carvão	Petróleo	Eletricidade	Gás natural	Renováveis
2006	161	26 274 405	3 497 905	18 360 581	741 664	3 674 256	0
2007	150	24 539 493	2 909 866	17 027 341	829 126	3 773 160	0
2008	141	24 022 754	2 327 219	16 608 384	923 984	4 163 167	0
2009	142	23 059 640	3 095 934	15 015 644	653 428	4 282 310	12 324
2010	132	21 908 084	1 700 470	15 168 389	500 004	4 523 693	15 528
2011 (Po)	130	22 174 884	2 242 680	14 775 259	579 838	4 562 107	15 000

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2011

Quadro 1.18 - Eficiência energética da economia em energia final

Ano	Eficiência energética da economia (10 ⁶ euros/tep)
2006	0,00865
2007	0,00923
2008	0,00967
2009	0,00975
2010	0,01001
2011 (Po)	0,01038

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2011

Quadro 1.19 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

Unidade: tep

NUTS	Total	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Geotérmica	Biomassa
Portugal						
2007	1 449 186	898 614	347 182	2 064	17 286	184 040
2008	1 325 862	627 456	495 102	3 268	16 512	183 524
2009	1 661 004	774 774	651 622	13 760	15 824	205 024
2010	2 497 612	1 423 042	789 652	18 404	16 942	249 572
2011 (Po)	2 150 774	1 041 804	787 932	23 822	18 060	279 156

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2011



Quadro 1.20 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo

Unidade: N.º

Data	Tipo de veículo	Total	Ligeiros				Pesados				
			Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias		Outros
									Camións	Tratores	
31-12-2011		6 181 188	6 054 508	4 712 354	1 321 711	20 443	126 680	15 181	61 482	40 358	9 659
31-12-2010		6 182 106	6 049 889	4 692 000	1 337 373	20 516	132 217	15 425	65 236	41 657	9 899

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.21 - Parque de veículos rodoviários motorizados de passageiros presumivelmente em circulação ^(a), por escalões de idade segundo o tipo de veículo

Unidade: N.º

Idade dos veículos	Tipo de veículo	Transporte de passageiros			
		Ligeiros		Pesados	
		Nº	Idade média	Nº	Idade média
Total		4 712 354	10,6	15 181	11,3
<2 anos		379 218	0,6	901	0,6
2 - <5 anos		615 438	3,1	2 001	3,1
5 - <10 anos		1 105 379	7,1	3 463	7,1
10 anos ou mais		2 612 319	15,3	8 816	15,9

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores e motociclos; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.22 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a) por tipo de veículo, segundo o combustível principal

Unidade: N.º

Combustível	Tipo de veículo	Total	Ligeiros				Pesados				
			Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias		Outros
									Camións	Tratores	
Total		6 181 188	6 054 508	4 712 354	1 321 711	20 443	126 680	15 181	61 482	40 358	9 659
Gasóleo		3 619 670	3 493 473	2 168 710	1 304 633	20 130	126 197	14 822	61 456	40 334	9 585
Gasolina		2 513 202	2 513 163	2 496 585	16 309	269	39	6	9	0	24
GPL		38 210	38 177	37 381	754	42	33	3	4	22	4
Outros		10 106	9 695	9 678	15	2	411	350	13	2	46

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.23 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário

Unidade: tep

	2010 (a)	2011 (b)
Consumo de combustíveis no transporte rodoviário - Total	6 193 453	5 785 975
GPL	31 801	28 970
Gasolinas	1 450 134	1 318 959
Petróleos	6	0
Gasóleo	4 654 280	4 384 332
no qual, biodiesel incorporado	321 473	303 203
Lubrificantes	40 686	36 617
Gás Natural	12 581	13 000 (c)
Biodiesel	3 965	4 097

Nota:

(a) Dados corrigidos

(b) Dados provisórios

(c) Valor estimado

Fonte: DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia





Ar e clima

2 - AR E CLIMA

- A decisão de como viver nos próximos anos, como tratar as florestas, gerar e usar a energia e organizar os transportes é determinante para fazer face às alterações climáticas com que hoje o planeta se depara.
- Os países em desenvolvimento têm um papel crucial a desempenhar na formatação de políticas e ações internacionais para cortar as emissões de gases de efeito de estufa, as quais são a principal causa das mudanças ambientais.
- Ao longo dos anos, Portugal tem vindo a desenvolver um conjunto de esforços e de medidas com vista ao controlo e diminuição dos poluentes atmosféricos.
- O Protocolo de Quioto é um dos exemplos de medidas que visam limitar as emissões de poluentes emitidos para a atmosfera. No acordo de partilha de responsabilidades a nível comunitário, ficou estabelecido que Portugal poderia aumentar as suas emissões em 27% em relação a 1990, não podendo exceder, no período 2008-2012, 381,94 milhões de toneladas de equivalentes de CO₂ (Mt CO₂ eq), representando um valor médio anual de 76,39 Mt CO₂ eq.
- O cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de alterações climáticas no âmbito do Protocolo de Quioto baseia-se nos seguintes instrumentos fundamentais: o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período 2008-2012 (PNALE II) e o Fundo Português de Carbono.
- Neste capítulo são apresentados alguns indicadores climatológicos os quais permitem retratar a mudança climática em Portugal. Adicionalmente, são apresentados indicadores sobre o Fundo Português de Carbono e sobre poluentes atmosféricos que têm impacto na qualidade do ar.

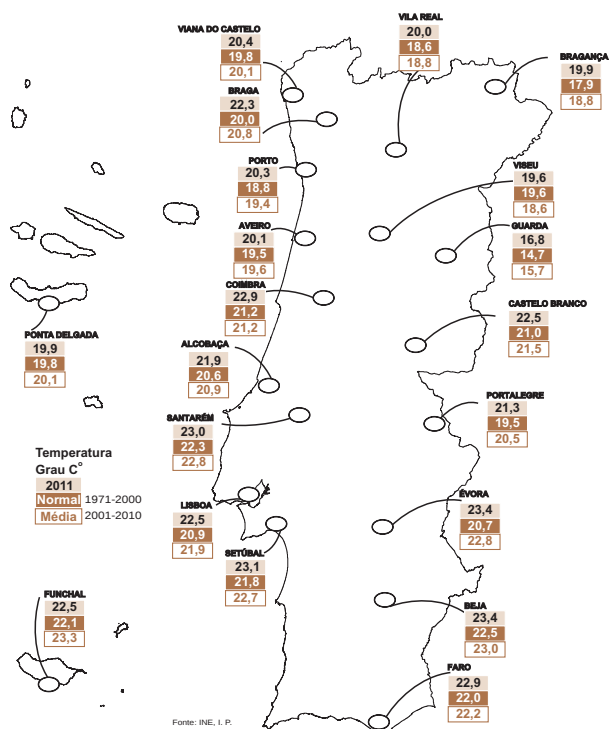


2.1 – CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA DO PERÍODO 2001-2012

Na presente caracterização e análise climática da década de 2001-2010 e do ano de 2011 consideram-se os dados de 18 estações meteorológicas do IPMA no Continente e 2 nas Regiões Autónomas. A análise comparativa é efetuada com base nos valores médios do período 1971-2000.

2.1.1 – Temperatura

Figura 2.1 - Temperatura máxima



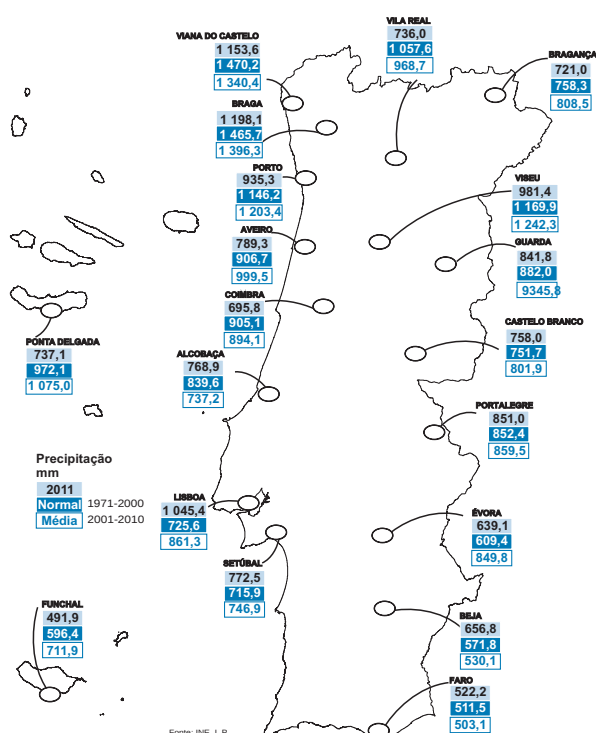
A variação espacial da média anual da temperatura máxima diária, para o período 1971-2000, 2001-2010 e para o ano 2011, é apresentada na figura 2.1.

A temperatura máxima anual no período 1971-2000 variou entre 14,7°C na Guarda e 22,5°C, em Beja.

Na década 2001/2010, os valores médios foram superiores aos da normal 1971-2000, registando-se o valor mais baixo na Guarda 15,7°C e o mais alto no Funchal 23,3°C. Comparando os dados de 2011 com a normal, verifica-se que em 2011 todas as estações meteorológicas consideradas apresentavam valores de temperatura máxima superiores. A estação de Évora foi a que registou uma maior anomalia positiva da temperatura máxima, tendo em 2011 registado 23,4°C, enquanto que em 1971-2000 o valor foi 20,7°C, o que representa uma diferença de +2,7°C.

2.1.2 – Precipitação

Figura 2.1 - Precipitação total



O valor médio da precipitação total no período 1971-2000 variou entre 511,5 mm e 1 470,2 mm, sendo que o valor mais baixo foi registado na estação de Faro e o mais elevado na de Viana do Castelo.

Comparando os dados da década 2001-2010 com a normal, verifica-se que em 65% das estações ocorreram valores de precipitação total superiores à normal. As exceções são as estações de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Coimbra, Alcobaca, Beja e Faro.

Em 2011, a média da precipitação total anual nas estações meteorológicas consideradas nesta análise, foi de cerca de 805 mm, apresentando uma variação espacial muito significativa. No Continente, os valores mais elevados foram observados no Minho, na estação de Braga, com 1 198 mm e os valores mais baixos ocorreram em Faro, com 522 mm.

No ano de 2011 os valores de precipitação foram inferiores aos valores da normal 1971-2000. De facto 70% das estações registaram valores de precipitação inferiores à normal, sendo as exceções, as estações de Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Faro.



2.1.3 – Fenómenos meteorológicos extremos

Os fenómenos meteorológicos extremos e a variabilidade climática podem ser caracterizados através de índices climáticos, geralmente calculados a partir de observações diárias de temperatura e precipitação. Neste item, apresentam-se alguns índices climáticos, tais como: o número de noites tropicais (para os Açores e Madeira), o número de ondas de calor e de frio (Continente), e o índice de precipitação padronizada (SPI).

2.1.3.1- Ondas de calor e de frio

As ondas de calor são fenómenos climáticos recorrentes, que se caracterizam por períodos de calor intenso, com duração de vários dias. As ondas de calor têm efeitos diretos ou indiretos sobre a saúde humana e contribuem também para a criação de condições propícias à propagação de incêndios florestais.

Na figura 2.3 apresenta-se o número de ondas de calor e de frio para o período de 2001-2011, no Continente. A série anual do número de ondas de calor apresenta variações no período em análise, verificando-se o valor mais baixo em 2008 (1 onda de calor) e o mais elevado em 2009 (7 ondas de calor).

No que concerne ao número de ondas de frio na série em análise, nos anos de 2004, 2008 e 2010 não se registou a ocorrência deste fenómeno.

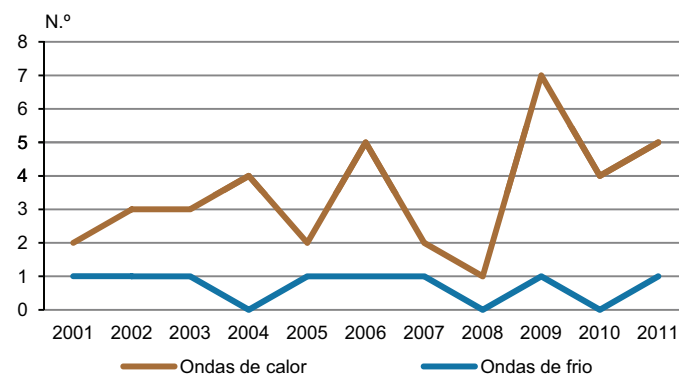
Na série temporal em análise verifica-se que o ano de 2011 foi o que apresentou mais estações em onda de calor, 16 das 18 estações (apenas Faro e Évora não registaram este fenómeno), seguido pelos anos de 2006 e 2009 com 15.

No que diz respeito às ondas de frio, os anos de 2005, 2007 e 2011 apresentaram os valores mais elevados (3 ondas de frio). No último ano em análise, 2011, as estações que registaram ondas de frio foram Alcobaça, Castelo Branco e Braga. De referir que Alcobaça e Braga também tinham registado ondas de frio em 2007 e 2005.

Nas Regiões Autónomas, a ocorrência de ondas de calor é reduzida ou mesmo inexistente, uma vez que nestas regiões a variabilidade da temperatura máxima e mínima do ar é baixa. Desta forma foi analisado o indicador noites tropicais que é definido como dias em que a temperatura mínima é superior ou igual a 20°C.

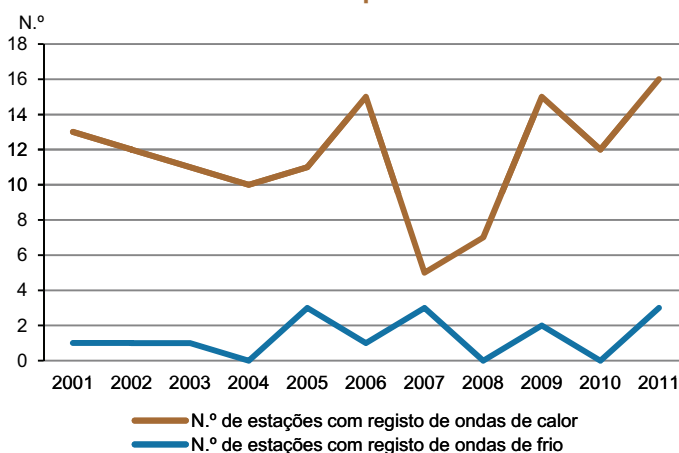
O número de dias com noites tropicais no período de 2001 a 2011 (Figura 2.5), nas estações meteorológicas de Ponta Delgada/Açores e Funchal/Madeira apresentam uma forte variabilidade inter-anual, em particular no Funchal. Por outro lado, a comparação com a normal revela que no Funchal o número de dias com noites tropicais foi muito superior em todos os anos da década em análise, sendo o ano de 2009, o que registou o maior número de noites tropicais (107 dias), mais 79 dias do que a média 1971-2000. Em Ponta Delgada, o número de dias com noites tropicais também foi superior, exceto nos anos de 2002 e 2007. De referir ainda que o menor número de noites tropicais nas duas Regiões Autónomas ocorreu no mesmo ano, 2007.

Figura 2.3 - Número de ondas de calor e de frio, no Continente



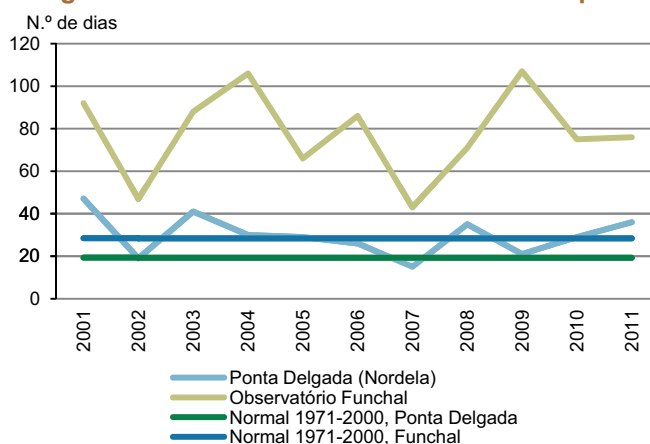
Fonte: INE, I.P.

Figura 2.4 - Número de locais/estações em onda de calor/frio por ano



Fonte: INE, I.P.

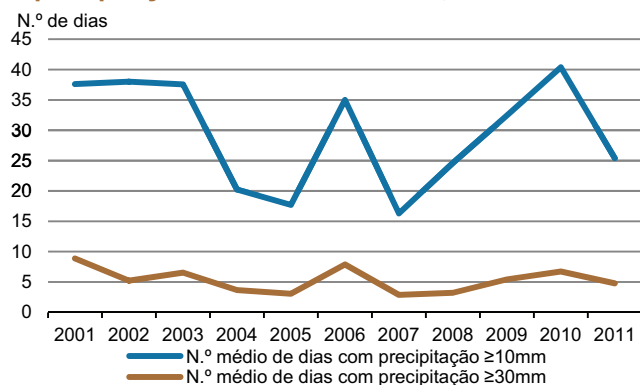
Figura 2.5 - Número de dias com noites tropicais



Fonte: INE, I.P.



2.1.3.2- Precipitação intensa

Figura 2.6 - Número médio de dias com precipitação ≥ 10 mm e ≥ 30 mm, no continente

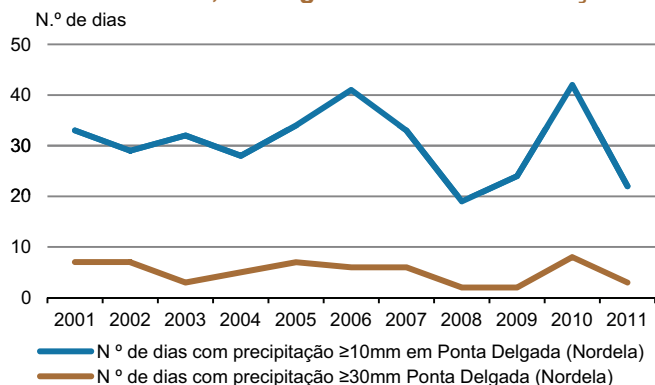
Fonte: INE, I.P.

A eventual alteração dos padrões de precipitação pode traduzir-se num aumento da frequência do número de dias com precipitação intensa e muito intensa (≥ 10 mm e ≥ 30 mm).

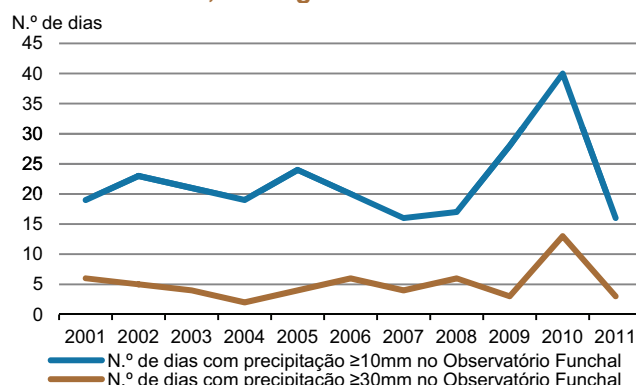
Mudanças nos extremos de precipitação, como por exemplo a frequência de precipitação intensa e a possível ocorrência de cheias e inundações, podem trazer graves consequências económicas, sociais e ambientais.

A figura 2.6 apresenta o número médio de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm) e muito intensa (≥ 30 mm), no Continente (baseado em 18 estações).

No que se refere ao número médio de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm), verifica-se que no período em análise varia entre 16 dias no ano de 2007 e 40 dias no ano de 2010.

Figura 2.7 - Número de dias com precipitação ≥ 10 mm e ≥ 30 mm, na Região Autónoma dos Açores

Fonte: INE, I.P.

Figura 2.8 - Número de dias com precipitação ≥ 10 mm e ≥ 30 mm, na Região Autónoma da Madeira

Fonte: INE, I.P.

Nas Regiões Autónomas verifica-se que tanto Ponta Delgada/Açores como o Funchal/Madeira apresentam grandes variações na serie temporal em análise (Figuras 2.7 e 2.8).

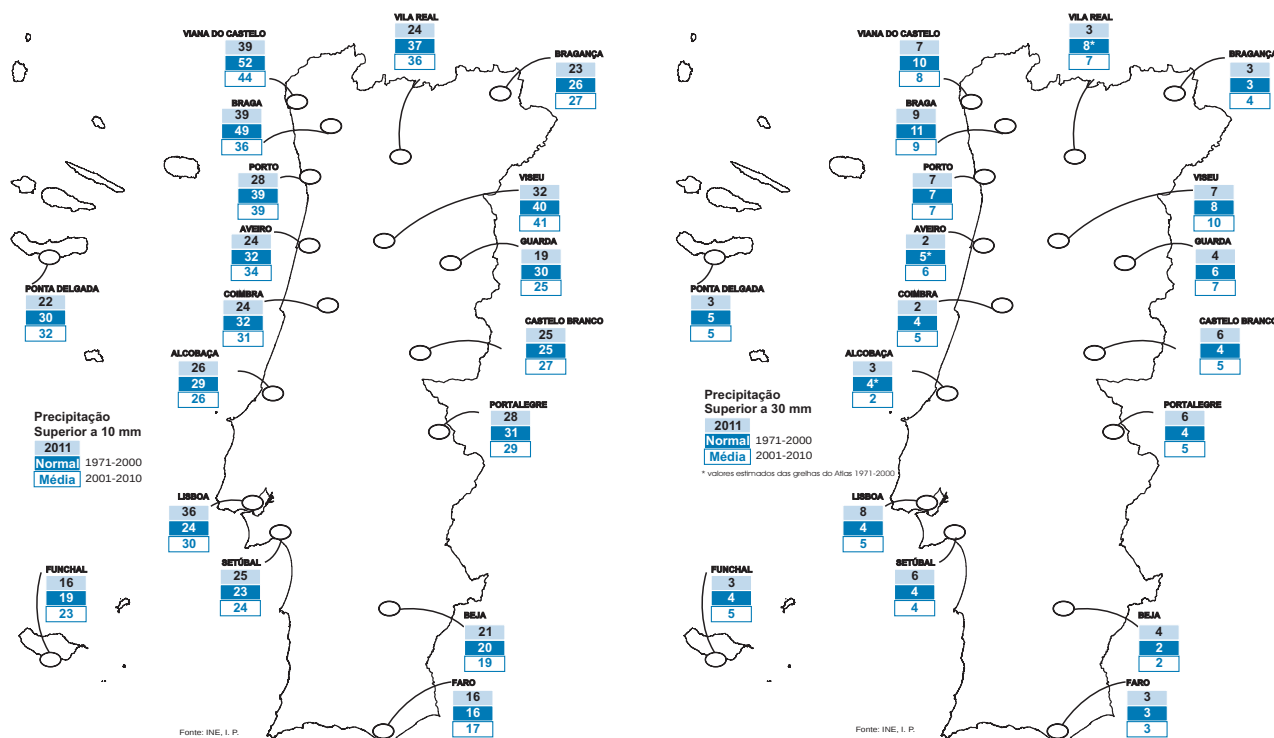
Em Ponta Delgada, a precipitação intensa (≥ 10 mm) variou entre 19 dias (2008) e 42 dias (2010) e a precipitação muito intensa (≥ 30 mm) entre 2 dias (2008 e 2009) e 8 dias (2010).

No Funchal, o número de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm) foi inferior aos registados na região autónoma dos Açores, tendo variado entre 16 dias (2007) e 40 dias (2010).

Salienta-se ainda o facto de 2010 ter sido o ano em que se registou um maior número de dias com precipitação intensa e muito intensa, tanto em Ponta Delgada como no Funchal, sendo que esta estação registou mais 5 dias de precipitação muito intensa do que Ponta Delgada.



Figura 2.9 - Número médio de dias com precipitação ≥ 10 mm e ≥ 30 mm, por estação



Na figura 2.9 apresenta-se o número de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm) e muito intensa (≥ 30 mm) no território nacional, nas 20 estações em análise.

Analisando o número médio de dias com precipitação intensa e muito intensa, por estações, na década 2001-2010, verifica-se que as estações de Braga, Viana do Castelo e de Viseu registaram o maior número médio de dias com precipitação, quer intensa quer muito intensa.

Relativamente à precipitação intensa (≥ 10 mm), comparando os dados de 2001-2010 com a normal de 1971-2000, verifica-se que a estação de Braga foi a que apresentou uma maior diferença no número de dias com precipitação intensa, menos 13 dias.

Em 2011, a média da precipitação intensa e muito intensa anual, nas estações meteorológicas consideradas nesta análise, foi de cerca de 26 dias e 5 dias respetivamente. No Continente, os valores mais elevados de precipitação intensa foram observados nas estações de Viana de Castelo e Braga (39 dias), Lisboa (36 dias) e Viseu (32 dias). Em termos de precipitação muito intensa os valores mais elevados registaram-se nas estações de Braga (9 dias) e Lisboa (8 dias).

No ano de 2011 na generalidade das estações analisadas, das regiões Norte e Centro registaram-se valores do número médio de dias com precipitação intensa inferiores à normal 1971-2000.

2.1.3.3 – Índice SPI

Uma seca pode ser entendida como um período suficientemente longo com ausência ou deficiência de precipitação e que causa um desequilíbrio hidrológico acentuado. Consoante as suas consequências, distinguem-se entre secas meteorológicas, agrícolas, hidrológicas e socioeconómicas.

A seca hidrológica corresponde a períodos de redução do nível de água nos reservatórios superficiais e subterrâneos.

De entre os índices existentes para avaliar a intensidade das secas, um dos mais utilizados é o índice de precipitação padronizada (em inglês, *Standardized Precipitation Index*), desenvolvido por *Mckee et al.* (1993).

As escalas de tempo mais frequentes para cálculo do SPI são 3, 6, 9 e 12 meses, sendo entendimento geral que as escalas inferiores a 6 meses, permitem monitorizar a seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), e as escalas superiores, em particular 9 e 12 meses, permitem monitorizar a seca hidrológica que reflete a escassez de água nos escoamentos e nos reservatórios artificiais (albufeiras).



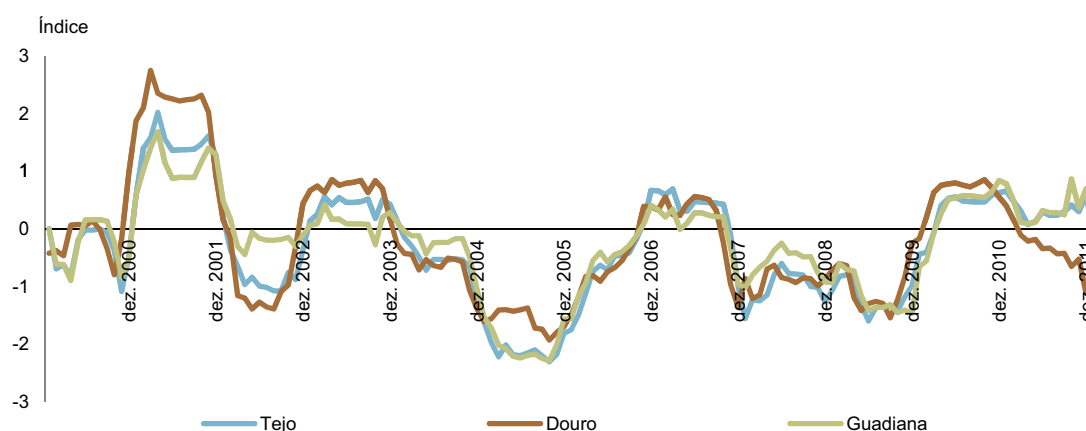
A classificação do índice SPI varia entre a seca extrema (inferior a -2) e chuva extrema (superior a +2), estando os valores negativos (inferiores a -0.5) associados a episódios de seca e os valores positivos (superiores a 0.5) associados a situações de chuva. A figura 2.10 apresenta a classificação do índice SPI, para períodos secos e chuvosos.

Figura 2.10 - Classificação do índice SPI para períodos secos e períodos chuvosos

Valores do SPI	Categoria da Seca
>2,00	chuva extrema
1,50 a 1,99	chuva severa
1,00 a 1,49	chuva moderada
0,99 a 0,50	chuva fraca
0,49 a -0,49	normal
-0,50 a -0,99	seca fraca
-1,00 a -1,49	seca moderada
-1,50 a -1,99	seca severa
<- 2,00	seca extrema

Fonte: INE, I.P

Figura 2.11 - Evolução histórica do SPI, entre 2000 e 2011, nas principais bacias do Continente



Fonte: INE, I.P

Com base na figura 2.11 pode ser analisada a evolução dos valores do SPI-12 meses, de 2000 a 2011, para as 3 principais bacias do Continente: Douro, Tejo e Guadiana.

Em 2011, de acordo com a classificação do SPI, as bacias do Tejo e do Guadiana não apresentavam período de seca, já a bacia do Douro apresentou situações de seca fraca a moderada.

Salienta-se ainda que na série temporal em análise, houve uma situação de seca com maior severidade, no período 2004-2005, nas 3 principais bacias hidrográficas, chegando as bacias do Tejo e do Guadiana a atingir valores de SPI inferiores a -2, o que corresponde a uma situação de seca extrema.

2.2 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.2.1 - Emissões de gases de efeito de estufa

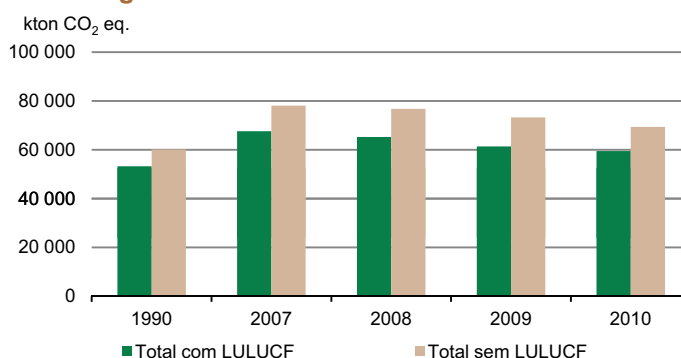
O setor floresta e alteração de uso do solo (sigla inglesa: LULUCF, Land Use, Land-Use Change and Forestry) pode atuar como fonte de emissão ou como sumidouro de carbono. Nos países industrializados, o setor LULUCF representa, na maioria dos casos, um sumidouro de carbono.

A figura 2.12 apresenta as emissões de gases de efeito de estufa (somatório dos três principais: dióxido de carbono, o óxido nitroso e metano), desde 1990 a 2010, com e sem contabilização das emissões de alteração do uso do solo e florestas. Entre 2007 e 2010, o [potencial de efeito de estufa](#) com e sem LULUCF, tem vindo a decrescer a uma taxa média anual de 4,2% e 3,9%, respetivamente.



Em 2010, as emissões de gases de efeito estufa sem LULUCF foram de cerca de 69 360 kton de CO₂eq e com LULUCF foram de 59 480 kton de CO₂eq, o que resulta de um sequestro líquido de 9 880 kton de CO₂eq por parte do setor LULUCF. Em 2007, o contributo deste setor foi estimado em -10 451 kton de CO₂eq representando um sequestro superior de carbono nesse ano. A contribuição do setor LULUCF apresenta grande variação anual, resultado da variação das taxas de alteração de uso de solo, da procura de biomassa, da exploração florestal e em particular da incidência dos incêndios florestais. Diferentes usos do solo, diferentes atividades de gestão agrícola e silvícola e diferentes usos dos produtos de madeira abatida podem afetar o teor e os fluxos de carbono de e para a atmosfera.

Figura 2.12- Potencial de efeito de estufa



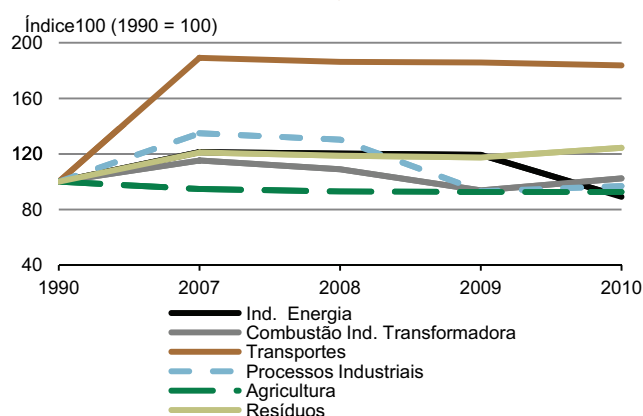
Nota: Inclui CO₂, CH₄ e N₂O

Fonte: INE, I.P.

Entre 1990 e 2007 (figura 2.13), os níveis de emissão de GEE aumentaram em quase todos os setores de atividade, exceto no setor da “agricultura” que apresentou até 2007 uma taxa de variação de -5%, em resultado das mudanças estruturais ocorridas.

No período de 2009 a 2010, apenas os setores da “ind. energia” e dos “transportes” apresentaram uma tendência decrescente, registando uma variação anual de -25% e -1%, respetivamente. A grande redução observada no setor energia resulta de um ano de precipitação elevada, que permitiu uma elevada produção hídrica e uma menor necessidade de produção de fontes mais poluentes. No entanto a diminuição das emissões deste setor tem sido uma tendência registada já em anos anteriores, sendo de apontar outras causas para esta tendência, como sejam o crescimento significativo da energia produzida a partir de fontes de energia renovável (principalmente eólica) e a implementação de medidas de eficiência energética. Em termos do setor “transportes”, que é fortemente dominado pelo tráfego rodoviário, regista-se uma diminuição dos níveis de emissão desde meados dos anos 2000, situação que está associada a uma melhoria da eficiência no setor dos transportes (através da renovação do parque automóvel), e nos anos mais recentes, pode ser também explicada pelo aumento do preço dos combustíveis e consequente redução de consumo, também em consequência do abrandamento económico do país.

Figura 2.13 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por sector de emissão, entre 1990 e 2010



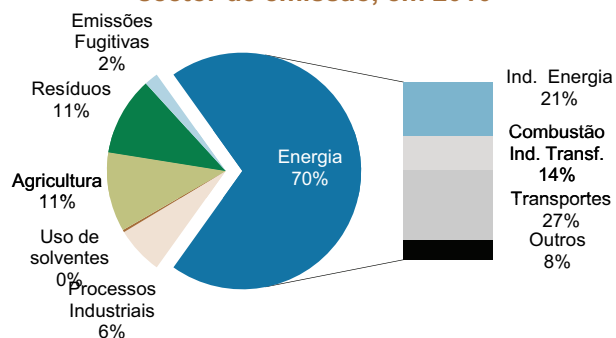
Nota: Inclui CO₂, CH₄ e N₂O

Fonte: INE, I.P.

No que se refere aos restantes setores de emissão, a “combustão na ind. transformadora” foi o que registou um maior crescimento (9%) seguindo-se os “resíduos” (6%) e os “processos industriais” (4%). O crescimento das emissões relativas à indústria no período 2009/10 está associado à ligeira recuperação económica registada no ano 2010. O crescimento do setor dos resíduos poderá estar também relacionado com a variação da atividade industrial, podendo ainda ser explicado pelo método de contabilização das emissões que, no caso da deposição em aterro, tem em conta uma degradação da matéria orgânica no tempo e não imediatamente após a deposição.



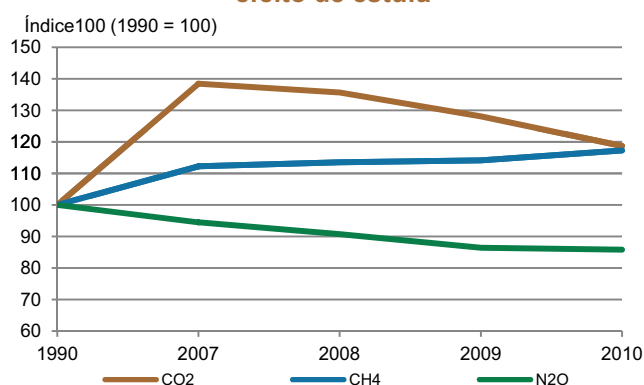
Figura 2.14 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por sector de emissão, em 2010



Nota: Inclui CO₂, CH₄ e N₂O

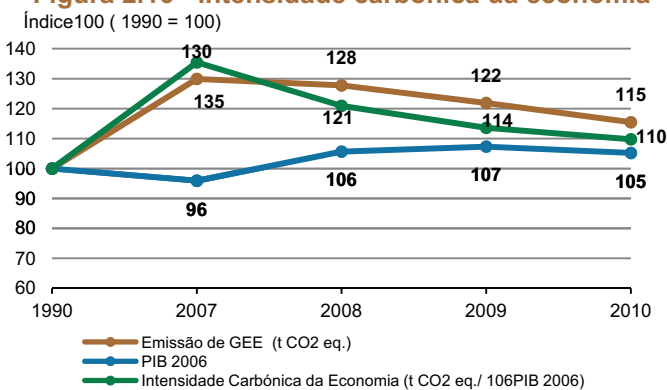
Fonte: INE, I.P.

Figura 2.15 - Emissão dos principais gases de efeito de estufa



Fonte: INE, I.P.

Figura 2.16 - Intensidade carbónica da economia



Fonte: INE, I.P.

No que concerne à repartição das emissões nacionais por setor, em 2010, verifica-se que 70% das emissões ocorridas tiveram origem no setor “energia”, no qual se destacam os “transportes” como os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito de estufa, representando 27% do total das emissões.

Em 2010, o CO₂ foi o principal gás responsável pelo efeito de estufa, representando cerca de 76% do total das emissões, situação relacionada com a importância do setor da energia e a predominância do uso de combustíveis fósseis.

Em relação a 1990, apenas as emissões de N₂O diminuíram, a uma taxa média anual de -0,8%, o que pode ser justificado pela redução de emissões da agricultura. Relativamente às emissões de CH₄, o aumento verificado está relacionado em grande medida com o aumento das emissões no setor dos resíduos, grande responsável pelas emissões deste gás resultante da decomposição anaeróbia da componente orgânica dos resíduos e dos sistemas de tratamento de águas residuais.

O indicador da intensidade carbónica da economia é calculado por unidade de PIB, sendo expresso pelo rácio entre o total das emissões de GEE a nível nacional e o PIB.

No contexto da UE, definiu-se como prioridade promover uma economia de baixa intensidade carbónica e eficiente no plano energético.

Entre 2007 e 2010, registaram-se reduções progressivas da intensidade carbónica da economia nacional. Em 2007, Portugal registava uma intensidade carbónica de 508 t CO₂eq./10⁶ PIB 2006 alcançando em 2010 as 411 t CO₂eq./10⁶ PIB 2006, o que corresponde a uma taxa de variação média anual de cerca de -7%.

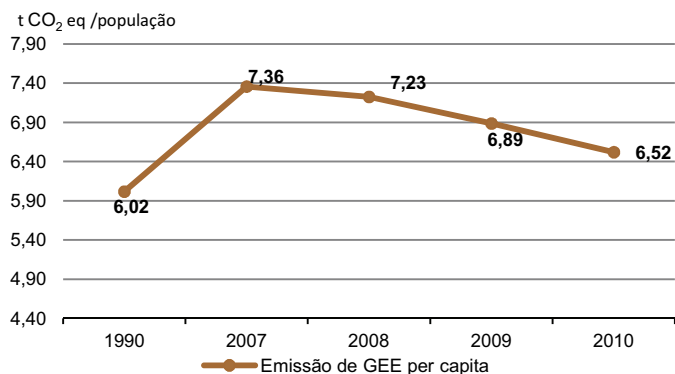
A trajetória descendente verificada nos últimos anos pode explicar-se pela conjugação de vários fatores, em particular: a penetração de fontes energéticas menos poluentes e de tecnologias mais eficientes (como o gás natural, instalação de centrais de ciclo combinado e de unidades de cogeração); o crescimento da energia produzida a partir de fontes renováveis, e a implementação de medidas de eficiência energética.



No período de 2007 a 2010, as emissões de GEE *per capita* decresceram progressivamente, a uma taxa média anual de cerca de 3,9 %, registando-se uma taxa de crescimento efetivo de -5,3% em 2010, relativamente a 2009.

No que respeita às emissões *per capita*, o valor registado em 2010 (6,5 t CO₂eq/per capita) foi praticamente da mesma ordem de grandeza do verificado em 1990 (6,0 t CO₂eq/per capita).

Figura 2.17 - Emissão de GEE per capita



Fonte: INE, I.P.

2.2.2 – Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)

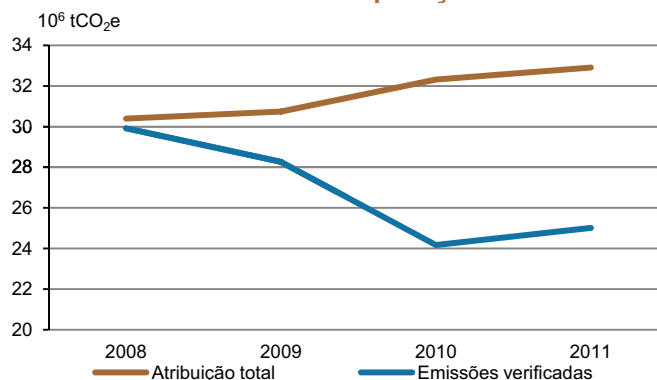
O CELE constitui o principal instrumento político-administrativo europeu e nacional para controlo e mitigação das emissões de gases de efeito de estufa num conjunto de setores de atividade industrial.

A UE criou o mecanismo CELE¹ como forma de implementar a estratégia comunitária de redução de emissões e garantir a execução dos respetivos objetivos.

A aplicação do regime CELE teve o seu início em 2005, numa primeira fase como período experimental, que decorreu entre 2005 e 2007. A segunda fase que está a terminar abrange o período 2008-2012, o qual coincide com o período de cumprimento do Protocolo de Quioto.

Nestes dois períodos de aplicação do CELE (2005-2007 e 2008-2012), as regras fundamentais genéricas de funcionamento consistem na atribuição gratuita de licenças de emissão (LE), a obrigação de monitorização, verificação e comunicação de emissões e a devolução de LE no montante correspondente. A atribuição gratuita de LE teve lugar através dos planos nacionais de atribuição de licenças de emissão, PNALE I (2005-2007) e PNALE II (2008-2012), que foram aprovados pela Comissão.

Figura 2.18 - Licenças atribuídas e emissões verificadas no âmbito da aplicação do PNALE II



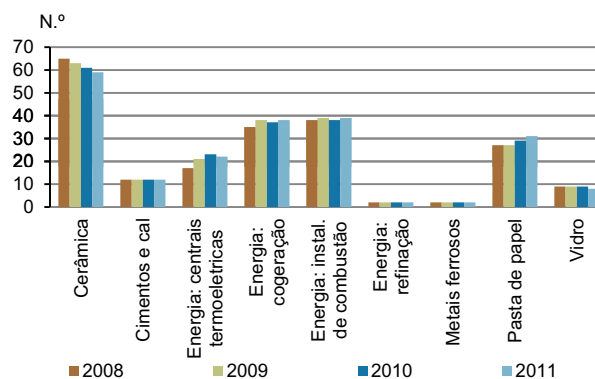
Fonte: INE, I.P.

No período 2008-2011 (PNALE II) foi prevista a atribuição anual de um total de 30,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

Em 2008 a atribuição efetiva de licenças foi ligeiramente inferior à atribuição prevista, devido a não atribuição de licenças a operadores que não dispunham licença ambiental no âmbito da regulamentação comunitária da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, a operadores com atividade suspensa ou que cessaram atividade, e ainda a operadores excluídos do regime CELE.

Todavia, à atribuição efetiva somaram-se as licenças de emissão de caráter de reserva, o que determinou que de 2009 a 2011, o total de licenças de emissão atribuídas tivesse superado de modo significativo o previsto.

Figura 2.19 - Número de empresas abrangidas por setor emissor no âmbito da aplicação do PNALE II



Fonte: INE, I.P.

¹ - Diretiva 2003/87/CE, de 13 de outubro, transposta para a ordem jurídica nacional pelo D.L. n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, última redação dada pelo D.L. n.º 154/2009, 6 de julho, habitualmente designado por Diploma CELE.



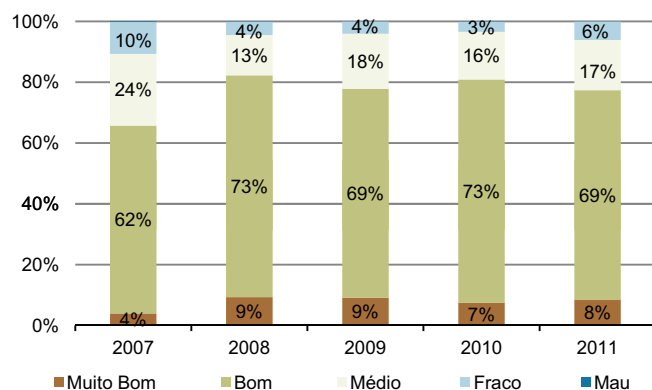
As emissões verificadas de 2008 a 2010 divergiam significativamente do total das licenças atribuídas, significando em 2010 cerca de 75% das mesmas.

A Agência Portuguesa do Ambiente é a Autoridade Competente que, no âmbito nacional e conforme a legislação, detém as responsabilidades de coordenação geral do instrumento CELE.

2.3 - QUALIDADE DO AR

2.3.1 - Índice de qualidade do ar

Figura 2.20 - Qualidade do ar



Fonte: INE, I.P.

O índice de qualidade do ar (IQAr) é calculado e disponibilizado diariamente pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) no Continente e pelas Direções Regionais do Ambiente (DRAs) nos Açores e na Madeira.

Este índice é apresentado para cada uma das zonas ou aglomerações e constitui uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar, traduzida numa escala de cores, em que a cada poluente correspondem gamas de

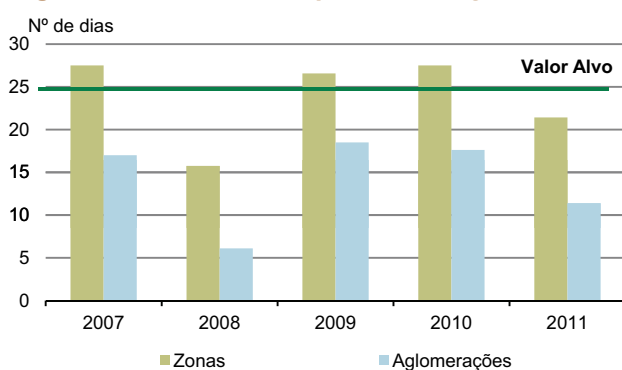
concentrações diferentes divididas em cinco classes de “Muito Bom” a “Mau”, em função dos seus valores-limite, representando a pior classificação obtida para os poluentes medidos. Os poluentes considerados para o cálculo são o dióxido de azoto (NO_2), o ozono (O_3) e as partículas PM_{10} (partículas de diâmetro igual ou inferior a $10 \mu\text{m}$), sendo a medição de CO e de SO_2 não obrigatória, no entanto, caso exista, as concentrações são também utilizadas para o cálculo do IQAr.

Em Portugal, verifica-se que no último quinquénio, a classe predominante do IQAr foi “Bom”. Comparando o ano de 2011 com o ano anterior, constata-se que, apesar da percentagem de número de dias com o IQAr “Bom” ter sofrido um decréscimo de 4%, observa-se um ligeiro aumento do número de dias com a classificação de “Muito Bom” e um decréscimo do IQAr com a classificação “Mau”, embora insignificante em termos percentuais.

2.3.2 - Ozono troposférico

O Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, fixa os objetivos para a qualidade do ar ambiente tendo em conta as normas, orientações e programas da Organização Mundial da Saúde, destinados a evitar, prevenir ou reduzir as emissões de poluentes atmosféricos. Define ainda, as unidades de avaliação e gestão da qualidade do ar, as zonas, que são áreas geográficas de características homogêneas em termos de ocupação do solo, densidade populacional e qualidade do ar, e também as aglomerações, coincidentes com as grandes áreas urbanas e suburbanas, cuja delimitação tem em conta o número de habitantes (superior a 250 000) e/ou a densidade populacional (superior a 500 hab/km^2).

Figura 2.21 - Valor Alvo para a Proteção da Saúde



Fonte: INE, I.P.

Para o ozono troposférico, este decreto fixa como limiar de alerta o valor de $240 \mu\text{g/m}^3$ e como limiar de informação ao público, o valor de $180 \mu\text{g/m}^3$ (concentrações médias horárias). Além dos referidos limiares, o Decreto-Lei n.º 102/2010 estabelece outros parâmetros para o ozono, como o valor alvo e o objetivo de longo prazo, ambos definidos para a proteção da saúde humana e para a proteção da vegetação. O valor alvo para proteção da saúde humana corresponde a $120 \mu\text{g/m}^3$, a não ultrapassar mais de 25 dias por ano civil e em média num período de três anos, enquanto o objetivo de longo prazo consiste em não ultrapassar essa concentração em nenhum dia do ano.

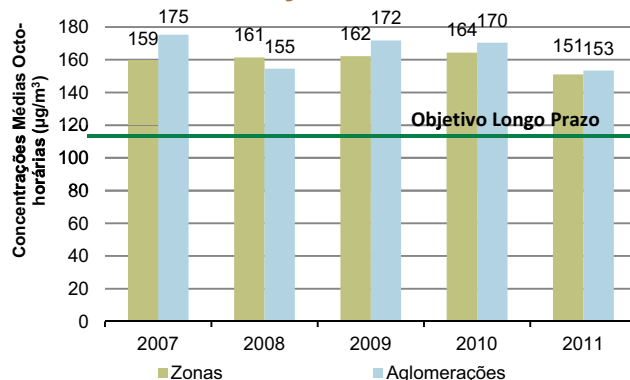


Da análise da figura 2.22, constata-se que o valor alvo para a proteção da saúde nas “zonas” foi excedido em 3 anos (2007, 2009 e 2010), enquanto nas aglomerações não se registou nenhum excedente durante o período em análise.

A Figura 2.23 pretende ilustrar uma análise de tendência, efetuada com base na média de todos os valores máximos anuais (das concentrações máximas diárias das médias octo-horárias de ozono), considerando as estações de monitorização com uma eficiência de medição superior a 85 %, agregadas por zona e aglomeração. Em 2011 verificou-se que o valor obtido para as zonas foi de 151 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ e para as aglomerações foi de 153 $\mu\text{g}/\text{m}^3$, observando-se, desde 2009, um ligeiro decréscimo dos níveis medidos, quer nas zonas quer nas aglomerações.

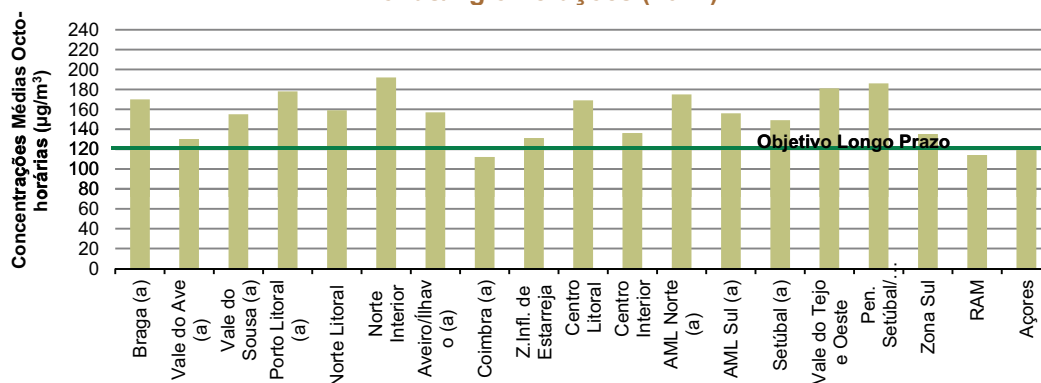
Confirmando a tendência dos últimos cinco anos, os valores das concentrações obtidas em 2011 continuam acima do objetivo de longo prazo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 102/2010.

Figura 2.22 - Objectivo de Longo Prazo para a Proteção da Saúde



Fonte: INE, I.P

Figura 2.23 - Objectivo de Longo Prazo para a Proteção da Saúde, por Zonas/Aglomerações (2011)



Fonte: INE, I.P

Analisando genericamente as concentrações médias octo-horárias por zona/aglomeração, em 2011, verifica-se que os valores registados ultrapassaram quase sempre o objetivo de longo prazo estabelecido (120 $\mu\text{g}/\text{m}^3$), exceto nas zonas da Região Autónoma da Madeira (RAM) e Açores e na aglomeração de Coimbra, onde foi também registado o nível mais baixo de 112 $\mu\text{g}/\text{m}^3$.

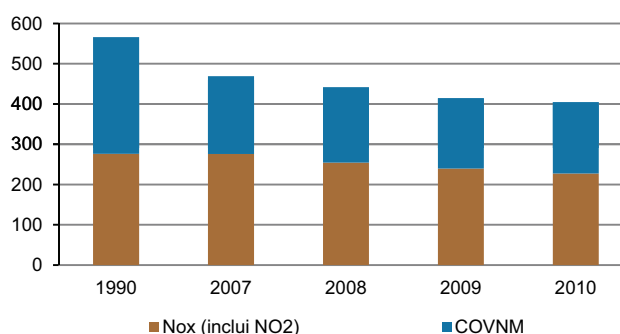
2.3.3 - Substâncias precursoras de ozono troposférico

Analisando o Inventário nacional de emissões de poluentes atmosféricos, publicado em 2012, constata-se que Portugal tem desenvolvido esforços para diminuir as emissões de substâncias precursoras de ozono troposférico (óxidos de azoto (NO_x) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM)), desde 1990.

Em 2010, o potencial de formação do ozono troposférico (TOFP²), o qual avalia a concentração de substâncias que favorecem a formação de ozono, diminuiu cerca de 29%, em relação a 1990, devido sobretudo à redução de COVNM, cuja taxa de crescimento registada foi de -39%.

Figura 2.24 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente

kt de COVNM eq.



Fonte: INE, I.P

² - “Potencial de Formação de Ozono Troposférico” (TOFP, na sigla inglesa), faz a agregação das diversas emissões dos referidos gases após afetação de cada um por fatores de ponderação específicos em COVNM equivalente. Fatores de ponderação/conversão em COVNM equivalente - TOFP: $\text{NO}_x=1,22$; COVNM=1,00



Salienta-se que, o período entre 2009 e 2010, foi o que registou um decréscimo menos acentuado de TOPF (-2%), em contraste com o período entre 2008 e 2009 em que a taxa de crescimento do TOPF foi de cerca de -6%.

Figura 2.25 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por setor de emissão

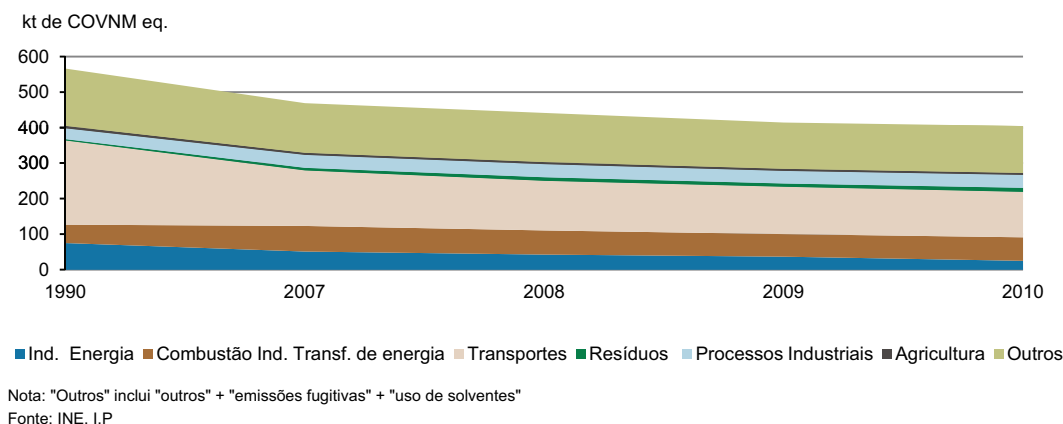
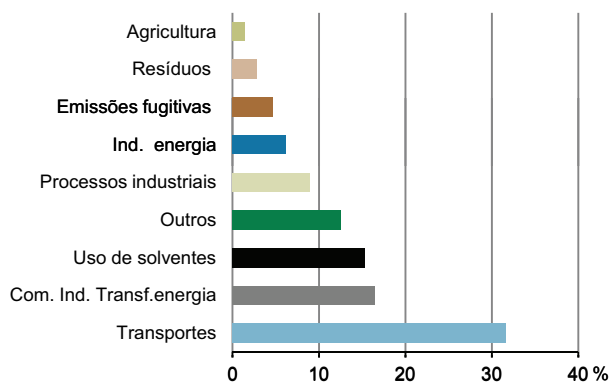


Figura 2.26 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico por setor de emissão em 2010



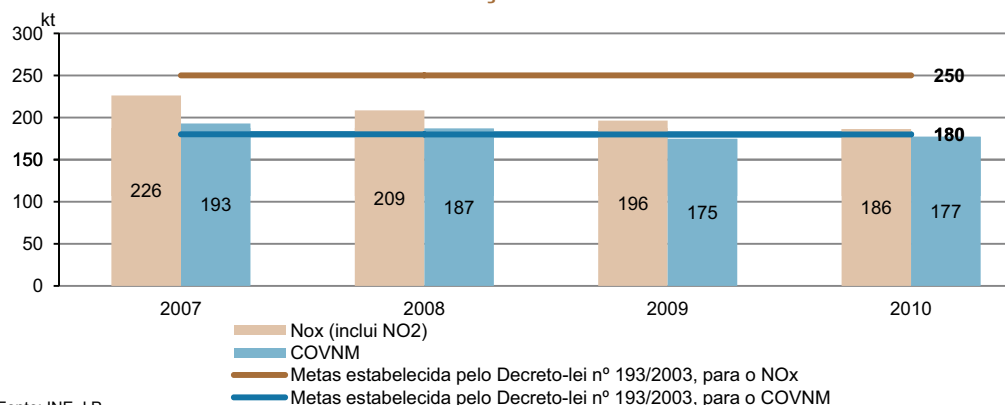
Fonte: INE, I.P

Entre 1990 e 2010, a análise setorial revela que quase todos os setores contribuíram para o decréscimo das emissões de substâncias precursoras de ozono troposférico, à exceção da "combustão na indústria transformadora", dos "processos industriais" e dos "resíduos" que registaram um crescimento médio anual de 1,3%, 0,9% e 6,6%, respetivamente.

Assinala-se ainda, que em todos os anos da análise, foram sempre os setores relacionados com a energia ("indústria de energia, comb. indústria transformadora, transportes e outros"), os que mais contribuíram para as emissões de NO_x e COVNM.

Relativamente a 2010, verifica-se que os setores da "combustão na indústria transformadora" (16%) e dos "transportes" (32%) foram os maiores responsáveis pelos níveis de emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico.

Figura 2.27 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico e meta alcançar em 2010



Fonte: INE, I.P



A Comissão Económica para a Europa da ONU aprovou, no âmbito da Convenção sobre a poluição atmosférica transfronteiriça a longa distância (sigla inglesa CLRTAP), o Protocolo de Gotemburgo relativo à redução da acidificação, da eutrofização e do ozono troposférico. Este protocolo fixa as metas de emissão (valores-limite de emissão) para o ano 2010, aplicáveis a nível nacional, no que respeita aos quatro principais poluentes precursores responsáveis pela acidificação, eutrofização ou ozono troposférico: dióxido de enxofre, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis e amoníaco.

Para além do Protocolo de Gotemburgo, existe um outro instrumento de controlo da qualidade do ar, a Diretiva 2001/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (transposta para direito interno pelo Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto). Esta Diretiva fixa valores-limite nacionais de emissão para cada Estado-Membro, que devem ser atingidos o mais tardar em 2010, e que são semelhantes aos exigidos no Protocolo de Gotemburgo (metas de emissão para NO_x = 260 kt e COVNM = 202 kt). O Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto fixa as seguintes metas: 250 kt para o NO_x e 180 kt para os COVNM.

A Figura 2.27 permite retirar conclusões relativamente ao nível das emissões face aos tetos estabelecidos pelo Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto

Em 2010 foram emitidas 186 kt de NO_x e 177 kt de COVNM, valores inferiores ao teto imposto pelo Decreto-lei nº 193/2003, o que significa que Portugal atingiu os objetivos estabelecidos para 2010 no que respeita à emissão de substâncias precursoras do ozono troposférico.

Em 2010, as emissões de NO_x e de COVNM encontravam-se 17% abaixo do limite máximo fixado.

2.3.4 - Substâncias acidificantes e eutrofizantes

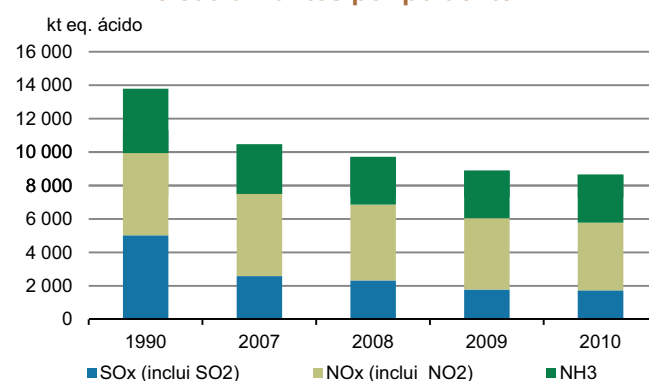
De acordo o Inventário nacional de emissões de poluentes atmosféricos de 2012, constata-se que Portugal tem desenvolvido esforços para diminuir as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes para a atmosfera (óxido de enxofre (SO_x), amónia (NH₃) e óxidos de azoto (NO_x)).

Em 1990, Portugal emitia para a atmosfera 13 785 kt de equivalente ácido³, enquanto que em 2010 eram emitidas 8 650 kt de equivalente ácido, o que corresponde a uma taxa de variação média anual negativa de 2,4%.

O SO_x (óxidos de enxofre), principal gás acidificante, foi o que registou um decréscimo médio anual mais acentuado de cerca de 5,5%, seguindo-se o NH₃ com 1,5% e o NO_x com 1,0%.

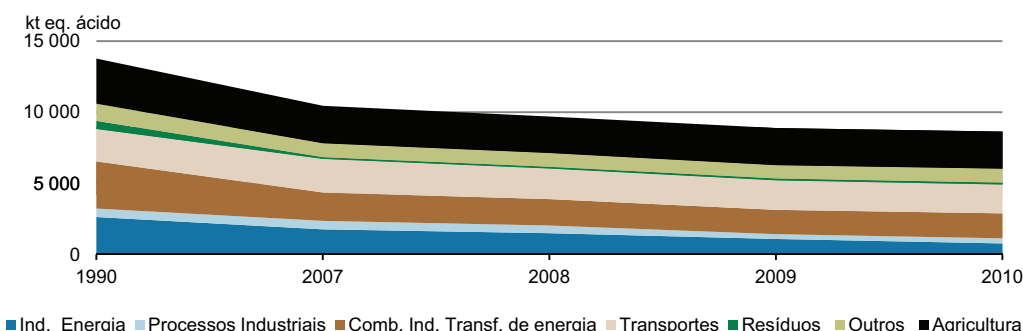
Da análise das substâncias acidificantes por tipo de poluente, observa-se que em 2010, o NO_x e NH₃, foram responsáveis por 47% e 33% de emissões, respetivamente, sendo o resto imputado ao SO_x.

Figura 2.28 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente



Fonte: INE, I.P

Figura 2.29 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão



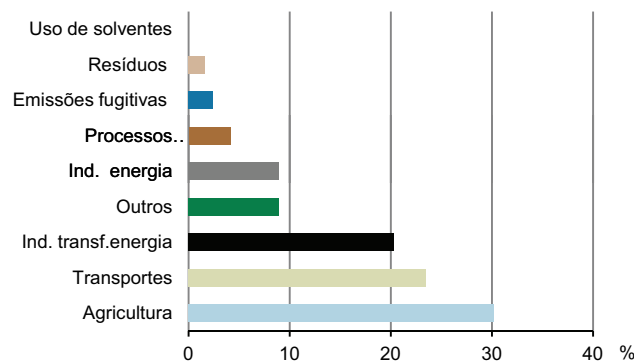
Nota: "Outros" inclui "outros" + "emissões fugitivas" + "uso de solventes"

Fonte: INE, I.P

³ - O indicador "Equivalente Ácido", agrega os valores de dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x) e amónia (NH₃), a partir de fatores de ponderação específicos adotados pela Agência Europeia do Ambiente. Fatores de ponderação/conversão em equivalente ácido (equivalentes ácido/kg): SO₂=31,25; NO_x=21,74; NH₃=58,82.



Figura 2.30 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão, em 2010

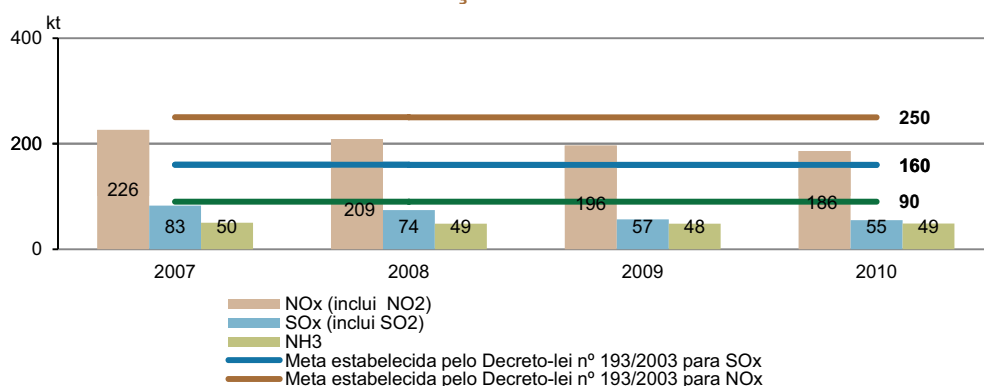


Fonte: INE, I.P

Na avaliação da evolução e tendência das substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de atividade, entre 1990 e 2010, verifica-se que todos os setores diminuíram os seus níveis de emissão. Destaca-se o setor dos “resíduos” o qual decresceu a um ritmo médio anual de cerca de 7,1%, seguindo-se o setor da “indústria da energia” (6,3%) e da “ind. transformadora de energia” (3,3%).

Em 2010, os setores de atividade que mais contribuíram para a emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes foram a agricultura (30%) e os “transportes” (23%). Importa salientar que os valores registados no setor da “agricultura” devem-se principalmente às emissões de amoníaco, que provêm essencialmente da gestão do estrume e de dejetos animais resultantes do pastoreio e da aplicação de fertilizantes minerais azotados.

Figura 2.31 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes e metas a alcançar em 2010



Fonte: INE, I.P

Tal como referido no item sobre substâncias precursoras de ozono, o Protocolo de Gotemburgo fixa também valores-limite para substâncias acidificantes e eutrofizantes a atingir até 2010, os quais são: SO₂ = 170 kt, NO₂ = 260 kt e NH₃ = 108 kt. No que se refere à Diretiva 2001/81/CE relativa aos tetos de emissão (transposta para direito interno pelo Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto), esta estabelece como metas para as emissões atmosféricas, em 2010: SO₂ = 160 kt, NO₂ = 250 kt e NH₃ = 90 kt.

A Figura 2.31 revela que os níveis de emissão dos três poluentes se encontram abaixo dos tetos de emissão impostos pelo Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto. De facto, já em 2007 Portugal se situava abaixo de ambos os tetos para emissões de todos as substâncias acidificantes e eutrofizantes.

Em 2010, as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes atingiram o valor mais baixo, encontrando-se o SO_x, 65% abaixo da meta fixada pela Diretiva 2001/81/CE, seguido do NH₃ (46%) e do NO_x (26%).

2.4 – DESPESAS NA PROTEÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA

Em 2011, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” quase que duplicou face ao ano anterior, ascendendo a 11 milhões de euros. Este crescimento resulta sobretudo do aumento das atividades do Fundo Português de Carbono (FPC), instrumento financeiro criado pelo Estado Português para suprir o desvio do cumprimento do Protocolo de Quioto.



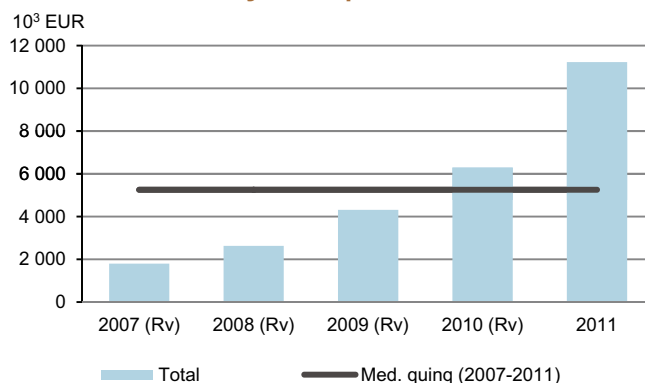
No entanto, a comparticipação da despesa das Administrações Públicas na “Proteção da qualidade do ar e clima” no total da despesa em ambiente continua a ser diminuta. O montante despendido neste domínio ambiental em 2011, foi de apenas 4% do total dos gastos da Administração Central, e de 1% da Administração Regional da Região Autónoma dos Açores decorrente de despesas efetuadas nas Estações de Controlo de Qualidade do Ar das Ilhas de S. Miguel e do Faial.

A análise da estrutura da despesa na “Proteção da qualidade do ar e clima” coloca em evidência as “Despesas correntes” que constituem o principal encargo nos últimos cinco anos. De referir, contudo, que a estrutura da despesa se alterou em 2011, com a contribuição das “aquisições de bens e serviços” a recuar 37 p.p., o que foi compensado pelas “transferências correntes” que absorveram mais de 1/3 do total da despesa. Para estes resultados destacam-se:

1. As verbas despendidas nas “aquisições de bens e serviços” pelo FPC com o Programa de Apoio a Projetos no País, programa que apoia iniciativas que conduzam à redução de emissões de gases com efeito de estufa ou ao sequestro de carbono, particularmente os projetos das Pastagens Permanentes Semeadas Biodiversas Ricas em Leguminosas 2009 -2012 e 2011-2014 e do Controlo de Matos 2011-2014;
2. O montante gasto pelo FPC no apoio à participação de entidades públicas e privadas no mercado de carbono, e dos acordos internacionais de cooperação climática para as denominadas “medidas de implementação imediata” designadas de “Fast Start”, em países em vias de desenvolvimento. Este contributo financeiro está direcionado para ações relacionadas com alterações climáticas ou ações que integrem a vertente das alterações climáticas. Em 2011, Portugal deu enfoque especial aos PALOP com 2 projetos localizados em Moçambique denominados por “Atlas das energias renováveis de Moçambique” e “Fornecimento e instalação de sistemas fotovoltaicos para eletrificação de 50 vilas de Moçambique”, cujas transferências atingiram o montante de 3,7 milhões de euros. O FPC apoiou ainda, em 2011, outros projetos nacionais de redução de emissões, como seja a rede piloto do MOBI.E, com a construção da rede de carregamento dos veículos elétricos, e incentivos financeiros à aquisição de veículos elétricos.

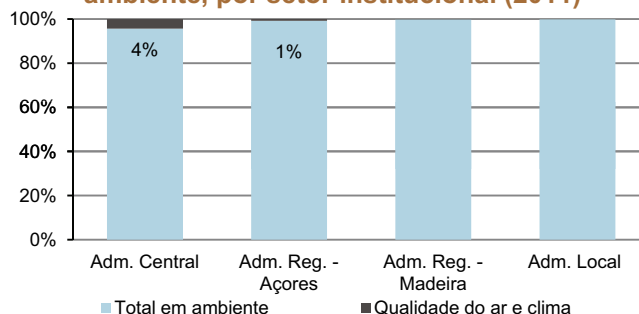
De referir que as “Despesas de capital” no quinquénio em análise referem-se exclusivamente a “investimentos”. Estes têm vindo gradualmente a perder importância, apesar da ligeira recuperação em 2011, contribuindo de forma marginal para o total da despesa deste domínio.

Figura 2.32 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima



Fonte: INE, I.P

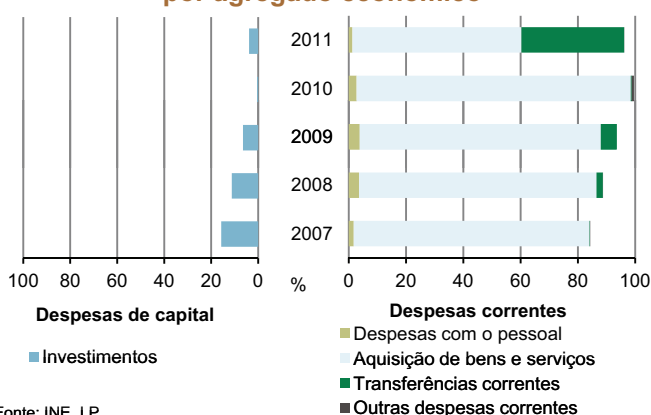
Figura 2.33 - Percentagem da Proteção da qualidade do ar e clima no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2011)



Nota: não foi considerado no período de referência de 2011 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I.P

Figura 2.34 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por agregado económico



Fonte: INE, I.P



2.5 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 2.1 - Precipitação total por NUTS II e por estação meteorológica

Unidade: mm

Estações	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Normal 1971-2000
Norte												
Braga/P.A. (2)	1968,4	1605,4	1398,5	1101,7	811,3	1633,0	x	1112,7	1408,6	1527,2	1198,1	1465,7
Bragança	1040,9	1056,7	919,1	519,3	458,2	965,2	575,3	561,1	751,2	1237,5	721,0	758,3
Porto	1717,0	1532,9	1653,3	958,8	693,3	1290,5	720,2	1021,4	1243,5	1203,5	935,3	1146,2
Viana do Castelo/Meadela (1)	1920,0	1562,7	1591,2	945,4	932,1	1503,7	775,8	1120,1	1575,3	1478,0	1153,6	1470,2
Vila Real	1328,7	1206,5	1066,9	670,6	569,9	1121,3	592,6	777,2	1090,6	1262,8	736,0	1057,6
Centro												
Alcobaça	x	816,3	1028,0	547,7	x	x	347,0	672,0	751,5	998,1	768,9	839,6
Aveiro*	1323,1	1222,2	1180,9	732,3	504,6	1226,3	592,9	894,2	1131,6	1186,6	789,3	906,7
Castelo Branco	879,0	933,5	968,4	501,3	514,6	1166,3	535,0	615,6	714,1	1190,8	758,0	751,7
Coimbra/Bencanta (3)	1189,1	1086,5	1085,6	685,9	555,2	1109,9	581,3	734,1	1004,9	908,7	695,8	905,1
Guarda	1212,3	933,8	1074,1	684,0	737,4	1285,9	799,5	663,6	792,3	1274,9	841,8	882,0
Viseu	1733,0	1506,6	1378,3	863,4	721,5	1498,0	743,8	1071,1	1469,8	1437,8	981,4	1169,9
Lisboa												
Lisboa/I.G.	772,8	840,0	875,6	573,9	482,9	1058,1	530,3	834,3	1100,1	1544,7	1045,4	725,6
Setúbal	787,4	818,0	952,7	487,7	451,8	945,1	431,8	653,3	738,5	1203,1	772,5	715,9
Alentejo												
Beja	682,2	589,7	607,6	328,0	338,9	575,5	351,4	510,0	495,8	822,0	656,8	571,8
Évora/CC	659,5	647,6	1263,9	688,8	799,0	1113,4	836,9	1134,6	596,9	757,3	639,1	609,4
Portalegre	977,8	888,2	882,5	618,3	546,0	1204,1	668,3	888,9	795,5	1125,8	851,0	852,4
Santarém/F.B	698,0	640,4	781,3	424,7	385,3	892,0	345,9	488,5	668,1	946,7	x	665,3
Algarve												
Faro	692,3	496,1	522,7	314,8	352,2	566,2	371,5	505,5	492,0	718,0	522,2	511,5
R. A. Açores												
Ponta Delgada	1230,7	1000,7	1059,3	998,6	1092,5	1193,0	1128,5	737,4	835,6	1474,0	737,1	972,1
R. A. Madeira												
Funchal	724,0	682,5	606,0	468,3	676,9	590,9	490,7	623,1	721,6	1535,3	491,9	596,4

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Notas:

- (1) A partir de 2006 os dados são da estação automática Viana do Castelo/Chafé
 (2) A partir de 2007 os dados são da estação automática Braga/Merelim
 (3) valor anual apurado sem informação do mês de agosto nos anos de 2001 a 2009
 (*) Vários dias de falhas nos meses de Maio, Julho e outubro de 2011

Quadro 2.2 - Temperatura máxima por NUTS II e por estação meteorológica **

Unidade: °C

Estações	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Normal 1971-2000
Norte												
Braga/P.A. (2)	20,2	20,2	20,5	20,6	21,0	21,4	21,4	20,5	21,5	20,6	22,3	20,0
Bragança	18,7	18,7	19,0	18,6	19,1	19,2	18,6	18,3	19,4	18,3	19,9	17,9
Porto	19,0	18,9	19,4	19,1	19,6	20,0	19,7	19,1	19,5	19,5	30,3	18,8
Viana do Castelo/Meadela (1)	20,5	20,5	20,7	20,9	21,2	19,8	19,6	18,9	19,2	19,5	20,4	19,8
Vila Real	18,4	18,7	18,9	18,5	19,2	19,3	18,6	18,1	19,2	18,9	20,0	18,6
Centro												
Alcobaça (4)	20,7	20,4	20,9	20,7	20,8	20,9	21,2	20,9	21,3	21,1	21,9	20,6
Aveiro	19,2	19,2	19,7	19,5	19,9	20,1	19,5	19,1	19,6	20,2	20,1	19,5
Castelo Branco	21,0	21,2	21,4	21,6	21,8	21,8	21,2	21,3	22,5	21,3	22,5	21,0
Coimbra/Bencanta (3)	20,5	20,8	20,9	21,0	21,5	21,3	21,3	20,9	21,5	22,2	22,9	21,2
Guarda	15,4	15,6	15,7	15,7	15,3	16,2	15,6	15,4	16,2	15,7	16,8	14,7
Viseu	18,5	18,1	18,5	18,3	19,1	19,1	18,8	18,1	18,6	18,5	19,6	19,6
Lisboa												
Lisboa/I.G.	21,3	21,6	22,0	21,9	22,0	22,3	21,6	21,7	22,5	21,8	22,5	20,9
Setúbal	22,3	22,4	22,8	23,1	23,2	23,0	22,7	22,3	23,1	22,4	23,1	21,8
Alentejo												
Beja	22,7	22,8	23,2	23,3	23,5	23,4	22,8	21,9	23,8	22,8	23,4	22,5
Évora/CC	22,1	22,3	22,6	23,0	23,3	23,1	22,4	22,3	23,5	23,1	23,4	20,7
Portalegre	20,4	20,4	20,5	20,7	21,4	21,2	20,4	19,6	20,8	20,2	21,3	19,5
Santarém/F.B	22,3	22,3	22,9	23,0	23,5	23,2	22,8	22,1	23,0	22,4	23,0	22,3
Algarve												
Faro	22,1	22,1	22,3	22,3	21,8	22,3	22,2	22,0	22,6	22,3	22,9	22,0
R. A. Açores												
Ponta Delgada	20,2	19,9	20,0	20,4	20,3	20,1	20,2	20,5	19,8	19,7	19,9	19,8
R. A. Madeira												
Funchal	23,5	23,3	23,5	23,7	22,7	23,2	23,3	23,4	23,3	23,0	22,5	22,1

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Notas:

- (1) A partir de 2006 os dados são da estação automática Viana do Castelo/Chafé
 (2) A partir de 2007 os dados são da estação automática Braga/Merelim
 (3) valor anual apurado sem informação do mês de agosto nos anos de 2001 a 2009
 (4) A estação de Leiria (capital de distrito) só tem dados a partir de 2008 pelo que se optou por representar o distrito com a estação de Alcobaça

** Quadro atualizado em 15-05-2013



Quadro 2.3 - Número de ondas de calor, por local

Local	Unidade: N.º										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lisboa	7	6	0	0	7	0	0	0	15	13	14
Porto	0	0	0	7	0	23	0	6	0	12	15
Coimbra	6	0	6	6	0	21	0	0	0	7	31
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
Viseu	8	15	9	0	12	9	0	6	17	0	17
Beja	17	23	24	20	14	24	0	0	16	6	29
V.Real	9	16	15	19	20	13	0	6	25	12	35
C.Branco	15	14	16	0	18	12	0	0	15	0	20
Portalegre	15	23	17	15	17	29	8	6	33	19	29
Bragança	19	22	29	0	16	16	17	0	18	0	37
Monção	14	9	18	19	19	33	6	7	29	9	46
Braga	15	0	6	13	6	30	6	6	28	7	32
Guarda	11	16	11	22	8	36	0	6	33	20	30
Anadia	8	6	9	8	12	40	7	0	14	21	37
Alcobaça	0	0	0	0	0	6	6	0	7	6	24
Santarém	0	8	9	7	6	34	0	6	12	6	29
Setúbal	6	6	9	0	0	8	0	0	23	6	20

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.4 - Número de ondas de frio, por local

Local	Unidade: N.º										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Évora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viseu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V.Real	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C.Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bragança	6	6	6	0	6	0	8	0	0	0	0
Monção	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0
Braga	0	0	0	0	17	6	0	0	6	0	7
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anadia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alcobaça	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	6
Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal	0	0	0	0	6	0	6	0	0	0	0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.5 - Número de dias de precipitação maior ou igual a 10mm

Local	Unidade: N.º										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lisboa	30	31	35	15	18	35	18	25	40	52	36
Porto	47	59	52	30	20	41	19	33	45	40	28
Setúbal	25	24	35	14	13	27	12	21	22	45	25
Braga	61	61	52	38	30	53	x	31	43	46	39
Aveiro	44	48	43	25	10	43	19	27	41	43	24
Alcobaça	x	36	39	13	x	x	10	24	24	37	26
Santarém	25	24	31	14	11	33	7	15	23	40	x
Faro	21	18	20	11	12	17	9	17	19	24	16
Coimbra	43	40	36	21	18	39	19	29	38	30	24
Viseu	52	50	51	26	23	46	23	32	50	54	32
V.Castelo	67	58	63	28	27	30	24	39	53	47	39
V.Real	50	48	38	24	21	44	19	25	42	44	24
C.Branco	31	35	33	17	15	35	15	17	21	47	25
Évora	20	25	36	21	23	36	19	31	19	28	3
Guarda	38	40	25	16	20	22	16	15	24	34	19
Beja	23	21	20	9	6	23	11	20	18	34	21
Bragança	29	34	31	16	16	32	21	18	31	44	23
Portalegre	33	32	36	26	18	39	16	24	31	38	28

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.6 - Número de dias de precipitação maior ou igual a 30mm

Unidade: N.º

Local	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lisboa	4	3	4	2	2	8	2	5	9	14	8
Porto	10	11	9	6	2	8	1	3	7	9	7
Setúbal	6	6	6	2	2	6	2	4	4	4	6
Braga	20	9	10	8	3	16	x	2	8	8	9
Aveiro	10	6	8	3	2	9	3	3	6	8	2
Alcobaça	x	1	7	2	x	x	1	2	1	3	3
Santarém	2	2	2	1	1	7	2	4	3	3	x
Faro	7	2	2	2	1	3	2	3	3	2	3
Coimbra	8	2	7	4	1	9	3	2	6	4	2
Viseu	19	10	13	5	3	13	6	7	13	13	7
VCastelo	15	7	11	5	6	6	3	3	15	9	7
VReal	13	9	5	6	2	8	5	3	8	9	3
CBranco	4	6	7	5	3	10	3	4	5	6	6
Évora	3	2	6	4	8	7	4	6	1	2	1
Guarda	8	10	9	5	7	9	4	3	2	8	4
Beja	5	1	3	0	2	3	1	1	1	3	4
Bragança	9	5	4	4	3	5	1	0	2	8	3
Portalegre	8	2	5	2	4	7	6	3	4	8	6

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.7 - Índice de precipitação padronizada (SPI)

Principais bacias	Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Tejo												
2000	-0,694	-0,626	-0,829	-0,19	-0,022	-0,024	-0,001	-0,064	-0,379	-1,091	-0,47	0,579
2001	1,4	1,58	2,018	1,549	1,357	1,368	1,371	1,378	1,468	1,609	1,252	0,198
2002	-0,359	-0,65	-0,969	-0,84	-0,996	-1,019	-1,078	-1,075	-0,758	-0,885	-0,375	0,14
2003	0,247	0,552	0,413	0,538	0,455	0,455	0,471	0,514	0,179	0,504	0,426	0,131
2004	-0,151	-0,297	-0,489	-0,722	-0,533	-0,533	-0,552	-0,52	-0,538	-0,666	-1,213	-1,624
2005	-1,978	-2,221	-2,015	-2,185	-2,201	-2,152	-2,101	-2,203	-2,308	-2,181	-1,814	-1,753
2006	-1,496	-1,124	-0,737	-0,631	-0,713	-0,47	-0,467	-0,419	-0,189	0,103	0,664	0,657
2007	0,59	0,69	0,318	0,307	0,472	0,464	0,454	0,445	0,422	-0,104	-0,99	-1,559
2008	-1,23	-1,25	-1,152	-0,798	-0,602	-0,778	-0,785	-0,805	-1,002	-1,017	-1,268	-1,069
2009	-0,827	-0,799	-0,83	-1,332	-1,601	-1,371	-1,349	-1,334	-1,427	-1,182	-0,987	-0,441
2010	-0,41	-0,065	0,399	0,524	0,55	0,48	0,47	0,465	0,467	0,584	0,626	0,652
2011	0,48	0,31	0,07	0,13	0,29	0,23	0,24	0,30	0,41	0,30	0,60	-0,10
Guadiana												
2000	-0,613	-0,618	-0,898	-0,23	0,15	0,157	0,157	0,129	-0,226	-0,852	-0,503	0,58
2001	1,025	1,401	1,686	1,141	0,872	0,891	0,89	0,888	1,157	1,399	1,284	0,477
2002	0,171	-0,306	-0,449	-0,059	-0,168	-0,2	-0,2	-0,184	-0,149	-0,308	-0,107	0,058
2003	0,087	0,418	0,162	0,166	0,084	0,08	0,082	0,074	-0,28	0,204	0,284	0,112
2004	-0,044	-0,122	-0,121	-0,438	-0,24	-0,237	-0,239	-0,175	-0,169	-0,5	-1,043	-1,53
2005	-1,726	-2,02	-2,078	-2,214	-2,24	-2,197	-2,176	-2,251	-2,292	-2,011	-1,566	-1,564
2006	-1,168	-0,939	-0,552	-0,407	-0,577	-0,445	-0,398	-0,288	-0,127	0,088	0,402	0,331
2007	0,205	0,339	-0,012	0,094	0,275	0,276	0,235	0,21	0,207	-0,346	-0,959	-1,021
2008	-0,805	-0,669	-0,564	-0,373	-0,249	-0,427	-0,415	-0,491	-0,482	-0,759	-0,924	-0,936
2009	-0,608	-0,707	-0,732	-1,155	-1,42	-1,355	-1,367	-1,315	-1,456	-1,41	-1,466	-0,66
2010	-0,554	-0,083	0,267	0,51	0,534	0,575	0,571	0,556	0,54	0,64	0,835	0,78
2011	0,48	0,11	0,08	0,11	0,31	0,28	0,28	0,24	0,86	0,37	0,70	-0,11
Douro												
2000	-0,424	-0,385	-0,467	0,058	0,072	0,05	0,139	-0,018	-0,343	-0,798	-0,173	0,971
2001	1,871	2,099	2,744	2,347	2,281	2,25	2,214	2,238	2,25	2,314	2,021	0,918
2002	0,156	-0,153	-1,16	-1,203	-1,392	-1,272	-1,355	-1,392	-1,086	-0,972	-0,314	0,436
2003	0,66	0,74	0,629	0,849	0,752	0,789	0,805	0,837	0,628	0,834	0,692	0,186
2004	-0,272	-0,43	-0,443	-0,714	-0,535	-0,637	-0,67	-0,511	-0,531	-0,575	-1,068	-1,384
2005	-1,607	-1,56	-1,41	-1,404	-1,432	-1,406	-1,372	-1,722	-1,743	-1,93	-1,797	-1,701
2006	-1,501	-1,18	-0,828	-0,813	-0,911	-0,745	-0,676	-0,554	-0,349	-0,139	0,386	0,383
2007	0,324	0,549	0,245	0,232	0,431	0,555	0,539	0,505	0,317	-0,251	-0,968	-1,36
2008	-0,863	-1,209	-1,149	-0,699	-0,633	-0,847	-0,878	-0,933	-0,851	-0,865	-0,993	-0,878
2009	-0,716	-0,602	-0,637	-1,197	-1,421	-1,299	-1,259	-1,296	-1,546	-1,232	-0,839	-0,254
2010	-0,172	0,205	0,628	0,754	0,778	0,795	0,756	0,726	0,784	0,849	0,711	0,55
2011	0,399	0,15	-0,111	-0,217	-0,185	-0,347	-0,335	-0,435	-0,427	-0,653	-0,527	-1,118

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.8 - Número de empresas abrangidas pelo regime CELE

Setor de emissão	Unidade: N.º			
	2008	2009	2010	2011
Total	212	220	219	217
Cerâmica	68	67	66	62
Cimentos e cal	12	12	12	12
Energia / Centrais termoelétricas	17	22	23	22
Energia / Cogeração	35	38	38	38
Energia / Instalações de combustão	39	40	39	40
Energia / Refinação	2	2	2	2
Metais ferrosos	2	2	2	2
Pasta de papel	28	28	28	30
Vidro	9	9	9	9

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.9 - Licenças de emissão atribuídas às empresas e emissões verificadas por setor de atividade

Setor de emissão	Anos	Unidade: t CO ₂ eq.			
		Atribuição Prevista (PNALE II)	Atribuição efetiva	Atribuição reserva	Emissões verificadas
Total	2008	30 510 334	30 367 854	19 877	29 914 270
	2009	30 510 334	30 202 058	538 414	28 261 960
	2010	30 510 334	30 154 088	2 166 350	24 167 190
	2011	30 510 334	29 871 905	3 038 952	25 010 518
Cerâmica	2008	567 628	487 690	797	268 547
	2009	567 628	450 306	5 696	212 520
	2010	567 628	408 820	7 875	196 044
	2011	567 628	377 993	8 686	169 682
Cimentos e cal	2008	7 207 913	7 190 874	0	6 782 263
	2009	7 207 913	7 190 874	0	5 451 997
	2010	7 207 913	7 190 874	0	5 736 026
	2011	7 207 913	7 190 874	107 291	4 870 715
Energia / Centrais termoelétricas	2008	14 001 981	14 001 981	5 255	15 776 515
	2009	14 001 981	14 001 981	108 550	16 171 752
	2010	14 001 981	14 001 981	1 241 540	11 075 099
	2011	14 001 981	13 863 004	1 805 447	13 128 476
Energia / Cogeração	2008	2 583 778	2 583 778	5 576	1 891 379
	2009	2 583 778	2 583 778	117 724	1 887 776
	2010	2 583 778	2 583 778	518 884	2 231 966
	2011	2 583 778	2 572 357	716 945	2 243 184
Energia / Instalações de combustão	2008	1 422 666	1 416 757	0	1 041 312
	2009	1 422 666	1 291 716	9 438	825 524
	2010	1 422 666	1 285 232	20 733	1 032 619
	2011	1 422 666	1 280 451	126 919	937 186
Energia / Refinação	2008	3 235 575	3 235 575	0	2 949 946
	2009	3 235 575	3 235 575	241 635	2 616 075
	2010	3 235 575	3 235 575	169 735	2 832 142
	2011	3 235 575	3 235 575	44 248	2 612 182
Metais ferrosos	2008	335 436	335 436	0	204 304
	2009	335 436	335 436	0	154 594
	2010	335 436	335 436	0	127 565
	2011	335 436	335 436	0	142 192
Pasta de papel	2008	388 320	361 245	8 249	341 777
	2009	388 320	357 874	55 371	375 339
	2010	388 320	357 874	207 583	388 069
	2011	388 320	357 874	212 716	358 486
Vidro	2008	767 037	754 518	0	658 227
	2009	767 037	754 518	0	566 383
	2010	767 037	754 518	0	547 660
	2011	767 037	658 341	16 700	548 415

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.10 - Potencial de efeito de estufa

Setor de emissão	Unidade: kt CO ₂ eq.				
	1990	2007	2008	2009	2010
Total com LULUCF	53 190	67 601	65 240	61 375	59 480
Total sem LULUCF	60 077	78 051	76 753	73 218	69 360
Energia	40 980	56 523	55 757	54 057	49 654
Ind. Energia	16 369	19 863	19 691	19 527	14 586
Ind. Transformadora	9 270	10 687	10 096	8 696	9 487
Transportes	10 309	19 504	19 205	19 156	18 936
Outros	4 760	5 532	5 529	5 369	5 328
Emissões Fugitivas	272	938	1 236	1 308	1 316
Processos Industriais	4 664	6 290	6 078	4 344	4 517
Uso de solventes	332	303	266	272	228
Agricultura	8 113	7 688	7 540	7 508	7 515
Floresta e Alteração do Uso do Solo	-6 887	-10 451	-11 514	-11 842	-9 880
Resíduos	5 988	7 248	7 113	7 036	7 446

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 2.11 - Gases de Efeito de Estufa por setor de emissão

Unidade: kt CO ₂ eq.														
Ano	Total com LULUCF	Total sem LULUCF	Sector de Emissão											
			Energia						Processos Industriais	Uso de solventes	Agricultura	Floresta e Alteração do Uso do Solo	Resíduos	
			Total	Ind. Energia	Ind. Transformadora	Transportes	Outros	Emissões Fugitivas						
CO ₂														
1990	37 158,1	44 317,1	39 936,8	16 303,3	9 170,8	10 139,8	4 171,3	151,6	4 136,9	233,3	0,0	-7 159,0	10,1	
2007	50 810,8	61 345,7	55 411,5	19 728,4	10 536,6	19 245,6	5 174,1	726,8	5 705,9	225,9	0,0	-10 534,9	2,4	
2008	48 540,9	60 122,1	54 363,7	19 550,3	9 949,2	18 959,1	5 143,5	761,5	5 542,1	214,3	0,0	-11 581,2	2,0	
2009	44 788,2	56 766,2	52 522,8	19 381,5	8 555,3	18 937,2	5 001,1	647,7	4 040,8	197,6	0,0	-11 978,0	5,1	
2010	42 471,5	52 619,1	48 202,7	14 459,8	9 339,6	18 718,1	4 971,9	713,4	4 209,1	205,4	0,0	-10 147,6	1,9	
CH ₄														
1990	10 429,8	10 216,9	589,3	4,3	32,0	86,6	348,5	117,8	9,1	0,0	4 104,6	212,9	5 514,0	
2007	11 501,5	11 468,5	528,7	7,3	50,0	44,4	218,5	208,4	11,8	0,0	4 291,4	33,1	6 636,7	
2008	11 620,0	11 601,8	777,1	8,0	48,5	38,7	210,1	471,8	13,8	0,0	4 284,2	18,2	6 526,7	
2009	11 733,5	11 659,7	954,3	8,1	49,7	36,9	201,3	658,3	11,1	0,0	4 218,7	73,8	6 475,6	
2010	12 166,9	11 984,4	883,1	7,8	48,6	34,0	192,6	600,0	11,7	0,0	4 242,8	182,5	6 846,8	
N ₂ O														
1990	5 601,8	5 542,8	454,0	61,0	67,4	82,5	240,6	2,4	517,9	98,6	4 008,3	58,9	464,0	
2007	5 288,2	5 237,3	583,1	127,0	100,2	213,5	139,5	2,9	572,2	76,9	3 396,8	50,9	608,4	
2008	5 078,9	5 029,7	616,0	132,9	98,6	206,9	174,9	2,8	522,0	51,8	3 255,6	49,2	584,3	
2009	4 853,6	4 791,8	580,1	137,5	91,3	182,2	166,6	2,5	292,5	74,6	3 289,3	61,8	555,3	
2010	4 841,7	4 756,6	568,0	118,6	98,9	184,0	163,9	2,6	296,4	22,6	3 272,6	85,1	597,1	

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.12 - Intensidade carbónica da economia nacional

Ano	Intensidade Carbónica da Economia	Unidade: tCO ₂ eq. / 10 ⁶ PIB.
1990		375
2007		508
2008		453
2009		426
2010		411

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.13 - Índice de qualidade do ar

Unidade: N.º de dias

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2007						2008						2009		
	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom
Norte Litoral	280	2	231	45	2	0	262	47	198	14	3	0	276	71	191
Norte Interior	303	0	244	48	9	2	322	1	246	60	15	0	294	2	194
Braga (a)	358	4	179	93	76	6	351	54	220	53	24	0	298	37	167
Vale do Ave (a)	360	10	209	88	52	1	355	83	201	52	19	0	363	47	231
Vale do Sousa (a)	349	9	189	100	50	1	337	60	235	34	8	0	333	49	235
Porto Litoral (a)	365	19	158	98	89	1	366	28	236	67	34	1	365	46	208
Zona de Influência de Estarreja	308	11	132	92	72	1	289	22	162	62	42	1	283	27	172
Centro Interior	365	15	308	40	2	0	362	19	307	33	3	0	361	19	283
Aveiro/Ílhavo (a)	365	10	186	100	68	1	366	16	233	81	35	1	362	15	239
Centro Litoral	335	17	219	78	21	0	366	73	254	34	5	0	364	30	287
Coimbra (a)	344	43	209	65	27	0	305	60	222	19	4	0	362	13	248
Vale do Tejo e Oeste	336	15	262	57	2	0	348	15	288	43	2	0	365	21	282
AML Norte (a)	365	9	208	115	33	0	366	14	295	41	16	0	365	23	243
AML Sul (a)	365	6	177	117	64	1	365	7	244	81	33	0	365	16	243
Setúbal (a)	365	5	217	111	32	0	365	7	274	72	12	0	365	13	246
Península de Setúbal/Alcácer do Sal	215	6	137	59	13	0	344	13	279	44	8	0	332	16	232
Alentejo Litoral	349	30	194	78	47	0	363	23	318	20	2	0	357	23	281
Alentejo Interior	199	21	139	34	5	0	205	35	151	14	5	0	232	52	152
Algarve	79	3	64	12	0	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x
Portimão/Lagoa (a)	352	5	157	125	65	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x
Albufeira/Loulé (a)	363	5	223	107	28	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x
Faro/Olhão (a)	356	7	243	88	17	1	0	x	x	x	x	x	x	x	x
Açores	204	10	194	0	0	0	72	0	70	2	0	0	4	0	4
Funchal (a)	365	41	243	53	28	0	366	25	292	35	12	2	359	62	266

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2009			2010						2011					
	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	14	0	0	205	16	181	8	0	0	182	10	141	31	0	0
Norte Interior	83	13	2	170	0	141	27	2	0	297	0	215	69	13	0
Braga (a)	69	25	0	351	28	251	52	20	0	348	16	240	71	21	0
Vale do Ave (a)	62	23	0	365	63	261	31	10	0	340	52	243	35	10	0
Vale do Sousa (a)	41	8	0	269	45	190	29	4	1	191	26	116	33	16	0
Porto Litoral (a)	75	36	0	365	32	217	77	39	0	365	57	178	80	50	0
Zona de Influência de Estarreja	63	21	0	290	11	173	71	31	4	360	62	159	76	62	1
Centro Interior	58	1	0	365	8	291	59	6	1	363	34	303	25	1	0
Aveiro/Ílhavo (a)	85	23	0	286	6	188	79	13	0	363	14	197	85	67	0
Centro Litoral	43	4	0	363	17	282	57	7	0	341	24	240	56	21	0
Coimbra (a)	83	18	0	360	13	244	85	18	0	339	45	212	63	19	0
Vale do Tejo e Oeste	62	0	0	365	19	297	46	3	0	356	18	290	45	3	0
AML Norte (a)	85	14	0	365	17	257	78	13	0	363	21	239	78	25	0
AML Sul (a)	75	31	0	365	22	263	65	15	0	363	22	235	73	33	0
Setúbal (a)	88	18	0	365	15	275	68	7	0	354	12	240	81	21	0
Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	76	8	0	322	16	242	58	6	0	312	17	238	48	9	0
Alentejo Litoral	50	3	0	357	54	265	32	6	0	363	53	264	38	8	0
Alentejo Interior	25	3	0	253	34	176	36	6	1	90	11	70	5	4	0
Algarve	x	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portimão/Lagoa (a)	x	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	x	x	x	63	0	37	25	1	0	0	0	0	0	0	0
Faro/Olhão (a)	x	x	x	116	6	100	9	1	0	279	2	220	55	2	0
Açores	0	0	0	236	43	190	3	0	0	322	45	276	1	0	0
Funchal (a)	23	8	0	345	21	284	32	8	0	196	2	159	25	10	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Nota: (a) aglomeração



Quadro 2.14 - Concentrações médias octo-horárias de ozono troposférico e nº de excedências ao valor alvo para a proteção da saúde humana

Estações por aglomeração/zona		2007		2008		2009		2010		2011	
		Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)
Aglomeração	Braga	26	178	1	130	1	124	10	169	17	170
	Vale do Ave	30	218	7	177	27	176	16	193	4	130
	Vale do Sousa	27	201	5	158	13	155	5	151	10	155
	Porto Litoral	5	174	8	161	10	213	8	165	7	178
	Aveiro/Ilhavo	27	195	10	149	16	155	21	187	13	157
	Coimbra	3	133	3	130	22	172	17	168	0	112
	AML Norte	15	163	9	167	33	171	22	166	17	175
	AML Sul	6	166	6	160	5	166	19	159	17	156
	Setúbal	14	150	6	159	22	166	28	156	16	149
Zona	Norte Litoral	37	153	11	155	1	123	3	133	26	159
	Norte Interior	44	207	47	202	78	210	65	240	67	192
	Z.Infl. de	24	172	7	172	8	170	32	202	4	131
	Centro Litoral	17	147	8	155	22	185	29	198	52	169
	Centro Interior	51	183	19	148	48	181	65	212	14	136
	Vale do Tejo e Oeste	26	163	23	174	55	165	56	193	38	181
	Pen. Setúbal/Álcacer do Sal	16	153	7	162	31	183	35	154	26	186
	Zona Sul	21	154	8	144	18	142	0	110	16	135
	RAM	0	96	3	151	11	156	1	121	0	114
	Açores	0	112	5	135	4	147	2	125	0	119

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.15 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente e por setor de emissão

Unidade: kt

Setor de Emissão	Poluente									
	NOx					COVNM				
	1990	2007	2008	2009	2010	1990	2007	2008	2009	2010
Total	226,3	226,3	208,6	196,4	186,2	290,0	192,9	187,0	174,7	177,3
Energia	220,2	218,2	200,5	188,6	177,9	167,4	63,5	59,1	56,2	53,1
Ind. Energia	61,2	41,2	33,9	29,2	19,0	0,4	0,9	1,1	1,4	1,7
Ind. Transformadora	35,9	47,3	44,2	39,9	42,2	7,9	14,6	14,4	14,7	14,9
Transportes	84,5	101,3	91,5	88,8	86,8	134,2	32,5	28,0	25,1	22,1
Outros	38,6	28,4	30,9	30,7	29,9	24,8	15,6	15,6	15,0	14,4
Emissões Fugitivas	0,0	0,5	0,4	0,3	0,4	18,4	20,4	19,9	17,4	18,4
Processos Industriais	3,4	5,0	4,8	4,8	4,9	26,4	30,4	31,1	30,1	30,4
Uso de solventes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	70,5	68,4	64,8	59,7	62,1
Agricultura	2,5	1,9	1,9	1,9	1,8	4,1	3,5	3,5	3,5	3,5
Resíduos	0,1	0,7	1,1	0,8	1,2	3,2	6,7	8,7	7,7	9,8

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.16 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente e setor de emissão

Unidade: kt

Setor de emissão	Poluente														
	NOx					SOx					NH ₃				
	1990	2007	2008	2009	2010	1990	2007	2008	2009	2010	1990	2007	2008	2009	2010
Total	226,3	226,3	208,6	196,4	186,2	160,7	82,7	74,2	56,8	55,3	65,3	50,2	48,5	48,4	48,9
Energia	220,2	218,2	200,5	188,6	177,9	104,4	36,2	32,8	31,4	31,9	0,6	2,4	2,2	2,0	1,9
Ind. Energia	61,2	41,2	33,9	29,2	19,0	41,5	27,8	24,3	14,5	11,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ind. Transformadora	35,9	47,3	44,2	39,9	42,2	79,7	29,4	27,2	26,1	25,9	0,6	0,8	0,7	0,5	0,5
Transportes	84,5	101,3	91,5	88,8	86,8	14,5	2,4	2,4	2,1	2,1	0,1	1,6	1,5	1,4	1,3
Outros	38,6	28,4	30,9	30,7	29,9	10,2	4,3	3,1	3,2	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Emissões Fugitivas	0,0	0,5	0,4	0,3	0,4	1,3	6,8	5,9	5,3	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Processos Industriais	3,4	5,0	4,8	4,8	4,9	13,0	11,3	10,6	5,2	5,2	2,0	2,2	1,7	1,2	1,5
Uso de solventes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Agricultura	2,5	1,9	1,9	1,9	1,8	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	53,0	44,0	42,9	43,5	43,6
Resíduos	0,1	0,7	1,1	0,8	1,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,2	9,7	1,6	1,7	1,8	1,9

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



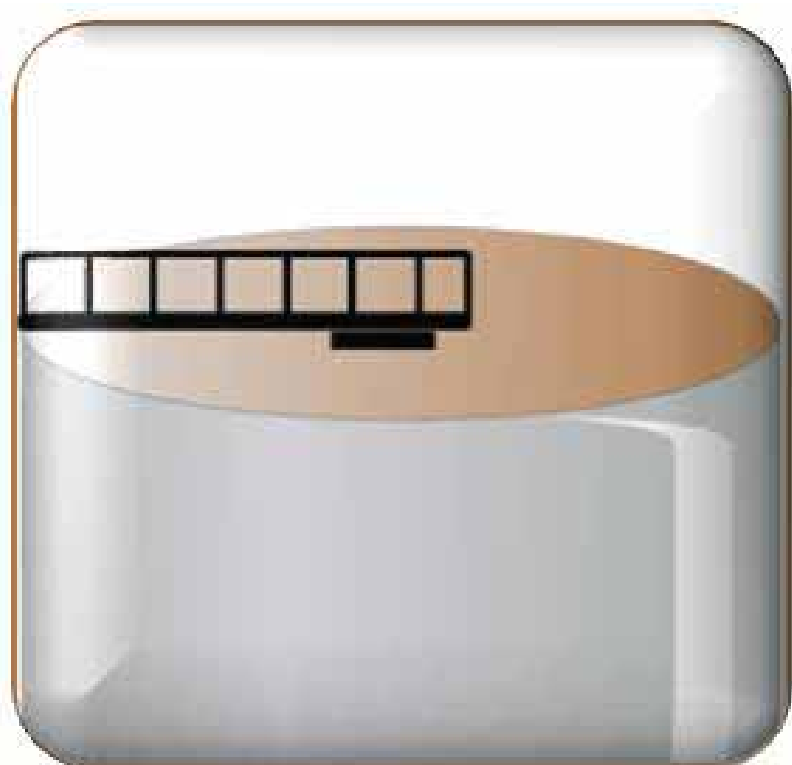
Quadro 2.17 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administrações Públicas					
Total das despesas	1 799 (Rv)	2 628 (Rv)	4 312 (Rv)	6 291 (Rv)	11 230
Despesas correntes	1 516	2 332	4 032	6 261	10 795
Despesas com o pessoal	31	94	164	171	145
Aquisição de bens e serviços	1 480	2 180	3 630	6 021	6 625
Transferências correntes	3	58	238	23	4 024
Outras despesas correntes	2	e	0	46	e
Despesas de capital	283	296	280	30	435
Investimentos	283	296	280	30	435
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Central					
Total das despesas	1 709 (Rv)	2 430 (Rv)	4 059 (Rv)	5 989 (Rv)	10 536
Despesas correntes	1 454	2 285	3 857	5 973	10 531
Despesas com o pessoal	26	72	73	72	67
Aquisição de bens e serviços	1 428	2 154	3 551	5 886	6 449
Transferências correntes	0	58	232	16	4 015
Outras despesas correntes	0	0	0	0	e
Despesas de capital	256	146	202	16	5
Investimentos	256	146	202	16	5
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	0	0	243
Despesas correntes	0	0	0	0	24
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	24
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	0	0	218
Investimentos	0	0	0	0	218
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	41	12	32	75	0
Despesas correntes	31	8	32	61	0
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	31	8	32	61	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	10	4	e	14	0
Investimentos	10	4	e	14	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	49	186	221	227	451
Despesas correntes	32	40	143	227	240
Despesas com o pessoal	6	22	91	99	78
Aquisição de bens e serviços	22	18	47	75	152
Transferências correntes	3	0	6	7	10
Outras despesas correntes	2	e	0	46	e
Despesas de capital	18	146	78	0	212
Investimentos	18	146	78	0	212
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



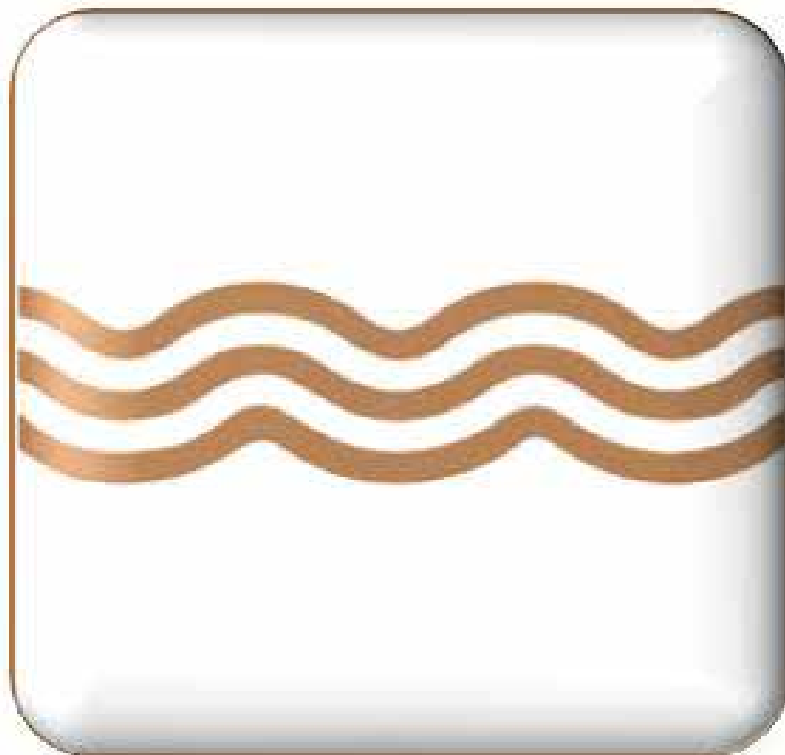


**Águas
residuais**

3 - ÁGUAS RESIDUAIS

- Pelo segundo ano consecutivo, não se dispõe da informação habitualmente recolhida pelo Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento e de Águas Residuais (INSAAR), da responsabilidade do ex-INAG e atualmente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- Face a esta situação e à inexistência de perspetivas para a sua solução junto da APA, o INE está a desenvolver esforços conjuntos com a ERSAR para que na próxima edição seja possível divulgar informação sobre a matéria.





**Solos, águas
subterrâneas
e
superficiais**

4 - SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

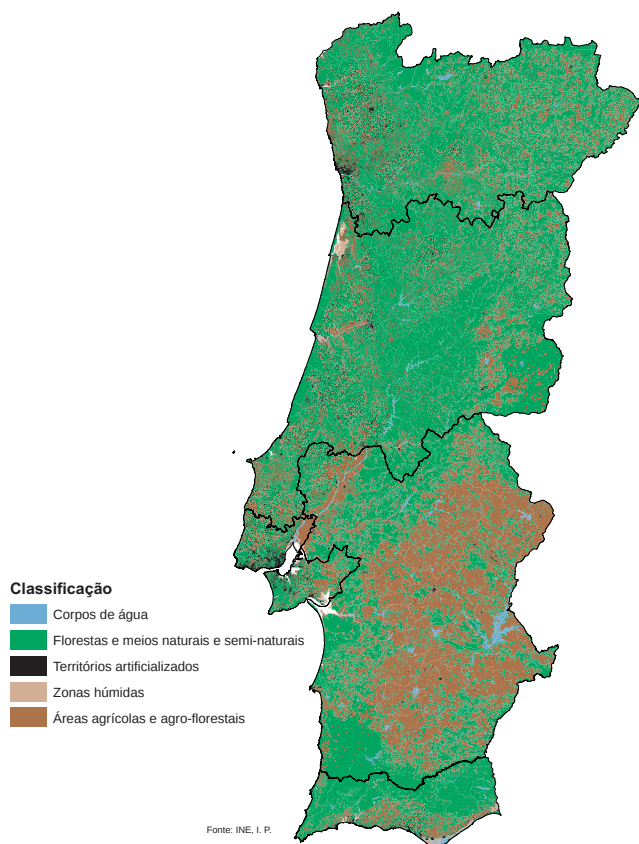
- O solo pode apresentar-se mais ou menos modificado como resultado da sua utilização pelo Homem. O solo está a ser degradado como resultado das pressões exercidas pelos diversos setores económicos, que muitas vezes têm intervenções inadequadas sobre este meio natural.
- A construção em solos com aptidão agrícola ou florestal, a deposição de material contaminado e a erosão acelerada devida a práticas agrícolas insustentáveis, são alguns exemplos que promovem a degradação do solo.
- Embora ainda não exista uma política comunitária explícita centrada na proteção do solo, há muitos instrumentos comunitários que influenciam essa proteção como por exemplo as medidas agro-ambientais.
- Neste capítulo apresenta-se alguns indicadores que permitem retratar o estado deste meio natural – o Solo.



4.1 – SOLO

4.1.1 – Ocupação do Solo

Figura 4.1 - Carta de ocupação e uso do solo, 2007

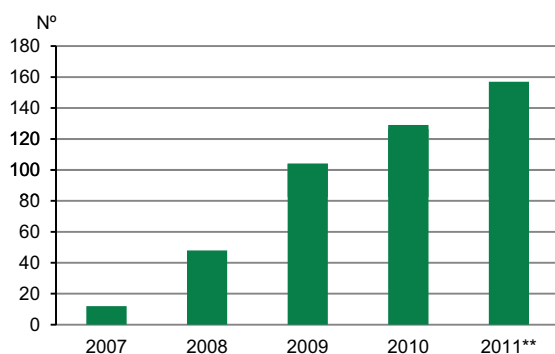


A Carta de uso e ocupação do solo (COS2007) é uma cartografia temática que pretende caracterizar a ocupação/uso do solo no território de Portugal continental. Esta carta tem um papel fundamental no ordenamento do território e na monitorização ambiental, podendo servir de base ao planeamento ambiental, político, económico e social.

A figura permite avaliar a extensão e distribuição das diferentes classes de ocupação do solo. Da análise decorre que Portugal continental apresenta uma grande parte do território ocupado por “florestas e meios naturais e seminaturais” (cerca de 54,3%) e “áreas agrícolas e agro-florestais” (cerca de 39,3%).

As áreas urbanas localizadas maioritariamente junto às zonas costeiras, representam apenas 4,8% do território continental. As classes “corpos de água e “zonas húmidas” têm um peso pouco significativo no território nacional, representando apenas 1,2% e 0,3% respetivamente.

Figura 4.2 - Numero de ZIF constituídas* em Dezembro de 2011



Nota: * Valores acumulados ** dados até 15 de dezembro de 2011

Fonte: INE, I. P.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) têm como objetivo para além da integração das diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e da biodiversidade, conservação e proteção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil, fiscalidade, especialmente em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação (Fonte: Decreto-Lei n.º 15/2009), ultrapassar os bloqueios fundamentais à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura da propriedade privada, em particular nas regiões de minifúndio.

Figura 4.3 - ZIF constituídas em dezembro de 2011

Na série temporal em análise verifica-se que o número de ZIF constituídas no Continente tem vindo a crescer a uma taxa média anual de cerca de 2%. O ano de 2009 foi o ano em que mais zonas de intervenção florestal foram criadas (56 ZIF), seguindo-se os anos de 2008 (36 ZIF) e 2011 (28 ZIF).

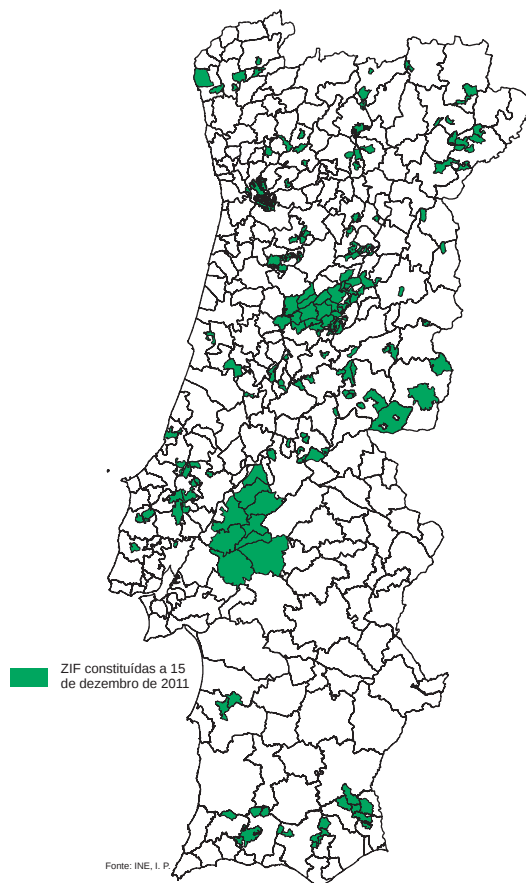


Figura 4.4 - Importância das ZIF por município (dezembro de 2011)

Atualmente existem constituídas 157 ZIF que abrangem uma superfície florestal de cerca de 801 mil hectares.

A região mais dinâmica é a do Centro com 299 mil hectares, seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo (272 mil ha) e Norte (117 mil ha).

Relativamente às áreas dos municípios com zonas de intervenção florestal constata-se que 97 dos 279 municípios apresentam ZIF. Desta forma, 65% dos municípios não apresenta ZIF. Dos municípios com ZIF, 54% não vão além dos 15% da área ocupada com ZIF, sendo que apenas 14% apresentam mais de 45% do seu território com ZIF.

Salienta-se que as Regiões do Centro e do Alentejo são as que apresentam maior número de municípios com maior percentagem de território ocupado por ZIF.

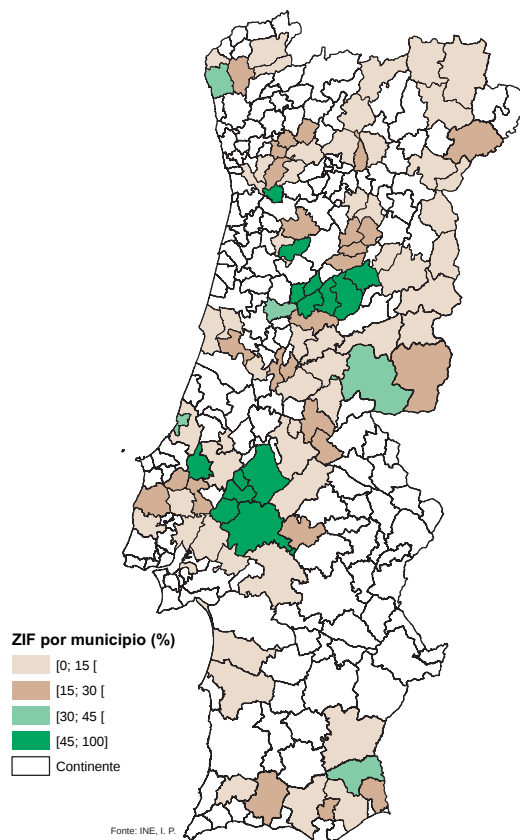
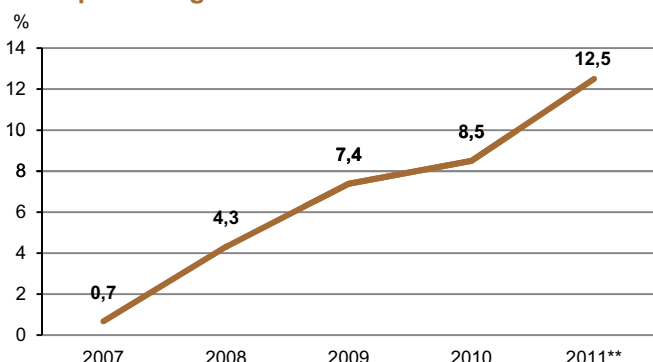


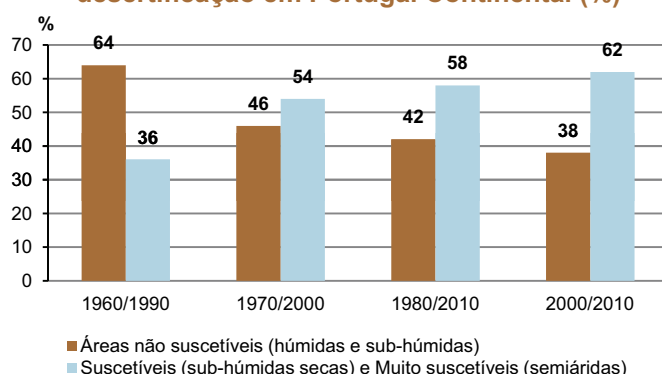
Figura 4.5 - Área florestal abrangida por ZIF* em percentagem da Área Florestal Nacional



Nota: * Valores acumulados ** dados até 15 de dezembro de 2011

Fonte: INE, I. P.

Figura 4.6 - Síntese das áreas suscetíveis à desertificação em Portugal Continental (%)



Fonte: INE, I. P.

A área florestal abrangida por Zonas de Intervenção Florestal, em percentagem da Área Florestal Nacional aumentou ao longo do período em análise, passando de um peso de 0,7% da área florestal nacional em 2007, para 12,5 % em 2011.

Segundo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável a desertificação é um processo complexo de degradação ambiental que, uma vez iniciado, é difícil de reverter. As suas manifestações incluem o aumento do *stress* hídrico, a salinização dos solos, a erosão hídrica acelerada do solo, a perda de biodiversidade e a redução da produtividade agrícola. Existem vários fatores que influenciam a desertificação, tais como as variações climáticas e as atividades humanas.

Da análise da figura 4.5 verifica-se que em Portugal Continental, o fenómeno de desertificação acentuou-se bastante nos últimos 50 anos. Em 1960/1990, cerca de 1/3 de Portugal Continental apresentava áreas suscetíveis à desertificação, sendo que em 2000/2010 esse valor quase que duplicou. De facto, na década de 2000/2010 quase 2/3 (cerca de 62%) do território de Portugal continental apresentava áreas suscetíveis à desertificação.

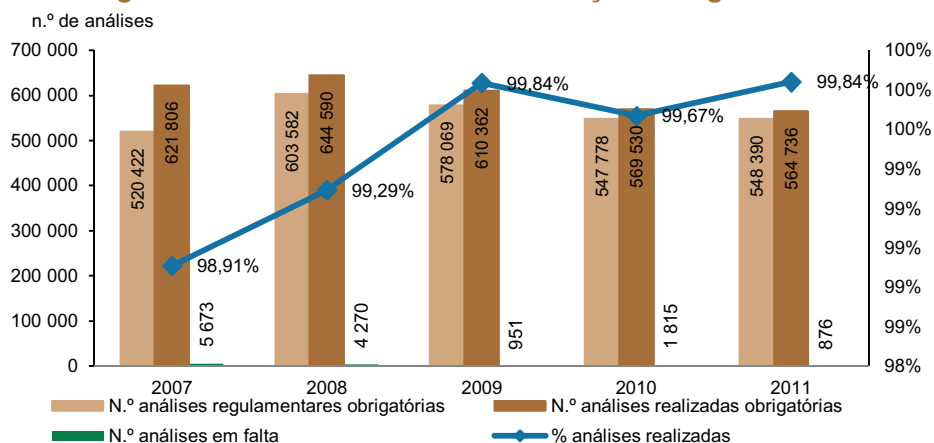
4.2 – QUALIDADE DE ÁGUA

4.2.1 – Qualidade de água para consumo humano

No âmbito das suas competências, a Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) efetua a supervisão do controlo da qualidade da água para consumo humano que os operadores de serviço do setor de abastecimento de água devem realizar regularmente.

No que se refere ao desempenho na implementação do controlo regulamentar da qualidade da água para consumo humano na torneira do consumidor, regista-se que Portugal atingiu desde 2008 um nível de cumprimento sempre acima dos 99%, estando por isso muito próximo do cumprimento integral de análises regulamentares obrigatórias.

Figura 4.7 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar

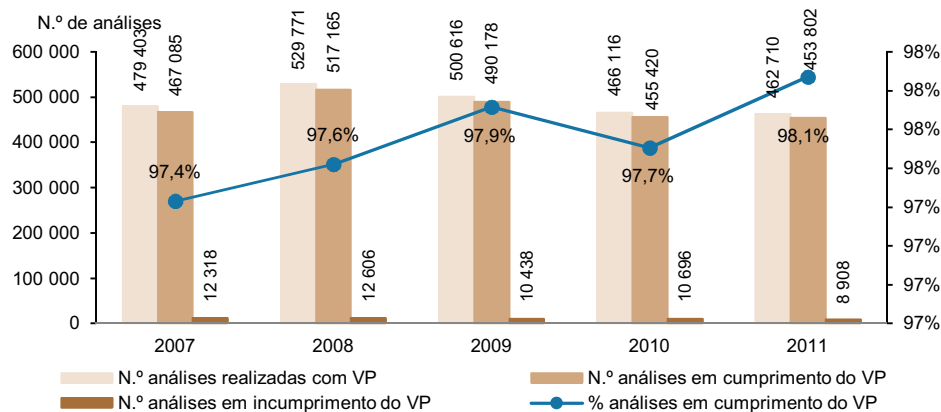


Fonte: INE, I. P.



Em termos absolutos e no conjunto das entidades gestoras responsáveis pelo abastecimento de água aos consumidores, é de realçar que o número de análises em falta, que no biénio 2007/2008 rondava em média as 4 970 análises, baixou de forma expressiva para níveis abaixo das 1 000 análises. O ano de 2010 constitui a exceção com 1 815 análises em virtude da falta de capacidade de resposta de alguns dos laboratórios especializados neste tipo de análises.

Figura 4.8 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico



Fonte: INE, I. P.

No que respeita ao cumprimento das normas de qualidade da água fixadas na legislação, verifica-se que a proporção de análises que revelam o cumprimento dos valores paramétricos segue uma tendência crescente, com exceção do ano de 2010, que revela uma ligeira descida devida essencialmente aos resultados obtidos em fontanários origem única de água, tendo superado em 2011, a fasquia dos 98%.

No período em análise, este indicador demonstra que o nível de desempenho dos operadores está cada vez mais próximo do cumprimento integral e é também um resultado dos investimentos feitos no país na melhoria dos serviços de abastecimento de água. No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional⁴ (QREN) no período 2007-2011, foi aprovado um montante global de 407 milhões de euros em projetos de melhoria e desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água, registando-se uma execução global de 10³ milhões de euros). Condição que é expressa também pela melhoria do indicador “[água segura](#)”, calculado pela ERSAR e que corresponde ao produto da percentagem de análises realizadas pela percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos (ver conceito de água segura). De facto, enquanto em 2007 o indicador “água segura” era de 96,37%, em 2011 atingiu os 97,92%, aumentando 1,6 pontos percentuais.

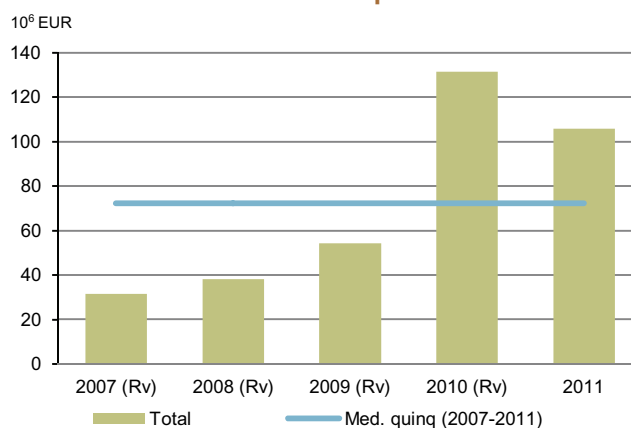
4.3 - DESPESA NA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SOLOS, DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

De 2007 a 2009, o ritmo de crescimento das despesas das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais” evoluiu de forma regular, atingindo o valor mais elevado em 2010 para descer no ano seguinte e fixar-se nos 106 milhões de euros. Esta diminuição deveu-se a duas situações distintas:

1. A conclusão dos trabalhos de reconstrução, requalificação e reabilitação de empreitadas de regularização e limpeza de leitos de ribeiras, resultantes do temporal que assolou a Região Autónoma da Madeira em fevereiro de 2010;

2. A redução nas despesas de funcionamento e nas do plano de investimento e despesas de desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de, respetivamente 13% e 7%, das entidades afetas a este domínio ambiental.

Figura 4.9 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais

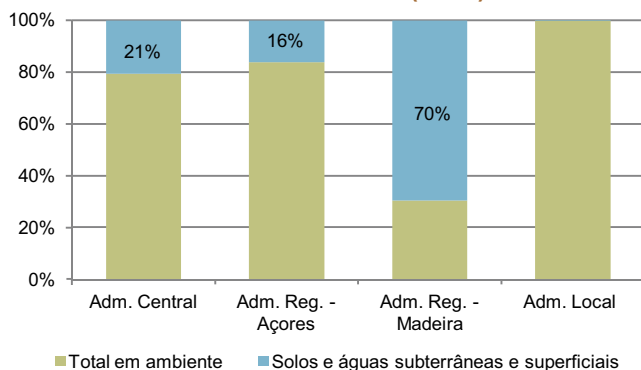


Fonte: INE, I. P.

⁴ - Inclui Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e Programas Operacionais Regionais da Região Norte, Centro e Alentejo.



Figura 4.10 - Percentagem da Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2011)



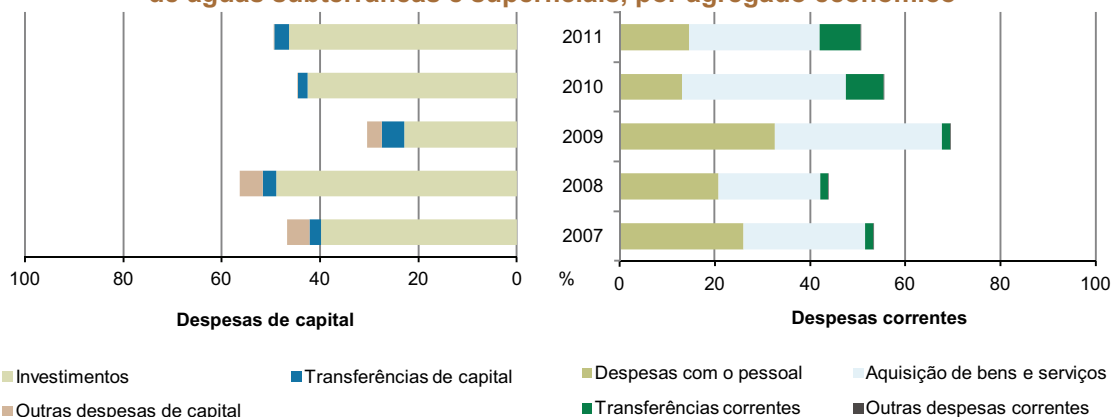
Nota: não foi considerado no período de referência de 2011 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.

Em termos setoriais, os gastos aplicados na “Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais” representaram em 2011 cerca de 1/5 do total da despesa da Administração Central e cerca de 70% da Administração Regional/Região Autónoma da Madeira, refletindo um decréscimo, face ao ano transato, de 3 p.p. e de 5 p.p., respetivamente, na estrutura da despesa. Na Região Autónoma dos Açores os gastos neste domínio ambiental aumentaram 32% em comparação com o ano de 2010, pelo que a sua contribuição para a despesa da região passou dos 12% para 16%. Este aumento ficou a dever-se aos gastos com os trabalhos de finalização da implementação das Diretivas “Quadro da Água” e “Águas Subterrâneas”, de monitorização da qualidade das águas balneares, interiores, de transição e costeiras e à requalificação e proteção de recursos hídricos.

Em 2011, cerca de metade dos gastos deste domínio foram aplicados em “investimentos”, dos quais 4/5 aplicados na Região Autónoma da Madeira. A rubrica “aquisição de bens e serviços” diminuiu 36%, pelo que a sua contribuição para a estrutura recuou 7 p.p., face ao ano anterior. As “despesas com o pessoal” e as “transferências correntes” mantiveram os níveis de 2010 com, respetivamente 15% e 9% do total do domínio.

Figura 4.11 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por agregado económico



Fonte: INE, I. P.

4.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 4.1 - Carta de ocupação do solo 2007 e respetivas áreas por classe

Classes	Área	Unidade: ha
Total	8 877 745,2	
Áreas agrícolas e agro-florestais	3 490 759,5	
Corpos de água	107 682,5	
Florestas e meios naturais e semi-naturais	4 823 699,3	
Territórios artificializados	426 642,1	
Zonas húmidas	28 961,8	

Fonte: Instituto Geográfico Português

Quadro 4.2 - Área florestal abrangida por ZIF em percentagem da área florestal nacional

Ano	ZIF constituídas (N.º)*	Área florestal nacional (%)*
2007	12,0	0,7
2008	48,0	4,3
2009	104,0	7,4
2010	129,0	8,5
2011**	157,0	12,5

Nota: * Valores acumulados

** dados até 15 de Dezembro de 2011

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta



Quadro 4.3 - Área das ZIF e taxa de ocupação por concelho, 2011

NUTS III	Área (ha)	Taxa de ocupação
1 Continente	800 816,6	
11 Norte	117 164,9	
111 Minho-Lima	24 685,5	
Arcos de Valdevez	1 349,0	3,0
Caminha	542,6	4,0
Ponte de Barca	2 504,6	13,8
Ponte de Lima	6 135,0	19,2
Viana do Castelo	14 154,2	44,4
114 Grande Porto	1 255,9	
Gondomar	1 255,9	9,5
115 Tâmega	27 482,4	
Castelo de Paiva	7 610,3	66,2
Celorico de Bastos	3 958,6	21,9
Amarante	2 211,3	7,3
Felgueiras	2 819,6	24,4
Lousada	2 184,3	22,7
Marco de Canaveses	1 476,4	7,3
Paredes	2 116,5	13,5
Penafiel	5 105,4	24,1
117 Douro	18 361,7	
Freixo de Espada à Cinta	1 826,7	7,5
Torre de Moncorvo	3 650,2	6,9
Alijó	2 967,7	10,0
Sabrosa	4 500,1	28,7
Vila Real	1 954,6	5,2
Moimenta da Beira	1 580,2	7,2
Sernancelha	1 882,3	8,2
118 Alto de Trás-os-Montes	45 379,4	
Bragança	7 320,1	6,2
Macedo de Cavaleiro	3 052,3	4,4
Mogadouro	22 455,5	29,5
Vinhais	2 141,6	3,1
Chaves	4 794,3	8,1
Vila Pouca de Aguiar	5 615,6	12,8
16 Centro	326 171,7	
162 Baixo Mondego	16 693,3	
Figueira da Foz	1 874,5	4,9
Montemor-o-Velho	630,5	2,8
Penacova	6 794,6	31,4
Soure	7 393,7	27,9
164 Pinhal Interior Norte	57 196,4	
Arganil	5 336,5	16,0
Goís	1 317,6	5,0
Oliveira do Hospital	22 727,6	96,9
Pampilhosa da Serra	1 395,4	3,5
Tábua	19 669,1	98,5
Ansião	1 207,9	6,9
Figueiró dos Vinhos	3 119,4	18,0
Pedrogão Grande	2 422,8	18,8
165 Dão-Lafões	55 964,4	
Aguiar da Beira	3 867,5	18,7
Carregal do Sal	11 613,1	99,3
Mangualde	4 452,5	20,3
Oliveira de Frades	1 747,9	12,0
Penalva do Castelo	2 744,3	20,4
Santa Comba Dão	10 479,9	93,6
São Pedro do Sul	6 087,6	17,4
Sátão	4 420,9	21,9
Vouzela	10 550,7	54,5
166 Pinhal Interior Sul	14 788,2	
Oleiros	6 003,1	12,7
Proença-a-Nova	1 282,1	3,2
Sertão	256,5	0,6
Mação	7 246,4	18,1
167 Serra da Estrela	45 309,0	
Gouveia	18 397,5	61,2
Seia	26 911,6	61,8
168 Beira Interior Norte	8 871,6	
Almeida	1 980,6	3,8
Celorico da Beira	1 112,3	4,5
Figueira de Castelo Rodrigo	2 666,2	5,2
Guarda	1 657,5	2,3
Sabugal	1 454,9	1,8
169 Beira Interior Sul	92 890,8	
Castelo Branco	58 977,6	41,0
Idanha-a-Nova	33 020,9	23,3
Penamacor	892,4	1,6
16A Cova da Beira	7 159,8	
Fundão	7 159,8	10,2

(continua)



Quadro 4.3 - Área das ZIF e taxa de ocupação por concelho, 2011 (cont.)

NUTS III	Área (ha)	Taxa de ocupação
16B Oeste	21 353,0	
Alcobaça	4 819,8	11,8
Nazaré	2 572,4	31,2
Alenquer	3 433,6	11,3
Cadaval	3 616,5	20,7
Torres Vedras	6 910,7	17,0
16C Médio Tejo	5 945,3	
Abrantes	4 184,9	5,9
Alcanena	542,6	4,3
Sardoal	1 217,7	13,2
17 Lisboa	7 681,6	
171 Grande Lisboa	3 358,7	
Mafra	2 607,6	8,9
Vila Franca de Xira	751,0	2,4
172 Península de Setúbal	4 323,0	
Montijo	4 323,0	12,4
18 Alentejo	276 959,2	
181 Alentejo Litoral	12 659,5	
Grândola	4 357,3	5,3
Santiago do Cacém	8 302,2	7,8
182 Alto Alentejo	20 998,1	
Mora	10 908,1	24,6
Gavião	6 980,7	23,7
Ponte de Sôr	3 109,3	3,7
183 Alentejo Central	10 212,2	
Montemor-o-Novo	10 212,2	8,3
184 Baixo Alentejo	2 917,5	
Mértola	2 917,5	2,3
185 Lezíria do Tejo	230 171,9	
Almeirim	14 369,7	64,7
Alpiarça	6 106,0	64,0
Benavente	78,7	0,2
Chamusca	68 994,1	92,5
Coruche	109 215,0	97,9
Rio Maior	12 887,9	47,2
Salvaterra de Magos	15 123,5	62,0
Santarém	3 397,0	6,1
15 Algarve	72 839,2	
150 Algarve	72 839,2	
Alcoutim	22 573,7	39,2
Castro Marim	5 128,7	17,0
Loulé	5 507,2	7,2
Monchique	5 001,4	12,7
São Brás de Alportel	2 357,5	15,4
Silves	18 897,2	27,8
Tavira	6 521,9	10,7
Azambuja	6 851,5	26,1

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta

Quadro 4.4 - Síntese das áreas suscetíveis à desertificação em Portugal Continental

	1960/1990	1970/2000	1980/2010	2000/2010
Unidade: %				
Áreas não suscetíveis (húmidas e sub-húmidas)	64	46	42	38
Suscetíveis (sub-húmidas secas) e Muito suscetíveis (semiáridas)	36	54	58	62

Fonte: MAMAOT / Observatório Nacional de Desertificação

Quadro 4.5 - Qualidade da água para consumo humano

	2007	2008	2009	2010	2011
Número de análises regulamentares obrigatórias	520 422	603 582	578 069	547 778	543 390
Número de análises realizadas obrigatórias	621 806	644 590	610 362	569 530	564 736
Número de análises em falta	5 673	4 270	951	1 815	876
Proporção de análises realizadas (%)	98,91	99,29	99,84	99,67	99,84
Número de análises em cumprimento do VP	467 085	517 165	490 178	455 420	453 802
Proporção de análises em cumprimento do VP (%)	97,43	97,63	97,91	97,71	98,07
Número de análises realizadas com VP	479 403	529 771	500 616	466 116	462 710
Número de análises em incumprimento do VP	12 318	12 606	10 438	10 696	8 908
Proporção (%) de água controlada e de boa qualidade (%)	96,37	96,93	97,75	97,38	97,92

Fonte: Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos



Quadro 4.6 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administrações Públicas					
Total das despesas	31 722 (Rv)	38 120 (Rv)	54 483 (Rv)	131 336 (Rv)	105 725
Despesas correntes	16 914	16 657	37 869	72 907	53 569
Despesas com o pessoal	8 257	7 899	17 724	17 240	15 426
Aquisição de bens e serviços	8 084	8 181	19 195	45 246	28 994
Transferências correntes	563	575	902	10 322	9 072
Outras despesas correntes	11	2	47	100	77
Despesas de capital	14 807	21 463	16 614	58 428	52 156
Investimentos	12 635	18 669	12 525	55 929	49 032
Transferências de capital	737	1 024	2 442	2 499	3 108
Outras despesas de capital	1 436	1 770	1 647	1	16
Administração Central					
Total das despesas	18 363 (Rv)	14 483 (Rv)	44 537 (Rv)	58 114 (Rv)	51 494
Despesas correntes	12 011	11 553	34 682	45 438	42 929
Despesas com o pessoal	6 762	6 458	17 544	17 178	15 282
Aquisição de bens e serviços	5 221	5 095	16 788	18 451	18 533
Transferências correntes	28	0	315	9 716	9 047
Outras despesas correntes	0	0	35	93	67
Despesas de capital	6 352	2 929	9 855	12 676	8 564
Investimentos	6 225	2 659	8 843	11 182	6 243
Transferências de capital	127	270	1 013	1 494	2 321
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	3 610	4 482	4 937	3 754	4 974
Despesas correntes	1 722	1 852	1 840	1 709	2 290
Despesas com o pessoal	34	19	22	21	0
Aquisição de bens e serviços	1 687	1 833	1 819	1 655	2 263
Transferências correntes	0	0	0	33	25
Outras despesas correntes	0	0	0	1	2
Despesas de capital	1 888	2 630	3 097	2 045	2 684
Investimentos	12	109	20	1 041	1 957
Transferências de capital	603	754	1 429	1 004	726
Outras despesas de capital	1 273	1 766	1 647	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	4 826	15 340	3 417	67 970	47 843
Despesas correntes	298	867	384	24 937	7 706
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	298	867	384	24 937	7 706
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	4 528	14 473	3 033	43 034	40 137
Investimentos	4 528	14 473	3 033	43 034	40 137
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	4 923	3 816	1 592	1 497	1 415
Despesas correntes	2 884	2 385	962	824	643
Despesas com o pessoal	1 460	1 422	159	40	144
Aquisição de bens e serviços	878	386	204	204	491
Transferências correntes	535	575	587	573	0
Outras despesas correntes	11	2	12	7	9
Despesas de capital	2 039	1 431	629	673	772
Investimentos	1 869	1 428	629	672	695
Transferências de capital	7	0	0	0	60
Outras despesas de capital	163	3	0	1	16

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Biodiversidade
e paisagem**

5 - BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

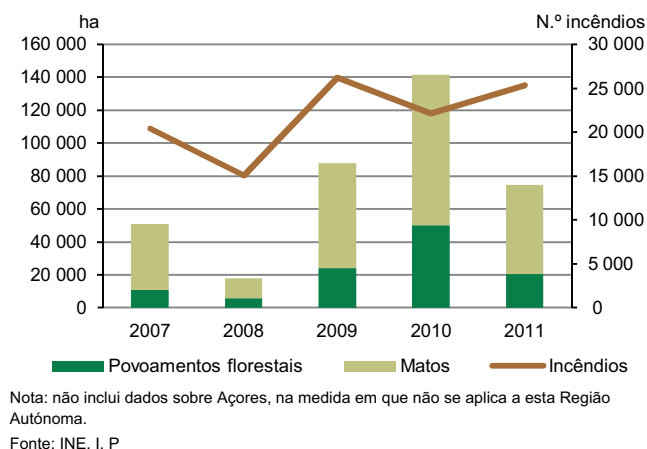
- A Biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas, e fonte de imenso potencial de uso económico. Pode ser definida como a variedade e a variabilidade existentes entre os organismos vivos e os ecossistemas nas quais elas ocorrem.
- Assiste-se atualmente a uma perda constante da biodiversidade, com profundas consequências para o mundo natural e o bem-estar humano. Tal facto deve-se, em muito, ao modo de vida das sociedades que se estão a desenvolver a um ritmo acelerado, criando maior pressão sobre os ecossistemas.
- A perda de biodiversidade, isto é de variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, surge como resposta às alterações climáticas e a outras pressões, nomeadamente desflorestação, incêndios, intensificação dos sistemas de produção biológica, entre outros.
- No que se refere aos incêndios florestais, o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, criado pelo Decreto-Lei nº 156/2004, de 30 de junho, prevê um conjunto de medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios. A floresta, sendo um património essencial ao desenvolvimento sustentável de um país, necessita de uma política de defesa estruturada, envolvendo entidades como o Governo, as Autarquias e também os cidadãos.



5.1 - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.1.1 – Incêndios florestais

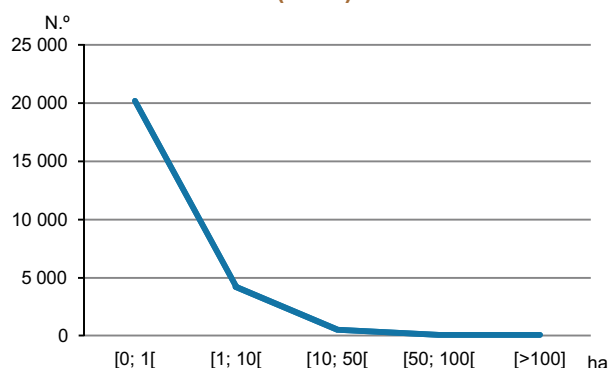
Figura 5.1 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - Portugal Continental e R. A. Madeira



Em 2011 deflagraram 25 221 incêndios florestais (a segunda maior ocorrência no período em análise) responsáveis pela perda de 74 560 hectares dos quais 73% eram matos. No período em análise destaca-se ainda o ano de 2009 pelo maior número de ocorrências de incêndios e o ano de 2010 pela extensão de área ardida (141 723 hectares).

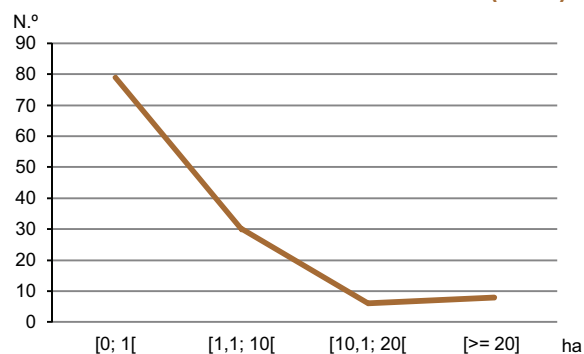
Salienta-se ainda o facto de, em todos os anos, os incêndios florestais terem afetado sobretudo zonas de matos, totalizando, no período em análise, a área acumulada ardida 261,3 mil hectares de matos contra 111,6 mil hectares de povoamentos florestais atingidos.

Figura 5.2 - Número de incêndios florestais por classes de área ardida - Portugal Continental (2011)



Verifica-se que os incêndios com menos de 1 hectare - fogachos (20 179 incêndios), tiveram um peso bastante significativo no total de incêndios registados, representando 80% do total. Já os incêndios com valores de área superiores a 100 hectares (121 incêndios) representaram apenas cerca de 0,5% no total de incêndios ocorridos em 2011.

Figura 5.3 - Número de incêndios florestais por classes de área ardida - R. A. Madeira (2011)



No que diz respeito à Região Autónoma da Madeira, constata-se que os incêndios de dimensão inferior a 1 hectare constituíram a ocorrência com maior peso no total de incêndios registados (64%), tal como sucede no Continente. Os incêndios com grandes dimensões (≥ 20 ha) representaram apenas 7% do total de incêndios.



De acordo com a distribuição da percentagem de área ardida acumulada (2007-2011) no total da área geográfica, por município e segundo 5 classes, verifica-se que dos 278 municípios existentes no Continente, apenas 40 não registaram incêndios florestais no período em análise.

Salienta-se o facto de a Região Norte ser a que concentrava mais municípios com maior percentagem de área ardida acumulada, verificando-se um predomínio das classes superiores a 5%. Os municípios em que se observa uma maior percentagem de área ardida acumulada (classe 20% a 30%) foram: Ponte da Barca, Terras do Bouro, Montalegre, Boticas, Cabeceiras de Basto, Fafe, Baião, Cinfães e Gouveia.

Segundo os dados do Inventário Florestal Nacional (IFN5), no Continente, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus spp.*) representam a primeira e segunda espécies em área de ocupação, com respetivamente: 885 019 ha (28%) e 739 515 ha (23%). Estas espécies apresentam também uma elevada importância económica, designadamente pela integração setorial em território nacional das respetivas fileiras de transformação industrial.

Em termos de área ardida, por espécie, o pinheiro bravo e o eucalipto constituem também as espécies que verificam maiores áreas ardidas, citam-se os dados para o ano de 2011, onde o pinheiro bravo representou 41,5% e o eucalipto 26,9% da área ardida. O sobreiro (*Quercus suber*) merece um destaque positivo pois embora seja a terceira espécie no que diz respeito à área florestal ocupada, apresenta historicamente menores áreas ardidas, como exemplificam as estatísticas de incêndios para 2011, que reportam apenas 2,1% da área ardida relativamente a esta espécie.

Em 2011 os 312 incêndios registados em áreas protegidas consumiram 8 095 hectares dessas áreas, menos 10 331 hectares do que em 2010, ano em que se registou a maior área ardida no período em análise.

As oscilações verificadas, quer no número de incêndios quer na área ardida, devem-se às condições climáticas extremamente adversas em alguns verões, bem como a outros fatores externos, nomeadamente às atividades humanas.

Figura 5.4 - Área ardida acumulada entre 2007 e 2011

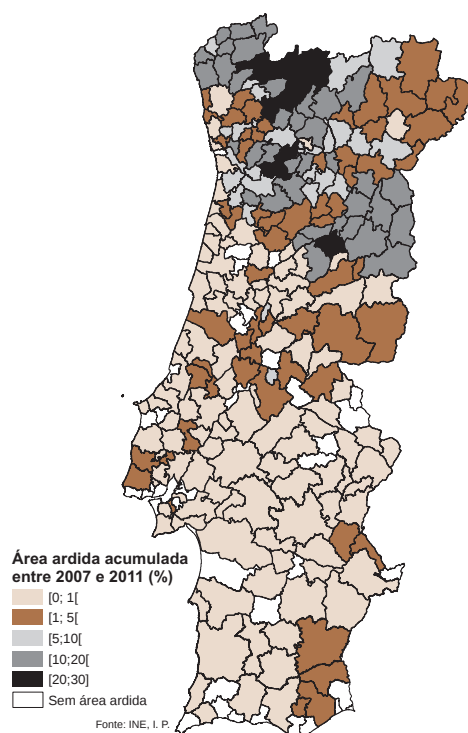


Figura 5.5 - Áreas ardidas por espécie

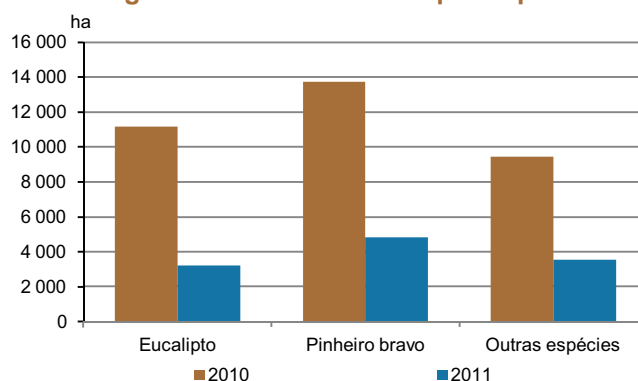


Figura 5.6 - Distribuição anual do número de incêndios e área ardida em Áreas Protegidas - Continente

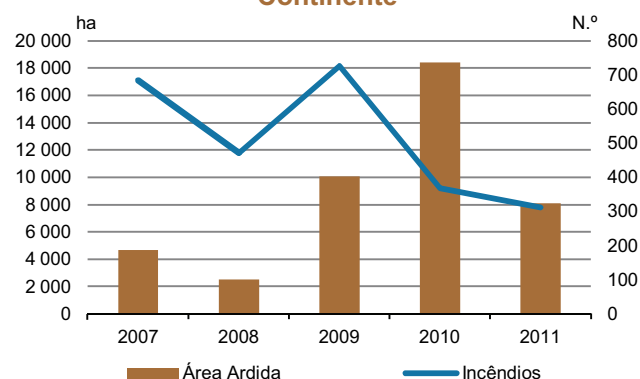
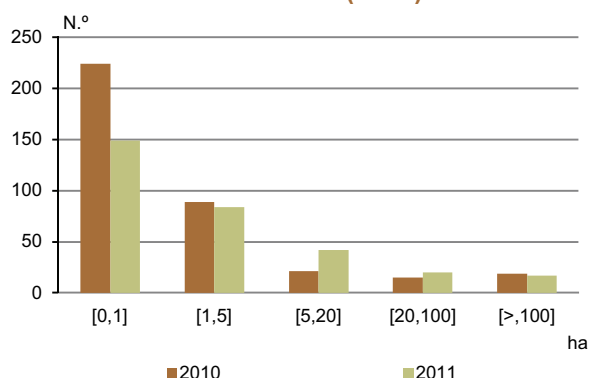


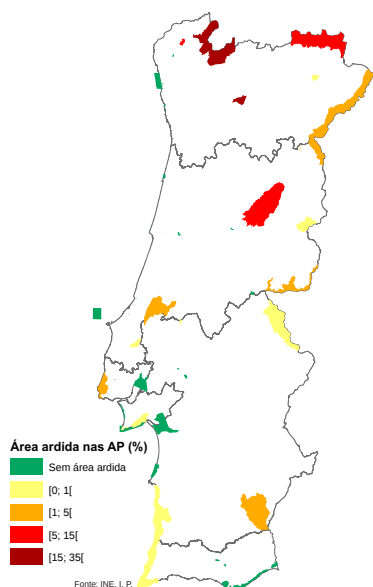
Figura 5.7 - Número de incêndios em áreas protegidas, por classes de área ardida - Continente (2011)



Fonte: INE, I. P.

Nas áreas protegidas verificou-se um predomínio dos incêndios de pequenas dimensões, inferiores a 1 hectare, nos dois anos em análise. Em 2011, apesar de ter ocorrido um decréscimo do número de incêndios, verificou-se contudo um aumento do número de incêndios de maiores dimensões. De facto, enquanto em 2010 os incêndios com áreas ardidas iguais ou superiores a 5 hectares foram responsáveis por 15% do total de área ardida, em 2011 esta proporção subiu para 25%.

Figura 5.8 - Importância das áreas ardidas nas AP (2010) - Portugal Continental



Fonte: INE, I. P.

De acordo com a distribuição da área ardida acumulada (2007-2011) no total da área geográfica das áreas protegidas.

Verifica-se que predominaram as áreas protegidas em que a importância da área ardida foi inferior a 5%, bem como incluindo as áreas que não tiveram incêndios.

As áreas protegidas que tiveram maior percentagem de área ardida acumulada do seu território foram os Parques Naturais do Alvão (30%) e da Peneda-Gerês (24%).



No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabelece medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção da floresta contra incêndios.

Prevenir os incêndios implica o desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente ações de silvicultura preventiva. São várias as ações a integrar na silvicultura preventiva, tais como gestão de combustíveis florestais (corte de mato, limpeza de povoamentos, etc.), beneficiação de pontos de água, manutenção da rede viária florestal (caminhos, estradões ou trilhos) e rede de faixas de gestão de combustível. Estas faixas de gestão de combustível podem-se subdividir em redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em conta a função que podem desempenhar. A rede primária de faixa de gestão de combustível, de interesse regional, tem como principais funções: a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, a redução dos efeitos da passagem de incêndios e o isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Analisando as ações de silvicultura preventiva levadas a cabo pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF) e pela Direção Regional de Florestas da Madeira (DRFM), salienta-se o decréscimo acentuado entre 2007 e 2009, da rede primária de faixas de gestão de combustíveis executadas, o qual rondava os 92%. A partir de 2009 esta tendência inverteu-se sendo a taxa de crescimento de cerca de 61%.

Entre 2008 e 2010, no que concerne à gestão de combustíveis, número de pontos de água beneficiados e quilómetros de rede viária florestal verifica-se que todas estas apresentavam uma tendência decrescente. A partir de 2010 esta tendência inverteu-se para os pontos de água beneficiados e para a manutenção de rede viária florestal.

Analisando o período 2010-2011, verifica-se que quase todas as ações de silvicultura preventiva registaram um crescimento exceto a gestão de combustíveis cuja taxa de decréscimo anual foi de cerca de 10%.

5.1.2 - Medidas Agro-ambientais

As Medidas Agro-Ambientais (MAA) têm como principal objetivo incentivar os agricultores a utilizar ou a manter práticas agrícolas compatíveis com a preservação do ambiente, dos recursos naturais e da biodiversidade.

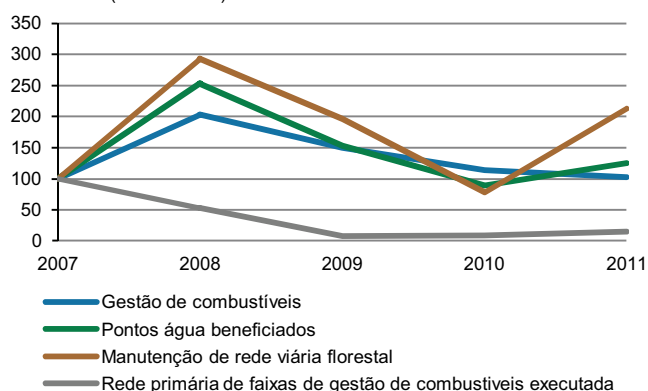
Estas medidas são incluídas nos Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013, tendo sido alteradas substancialmente neste último programa, o que levou a que no início da sua aplicação em 2009 se tenha passado por um período de ajustamento, com decréscimos no número de beneficiários das MAA, dos montantes pagos e das áreas de compromisso envolvidas.

Tendo em conta que os dois programas de desenvolvimento rural tiveram um período de aplicação em que se sobrepuseram (2008 e 2009), optou-se por uma análise global das MAA para o total dos compromissos dos dois programas.

Em 2011, cerca de 25 mil agricultores receberam apoios no âmbito das MAA do PRODER/PRODERAM/PRORURAL, num total de 74 milhões de euros. Desde 2009, o número de beneficiários abrangido por estas medidas aumentou 14% (+ 2 mil agricultores) e os montantes pagos aumentaram 31% (+ 9 milhões de euros) no mesmo período. Apesar de, em 2011, se terem atingido valores de financiamento semelhantes aos verificados em 2007 e 2008, antes da entrada em aplicação do novo programa de desenvolvimento rural em 2009, o número de agricultores que beneficiaram destes apoios em 2011 continua a ser inferior aos que beneficiaram dos apoios no início do período em análise. De realçar que o número de beneficiários decresceu, entre 2007 e 2009, cerca de 40%.

Figura 5.9 - Ações de defesa da floresta contra incêndios - Portugal Continental e R. A. Madeira

Índice 100 (2007 = 100)

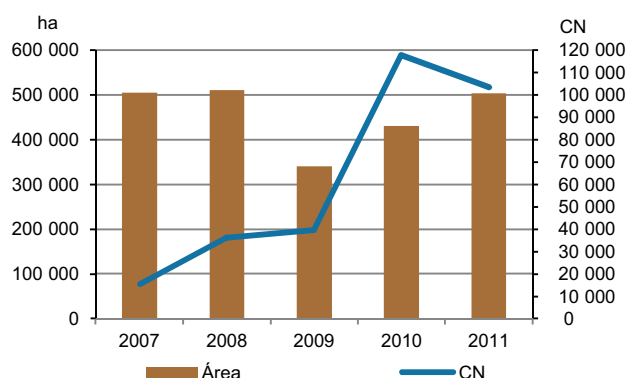


Nota: a informação apresentada inclui dados da Autoridade Florestal Nacional e da Direcção Regional de Florestas da Madeira

Fonte: INE, I. P.

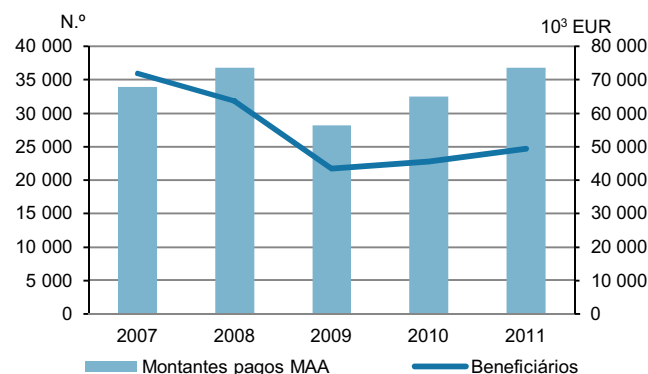


Figura 5.10 - Área e Cabeças Normais pagos ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais (2007-2011)



Fonte: INE, I. P

Figura 5.11 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos

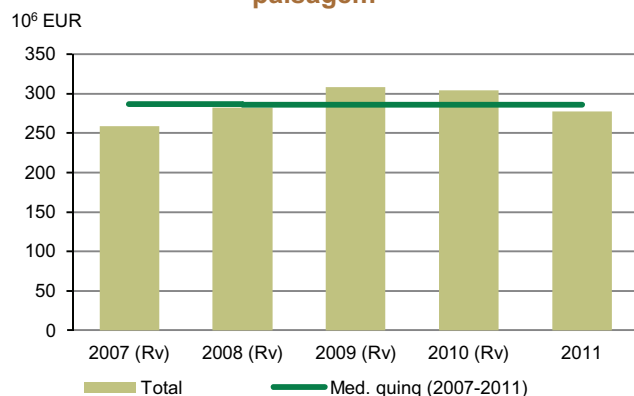


Fonte: INE, I. P

A área total de compromissos das MAA rondou os 504 mil hectares em 2011, o que equivale a um aumento gradual de 48% entre 2009 e 2011, recuperando para valores muito próximos das áreas de compromissos de 2007 e 2008. Relativamente às medidas de proteção da biodiversidade doméstica (raças autóctones), foram contabilizadas cerca de 104 mil cabeças normais (CN) em 2011, menos 12% face a 2010, ano em que se verificou um aumento significativo de 197%, face a 2009.

5.2 - DESPESA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

Figura 5.12- Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem



Fonte: INE, I. P

A conservação da natureza e da biodiversidade tem sido considerada como um dos domínios prioritários de intervenção da política ambiental das Administrações Públicas, o que justifica o montante significativo das verbas envolvidas. No entanto, nos últimos dois anos a despesa nesta área tem vindo a descer, tendo em 2011 ficado abaixo da média do quinquénio em análise, fixando-se nos 277 milhões de euros. Esta quebra foi extensível aos quatro setores institucionais, com destaque para a Administração Regional que apresentou decréscimos de 36% na Madeira e de 26% nos Açores. Na Madeira constata-se uma retração da despesa para a generalidade dos projetos desta área ambiental, inclusive no apoio às associações humanitárias de bombeiros. Já nos Açores, a contração da despesa ficou a dever-se a um descritivo da conta regional mais pormenorizado, que permitiu a individualização e consequente contabilização dos projetos apenas afetos a este domínio.

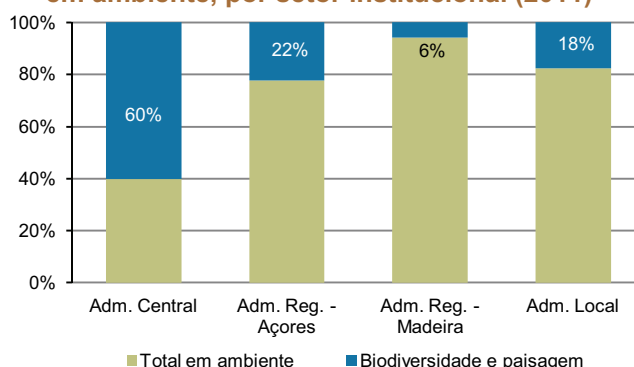
A Administração Central absorveu 3/5 dos gastos deste domínio ambiental em ações e medidas empreendidas pelo ex-Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, ex-Instituto da Água e pelas Administrações das Regiões Hidrográficas nas áreas protegidas, na educação ambiental, na alimentação artificial das praias e na gestão e proteção das zonas costeiras. A Autoridade Nacional de Proteção Civil também realizou despesas na prevenção e combate a incêndios florestais e no apoio aos municípios com corpos de bombeiros e às associações humanitárias de bombeiros voluntários no território continental.



Na Região Autónoma dos Açores, 22% dos gastos foram aplicados neste domínio, com realce para os projetos relacionados com a comparticipação regional relativa às medidas agroambientais, em particular as que dizem respeito à manutenção da extensificação da produção pecuária, à Natura 2000 e ao uso múltiplo da floresta, aos programas Conservação da natureza e Património mundial, nomeadamente com os projetos do Parque Natural dos Açores e da Paisagem protegida da vinha do Pico.

Este domínio consumiu apenas 6% da despesa da Região Autónoma da Madeira e 18% da Administração Local, com realce para as despesas de manutenção dos corpos de bombeiros de iniciativa municipal e para a gestão dos parques e matas florestais de nível concelhio.

Figura 5.13 - Percentagem da Proteção da biodiversidade e paisagem no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2011)



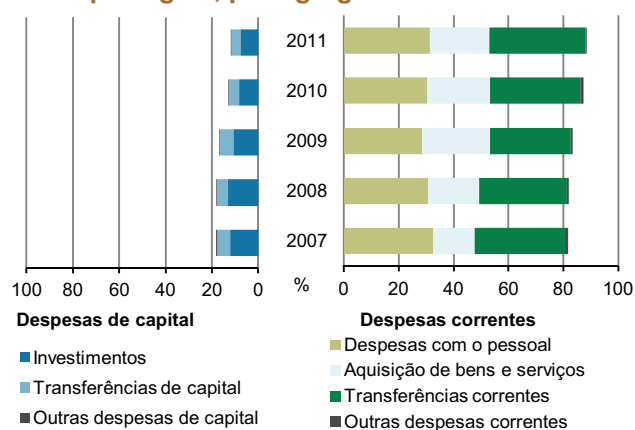
Nota: não foi considerado no período de referência de 2011 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P

As “transferências correntes e de capital” e as “despesas com o pessoal” constituíram as principais rubricas dos gastos no quinquénio em análise, absorvendo em média, respetivamente 2/5 e 1/3 do total das despesas das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem”. As transferências destinaram-se sobretudo a apoiar as equipas de combate a incêndios florestais e de intervenção permanente do território continental, à reparação de viaturas e equipamentos, e ao apoio dos municípios detentores de corpos de bombeiros, bem como ao patrocínio das associações humanitárias de bombeiros voluntários do país.

Em média, cerca de 1/5 dos gastos foram direcionados para “aquisição de bens e serviços”, nomeadamente para o aluguer de meios aéreos para o combate a incêndios florestais por parte da Administração Central.

Figura 5.14 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por agregado económico



Fonte: INE, I. P

De referir ainda que, em 2011, a Administração Central realizou “investimentos” com a alimentação artificial (enchimento das praias) e intervenções diversas nas praias das Regiões do Norte, de Lisboa e do Algarve, num montante superior a 6 milhões de euros e que correspondia a 1/3 do total desta rubrica.



5.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 5.1 - Incêndios florestais por NUTS III

Unidade: N.º

NUTS III	2007	2008	2009	2010	2011
1 Continente	20 316	14 930	26 136	22 026	25 221
11 Norte	11 441	7 130	18 161	14 582	17 524
111 Minho-Lima	1 182	587	1 877	2 104	2 161
112 Cávado	876	366	946	771	1 120
113 Ave	1 600	761	2 278	1 723	2 372
114 Grande Porto	1 419	925	1 772	1 868	2 290
115 Tâmega	2 921	1 879	6 324	4 873	4 707
116 Entre Douro e Vouga	810	454	1 090	1 301	1 286
117 Douro	1 228	943	1 383	838	1 379
118 Alto Trás-os-Montes	1 405	1 215	2 491	1 104	2 209
16 Centro	5 295	4 786	5 374	5 024	5 734
161 Baixo Vouga	787	563	735	1 072	1 000
162 Baixo Mondego	324	355	314	263	466
163 Pinhal Litoral	305	242	219	155	275
164 Pinhal Interior Norte	265	311	397	380	369
165 Dão-Lafões	1 006	795	1 336	1 415	1 239
166 Pinhal Interior Sul	105	130	71	73	81
167 Serra da Estrela	150	178	150	117	115
168 Beira Interior Norte	590	624	857	493	503
169 Beira Interior Sul	135	209	148	75	126
16A Cova da Beira	135	233	238	159	164
16B Oeste	1 186	863	656	651	1 165
16C Médio Tejo	307	283	253	171	231
17 Lisboa	2 079	1 793	1 442	1 591	1 081
171 Grande Lisboa	1 228	1 036	794	971	535
172 Península de Setúbal	851	757	648	620	546
18 Alentejo	880	707	558	502	488
181 Alentejo Litoral	204	172	122	98	81
182 Alto Alentejo	114	75	90	62	61
183 Alentejo Central	104	97	56	78	30
184 Baixo Alentejo	78	66	52	43	31
185 Lezíria do Tejo	380	297	238	221	285
15 Algarve	621	514	601	327	394
150 Algarve	621	514	601	327	394
2 Açores	x	x	x	x	0
3 Madeira	95	137	49	102	123

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.2 - Superfície ardida por tipo área, por NUTS III

Unidade: ha

NUTS III	2007			2008			2009		
	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos
1 Continente	49 364	9 829	39 535	17 565	5 461	12 104	87 422	24 098	63 324
11 Norte	14 497	3 691	10 806	7 788	1 961	5 827	59 304	14 727	44 577
111 Minho-Lima	1 967	368	1 599	810	454	356	5 856	1 089	4 767
112 Cávado	1 588	426	1 162	426	70	356	2 840	564	2 276
113 Ave	2 283	754	1 529	832	230	602	5 515	2 111	3 404
114 Grande Porto	278	134	144	163	74	89	623	367	256
115 Tâmega	3 580	1 256	2 324	843	223	620	15 765	4 500	11 265
116 Entre Douro e Vouga	250	172	78	187	146	41	528	182	346
117 Douro	1 573	189	1 384	1 680	279	1 401	9 757	1 965	7 792
118 Alto Trás-os-Montes	2 978	392	2 586	2 847	485	2 362	18 420	3 949	14 471
16 Centro	29 054	3 240	25 814	7 880	2 616	5 264	24 486	8 263	16 223
161 Baixo Vouga	184	116	68	102	56	46	499	434	65
162 Baixo Mondego	50	28	22	482	283	199	86	57	29
163 Pinhal Litoral	2 580	265	2 315	115	26	89	71	18	53
164 Pinhal Interior Norte	144	102	42	175	139	36	525	329	196
165 Dão-Lafões	18 138	341	17 797	657	137	520	4 297	724	3 573
166 Pinhal Interior Sul	19	14	5	75	56	19	16	14	2
167 Serra da Estrela	459	61	398	472	75	397	1 201	193	1 008
168 Beira Interior Norte	3 646	146	3 500	2 938	623	2 315	16 844	6 149	10 695
169 Beira Interior Sul	333	124	209	1 216	470	746	242	137	105
16A Cova da Beira	82	25	57	500	245	255	313	106	207
16B Oeste	595	96	499	405	47	358	312	54	258
16C Médio Tejo	2 824	1 922	902	744	460	284	80	47	33
17 Lisboa	1 066	213	853	735	167	568	724	314	410
171 Grande Lisboa	601	72	529	565	105	460	410	117	293
172 Península de Setúbal	465	141	324	169	62	107	313	196	117
18 Alentejo	4 489	2 682	1 807	862	608	254	1 167	415	752
181 Alentejo Litoral	594	503	91	141	92	49	186	162	24
182 Alto Alentejo	936	828	108	34	20	14	42	14	28
183 Alentejo Central	666	632	34	64	56	8	39	32	7
184 Baixo Alentejo	2 074	597	1 477	100	79	21	772	129	643
185 Lezíria do Tejo	219	122	97	523	361	162	127	77	50
15 Algarve	258	3	255	300	109	191	1 741	379	1 362
150 Algarve	258	3	255	300	109	191	1 741	379	1 362
2 Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3 Madeira	1 483	1 022	461	476	327	149	289	62	227

NUTS III	2010			2011		
	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos
1 Continente	133 091	46 079	87 012	73 814	20 044	53 770
11 Norte	84 494	27 488	57 006	49 327	13 154	36 172
111 Minho-Lima	24 246	6 409	17 837	5 606	2 304	3 302
112 Cávado	7 328	1 610	5 718	2 680	1 099	1 582
113 Ave	7 245	2 940	4 305	4 283	1 422	2 862
114 Grande Porto	1 281	817	464	982	706	275
115 Tâmega	18 236	6 530	11 706	5 524	1 655	3 869
116 Entre Douro e Vouga	6 838	4 629	2 209	1 803	1 350	453
117 Douro	9 145	2 402	6 743	10 399	1 801	8 597
118 Alto Trás-os-Montes	10 175	2 151	8 024	18 050	2 817	15 232
16 Centro	44 170	15 787	28 383	22 541	5 809	16 732
161 Baixo Vouga	857	806	51	828	727	101
162 Baixo Mondego	1 031	706	325	297	204	93
163 Pinhal Litoral	507	167	340	1 062	369	692
164 Pinhal Interior Norte	1 120	467	653	1 006	653	353
165 Dão-Lafões	12 819	4 383	8 436	3 791	572	3 219
166 Pinhal Interior Sul	70	62	8	534	379	156
167 Serra da Estrela	13 163	5 719	7 444	2 107	330	1 777
168 Beira Interior Norte	12 460	2 552	9 908	8 866	1 277	7 589
169 Beira Interior Sul	456	214	242	2 252	857	1 395
16A Cova da Beira	729	140	589	386	119	267
16B Oeste	287	53	234	1 276	231	1 044
16C Médio Tejo	668	517	151	136	91	46
17 Lisboa	794	126	668	613	150	464
171 Grande Lisboa	565	43	522	434	69	365
172 Península de Setúbal	229	83	146	179	81	99
18 Alentejo	3 528	2 651	877	1 214	912	303
181 Alentejo Litoral	2 052	1 683	369	45	29	17
182 Alto Alentejo	223	196	27	166	91	75
183 Alentejo Central	467	313	154	488	488	
184 Baixo Alentejo	210	169	41	207	154	53
185 Lezíria do Tejo	576	290	286	308	150	158
15 Algarve	105	27	78	119	19	100
150 Algarve	105	27	78	119	19	100
2 Açores	0	0	0	0	0	0
3 Madeira	8 632	4 241	4 391	746	436	310

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.3 - Áreas ardidas por espécie, por NUTS I

Unidade: ha

NUTS I		Total	Espécie							Unidade: ha	
			Acácia	Azinheira	Carrasco	Castanheiro	Eucalipto	Indeterminada	Outras Folhosas	Outras Resinosa	
Continente	2007	4 964	0	289	0	39	3 605	742	289	0	
	2008	1 588	19	98	73	40	1 149	136	73	18	
	2009	4 054	0	232	20	188	2 177	502	935	102	
	2010	12 052	0	82	0	160	10 078	510	1 222	151	
	2011	11 170	0	167	222	175	3 001	410	632	111	
Açores	2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Madeira	2007	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2010	1 459	177	0	0	196	1 086	0	0	114	
	2011	436	11	0	0	0	209	0	0	0	

NUTS I		Espécie							
		Outros Carvalhos	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	Sobreiro	Floresta "Laurissilva"	Urzais arbóreos	Povoamentos jovens	Outras
Continente	2007	366	3 768	125	414	0	0	0	0
	2008	216	1 218	0	110	0	0	0	0
	2009	2 234	4 240	3	186	0	0	0	0
	2010	4 020	13 081	401	498	0	0	0	0
	2011	1 584	4 637	0	232	0	0	0	0
Açores	2007	0	0	0	0	0	0	0	0
	2008	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0
Madeira	2007	x	x	x	x	x	x	x	x
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	0	654	0	0	1 062	354	517	0
	2011	0	201	0	0	0	0	0	15

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira

Quadro 5.4 - Incêndios na Rede Nacional de Áreas Protegidas

Área Protegida	Incendios (N.º)										Area Ardida (ha)					
	2007	2008	2009	2010	Total	2011					2007	2008	2009	2010	2011	
						Classe de área ardida										
						[0,1]	[1,5]	[5,20]	[20,100]	[>100]						s/registo
Continente	684	472	727	368	312	149	84	42	20	17	0	4 690	2 539	10 059	18 426	8 095
PNacPG	121	44	191	34	47	18	10	9	5	5	0	1 362	238	4 273	9 227	1 652
PNM	112	135	175	42	110	48	40	14	4	4	0	322	1 398	2 726	275	2 473
PNLN	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
PNAL	12	1	36	25	20	8	4	4	2	2	0	32	33	390	1 615	814
PNDI	70	21	72	42	21	11	5	2	1	2	0	193	180	744	1 356	441
PNSE	112	103	96	82	68	28	19	11	6	4	0	215	589	1 055	5 706	2 618
PNSAC	13	6	5	7	1	0	0	1	0	0	0	27	5	42	45	8
PNTI	1	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	20	0
RNSM	1	0	3	3	2	0	0	1	1	0	0	11	0	17	11	45
RNB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RNDSJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RNPA	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PPSA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
PNAR	6	15	14	23	19	17	2	0	0	0	0	22	4	4	5	10
PNSC	107	69	8	35	4	1	2	0	1	0	0	294	47	9	98	30
RNET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RNES	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0
PPAFCC	2	4	3	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PNSSM	67	52	42	24	13	12	1	0	0	0	0	66	16	13	55	3
PNSACV	12	7	35	28	1	0	1	0	0	0	0	10	15	13	7	2
PNVG	43	7	14	6	1	1	0	0	0	0	0	2 131	9	750	3	1
RNPB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RNLSAS	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
PNRF	1	7	19	9	0	0	0	0	0	0	0	3	4	8	3	0
RNSCM	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta



Quadro 5.5 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (RURIS/RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (N.º)			Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)			Montante Pago (10 ³ EUR)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
TOTAL	35 968	17 964	1 158	x	x	x	67 899	37 985	1 173
Grupo I - Protecção e Melhoria do Ambiente, dos Solos e da Água (ha)	16 496	8 930	225	428 977	276 475	5 187	53 140	32 003	945
Redução da Lixiviação de Agro-químicos	256	237	0	12 718	11 861	0	5 323	4 933	0
Sistemas Arvense de Sequeiro	1 017	944	0	27 216	26 032	0	2 842	2 839	0
Luta Química Aconselhada	3	0	0	17	0	0	0	0	0
Protecção Integrada	8 887	4 298	0	86 600	42 742	0	14 235	6 796	0
Produção Integrada	1 776	1 005	0	35 877	22 291	0	7 935	4 597	0
Agricultura Biológica	577	281	0	48 249	27 776	0	5 678	3 082	0
Sementeira Directa	169	135	0	9 492	7 422	0	1 085	835	0
Técnicas de Mobilização Mínima	5	0	0	217	0	0	12	0	0
Enrelv. da Entrelinha de C. Permanentes	755	308	0	10 631	4 798	0	672	291	0
Sistemas Forrageiros Extensivos	1 120	808	0	162 971	124 078	0	9 234	7 080	0
Cultura Complementar Forrageira	619	582	0	2 350	1 977	0	180	154	0
Agricultura Biológica - Madeira	39	30	12	121	104	17	77	64	15
Retirada de Terras para Protecção de Lagoas	3	3	3	13	13	13	7	7	7
Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária	1 270	299	210	32 502	7 381	5 157	5 859	1 323	923
Grupo II - Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas (ha)	3 381	1 872	934	2 523	1 239	386	1 012	508	227
Vinha em Socalcos do Douro	155	74	0	239	108	0	86	39	0
Hortas do Sul	32	10	0	16	5	0	6	2	0
Sistema Vitícola de Colares	3	0	0	1	0	0	1	0	0
Apoio à Apicultura	16	15	0	684	336	0	7	4	0
Preservação da Paisagem	2	2	0	7	7	0	2	2	0
Manutenção de Muros de Suporte	3 004	1 738	925	1 423	754	373	843	451	223
Conservação de Curraletas e Lagidos da Vinha	126	14	0	109	7	0	55	4	0
Conservação de Sebes Vivas	43	19	9	45	22	13	13	6	4
Grupo III - Conservação e Melhoria dos Espaços Cultivados de Grande Valor Natural (ha)	18 053	7 950	0	68 885	21 928	0	9 877	3 896	0
Sistema Policulturais Tradicionais	11 784	5 291	0	28 057	12 082	0	6 597	2 873	0
Montados de Azinho e Carvalho Negral	136	0	0	13 298	0	0	497	0	0
Lameiros e Outros Prados e Pastagens	845	335	0	3 548	1 387	0	497	200	0
Olival Tradicional	3 252	1 205	0	7 612	2 689	0	930	329	0
Pomares Tradicionais	1 984	1 108	0	6 888	3 529	0	698	366	0
Plano Zonal de Castro Verde	52	11	0	9 483	2 240	0	656	129	0
Grupo IV - Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagem Dominantemente Agrícola (ha)	84	70	0	406	280	0	106	83	0
Preservação de Bosquetes	10	1	0	95	4	0	9	1	0
Arrozal	74	69	0	311	275	0	97	82	0
Grupo VI - Planos Zonais	909	495	0	4 598	1 608	0	1 696	715	0
P. Nacional da Peneda Gerês - Apoio às Expl.	17	3	0	25	5	0	10	2	0
Parque Natural de Montesinho	96	68	0	1 300	543	0	318	141	0
Parque Natural do Douro Internacional	162	86	0	1 510	360	0	274	67	0
Parque Natural da Serra da Estrela	4	1	0	46	13	0	11	3	0
Parque Natural do Tejo Internacional	2	1	0	176	1	0	21	0	0
Parque Natural das Serras de Daire e	3	1	0	101	29	0	16	5	0
Douro Vinhateiro	625	335	0	1 439	657	0	1 046	496	0
TOTAL PARCIAL (hectares)	x	x	x	505 389	301 529	5 573	65 831	37 204	1 173
Grupo V - Protecção da Diversidade Genética									
Manutenção de Raças Autóctones	2 144	820	0	15 239	4 343	0	2 028	778	0
Protecção da Raça Bov. Autóctone Ramo Grande	66	8	0	304	19	0	41	3	0
TOTAL PARCIAL (CN)	x	x	x	15 544	4 362	0	2 068	781	0

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.6 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (PRODER/PRODERAM/PRORURAL)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (Nº)				Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)				Montante Pago (10 ³ EUR)			
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011
Portugal	13 861	20 590	22 746	24 734	x	x	x	x	35 716	55 218	64 942	73 653
Continente	11 997	16 876	18 343	19 523	x	x	x	x	29 125	47 575	56 580	64 153
Valorização de modos de produção												
Alteração dos Modos de Produção Agrícola												
Modo de Produção Integrada	3 999	6 096	6 814	7 432	81 156	160 941	222 531	265 686	12 691	24 494	30 579	34 761
Modo de Produção Biológico	1 020	1 466	1 469	1 765	40 323	67 166	72 564	85 545	7 189	11 415	11 986	13 305
Protecção da Bio-diversidade Doméstica	4 296	5 610	5 787	4 614	31 410	38 833	117 779	103 506	3 647	4 523	5 179	4 016
Conservação do solo	0	0	151	166	0	0	17 417	13 073	0	0	722	792
Intervenções territoriais integradas												
Alentejo												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	0	0	17	0	0	0	1 503	0	0	0	96
Douro Vinhateiro												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	2 045	2 916	3 185	4 118	x	6 106	6 787	9 862	2 457	3 417	3 688	4 958
Serra da Estrela												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	45	73	130	191	599	832	1 141	1 523	73	108	168	274
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	1	13	26	0	117	265	380	0	12	25	44
Baldios - Silvo-Ambientais	0	0	1	5	0	0	14	184	0	0	2	22
Douro Internacional												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	861	1 129	1 204	1 452	5 507	7 851	8 539	10 313	497	694	755	1 209
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	1	1	1	0	3	104	104	0	1	9	9
MONCHIQUE												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	0	0	6	0	0	0	7	0	0	0	3
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	0	6	0	0	0	53	0	0	0	6
Montesinho Nogueira												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	30	198	238	351	207	1 331	1 784	2 951	33	198	273	505
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	3	3	9	0	35	37	247	0	5	5	26
Baldios - Silvo-Ambientais	0	0	3	11	0	0	139	667	0	0	15	57
Peneda Gerês												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	542	598	589	744	2 608	2 575	2 081	3 328	337	339	270	469
Baldios Agro-Ambientais	22	23	25	26	30 630	31 422	33 546	33 675	1 083	1 117	1 202	1 210
Baldios Silvo-Ambientais	28	27	30	31	2 222	2 123	2 376	2 476	273	125	210	218
Serras de Aires e Candeeiros												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	9	13	22	30	26	38	95	273	5	8	15	39
Costa Sudoeste												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	2	3	6	18	15	19	105	576	1	2	9	55
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	3	13	19	0	89	265	395	0	10	31	44
Tejo Internacional												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	16	20	30	86	272	434	557	841	41	50	65	159
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	3	7	26	48	144	293	1 236	3 768	15	27	115	227
Castro Verde												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	81	101	122	135	12 952	17 150	21 182	22 650	779	1 028	1 256	1 644
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	1	1	47	28	14	14	4	3	0	2
Região Autónoma dos Açores	1 482	1 718	1 858	2 093	x	x	x	x	6 497	7 179	7 696	8 639
Agricultura Biológica	16	16	16	34	119	162	199	224	35	40	48	56
Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha	222	277	300	313	191	227	245	252	152	181	196	201
Conservação de Pomares Tradicionais dos	77	119	137	183	129	162	178	212	103	129	142	168
Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFloricolas, Plantas Aromáticas e Medicinais	47	81	101	114	51	94	112	127	29	55	66	74
Proteção de lagoas	0	0	1	1	0	0	55	73	0	0	66	88
Manutenção da Extensificação da Produção	1 195	1 316	1 392	1 561	32 105	35 010	36 858	41 027	6 053	6 617	6 975	7 742
Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande	124	155	161	161	663	809	935	1 003	126	156	180	192
Pagamentos Natura 2000 Terras florestais	0	0	5	8	0	0	62	238	0	0	12	48
Pagamentos silvo-ambientais	0	0	2	5	0	0	61	336	0	0	12	67
Prémio Perda Rendimento	0	0	0	2	0	0	0	4	0	0	0	2
Prémio Manutenção	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1
Região Autónoma da Madeira	382	1 996	2 545	3 118	x	x	x	x	94	464	666	861
Agricultura Biológica	13	35	44	73	9	45	48	99	6	30	42	85
Manutenção de Muros de Suporte de Terras	372	1 972	2 522	3 078	205	967	1 077	1 360	88	433	624	777
Pagamentos Rede natura	0	0	0	4	0	0	0	237	0	0	0	43

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.7 - Ações de defesa da floresta contra incêndios executadas anualmente, por NUTS I

NUTS I	Ação de defesa da floresta contra incêndios (DFCI)			
	Gestão de combustíveis (ha)	Pontos água beneficiados (N.º)	Manutenção de rede viária florestal (km)	Rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada (ha)
Continente	2007	19 404	339	4 528
	2008	39 480	865	13 294
	2009	29 008	525	8 927
	2010	22 174	307	3 556
	2011	19 865	429	9 669
Açores	2007	x	x	x
	2008	x	x	x
	2009	x	x	x
	2010	x	x	x
	2011			
Madeira	2007	5	3	24
	2008	4	0	25
	2009	30	0	20
	2010	14	0	15
	2011	5	1	26

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional das Florestas, RAM

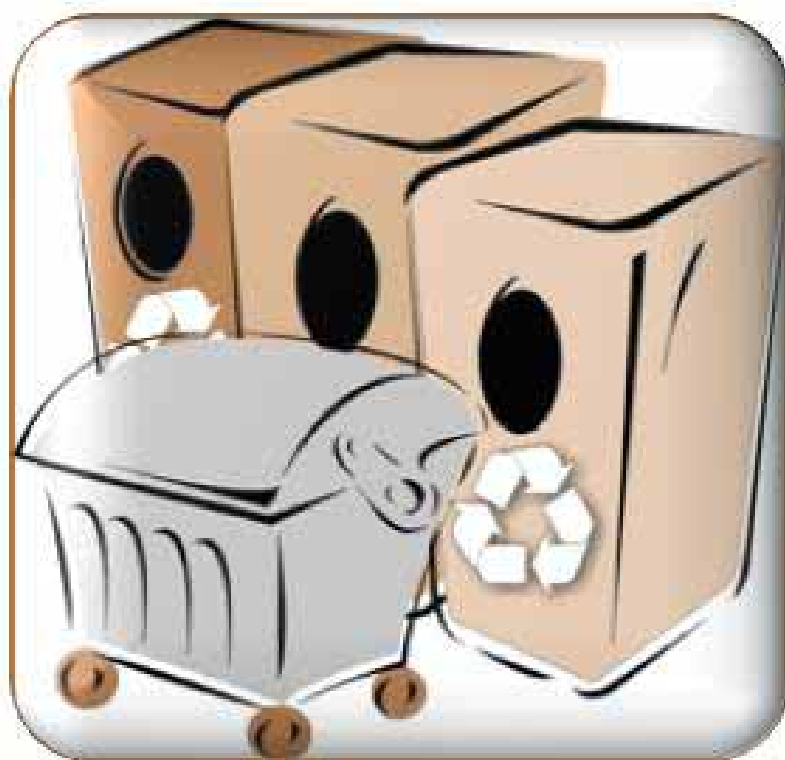
Quadro 5.8 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por setores institucionais e agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administrações Públicas					
Total das despesas	258 459 (Rv)	281 965 (Rv)	308 403 (Rv)	303 753 (Rv)	277 268
Despesas correntes	211 226	231 242	257 272	265 024	245 162
Despesas com o pessoal	83 860	86 141	87 847	92 482	86 998
Aquisição de bens e serviços	39 265	52 779	76 181	69 423	59 853
Transferências correntes	85 239	90 079	90 649	100 020	97 375
Outras despesas correntes	2 862	2 243	2 595	3 099	937
Despesas de capital	47 233	50 723	51 131	38 729	32 106
Investimentos	31 551	37 103	33 456	25 283	21 468
Transferências de capital	14 159	13 141	17 205	13 212	10 257
Outras despesas de capital	1 522	479	471	234	381
Administração Central					
Total das despesas	114 405 (Rv)	130 905 (Rv)	162 959 (Rv)	162 001 (Rv)	150 454
Despesas correntes	102 738	123 643	149 113	149 367	139 498
Despesas com o pessoal	16 686	21 563	21 132	20 818	20 928
Aquisição de bens e serviços	21 946	34 139	62 412	53 945	46 344
Transferências correntes	61 984	66 583	65 444	74 378	72 095
Outras despesas correntes	2 123	1 360	125	225	132
Despesas de capital	11 667	7 262	13 846	12 634	10 955
Investimentos	9 129	7 107	12 463	12 624	10 828
Transferências de capital	2 538	155	1 383	10	127
Outras despesas de capital	0	0	0	æ	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	16 080	17 801	8 676	9 254	6 844
Despesas correntes	6 912	7 053	4 098	4 229	2 334
Despesas com o pessoal	898	841	831	778	163
Aquisição de bens e serviços	5 591	5 743	2 421	2 754	1 518
Transferências correntes	423	465	845	697	651
Outras despesas correntes	æ	3	1	1	2
Despesas de capital	9 167	10 748	4 578	5 025	4 510
Investimentos	6 595	8 869	1 235	1 320	1 113
Transferências de capital	2 405	1 879	3 343	3 705	3 397
Outras despesas de capital	167	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	8 045	8 476	8 044	6 193	3 947
Despesas correntes	4 744	4 611	4 563	4 841	3 812
Despesas com o pessoal	1 401	1 464	1 497	1 498	1 498
Aquisição de bens e serviços	1 117	979	562	780	482
Transferências correntes	2 226	2 168	2 504	2 562	1 831
Outras despesas correntes	æ	0	æ	0	æ
Despesas de capital	3 301	3 865	3 481	1 352	135
Investimentos	2 298	2 697	2 488	685	135
Transferências de capital	1 003	1 168	993	667	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	119 929	124 783	128 724	126 305	116 024
Despesas correntes	96 832	95 935	99 498	106 587	99 518
Despesas com o pessoal	64 877	62 273	64 386	69 388	64 409
Aquisição de bens e serviços	10 610	11 917	10 786	11 943	11 509
Transferências correntes	20 606	20 864	21 857	22 383	22 797
Outras despesas correntes	739	881	2 469	2 873	803
Despesas de capital	23 097	28 848	29 226	19 718	16 506
Investimentos	13 529	18 430	17 269	10 655	9 392
Transferências de capital	8 214	9 939	11 486	8 830	6 732
Outras despesas de capital	1 355	479	471	234	381

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





Resíduos

6 - RESÍDUOS

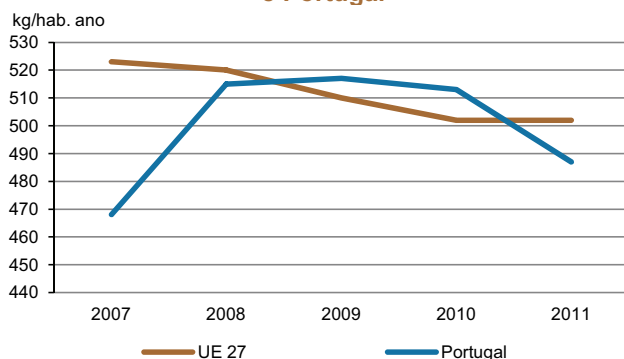
- A atual situação económico financeira tem trazido à ordem do dia questões muito diretas sobre o ambiente, a sustentabilidade e impacto da atividade humana sobre o ambiente e os custos associados à obtenção de energia e matéria-prima para a produção de bens e serviços.
- A gestão e reciclagem de resíduos é uma questão que se relaciona e se torna cada vez mais intrínseca a toda a esta problemática, na medida em que os resíduos podem constituir uma origem alternativa de matéria-prima, em simultâneo contribuir para a redução das necessidades energéticas uma vez que a reciclagem exige menores quantidades de energia e de material para produzir uma mesma quantidade de “matéria-prima” original e/ou extraída em bruto da natureza ou gerada numa primeira vez.
- É tendo presente esta preocupação e situação que a recente legislação em matéria de gestão de resíduos em Portugal define uma política e hierarquia de prioridades nas práticas de gestão de resíduos conforme representado na figura seguinte.
- É neste contexto que se assiste no país a uma alteração de paradigma na gestão de resíduos, procurando o desvio de resíduos biodegradáveis da deposição em aterro através da construção de centrais de valorização orgânica.
- Com o aumento das capacidades de produção de composto orgânico, procura-se reduzir a deposição de resíduos biodegradáveis em aterro, de forma a contrariar a tendência de crescimento do setor dos resíduos nas emissões de GEE. Entre 2009 e 2010 (dados disponíveis) as emissões de GEE a partir dos resíduos registou um crescimento de 6% e em 2010 representava 11% do total de emissões de GEE.
- O setor da gestão de resíduos em Portugal já permite dar resposta à generalidade das necessidades no país, o que em parte explica que nos últimos 3 anos (2009 a 2011), as saídas de resíduos do país se tenham mantido relativamente estáveis em quantidades próximas das 60 mil toneladas por ano. Muito embora se registre uma quebra de 11% de saídas entre 2009-2010 (de 63 mil toneladas em 2009 para 55 mil em 2010) e um crescimento da mesma ordem de grandeza (+13%) entre 2010 e 2011, atingindo 62 mil toneladas em 2011.
- Em termos de gestão de resíduos urbanos, o país está hoje servido por vinte e três sistemas plurimunicipais no território continental, dois na Região Autónoma dos Açores e um na Região Autónoma da Madeira.
- Não obstante os objetivos de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) da deposição em aterro e das estratégias de incremento da reciclagem e recuperação de resíduos, em 2011 ainda se verificava que em cada 10 quilos de resíduos urbanos geridos, aproximadamente 5,8 kg eram encaminhados para deposição direta em aterro, 2,1 kg para valorização energética, 1,2 kg correspondia a multimateriais enviados para reciclagem e 0,8 kg eram encaminhados para valorização orgânica.
- Situação que de acordo com as conclusões sobre a aplicação do PERSU I (resumidas na publicação do PERSU II, Portaria 187/2007 de 12 de fevereiro em aplicação) significa que ainda não foi atingido o meio do *target* definido para a valorização orgânica de resíduos urbanos que por esta altura, deveria ter já atingido um nível de abrangência sobre $\frac{1}{4}$ dos resíduos urbanos geridos.
- A atividade das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (resíduos de embalagens, óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de pilhas e acumuladores, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos) contribuiu em 2011 para a recolha seletiva e consequente valorização de 1,2 milhões de toneladas de resíduos, dos quais 8% destinaram-se a valorização energética e os restantes 92% a uma recuperação por reciclagem/reintrodução no ciclo produtivo.

Figura 6.1 - Hierarquia de prioridades na gestão de resíduos



6.1 - RESÍDUOS URBANOS

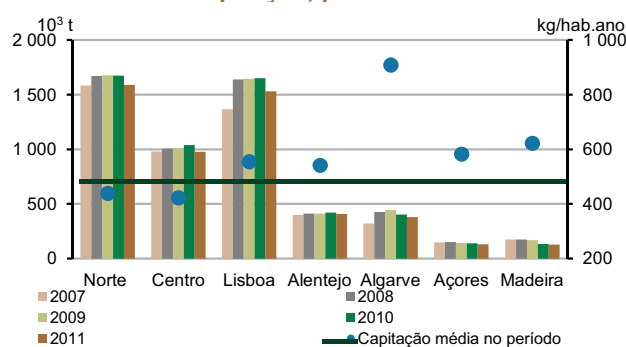
Figura 6.2 - Capitação de resíduos urbanos total UE e Portugal



Fonte: INE, I. P.

No quinquénio em análise (2007-2011), verifica-se que a produção nacional de resíduos urbanos *per capita* manteve-se abaixo da média europeia entre 2007 e 2008, tendo evoluído neste período cerca de 10%. A partir de 2008 e até 2010 cada português gerava mais resíduos urbanos do que a média comunitária, verificando-se que a partir de 2011 (474 kg / habitante ano), ao qual não será alheio a contração da economia nacional, este valor recua para um valor intermédio aos valores registados em 2007 e 2008, 468 e 515 kg / habitante ano, respetivamente. De referir que na UE a produção *per capita* de resíduos tem vindo a diminuir de forma sustentada, passando de 523 kg / habitante ano em 2007 para 502 kg / habitante ano em 2011.

Figura 6.3 - Resíduos urbanos recolhidos e capitação, por NUTS II

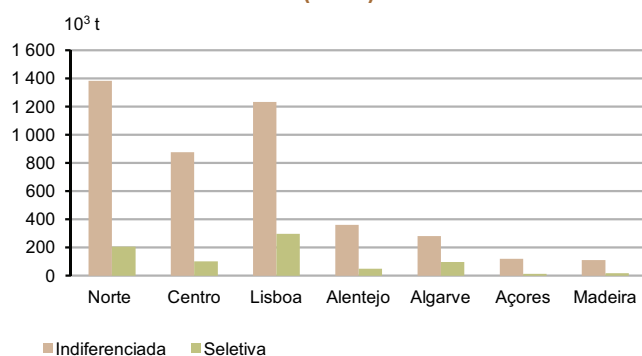


Fonte: INE, I. P.

Entre 2010 e 2011 a geração de resíduos urbanos em Portugal decresceu 5%, quebra que será mais acentuada do que a estimada para a UE, que situará em menos 1,2% de resíduos urbanos, tendo por base a tendência e os valores médios de decréscimo registados nos últimos anos.

Observando a média das capitações nos quatro anos em análise, verifica-se que são as regiões do Algarve e da Madeira, aquelas que apresentam os valores mais elevados, 946 kg/habitante e 601 kg/habitante, respetivamente, influenciados pela produção de resíduos urbanos decorrentes da atividade turística. De referir, contudo, que em ambas as regiões a produção de resíduos baixou nos dois últimos anos. No caso da RAM, ao abrandamento da atividade turística consequente à calamidade das cheias no início de 2010, somam-se em 2011 novas quebras na geração de resíduos urbanos também por força do abrandamento económico, registando neste último ano um valor de 474kg/habitante ano, o que coloca a RAM abaixo da média nacional, que se situou em 487 kg/habitante ano.

Figura 6.4 - Recolha indiferenciada e seletiva, NUTS II (2011)



Fonte: INE, I. P.

Em Portugal, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, em 2011, fixou-se nas 777 mil toneladas, o que representa 15% do total de 5,1 milhões de toneladas de resíduos recolhidos.

A região do Algarve atingiu um valor relativo mais expressivo, resgatando seletivamente cerca de 26% dos resíduos recolhidos na região. De relevar ainda a região de Lisboa e Região Autónoma da Madeira, em que cerca de 20% e 13% dos resíduos, respetivamente, foram recolhidos seletivamente.



Em termos absolutos e como seria expectável destacam-se em primeiro lugar, a região Norte e logo a seguir Lisboa como os centros populacionais onde se geram maiores quantidades de resíduos, 1 587 e 1 530 milhões de toneladas, respetivamente. Contudo, em termos médios por habitante, verifica-se que cada habitante da região de Lisboa (541 kg / habitante ano) gerou durante o ano de 2011, mais 110 quilogramas de resíduos do que cada habitante da região Norte (431 kg/habitante ano).

A região do Algarve, por força do fator turismo, continua a ser a região que regista o valor mais elevado da geração média de resíduos por habitante, com 838 kg/habitante ano. Seguem-se as regiões de Lisboa e do Alentejo com 541 e 538 kg/habitante ano, respetivamente.

Em 2011, cerca de 58% dos resíduos urbanos recolhidos foram encaminhados para aterro, o que corresponde a menos 5 p.p. do que a proporção verificada em 2007.

Todavia, no período em análise a evolução da deposição de resíduos em aterro regista um comportamento irregular, naturalmente dependente da quantidade global de resíduos gerados e recolhidos ao longo dos anos.

Entre 2007 e 2008 regista-se que as quantidades encaminhadas para aterro tiveram um aumento de cerca de 1 p.p. que se repetiu entre 2009 e 2010.

Entre 2010 e 2011 as quantidades de resíduos depositados em aterro diminuíram cerca de 300 mil toneladas o que determina que a proporção de resíduos encaminhados para aterro tivesse recuado 3 p.p., caindo de 62% em 2010 para 59% em 2011.

Em 2011, muito embora a valorização orgânica tenha conhecido uma evolução positiva nos últimos anos, regista-se que ainda não constitui um dos principais mecanismos de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro. A valorização orgânica, seja por via de recolha indiferenciada ou seletiva, continuava a absorver apenas 8% dos resíduos urbanos recolhidos. Sem alterações significativas estruturalmente, mantém-se a repartição de valores verificados nos últimos anos, em que a valorização orgânica regista uma subida de 1 p.p. (aumentando a sua importância relativa de 20% para 21%).

Entre 2007 e 2011, foram recuperados para reciclagem 2,1 milhões de toneladas de materiais como vidro, papel e cartão, embalagens e pilhas e acumuladores separados na origem pelas famílias e empresas, e recolhidos seletivamente através de ecopontos, porta-a-porta e entregas em ecocentros.

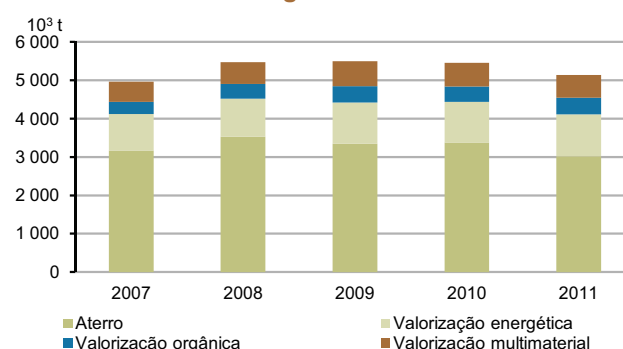
Os resíduos de papel e cartão e vidro, em conjunto, representavam perto de 82% do total no período em análise, em termos absolutos atingiam 929 mil e 856 mil toneladas, respetivamente.

A fileira das pilhas e acumuladores apresentava uma tendência evolutiva inconstante e no período em análise, dada a quebra registada em 2011, apresentava um decréscimo de 2% ao ano.

A fileira dos resíduos de embalagens continuava a destacar-se como a fileira em que se registava a maior taxa crescimento médio na respetiva recolha seletiva, atingindo cerca de 13% ao ano, no quinquénio em análise (2007-2011).

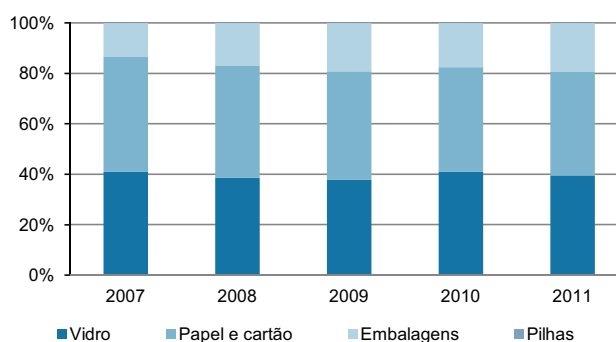
O vidro registava um crescimento médio ao ano de 2% e a fileira de papel e cartão registava uma taxa de crescimento inferior a 1% ao ano, significando que a margem e potencial de evolução de recolha seletiva destes materiais é muito mais reduzida e eventualmente estará num ponto mais próximo do máximo atingível.

Figura 6.5 - Resíduos urbanos por operação de gestão



Fonte: INE, I. P.

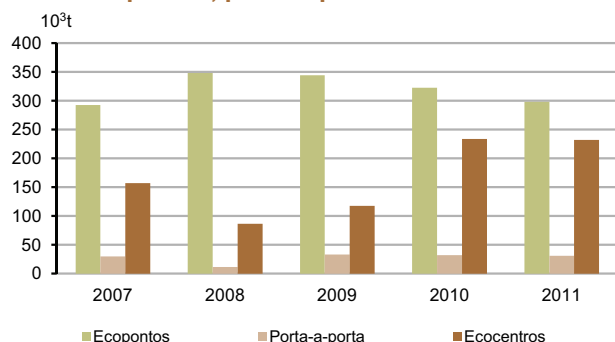
Figura 6.6 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, por principais materiais



Fonte: INE, I. P.

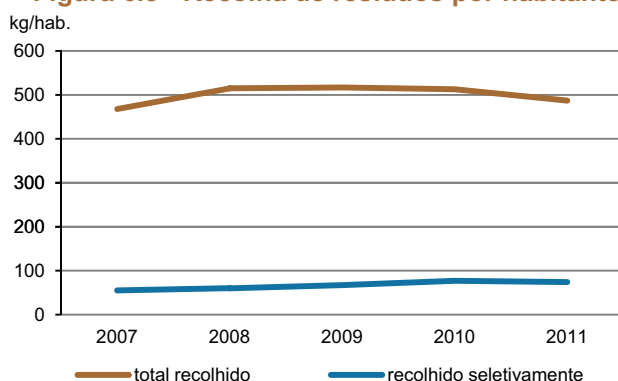


Figura 6.7 - Resíduos urbanos recolhidos por via de ecopontos, porta-a-porta e ecocentros



Fonte: INE, I. P.

Figura 6.8 - Recolha de resíduos por habitante



Fonte: INE, I. P.

Os ecopontos absorviam cerca de 53% dos resíduos recolhidos seletivamente para reciclagem. É de assinalar as quantidades de resíduos reportadas como recolhidas em ecocentro, que no período em análise cresceram a um ritmo médio de 10% ao ano, atingindo em 2011 perto de 231 mil toneladas. Ainda assim entre 2010 e 2011, dada a quebra generalizada de resíduos recolhidos, registaram-se menos 2000 toneladas de resíduos recolhidos via ecocentros.

No gráfico 6.8 apresenta-se totais de evolução das quantidades de resíduos recolhidos por habitante (geradas por habitante no ano), e quantidades de recolha seletiva por habitante.

No período de 2002 a 2011, registou-se uma taxa de crescimento médio anual de 1% no que se refere às quantidades de resíduos gerados por habitante/ano. Em 2002 cada habitante gerava em média 443 kg, registando-se em 2011 um valor de 487 kg habitante.

As quantidades de resíduos recolhidos seletivamente por habitante registaram uma taxa de crescimento médio ao ano da ordem dos 15%. Em 2002 cada habitante contribuía em média para a separação de 21 kg de resíduos no ano, e em 2011 este mesmo valor ascendia a 74 quilogramas por habitante.

Em termos relativos regista-se que em 2011, do total dos resíduos recolhidos, 15% dos mesmos foram recolhidos separadamente, destinando-se na sua grande maioria para reciclagem multimaterial e valorização orgânica (669 mil toneladas), num total de 777 mil toneladas recolhidas seletivamente.

6.2 - FLUXOS ESPECÍFICOS DE RESÍDUOS

Em Portugal, após uma forte subida de 16% entre 2007 e 2008, a quantidade global de resíduos de fluxos específicos recolhidos evoluiu negativamente desde 2008 a uma taxa média anual de -4,6 %, atingindo-se em 2011 um valor global de 1,2 milhões de toneladas.

Na análise dos últimos dois anos (2010 e 2011), regista-se uma tendência generalizada de queda das quantidades de resíduos recolhidos sobre os diferentes fluxos, em que se destaca num extremo negativo, o fluxo de veículos em fim de vida (VfV) que entre 2010 e 2011 registaram uma quebra de 34%, com menos 32 mil toneladas de VfV recolhidos, a qual se explica pela crise do comércio automóvel e pelo fim do programa de incentivos fiscais ao abate de veículos.

Num sentido positivo, destaca-se em contraciclo, o aumento registado no fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) que de 2010 para 2011 apresentou um crescimento de 20% das quantidades recolhidas (46 e 55 mil toneladas, respetivamente), numa fase em que a colocação dos respetivos produtos em mercado apresentava uma redução significativa, caindo de 157 mil toneladas em 2010, para 130 mil toneladas em 2011.

Em 2011, as entidades SPV, VALORMED e VALORFITO contribuíram para a valorização de cerca de 1 milhão de toneladas de resíduos de embalagens, registando uma quebra de 4% face às quantidades registadas em 2010.



Na figura 6.9 apresenta-se a evolução das quantidades de resíduos de embalagens gerados, valorizados, e destes os que foram para reciclagem. A diferença existente entre a linha de total valorizado e total enviado para reciclagem corresponde a embalagens que foram enviadas para valorização energética, como é o caso do fluxo restrito de embalagens de medicamentos e medicamentos fora de uso que são remetidos para este tipo de operação pela entidade responsável (VALORMED).

Verifica-se uma ligeira convergência das curvas de total de resíduos valorizados e reciclados, o que representa uma diminuição da proporção de resíduos de embalagem enviados para valorização energética, e que em 2011 representava apenas 7% do total dos resíduos de embalagem valorizados.

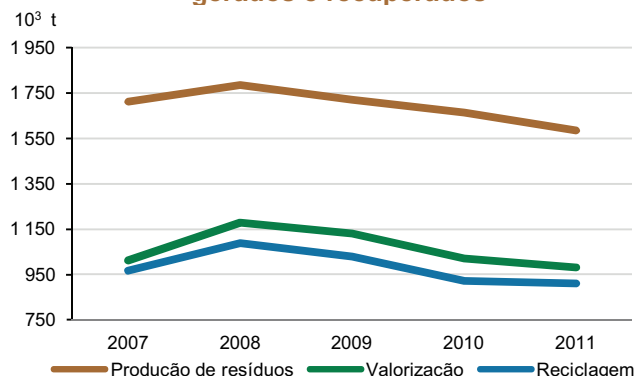
Nos últimos 3 anos verificou-se uma estabilização nas quantidades de óleos usados gerados, bem como nas quantidades de resíduos reciclados. Em 2011 registou-se uma quebra de 3 mil toneladas na quantidade reciclada, motivada pela queda das quantidades recolhidas e uma ligeira subida nas quantidades enviadas para regeneração.

No que se refere à recuperação de pneus usados, destaca-se uma descida sustentada da proporção de pneus usados encaminhados para recauchutagem, que em 2007 representava 27% dos pneus valorizados e em 2011 representava apenas 18% do total de pneus usados.

Por seu lado, a valorização energética tem ganho alguma expressão salientando-se que entre 2007-2009 representava em média cerca 24% do total, e nos últimos 2 anos aumentou em média 3 p.p. atingindo um valor de 27%.

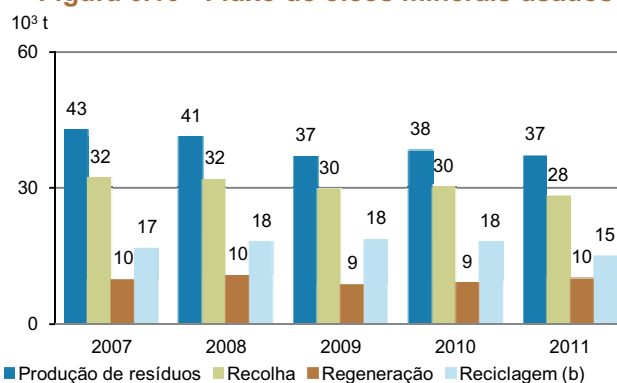
Destaca-se ainda a queda significativa das quantidades de veículos em fim de vida (VFV) no último ano da série em análise. Em termos estruturais, verifica-se que a valorização energética de resíduos de VFV tem permanecido estável e em termos médios representa cerca de 4% do total, com exceção do ano de 2008, em que atingiu 7% do total de resíduos de VFV valorizados.

Figura 6.9 - Fluxo de resíduos de embalagens gerados e recuperados



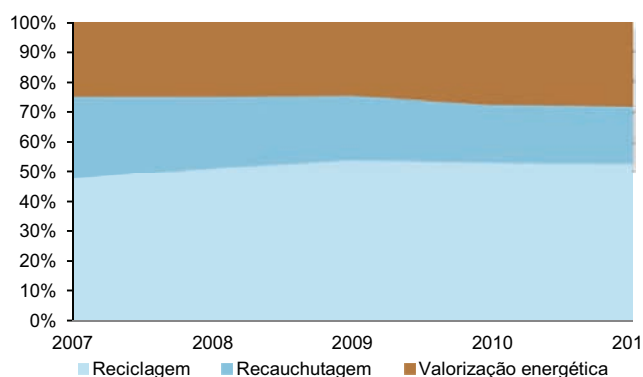
Fonte: INE, I. P.

Figura 6.10 - Fluxo de óleos minerais usados



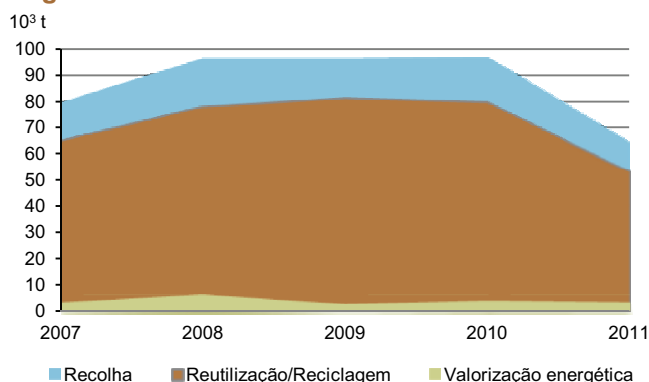
Fonte: INE, I. P.

Figura 6.11 - Estrutura de valorização de pneus usados por operações



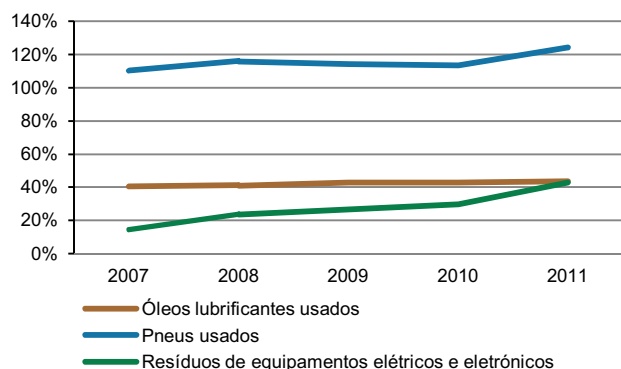
Fonte: INE, I. P.



Figura 6.12 - Resíduos de veículos em fim de vida

Fonte: INE, I. P.

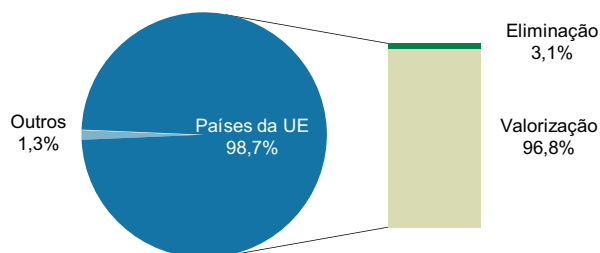
Verifica-se que os fluxos de resíduos recolhidos em avaliação seguem uma tendência crescente.

Figura 6.13 - Percentagem de resíduos recolhidos por fluxo relativamente às quantidades de respetivo produto colocado em mercado

Fonte: INE, I. P.

De salientar no fluxo de pilhas e acumuladores que os dados de 2007 a 2009 se referem à entidade gestora do sistema integrado de gestão de pilhas e acumuladores portáteis existente nesse período (ECOPILHAS), e de 2010 em diante incluem cinco entidades gestoras licenciadas para a gestão de pilhas e acumuladores (tipo portátil, industrial e de baterias de automóveis), designadamente ECOPILHAS, ERP, AMB3E, VALORCAR e GVB e um sistema individual autorizado para a gestão de resíduos deste fluxo.

6.3 - MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

Figura 6.14 - Resíduos exportados por principal destino e operação de gestão

Fonte: INE, I. P.

Em 2011, o total de resíduos exportados atingiu 62,3 mil toneladas de resíduos destinados a operações de valorização (97%) e eliminação (3%) verificando-se um acréscimo de 13% face à quantidade registada no ano anterior.

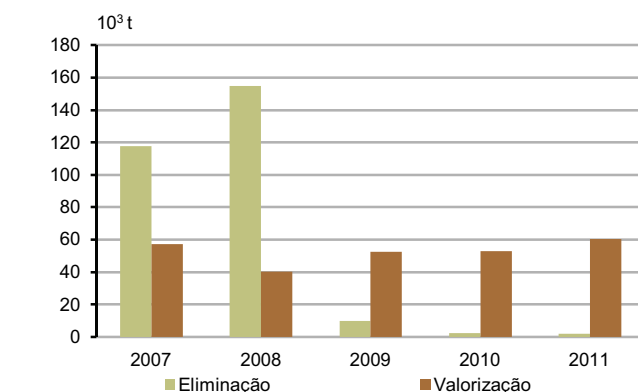


À semelhança do ano anterior, em 2011 a maior parte dos resíduos transferidos eram perigosos e foram conduzidos para operações de valorização, somando nesta dupla categoria 59 558 toneladas o que corresponde a mais de 95% do total de resíduos exportados.

A maior parte dos resíduos exportados (99%) destinaram-se a Estados membros da União Europeia, excetuando-se 832 toneladas de resíduos com destino a Marrocos.

Em 2011, os resíduos encaminhados para eliminação atingiram 1947 toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 9,5 % face ao valor de 2010, e que representa, em termos absolutos, uma redução de 200 toneladas.

Figura 6.15 - Resíduos exportados por operação de gestão



Fonte: INE, I. P.

6.4 - DESPESA NA GESTÃO DE RESÍDUOS

Entre 2007 e 2011, as Administrações Públicas aplicaram, anualmente em média, mais de 500 milhões de euros. Em 2011, o montante despendido neste domínio ascendeu a 548 milhões de euros.

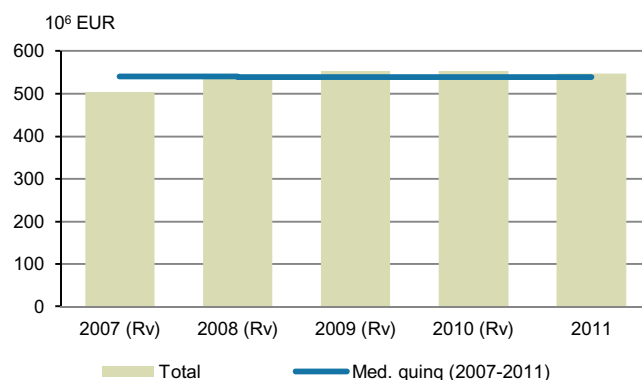
Cerca de 4/5 dos gastos da Administração Local foram aplicados nas atividades de recolha e transporte de resíduos, incluindo a varredura e limpeza urbana, asseguradas principalmente pelas entidades gestoras de nível municipal segundo os modelos de gestão considerados: serviços municipais e municipalizados e empresas municipais e intermunicipais.

Na Região Autónoma dos Açores, a gestão de resíduos foi responsável por mais de 2/5 dos gastos da Região em ambiente, correspondentes a 12 milhões de euros. Este montante foi aplicado em estudos e acompanhamento técnico, na aquisição, em diversas ilhas do arquipélago, de terrenos para implantação e execução de obras de construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem, e na compra de bens e serviços com vista à prevenção e divulgação de boas práticas de gestão de resíduos.

Por sua vez, a totalidade da despesa da Região Autónoma da Madeira foi concedida, em forma de subsídio e de transferência corrente a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que gere o Sistema de transferência, triagem, tratamento e valorização de resíduos da Região Autónoma da Madeira, mediante concessão em regime de serviço público e de exclusividade.

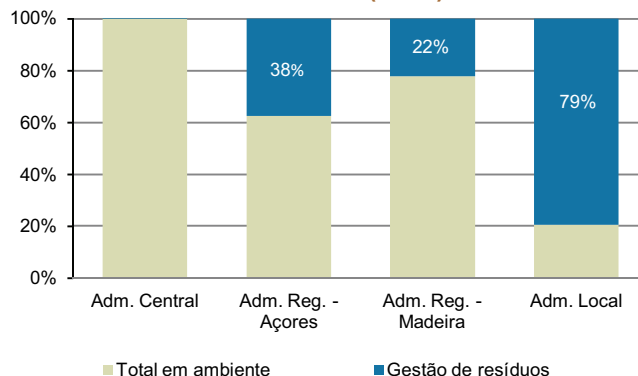
É de referir que na Administração Central se registaram igualmente gastos nesta área ambiental, nomeadamente nas atividades desenvolvidas pela Agência Portuguesa de Ambiente, mas pelo facto de não ser possível a sua identificação, dada a diversidade de funções que desempenha no âmbito das políticas do ambiente, foram integradas no capítulo "Outros domínios de ambiente".

Figura 6.16 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos



Fonte: INE, I. P.

Figura 6.17 - Percentagem da Gestão de resíduos no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2011)

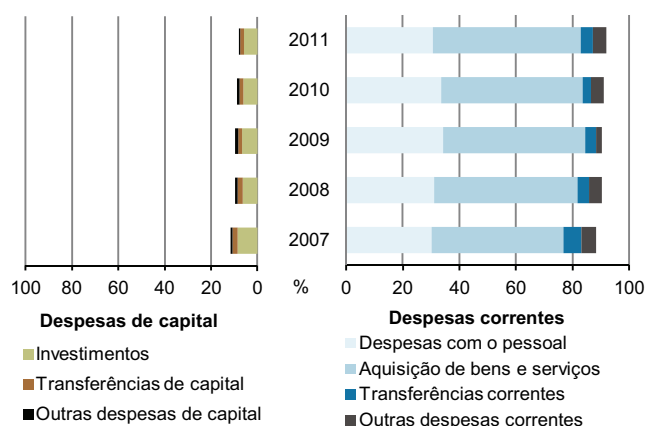


Nota: não foi considerado no período de referência de 2011 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.



Figura 6.18 - Despesas das Administrações Públicas na Gestão de resíduos, por agregado económico



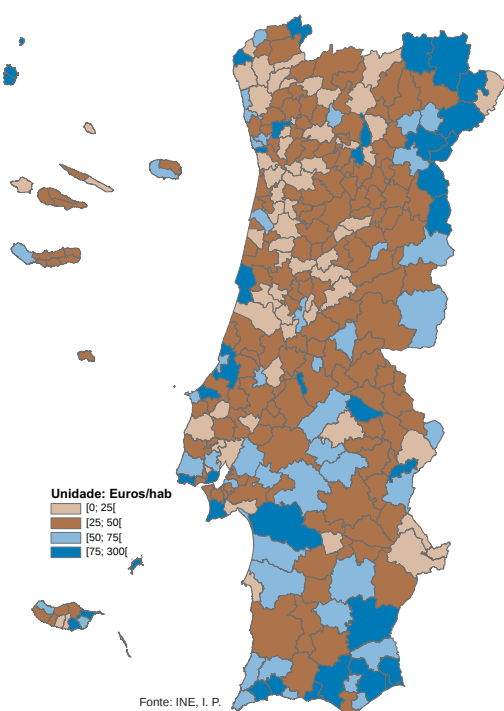
Fonte: INE, I. P.

Em termos de agregados económicos, salienta-se, no período em análise, o predomínio das despesas correntes face às de capital.

Com efeito, cerca de metade das despesas correntes referiam-se a aquisição de bens e serviços, de recolha de resíduos (indiferenciada e seletiva) realizada por terceiros mediante contratos de prestação de serviços e os pagamentos a entidades gestoras de serviços “em alta”, responsáveis pela armazenagem, triagem, valorização e eliminação dos resíduos. Inclui também os gastos com pessoal (1/3 das despesas correntes) que somado aos movimentos anteriores representava 83% do total de despesas correntes em 2011.

De referir que nas despesas de capital a contribuição dos investimentos no último ano não foi além dos 6% no total das despesas.

Figura 6.19 - Despesas da Administração Local por habitante no domínio da Gestão de resíduos



Fonte: INE, I. P.

Em 2011, mais de metade dos municípios do País (abrangendo cerca de 4,5 milhões de pessoas) gastaram, em média, entre 25 e 50 euros/habitante com a gestão de resíduos. Aproximadamente 1/5 dos municípios (representando cerca de 22% do total da população), sobretudo das regiões Norte e Centro, situavam-se no escalão inferior a 25 euros/habitante.

No extremo oposto, 12% dos municípios encontravam-se no escalão mais elevado, com realce para os municípios situados nas zonas turísticas do litoral do Continente e Regiões Autónomas e em alguns municípios do interior.



6.5 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 6.1 - Resíduos urbanos produzidos e captação

Ano	Resíduos recolhidos					Captação				
	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)	2007 (Rc)	2008 (Rc)	2009 (Rc)	2010 (Rc)	2011 (Rc)
	t					kg / hab. ano				
Portugal	4 967 273 (Rc)	5 471 844 (Rv)	5 496 267	5 457 137 (Rv)	5 138 645	468	515	517	513	487
1 Continente	4 646 171	5 144 882 (Rv)	5 185 031	5 183 569	4 879 939	459	508	511	511	486
11 Norte	1 581 954	1 662 967 (Rv)	1 676 001	1 673 896	1 587 634	422	444	447	447	431
111 Minho-Lima	95 363	108 296	110 328	106 701	100 205	379	431	440	427	410
112 Cávado	171 792	185 701 (Rv)	185 107	178 348	167 004	418	451	448	430	407
113 Ave	197 289	200 893	205 971	201 317	192 076	377	383	392	383	376
114 Grande Porto	654 477	685 492	676 364	675 312	651 048	511	535	527	525	506
115 Tâmega	197 053	201 534	217 891	215 097	202 349	351	359	389	384	368
116 Entre Douro e Vouga	94 603	103 539	104 222	114 734	101 715	329	359	361	397	370
117 Douro	85 403	85 434	86 783	89 380	86 266	401	405	415	432	420
118 Alto de Trás-os-Montes	85 974	92 078	89 334	93 007	86 971	396	428	418	439	427
16 Centro	978 189	1 006 951	1 010 733	1 038 390	976 311	410	422	424	437	420
161 Baixo Vouga	165 595	177 780	178 302	179 046	172 490	415	444	445	446	442
162 Baixo Mondego	148 676	155 980	159 226	167 090	153 611	446	471	483	510	463
163 Pinhla Litoral	105 401	109 949	110 214	113 751	107 882	396	411	410	422	413
164 Pinhal Interior Norte	45 148	47 380	48 071	50 417	45 869	328	345	350	369	350
165 Dão-Lafões	105 886	108 650	108 014	109 060	103 332	363	373	371	375	373
166 Pinhal Interior Sul	13 700	12 497	12 805	12 228	12 690	331	307	319	310	313
167 Serra da Estrela	17 023	17 356	17 025	17 027	16 294	354	364	361	364	374
168 Beira Interior Norte	41 038	41 726	41 380	42 414	39 634	371	381	381	395	381
169 Beira Interior Sul	36 144	32 791	32 377	31 667	32 694	486	446	445	439	437
16A Cova de Beira	32 970	33 213	32 957	33 564	32 816	360	365	365	374	374
16B Oeste	176 414	174 279	173 428	187 325	168 118	489	480	475	511	464
16C Médio Tejo	90 195	95 352	96 934	94 800	90 882	390	412	420	411	412
17 Lisboa	1 365 057	1 637 421	1 642 825	1 649 609	1 530 008	487	582	581	582	542
171 Grande Lisboa	1 009 933	1 146 515	1 161 195	1 165 794	1 084 495	499	565	572	573	531
172 Península de Setúbal	355 124	490 906	481 630	483 815	445 513	456	624	607	604	571
18 Alentejo	400 985	410 787	411 067	418 925	407 663	526	541	544	558	539
181 Alentejo Litoral	57 566	57 595	57 544	60 642	60 081	597	601	604	641	614
182 Alto Alentejo	58 237	64 338	63 092	65 150	62 317	490	548	544	568	528
183 Alentejo Central	95 937	94 265	94 395	95 361	91 936	564	556	560	569	551
184 Baixo Alentejo	70 484	69 266	69 911	70 147	69 140	550	546	556	564	547
185 Lezíria do Tejo	118 761	125 323	126 126	127 624	124 190	477	502	505	511	502
15 Algarve	319 986	426 755	444 405	402 749	378 323	755	997	1029	924	839
2 Região Autónoma dos Açores	147.668 (Rc)	152 183	142 058	140 139	131 694	606	623	580	571	533
3 Região Autónoma da Madeira	173 434	174 780	169 178	133 430	127 012	704	708	684	539	474

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores



Quadro 6.2 - Resíduos urbanos geridos por tipo de recolha, por NUTS II

2011

Unidade: t

NUTS II	Total	Produção	
		Recolha Indiferenciada	Recolha Selectiva
Portugal	5 138 645	2 978 439	777 786
Continente	4 879 939	2 749 843	747 676
Norte	1 587 634	1 382 780 **	204 854
Centro	976 311	875 970	100 341
Lisboa	1 530 008	1 233 345	297 024
Alentejo	407 663	359 511	48 152
Algarve	378 323	281 017	97 306
Região Autónoma dos Açores	131 694	118 952	12 742
Região Autónoma da Madeira	127 012	109 644	17 368

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

** Quadro atualizado em 15-05-2013

Quadro 6.3 - Resíduos urbanos geridos por operação de gestão

Unidade: t

Ano	Total	Operação de Gestão			
		Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica	Valorização Multimaterial
2007	4 967 273 (Rc)	3 170 430 (Rc)	947 902	321 038 (Rc)	527 902 (Rc)
2008	5 471 844 (Rc)	3 530 220	992 953	382 025 (Rc)	566 647 (Rc)
2009	5 496 267	3 341 707 (Rv) *	1 082 831	423 515 (Rc)	648 214 (Rc)
2010	5 457 137 (Rv)	3 380 815 (Rv)	1 058 376 (Rv)	398 593 (Rv)	619 354 (Rv)
2011	5 138 645	3 020 857	1 091 250	433 219	593 318

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

* Quadro atualizado em 07-01-2013

Quadro 6.4 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por material

Unidade: t

Ano	Total	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Pilhas
2007	369 645	151 963	167 914	49 590	178
2008	445 758	172 259	197 689	75 573	237
2009	482 127	182 121	207 136	92 652	218
2010	452 200 (Rc)	185 942 (Rc)**	186 818 (Rc)	79 270 (Rc)	169
2011	414 556	164 022	169 443	80 926	165

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

** Quadro atualizado em 15-05-2013



Quadro 6.5 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por meio de recolha

Unidade: t

Ano	Total	Ecopontos	Porta-a-porta	Ecocentros
2007	478 840	292 174	29 602	157 064
2008	446 410	348 211	11 670	86 529
2009	495 265	344 294	33 252	117 719
2010	581 491	315 714**	32 143	233 634
2011	560 313	297 786	30 897	231 631

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

** Quadro atualizado em 15-05-2013

Quadro 6.6 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de

Unidade: N.º

Distritos / Ilhas	VALORMED		VALORFITO	VALORCAR		2008 (Rc)	2009 (Rc)				ERP Portugal	AUTOSIL Resíduo	GVB Resíduo
	Sistema Farmá-cias	Sistema Veteri-nário	Centros de Recolha	Resí-duos de Baterias	Veícu-los em Fim de Vida	Ponto de Reco-lha	Centro de Rece-ção	Ponto de Reco-lha	Ponto Ele-trão	Ponto de Rece-ção da Distri-buição	Locais de Receção	Pontos de Recolha	Pontos de Recolha
Total	2670	54	653	75	71	49	98	218	181	20	1654	895	25
1 Aveiro	190**	4	45	5	5	2	11	6	12	0	124	13	2
2 Beja	57	3	17	2	2	2	3	24	1	0	40	65	0
3 Braga	181	3	63	4	4	2	4	9	9	2	89	14	1
4 Bragança	41	6	29	1	1	1	1	13	0	0	19	11	1
5 Castelo Branco	62	0	20	2	2	1	2	10	2	0	36	3	1
6 Coimbra	146	2	41	5	5	2	5	4	12	1	79	45	0
7 Évora	59	3	16	3	3	1	2	17	0	0	50	18	0
8 Faro	113	0	15	3	3	2	4	11	9	2	90	86	1
9 Guarda	56	2	20	1	1	1	0	11	0	0	31	19	0
10 Leiria	130	4	48	5	5	3	7	4	8	0	89	30	1
11 Lisboa	656	5	28	9	8	5	13	36	50	1	347	244	4
12 Portalegre	46	1	9	1	1	1	1	5	0	0	20	8	0
13 Porto	428	9	67	7	7	4	9	14	27	4	268	98	3
14 Santarém	146	3	55	7	4	2	4	23	10	1	78	25	1
15 Setúbal	199	4	18	5	5	5	10	15	18	1	122	110	0
16 Viana do Castelo	65	2	38	3	3	2	2	3	3	1	45	6	0
17 Vila Real	69	0	42	3	3	2	1	2	3	0	31	15	1
18 Viseu	113	2	64	4	4	2	3	3	9	2	61	54	0
19 Ilha do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Ilha da Graciosa	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1
21 Ilha das Flores	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1
22 Ilha de Santa Maria	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1
23 Ilha de São Jorge	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
24 Ilha do Faial	3	0	2	0	0	1	1	0	1	0	4	0	1
25 Ilha do Pico	4	0	3	0	0	1	1	0	0	0	2	1	1
26 Ilha Terceira	11	0	2	2	2	1	2	2	2	1	7	0	1
27 Ilha de S. Miguel	23	1	9	2	2	1	2	6	2	1	20	30	1
28 Ilha da Madeira	58	0	0	1	1	1	4	0	3	3	0	0	1
29 Ilha de Porto Santo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

** Quadro atualizado em 15-05-2013



Quadro 6.7 - Fluxos específicos de resíduos recolhidos e valorizados

Unidade: t

Fluxo específico de resíduos	Quantidades de materiais geridos e valorizados				
	2007	2008	2009	2010	2011
Embalagens e resíduos de embalagens					
Produção de resíduos	1 713 272	1 784 849	1 719 274	1 664 296	1 583 888
Total valorizado	1 012 759	1 178 626**	1 131 921	1.020.580 Rv	981 356
do qual: valorização energética	45 294	90 439	101 370	96.589 Rv	70 035
Óleos minerais usados					
Total colocado em mercado (a)	79 255	77 135	68 936	70 302	64 416
Produção de resíduos	42 572	41 169	36 767	38 080	36 964
Total recolhido	32 091	31 695	29 578	30 097	28 024
Total valorizado	29 237	28 253	27 078	26 837	24 744
do qual: valorização energética	3 031	0	0	0	0
Pneus usados					
Total colocado em mercado	83 722	83 139	78 349	83 294	72 785
Produção de resíduos	93 747	90 304	86 959	89 058	78 881
Total recolhido	92 322	96 210	89 575	94 373	90 373
Total valorizado	91 921	96 210	89 575	94 373	90 373
do qual: valorização energética	22 897	23 504	21 878	25 759	25 144
Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos					
Total colocado em mercado	179 089	173 812	169 049	157.065 Rv	129 732
Total recolhido	25 851	41 231	45.190 Rv	46.660 Rv	55 779
Total valorizado	12 557	35 463	38.733 Rv	40.549 Rv	50 140
Resíduos de pilhas e acumuladores					
Total colocado em mercado	2 486	2 472	2 371	30 900	30 780
Total recolhido	478	479	497	34 664	30 946
Total valorizado	478	479	497	30 982	30 392
Veículos em fim de vida					
Total recolhido	78 860	95 691	95 703	96.242 Rv	63 862
Total valorizado	67.581 Rc	83.468 Rc	83.159 Rc	82.937 Rv	55 960
do qual: valorização energética	3 166	6 103	2 477	3.815 Rv	3 211
Total eliminado	11 280	12 115	//	//	//

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Óleos novos colocados no mercado sujeitos a ecovalor.

** Quadro atualizado em 15-05-2013

Quadro 6.8 - Movimento transfronteiriço de resíduos por nível de perigo e principal operação de gestão

Unidade: t

Movimentos, operações e nível de perigosidade	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações	175 057	194 822	62 503	55 123	62 336
Não perigoso	2 166	894	1 093	1 333	939
Perigoso	172 891	193 928	61 411	53 791	61 397
Eliminação	117 821	154 709**	10 019	2 152	1 947
Não perigoso	631	554	282	154	107
Perigoso	117 190	154 155	9 737	1 998	1 840
Valorização	57 236	40 113	52 485	52 971	60 389
Não perigoso	1 535	340	811	1 179	832
Perigoso	55 701	39 773	51 674	51 793	59 558

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

** Quadro atualizado em 15-05-2013

Quadro 6.9 - Movimento transfronteiriço de resíduos por país de destino e principal operação de gestão

Unidade: t

País de destino das exportações	Eliminação					2007 (Rc)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Total exportado	117 821	154 708	10 019	2 152	1 947	57 236	40 113	52 485	52 971	60 389
Alemanha	619	646	591	236	175	75	84	436	139	308
Áustria	0	0**	0	0	0	379	459	25	0	0
Bélgica	691	880	721	1 381	1 307	888	191	0	147	224
Espanha	115 165	152 985	8 572	481	404	33 465	39 263	51 165	51 584	58 935
França	1 346	197	135	54	61	13	0	48	116	6
Holanda	0	0	0	0	0	22 417	116	0	0	71
Índia	0	0	0	0	0	0	0	811	324	0
Inglaterra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	661	832

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

** Quadro atualizado em 15-05-2013



**Quadro 6.10 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos,
por setor institucional e agregado económico**

Unidade: 10³ EUR

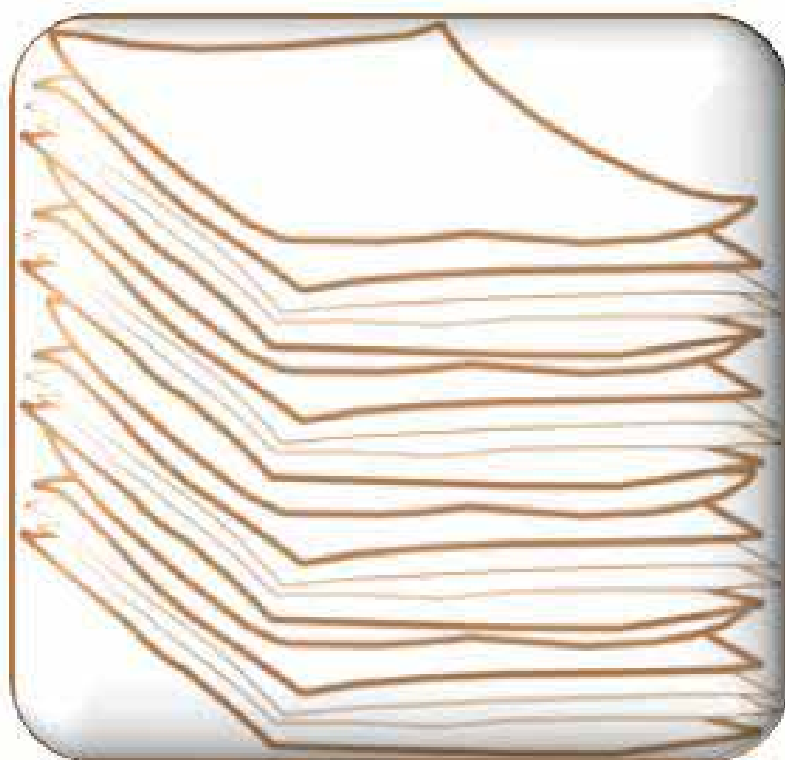
Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administrações Públicas					
Total das despesas	504 045 (Rv)	539 175 (Rv)	553 462 (Rv)	553 146 (Rv)	547 769
Despesas correntes	445 540	487 443**	500 426	503 845	503 742
Despesas com o pessoal	152 112	166 944	189 171	185 501	167 542
Aquisição de bens e serviços	235 322	273 991	278 607	276 409	286 999
Transferências correntes	31 328	21 558	21 544	16 200	22 536
Outras despesas correntes	26 777	24 949	11 105	25 735	26 664
Despesas de capital	58 506	51 732	53 036	49 300	44 027
Investimentos	42 879	33 946	36 582	34 125	31 697
Transferências de capital	10 932	12 722	8 953	8 872	8 798
Outras despesas de capital	4 695	5 063	7 502	6 303	3 532
Administração Central					
Total das despesas	2 679 (Rv)	1 134 (Rv)	1 106 (Rv)	218 (Rv)	277
Despesas correntes	2 598	835	1 106	218	277
Despesas com o pessoal	473	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	2 123	835	1 106	218	277
Transferências correntes	1	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	82	299	0	0	0
Investimentos	82	299	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	1 578	10 643	11 553
Despesas correntes	0	0	659	547	698
Despesas com o pessoal	0	0	12	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	647	546	598
Transferências correntes	0	0	0	1	100
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	919	10 097	10 855
Investimentos	0	0	913	10 097	10 782
Transferências de capital	0	0	6	0	73
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	8 276	12 090	1 730	12 503	15 200
Despesas correntes	8 276	9 832	1 730	12 503	15 048
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	8 276	0	0	0	5 693
Outras despesas correntes	0	9 832	1 730	12 503	9 355
Despesas de capital	0	2 258	0	0	151
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	2 258	0	0	151
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	493 091	525 951	549 049	529 781	520 739
Despesas correntes	434 666	476 776	496 931	490 577	487 718
Despesas com o pessoal	151 639	166 944	189 159	185 501	167 542
Aquisição de bens e serviços	233 199	273 157	276 854	275 645	286 125
Transferências correntes	23 051	21 558	21 544	16 200	16 743
Outras despesas correntes	26 777	15 117	9 375	13 232	17 309
Despesas de capital	58 424	49 175	52 117	39 204	33 021
Investimentos	42 797	33 647	35 669	24 028	20 915
Transferências de capital	10 932	10 465	8 947	8 872	8 573
Outras despesas de capital	4 695	5 063	7 502	6 303	3 532

(a) Inclui apenas os serviços municipais.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

** Quadro atualizado em 15-05-2013





**Outros
domínios de
ambiente**

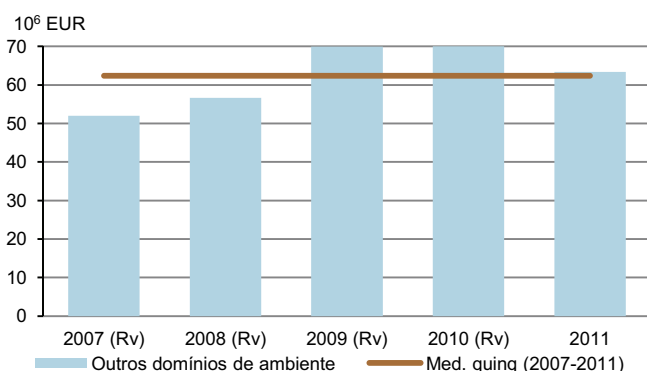
7 - DESPESA NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

- Este capítulo engloba os restantes domínios de ambiente definidos pela “Classificação de atividades e despesas de proteção do ambiente”, exceto o domínio “Gestão de águas residuais”, tais como “Proteção contra ruídos e vibrações” (exceto proteção nos locais de trabalho), “Proteção contra as radiações”, “Investigação e desenvolvimento” e “Outras atividades de proteção do ambiente”.
- O domínio “Gestão de águas residuais” não foi incluído nesta publicação pelo facto de não estarem disponíveis dados atualizados no momento da compilação desta publicação.



7.1 - DESPESAS NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

Figura 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente

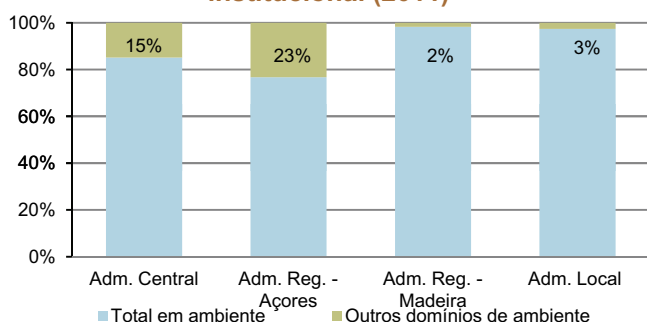


Fonte: INE, I. P.

Dos “Outros domínios de ambiente”, o mais representativo é constituído por “Outras atividades de proteção de ambiente”, que compreende as ações de administração geral, planeamento e regulamentação no âmbito das atividades de proteção do ambiente, incluindo ainda as atividades que não são passíveis de desagregação, como acontece em alguns Organismos e programas/projetos inseridos nos planos de investimento.

No período em análise, as despesas das Administrações Públicas registaram acréscimos nos primeiros três anos, mas em 2011 assistiu-se a uma contração de 10%, fixando-se nos 63 milhões de euros, valor muito aproximado da média do quinquénio.

Figura 7.2 - Percentagem dos Outros domínios no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2011)

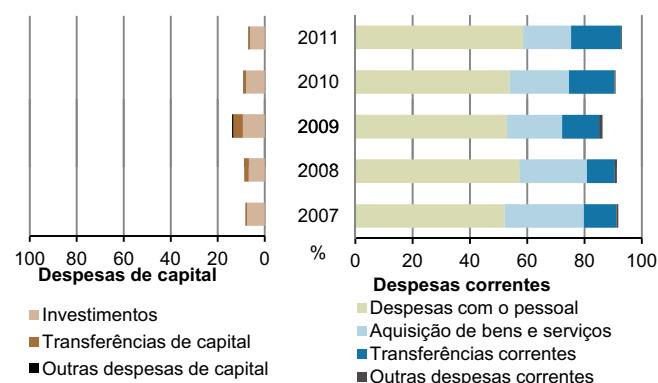


(a) Nota: não foi considerado no período de referência de 2011 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.

Numa análise setorial, o peso deste conjunto de domínios no total da despesa em ambiente é muito distinto: por um lado, 15% dos gastos da Administração Central e cerca de 1/4 da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores foram aplicados neste grupo, em oposição à Região Autónoma da Madeira e à Administração Local que, individualmente, não registaram valores superiores a 3%.

Figura 7.3 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por agregado económico



Fonte: INE, I. P.

Ao longo do período em análise, mais de metade dos gastos deste conjunto de atividades foram aplicados em “despesas com o pessoal” e entre 17% e os 28% em “aquisição de bens e serviços”, somando, em conjunto, cerca de 3/4 do total da despesa destes domínios.

As “Despesas de capital” continuaram a ter um peso mais baixo, oscilando entre os 7% e os 14%, com realce para o ano de 2009, ano em que contribuíram com 14% para a estrutura da despesa, dos quais 2/3 foram aplicados em “investimentos”.



7.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administrações Públicas					
Total das despesas	355 002 (Rv)	359 132 (Rv)	440 656 (Rv)	71 011	63 791
Despesas correntes	233 976	232 849	284 165	63 723	59 364
Despesas com o pessoal	27 073	32 426	37 113	37 700	37 081
Aquisição de bens e serviços	16 257	13 681	13 519	14 646	11 061
Transferências correntes	5 926	5 480	9 066	11 089	11 021
Outras despesas correntes	184 720	181 262	224 467	289	201
Despesas de capital	121 025	126 283	156 491	7 288	4 427
Investimentos	120 689	124 918	153 416	6 449	3 960
Transferências de capital	302	1 319	2 777	745	388
Outras despesas de capital	33	45	298	93	79
Administração Central					
Total das despesas	35 322 (Rv)	35 169 (Rv)	41 641 (Rv)	44 116 (Rv)	37 683
Despesas correntes	27 635	26 624	34 766	39 846	35 575
Despesas com o pessoal	13 199	15 617	20 733	21 498	19 978
Aquisição de bens e serviços	10 747	8 377	7 939	9 290	5 374
Transferências correntes	3 689	2 629	6 067	9 017	10 132
Outras despesas correntes	e	1	27	41	91
Despesas de capital	7 687	8 545	6 875	4 270	2 109
Investimentos	7 552	7 402	4 933	3 623	2 109
Transferências de capital	135	1 143	1 942	647	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	6 555	8 790	11 111	8 759	7 174
Despesas correntes	6 441	7 591	7 351	7 230	6 521
Despesas com o pessoal	3 849	4 582	4 832	4 912	5 154
Aquisição de bens e serviços	1 587	1 365	1 405	1 547	1 268
Transferências correntes	1 004	1 643	1 099	770	98
Outras despesas correntes	0	0	15	0	1
Despesas de capital	114	1 199	3 759	1 529	653
Investimentos	93	1 082	2 966	1 489	304
Transferências de capital	21	117	793	40	350
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	1 181	1 215	1 638 (Rv)	1 770	1 766
Despesas correntes	1 181	1 215	1 623	1 760	1 753
Despesas com o pessoal	1 155	1 192	1 552	1 666	1 568
Aquisição de bens e serviços	25	22	71	94	186
Transferências correntes	1	0	0	0	e
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	15	10	13
Investimentos	0	0	15	10	13
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	311 944	313 958	386 266	16 367 (a)	17 168 (a)
Despesas correntes	198 720	197 419	240 425	14 888	15 515
Despesas com o pessoal	8 870	11 034	9 997	9 624	10 382
Aquisição de bens e serviços	3 897	3 916	4 104	3 715	4 233
Transferências correntes	1 232	1 209	1 899	1 301	791
Outras despesas correntes	184 720	181 260	224 425	248	110
Despesas de capital	113 224	116 538	145 841	1 478	1 653
Investimentos	113 045	116 434	145 502	1 328	1 536
Transferências de capital	146	59	42	57	38
Outras despesas de capital	33	45	298	93	79

(a) Dados do domínio Gestão de águas residuais não disponíveis.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Empresas
com
atividades
de gestão e
proteção do
ambiente**

8 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- A agenda ambiental vem conquistando uma importância crescente na vida social, na economia das empresas e no planeamento do desenvolvimento. No entanto a dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas é ainda reduzida, como atesta a pouca expressão que a certificação ainda tem no parque empresarial. Ainda assim, as grandes empresas parecem já terem adotado alguma racionalidade ambiental, suportada pela elevada concentração das certificações ambientais no escalão com mais de 1 000 pessoas ao serviço.

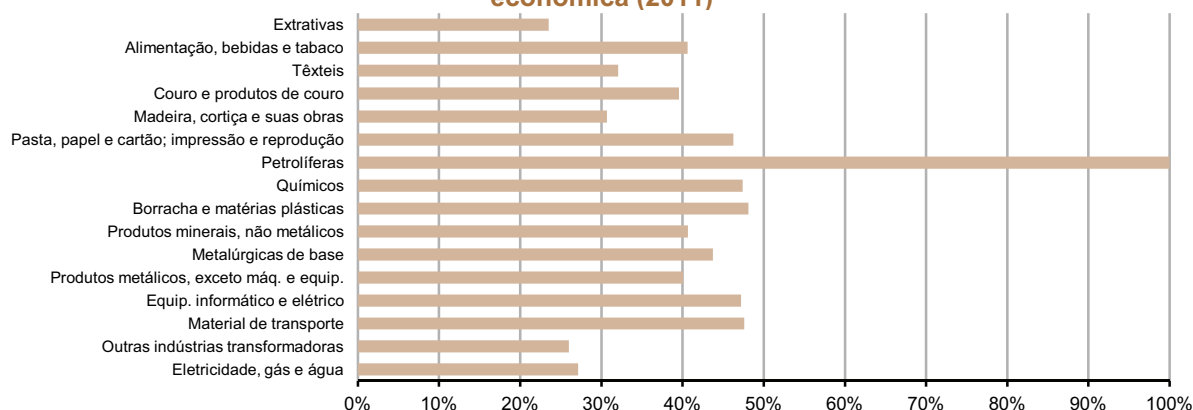


8.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2011, a agenda económica e ambiental das [empresas](#) relativa aos processos produtivos promoveu um investimento de 149 milhões de euros (menos 15 milhões de euros face a 2010) e um resultado financeiro negativo da ordem dos 102 milhões de euros, ainda assim inferior em 28 milhões de euros face ao exercício de 2010. Para este resultado concorreu um montante de gastos de 245 milhões de euros, face a um valor total de rendimentos de 143 milhões de euros.

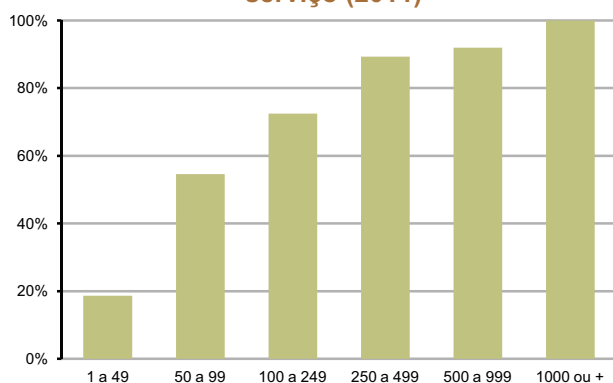
A informação apurada por setor de atividade económica vem confirmar a fraca adesão do parque empresarial para reduzir o impacto ambiental negativo dos seus sistemas produtivos. De facto em 2011, tal como em 2010, só 37% das empresas realizaram investimentos ou despesas com medidas de proteção ambiental. O setor das “Indústrias petrolíferas” é o único em que a totalidade das unidades produtivas adota as medidas de proteção ambiental necessárias. Os restantes setores com maior adesão a atividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros fatores de degradação do ambiente inerente aos processos produtivos apresentam contudo uma conduta ambiental apenas seguida por menos de metade das suas unidades produtivas, são eles as “Indústrias da borracha e matérias plásticas” (48%), as “Indústrias de material de transporte” (48%), as “Indústrias químicas e farmacêuticas” (47%), as “Indústrias de equipamento informático e elétrico” (47%) e as “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” (46%). No extremo oposto estão os setores menos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou sem necessidade de realizarem ações de controlo e redução da poluição: as empresas dos setores das “Indústrias extrativas” e as “Outras indústrias transformadoras”, em que as medidas adotadas de proteção do ambiente apenas cobrem 1/4 do total de empresas em atividade em cada um dos respetivos setores.

Figura 8.1 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica (2011)



Fonte: INE, I. P.

Figura 8.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço (2011)



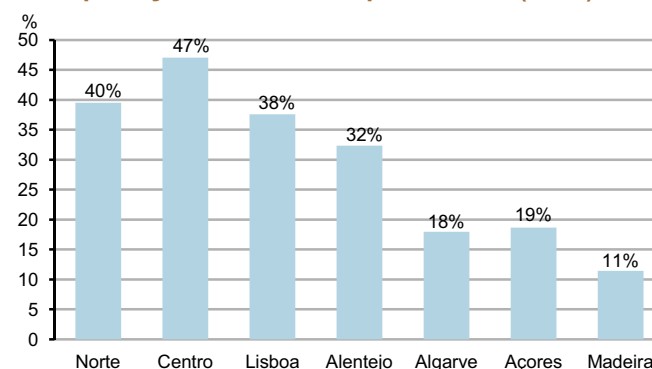
Fonte: INE, I. P.

As empresas de maior dimensão (tendo por base o [número de pessoas ao serviço](#)) são as que revelam maior responsabilidade ambiental. De facto, em 2011 todas as empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental. Já nas empresas posicionadas nos escalões de pessoal de menor dimensão (entre 50 a 99 e menos de 49 indivíduos), o conceito de sustentabilidade ambiental aplicada ao setor empresarial só está presente, respetivamente em 55% e 19% das empresas.



Em termos regionais, o *ranking* das empresas com atividades de controlo e redução da poluição continua mais uma vez a ser liderado pela região Centro com 47% das empresas com sede nesta região, seguindo-se as regiões do Norte e de Lisboa cujas unidades produtivas apresentam compromissos ambientais em 40% e 38%, do respetivo parque empresarial regional. Na última posição encontra-se a Madeira onde apenas 11% das empresas adotam medidas de proteção ambiental. De referir ainda que não obstante o fraco compromisso ambiental das empresas da região do Algarve (a penúltima região do ranking), estas foram as que mais evoluíram, face a 2010, cerca de 7 p.p..

Figura 8.3 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II (2011)



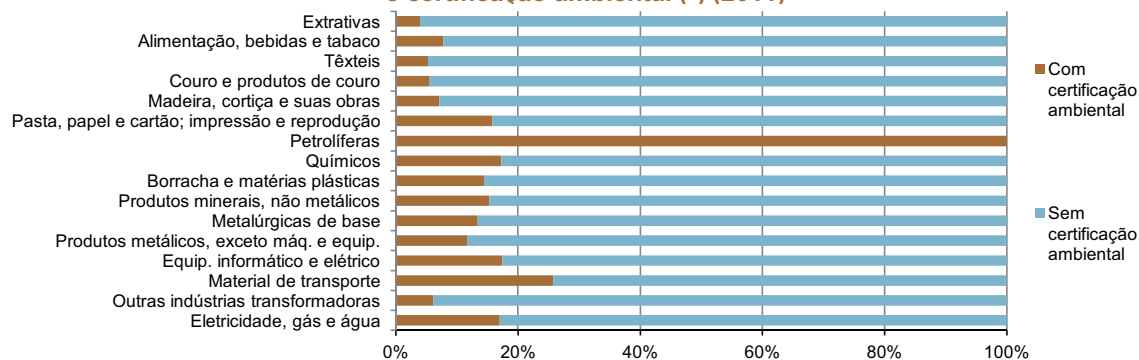
Fonte: INE, I. P.

Os benefícios que os agentes económicos podem alcançar com a certificação ambiental são diversos, desde a otimização dos processos tecnológicos (diminuição dos consumos energéticos, matérias-primas, recursos naturais), minimização do impacto ambiental das atividades, melhoria da imagem perante a opinião pública, acessibilidade a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória e ainda a melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados.

Contudo, a dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas ainda não é satisfatória, uma vez que os instrumentos de gestão ambiental colocados à disposição e que atestam o cumprimento dos requisitos ambientais legais, nomeadamente o Sistema Comunitário de Auditoria e Eco gestão (EMAS, da sigla em inglês) e ISO 14001, de forma voluntária com o objetivo de garantir uma gestão ambiental eficaz e melhorar o seu desempenho ambiental ainda são utilizados de forma restrita.

De facto, em 2011, apenas 1/10 das empresas possuem certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas”, com apenas uma empresa classificada nesta atividade, “Indústrias de material de transporte” (26%), “Indústrias químicas e farmacêuticas” e “Indústrias de equipamento informático e elétrico”, ambas com 17% do total do setor. O menor número de certificações atribuído registou-se nas “Outras indústrias transformadoras” (6%), “Indústrias têxteis” e “Indústrias do couro e produtos do couro” com 5% e “Indústrias extrativas” com 4%.

Figura 8.4 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e certificação ambiental (*) (2011)

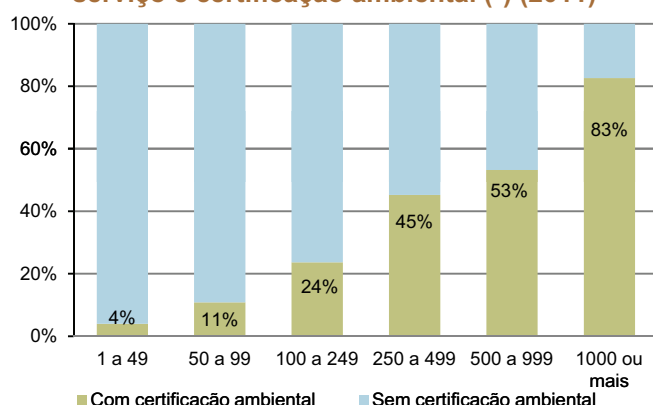


(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE, I. P.



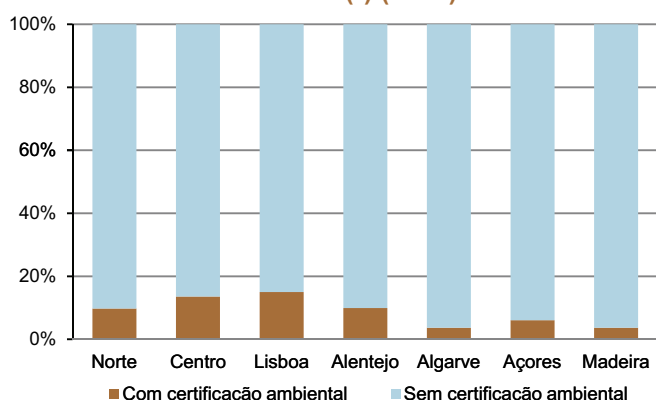
Figura 8.5 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente, por escalão de pessoal ao serviço e certificação ambiental (*) (2011)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE, I. P.

Figura 8.6 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II e certificação ambiental (*) (2011)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

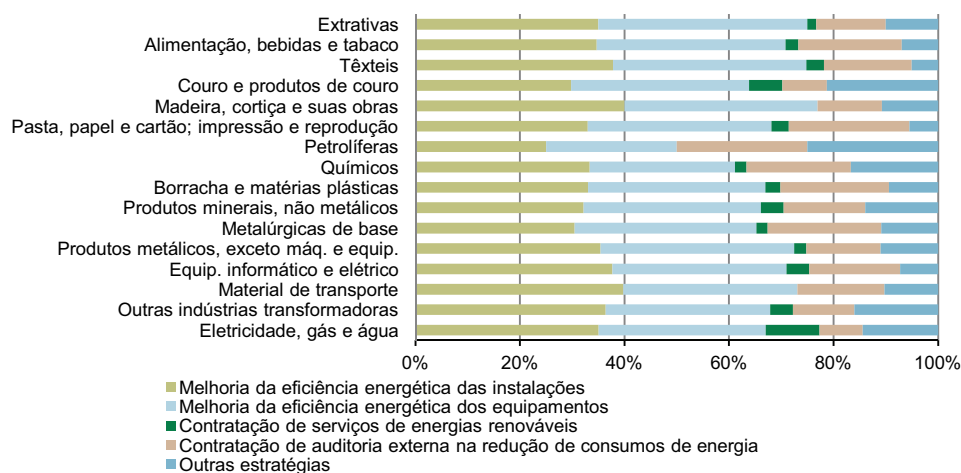
Fonte: INE, I. P.

Apesar da reduzida dimensão da certificação há definitivamente um compromisso ambiental na agenda das grandes empresas. Com efeito 83% das empresas pertencentes ao escalão de 1 000 ou mais pessoas ao serviço possuíam em 2011 certificações ambientais. A adesão a este tipo de acreditação vai diminuindo nas empresas de escalões de pessoal ao serviço progressivamente menores, atingindo o mínimo nas empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (4%). Naturalmente que o facto do parque empresarial ser constituído maioritariamente por empresas de pequena dimensão, faz com que a certificação efetuada pelas grandes empresas represente apenas 4% do total de empresas certificadas a nível nacional sendo que o maior contributo (35%) provém das empresas pertencentes ao escalão de 100 a 249 pessoas ao serviço.

Cerca de 86% das organizações certificadas estavam sediadas nas regiões do Norte, Centro e Lisboa, em contraste com as da Região Autónoma da Madeira e as do Algarve, em que apenas 1,6% das empresas, para a primeira região, e 1,8%, para a última, utilizaram os instrumentos de gestão ambiental EMAS e ISO 14001. A nível regional, as empresas certificadas de Lisboa e Centro destacaram-se das restantes, com 15% e 14% respetivamente do total das organizações de cada região.

À semelhança do ano anterior, 17% das empresas afirmaram ter adotado estratégias para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa, com destaque para as “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias da borracha e matérias plásticas”, “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias de produtos minerais não metálicos”. Entre as ações adotadas, destaque para medidas efetuadas para a melhoria da eficiência energética das instalações e equipamentos que cobriram 69% das empresas certificadas. De referir ainda que 16% das empresas acreditadas procederam à contratação de auditoria externa para redução de consumos de energia.

Figura 8.7 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e estratégia para redução das emissões GEE (2011)



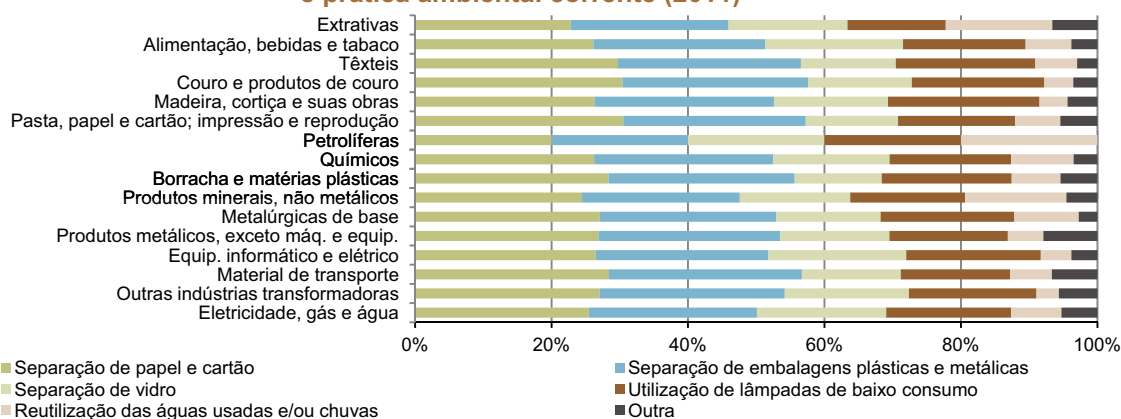
Fonte: INE, I. P.



A análise setorial revela que a principal estratégia adotada pelas empresas foi a melhoria da eficiência energética, nomeadamente nas “Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras”, “Indústrias extrativas” e “Indústrias têxteis” que absorveu 3/4 do total das medidas destes setores. A contratação de serviços de auditoria externa para a redução de consumos de energia teve maior expressão nas “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias da borracha e matérias plásticas”, enquanto a contratação de serviços de energia produzida a partir de fontes renováveis teve relevância para o setor “Eletricidade, gás e água”.

A separação de papel e cartão e de embalagens plásticas e metálicas foram as práticas ambientais correntes mais adotadas pelas organizações em 2011, totalizando mais de metade das medidas implementadas, com exceção das “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias extrativas” e “Indústrias de produtos minerais não metálicos”. A separação do vidro e a utilização de lâmpadas de baixo consumo constituem o segundo grupo de medidas adotadas com maior expressão, com as “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” e as “Indústrias de equipamento informático e elétrico” a privilegiarem a primeira medida, e as “Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras”, a última.

Figura 8.8 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e prática ambiental corrente (2011)

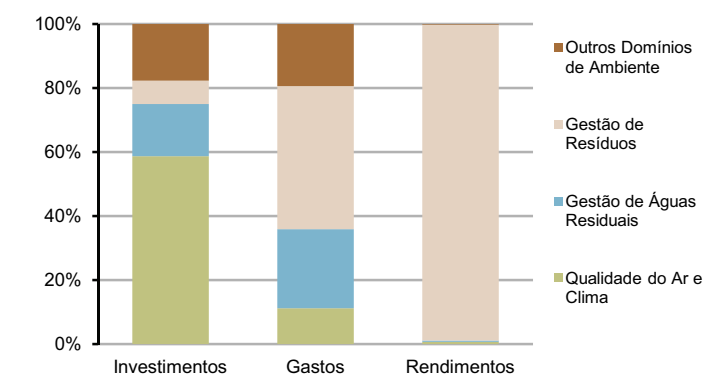


Fonte: INE, I. P.

Em 2011, o “Investimento” das empresas, no âmbito da proteção do ambiente, foi aplicado maioritariamente (56%), no domínio da “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” através de equipamentos para depuração e/ou purificação de gases de combustão e equipamentos para recuperação de enxofre após processamento de gases e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera através de construção e recuperação de chaminés.

Os “Gastos” (245 milhões de euros), por seu turno, incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrente da atividade industrial e que resultou na geração de resíduos por parte das empresas. Daí a importância da “Contratação de Serviços Especializados” na estrutura dos gastos que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (Sociedade Ponto Verde, Valormed, Valorcar, entre outras) e representou 48% do total dos gastos, menos 22 p.p. face ao registado no ano anterior. Esta quebra é o reflexo do abrandamento da atividade industrial e por consequência a diminuição na produção de resíduos.

Figura 8.9 - Principais variáveis das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente, por domínio de ambiente (2011)

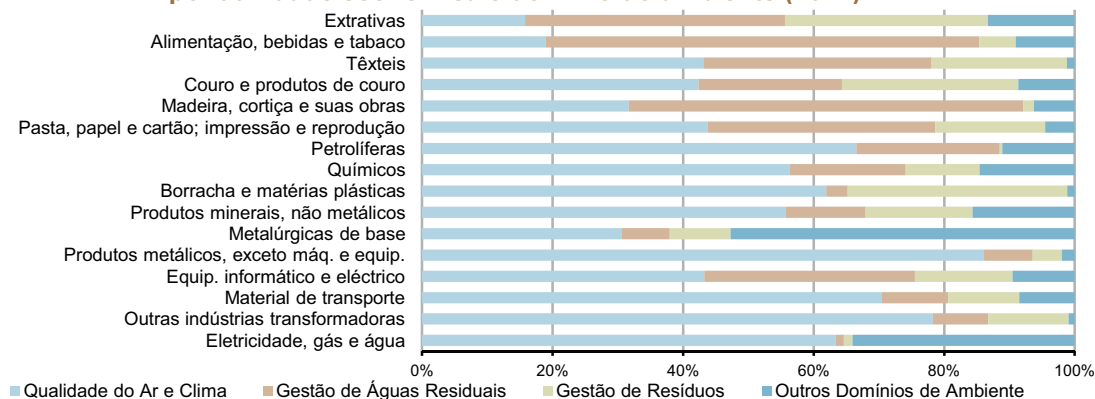


Fonte: INE, I. P.



Praticamente a totalidade dos “Rendimentos” das empresas em análise (143 milhões de euros) foram obtidos maioritariamente através da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascenderam a 141 milhões de euros, o que reflete um aumento de 36%, relativamente ao exercício de 2010, justificada pelo facto das empresas, por questões de mercado, terem estrategicamente optado por vender estes produtos, valorizando-os.

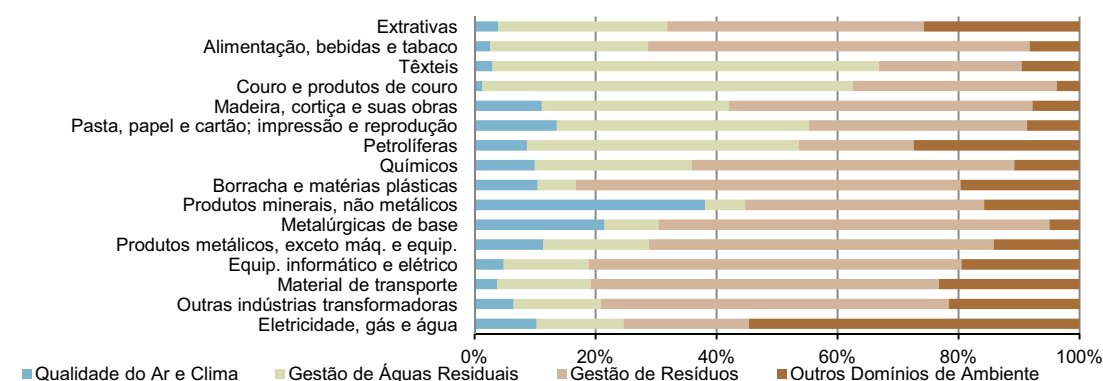
Figura 8.10 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente, por atividade económica e domínio do ambiente (2011)



Fonte: INE, I. P.

Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por setor de atividade, constata-se que 31% dos investimentos realizados foram efetuados pelo setor “Eletricidade, gás e água”. Apesar de ter registado uma quebra de 3 p.p., o setor das “Indústrias petrolíferas” manteve a segunda posição, face a 2010, em termos de importância relativa com 16% dos ativos aplicados. As “Indústrias de produtos minerais não metálicos” e as “Indústrias de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” ocupam a 3ª posição, contribuindo, com 10% do investimento total de cada setor.

Figura 8.11 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente, por atividade económica e domínio do ambiente (2011)

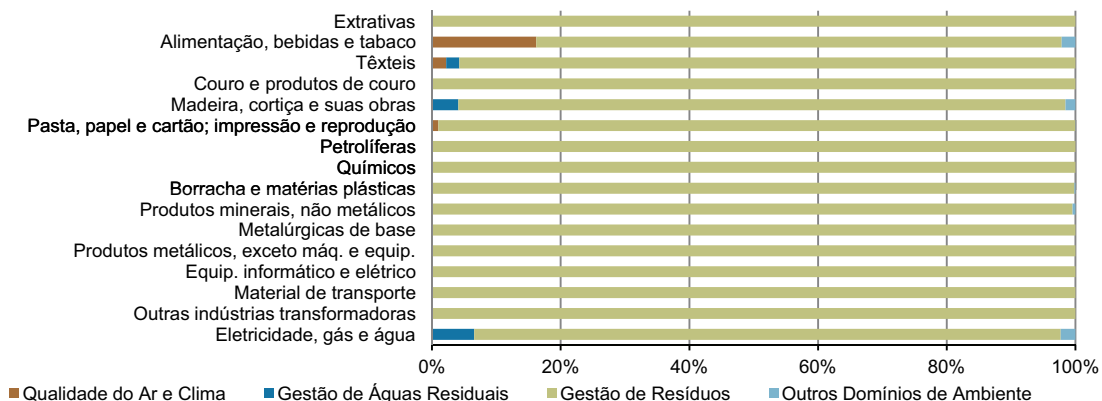


Fonte: INE, I. P.

O setor das “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” foi, em 2011, aquela que mais gastos efetuou na defesa e proteção ambientais (19% do total), secundado pelo setor da “Eletricidade, gás e água” com 15%. A análise por domínios de ambiente revela, por seu lado, que a “Gestão de Resíduos”, com um montante gasto de 109 milhões de euros, foi o domínio que concentrou maior despesa, seguindo-se a “Gestão de Águas Residuais” com 60 milhões de euros.



Figura 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente, por atividade económica e domínio do ambiente (2011)



Fonte: INE, I. P.

Os rendimentos são gerados essencialmente nas atividades de “Indústrias de Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” e “Indústrias de material de transporte” com 25% e 21% do total respetivamente. Estas são atividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis, totalizando no seu conjunto 46% do valor desta rubrica. De referir que em 2011 muitas empresas, para se capitalizarem, venderam lotes de sucata (resíduos) que haviam acumulado nos últimos anos.



8.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 8.1 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o tipo de tecnologia

2011 Unidade: 10³ EUR

Tipo de tecnologia	Total	Tecnologias Fim-de-linha	Tecnologias Integradas
Atividades económicas (CAE-Rev.3)			
Total	149 239	116 286	32 953
05-09 Extrativas	3 006	2 119	887
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	11 130	9 553	1 578
13-14 Têxteis	2 954	2 004	950
15 Couro e produtos de couro	196	70	126
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 337	1 308	29
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	4 369	2 331	2 039
19 Petrolíferas	23 977	20 934	3 042
20-21 Químicos	14 140	12 660	1 480
22 Borracha e matérias plásticas	4 623	2 971	1 652
23 Produtos minerais, não metálicos	15 266	8 927	6 340
24 Metalúrgicas de base	2 183	1 706	477
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	15 126	13 890	1 236
26-27 Equip. informático e elétrico	1 127	588	540
29-30 Material de transporte	2 438	1 495	943
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	897	461	436
35-36 Eletricidade, gás e água	46 469	35 272	11 197

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.2 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2011 Unidade: 10³ EUR

Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	149 239	87 598	24 350	10 810	26 481
05-09 Extrativas	3 006	474	1 198	934	400
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	11 130	2 111	7 390	626	1 004
13-14 Têxteis	2 954	1 273	1 033	613	35
15 Couro e produtos de couro	196	83	43	53	17
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 337	423	808	22	83
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	4 369	1 911	1 525	737	197
19 Petrolíferas	23 977	15 954	5 264	99	2 660
20-21 Químicos	14 140	7 964	2 512	1 605	2 060
22 Borracha e matérias plásticas	4 623	2 863	151	1 555	54
23 Produtos minerais, não metálicos	15 266	8 507	1 864	2 508	2 387
24 Metalúrgicas de base	2 183	666	161	204	1 151
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	15 126	13 022	1 133	674	296
26-27 Equip. informático e elétrico	1 127	487	364	169	107
29-30 Material de transporte	2 438	1 718	247	265	208
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	897	702	76	110	8
35-36 Eletricidade, gás e água	46 469	29 440	580	635	15 813

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.3 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2011 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	149 239	36 356	7 232	25 221	17 321	12 403	50 706
05-09 Extrativas	3 006	684	325	114	...	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	11 130	1 319	3 568	2 223	1 926	770	1 325
13-14 Têxteis	2 954	8	313	1 418	...	...	0
15 Couro e produtos de couro	196	12	0	100	...	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 337	15	28	913	...	...	102
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	4 369	538	390	1 871	528	1 041	-
19 Petrolíferas	23 977	0	0	0	0	0	23 977
20-21 Químicos	14 140	85	426	8 637	...	...	0
22 Borracha e matérias plásticas	4 623	116	1 504	2 671	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	15 266	899	11	2 896	6 042	5 419	0
24 Metalúrgicas de base	2 183	161	110	1 515	396	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	15 126	13 805	247	681	116	276	0
26-27 Equip. informático e elétrico	1 127	17	47	106	...	...	499
29-30 Material de transporte	2 438	145	51	471	993	319	460
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	897	281	117	101	341	20	37
35-36 Eletricidade, gás e água	46 469	18 270	94	1 504	...	2 371	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.4 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2011 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	149 239	22 921	37 995	76 579	8 090	872	1 464	1 318
05-09 Extrativas	3 006	0	1 477	114	...	0	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	11 130	1 647	1 876	3 879	2 762	0	966	0
13-14 Têxteis	2 954	2 226	728	0	0	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	196	108	89	0	0	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 337	787	0	22	529	0	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	4 369	648	2 806	899	0	0	...	0
19 Petrolíferas	23 977	0	0	23 977	0	0	0	0
20-21 Químicos	14 140	430	7 376	4 455	...	...	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	4 623	2 715	1 137	727	43	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	15 266	1 306	7 083	6 857	...	0	...	0
24 Metalúrgicas de base	2 183	373	745	909	...	0	0	...
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	15 126	2 202	11 963	913	46	0	1	0
26-27 Equip. informático e elétrico	1 127	243	336	417	...	...	...	0
29-30 Material de transporte	2 438	284	1 545	580	28	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	897	557	250	74	...	0	...	...
35-36 Eletricidade, gás e água	46 469	9 393	582	32 757	1 242	862	315	1 318

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.5 - Investimentos das empresas com gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2011 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	149 239	36 356	7 232	25 221	17 321	12 403	50 706
Norte	22 921	11 452	1 143	4 745	2 242	1 737	1 602
Centro	37 995	13 407	1 279	14 777	7 156	...	...
Lisboa	76 579	9 855	1 468	3 569	6 020	6 740	48 927
Alentejo	8 090	1 450	2 990	665	1 903	...	...
Algarve	872	10	0	862	0	0	0
Açores	1 464	182	351	604	0	327	0
Madeira	1 318	0	0	0	0	1 318	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.6 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2011 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Gastos com a execução e monitorização	Pessoal	Formação profissional	Contratação de serviços especializados	Investigação
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total	245 898	59 447	50 233	1 216	133 405	1 598
05-09 Extrativas	4 139	659	1 418	...	2 023	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	47 517	8 367	4 546	66	34 135	403
13-14 Têxteis	9 812	2 941	1 639	66	5 077	88
15 Couro e produtos de couro	2 852	138	179	...	2 524	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 356	809	802	...	687	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	28 341	10 216	4 666	70	12 889	499
19 Petrolíferas	14 124	4 377	1 535	0	8 212	0
20-21 Químicos	26 074	8 995	6 304	206	10 563	5
22 Borracha e matérias plásticas	5 756	1 282	1 144	85	2 959	286
23 Produtos minerais, não metálicos	23 409	9 470	5 189	49	8 660	42
24 Metalúrgicas de base	11 100	2 073	1 433	32	7 561	1
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	7 919	2 794	2 529	62	2 507	27
26-27 Equip. informático e elétrico	6 075	1 555	1 886	...	2 543	...
29-30 Material de transporte	10 782	3 094	2 644	88	4 929	27
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 158	1 000	2 721	170	4 175	92
35-36 Eletricidade, gás e água	37 483	1 675	11 597	171	23 960	80

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.7 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2011 Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Total		245 898	27 575	60 553	109 952	47 818
05-09 Extrativas		4 139	160	1 158	1 756	1 065
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		47 517	1 238	12 398	29 958	3 923
13-14 Têxteis		9 812	293	6 263	2 315	940
15 Couro e produtos de couro		2 852	35	1 748	961	108
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 356	262	729	1 181	184
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		28 341	3 864	11 806	10 209	2 462
19 Petrolíferas		14 124	1 230	6 338	2 683	3 873
20-21 Químicos		26 074	2 604	6 759	13 898	2 814
22 Borracha e matérias plásticas		5 756	602	362	3 659	1 133
23 Produtos minerais, não metálicos		23 409	8 920	1 550	9 247	3 693
24 Metalúrgicas de base		11 100	2 388	983	7 173	556
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		7 919	900	1 381	4 513	1 124
26-27 Equip. informático e elétrico		6 075	295	850	3 743	1 187
29-30 Material de transporte		10 782	404	1 669	6 202	2 507
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		8 158	528	1 176	4 692	1 762
35-36 Eletricidade, gás e água		37 483	3 852	5 383	7 761	20 487

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.8 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2011 Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Total		245 898	14 231	24 406	55 668	51 352	48 822	51 419
05-09 Extrativas		4 139	...	330	165	...	2 905	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		47 517	2 171	6 765	11 272	8 559	8 489	10 261
13-14 Têxteis		9 812	775	1 786	4 195	1 267	1 788	0
15 Couro e produtos de couro		2 852	753	361	1 549	83	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 356	...	273	483	...	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		28 341	779	1 299	8 759	2 305	15 198	0
19 Petrolíferas		14 124	0	0	0	0	0	14 124
20-21 Químicos		26 074	...	4 399	10 274	8 628	...	0
22 Borracha e matérias plásticas		5 756	...	549	2 493	477	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos		23 409	793	915	2 888	6 996	...	...
24 Metalúrgicas de base		11 100	202	345	994	9 559	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		7 919	1 347	1 344	3 530	1 365	333	0
26-27 Equip. informático e elétrico		6 075	...	509	1 039	1 755	...	2 457
29-30 Material de transporte		10 782	185	758	2 530	3 282	1 524	2 503
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		8 158	933	1 131	1 444	2 121	1 614	915
35-36 Eletricidade, gás e água		37 483	4 176	3 642	4 053	4 082	...	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.9 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2011 Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total		245 898	57 320	52 783	111 315	16 350	1 698	4 118	2 313
05-09 Extrativas		4 139	398	592	142	2 982	26	...	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		47 517	13 927	7 777	18 863	3 756	132	2 285	779
13-14 Têxteis		9 812	8 690	984	36	98	4	0	0
15 Couro e produtos de couro		2 852	875	1 762	6	209	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 356	1 415	627	211	96	7	0	1
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		28 341	2 555	14 896	10 610	210	42	28	0
19 Petrolíferas		14 124	0	0	14 124	0	0	0	0
20-21 Químicos		26 074	4 211	3 817	12 147	5 898	...	0	...
22 Borracha e matérias plásticas		5 756	3 228	1 528	524	466	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos		23 409	2 580	6 632	13 894	149	...	141	...
24 Metalúrgicas de base		11 100	4 645	1 553	4 786	116	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		7 919	4 039	1 929	823	523	1	602	2
26-27 Equip. informático e elétrico		6 075	1 819	1 873	2 110	274	0	0	0
29-30 Material de transporte		10 782	3 181	2 532	4 870	200	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		8 158	2 603	2 243	3 056	240	...	14	...
35-36 Eletricidade, gás e água		37 483	3 153	4 041	25 114	1 134	1 472	1 047	1 523

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.10 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2011 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	245 898	14 231	24 406	55 668	51 352	48 822	51 419
Norte	57 320	5 500	9 120	13 869	9 684	7 002	12 145
Centro	52 783	...	8 554	20 391	8 374	10 808	...
Lisboa	111 315	3 596	2 977	12 165	29 832	24 837	37 909
Alentejo	16 350	...	2 637	5 710	3 402	3 639	...
Algarve	1 698	120	107	1 472	0	0	0
Açores	4 118	180	607	1 694	60	1 577	0
Madeira	2 313	581	405	367	0	960	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.11 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2011 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Venda de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestações de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	143 284	136 392	2 713	170	4 010
05-09 Extrativas	1 749	1 681	...	0	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 395	4 379	...	...	886
13-14 Têxteis	1 198	1 129	22	0	47
15 Couro e produtos de couro	81	77	...	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 176	1 109	66	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	10 099	9 955	0	59	86
19 Petrolíferas	614	614	0	0	0
20-21 Químicos	791	791	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 002	2 818	...	0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	6 907	2 254	2 107	0	2 547
24 Metalúrgicas de base	10 719	10 718	0	0	1
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	35 867	35 802	...	...	36
26-27 Equip. informático e elétrico	22 628	22 628	0	0	0
29-30 Material de transporte	29 808	29 754	...	0	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 094	7 071	0	0	23
35-36 Eletricidade, gás e água	6 158	5 613	...	...	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2011 Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	143 284	1 009	475	141 486	314
05-09 Extrativas	1 749	0	0	1 749	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 395	...	0	4 405	...
13-14 Têxteis	1 198	26	...	1 146	...
15 Couro e produtos de couro	81	0	0	81	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 176	0	...	1 109	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	10 099	100	0	9 997	2
19 Petrolíferas	614	0	0	614	0
20-21 Químicos	791	0	0	791	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 002	...	...	2 995	...
23 Produtos minerais, não metálicos	6 907	0	0	6 876	31
24 Metalúrgicas de base	10 719	0	0	10 719	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	35 867	...	0	35 862	...
26-27 Equip. informático e elétrico	22 628	0	0	22 628	0
29-30 Material de transporte	29 808	0	0	29 808	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 094	0	0	7 094	0
35-36 Eletricidade, gás e água	6 158	...	...	5 613	141

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.13 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2011

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	143 284	9 797	22 917	39 274	34 135	14 898	22 264
05-09 Extrativas	1 749	871	...	66	...	659	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 395	181	524	1 941	810	991	949
13-14 Têxteis	1 198	10	71	696	163	256	0
15 Couro e produtos de couro	81	0	0	38	34	0	9
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 176	265	...	276	351	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	10 099	443	1 401	4 340	3 109	806	0
19 Petrolíferas	614	0	0	0	0	0	614
20-21 Químicos	791	15	339	287	149	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 002	144	...	1 402	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	6 907	106	135	1 033	1 897	...	...
24 Metalúrgicas de base	10 719	139	1 977	7 121	1 482	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	35 867	6 619	13 430	10 130	4 002	1 685	0
26-27 Equip. informático e elétrico	22 628	71	...	7 904	3 282	...	6 085
29-30 Material de transporte	29 808	102	1 342	1 725	16 518	1 512	8 609
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 094	429	692	2 125	2 003	1 566	279
35-36 Eletricidade, gás e água	6 158	403	30	189	157	...	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.14 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2011

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	143 284	51 195	41 102	40 283	6 205	174	4 010	315
05-09 Extrativas	1 749	71	944	...	...	0	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 395	1 420	910	1 565	1 433	...	43	...
13-14 Têxteis	1 198	1 021	56	0	121	0	1	0
15 Couro e produtos de couro	81	59	...	0	...	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 176	873	...	...	...	0	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	10 099	1 884	2 869	5 005	318	...	...	...
19 Petrolíferas	614	0	0	614	0	0	0	0
20-21 Químicos	791	62	511	182	36	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 002	1 925	497	181	399	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	6 907	386	1 577	4 901	27	...	...	...
24 Metalúrgicas de base	10 719	3 191	...	5 683	...	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	35 867	18 651	10 515	1 732	1 236	13	3 715	6
26-27 Equip. informático e elétrico	22 628	7 578	10 304	4 234	511	0	0	0
29-30 Material de transporte	29 808	9 972	8 825	10 214	798	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 094	3 976	2 094	896	112	0	15	0
35-36 Eletricidade, gás e água	6 158	127	47	4 919	423	142	222	278

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.15 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

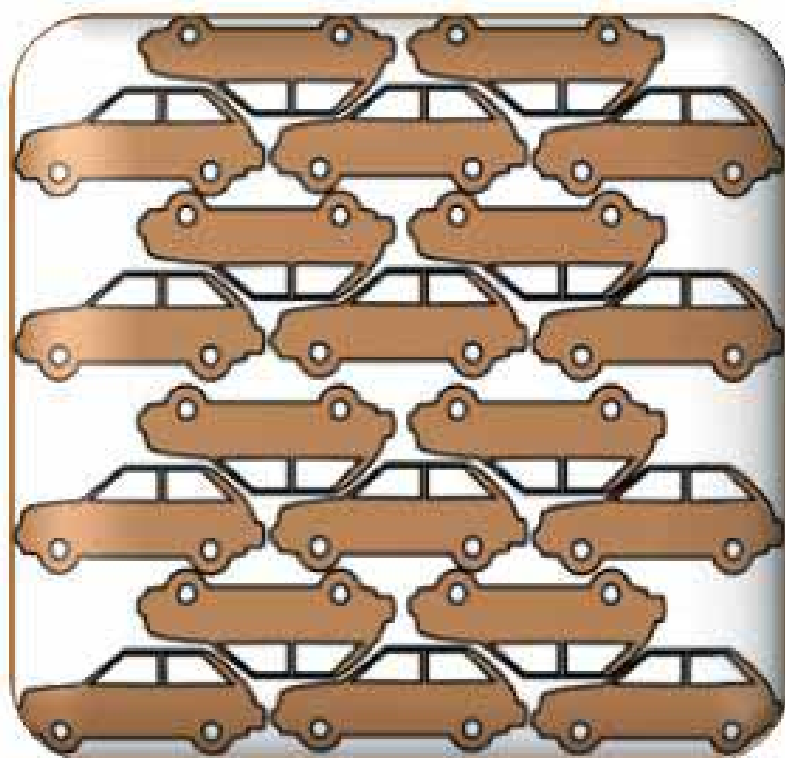
2011

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
NUTS II							
Portugal	143 284	9 797	22 917	39 274	34 135	14 898	22 264
Norte	51 195	...	16 097	10 353	14 589	6 088	...
Centro	41 102	6 032	5 158	12 738	10 379	3 292	3 504
Lisboa	40 283	730	576	10 344	8 124	4 219	16 289
Alentejo	6 205	...	1 059	1 958	1 042	779	...
Algarve	174	24	9	141	0	0	0
Açores	4 010	36	17	3 716	0	241	0
Madeira	315	13	0	24	0	278	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Setor de
bens e
serviços de
ambiente**

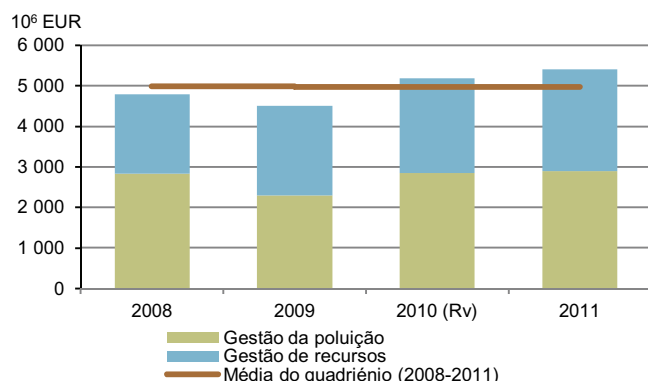
9 - Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente

- O desenvolvimento de políticas e de regulamentação em matéria de ambiente, assim como a crescente consciencialização da importância do combate da poluição ambiental e da preservação dos recursos naturais, conduziram a um rápido aumento na procura e oferta de bens e serviços vocacionados para a prevenção, medição, controlo, limitação, minimização ou correção de danos ambientais e esgotamento de recursos.



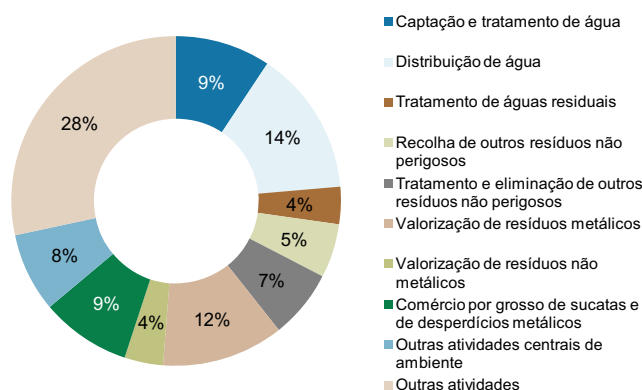
9.1 – ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

Figura 9.1 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínios



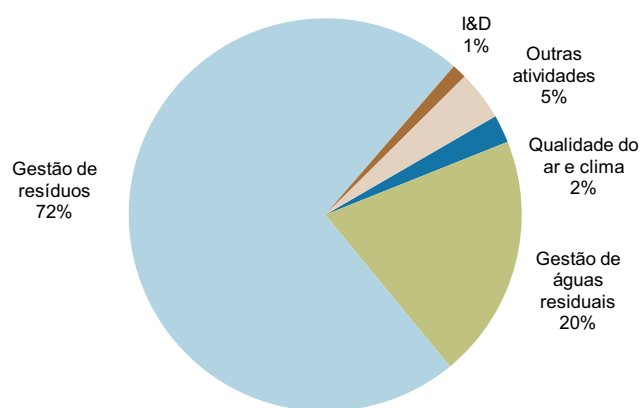
O [volume de negócios](#) das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente alcançou o patamar dos 5,4 mil milhões de euros no exercício fiscal de 2011, avançando 4% face aos 5,2 mil milhões de euros faturados no ano precedente. Este aumento deveu-se, sobretudo ao desempenho do grupo “Gestão de recursos” que cresceu 7%. O grupo “Gestão da poluição” continua a ser aquele que mais contribui para o total do volume de negócios gerado, registando uma participação de 54% do total.

Figura 9.2 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por principal atividade económica (2011)



A “Distribuição de água” e a “Valorização de resíduos metálicos” foram as atividades económicas que maior volume de negócios geraram em 2011, representando, respetivamente, 14% e 12% do total. Comparativamente a 2010, a “Valorização de resíduos metálicos” foi a atividade que mais cresceu (16%), atingindo os 645 milhões de euros de volume de negócios, seguindo-se o “Tratamento de águas residuais” com um acréscimo de 11%. Em sentido oposto, o “Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos” contraiu 9%, resultante do abrandamento da atividade industrial, o que levou à diminuição na recolha de resíduos para tratamento e eliminação por parte das entidades deste setor.

Figura 9.3 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo "Gestão da poluição" (2011)

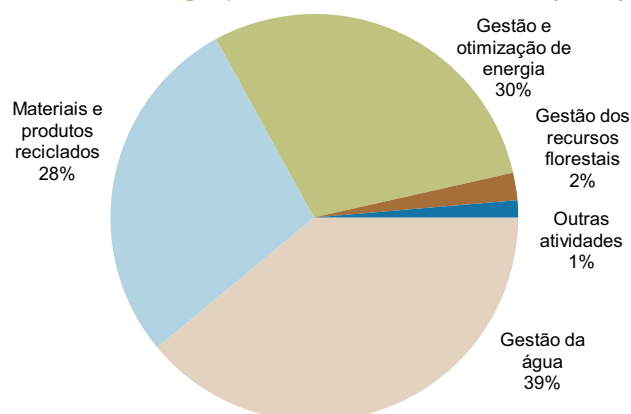


O grupo “Gestão da poluição” gerou em 2011 um volume de negócios de 2,9 mil milhões de euros o que demonstra a importância que as entidades atribuem a esta área de negócio. O domínio “Gestão de resíduos” movimentou mais de 72% do valor total das vendas e prestações de serviços, reforçando a sua posição em 1 p.p. face ao ano anterior. Já o domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” continuou a perder importância relativa face a 2010, com o volume de negócios a cair para mais de metade, fixando-se nos 67 milhões de euros quando comparado com os 152 milhões de euros do exercício anterior. De referir que a “Investigação e desenvolvimento” gerou 35 milhões de euros de volume de negócios e contribuiu com cerca de 1% do total do setor.



No que se refere ao grupo “Gestão de recursos”, o volume de negócios cresceu 7% em comparação com o exercício anterior, fixando-se nos 2,5 mil milhões de euros. O perfil do valor das vendas de bens e prestações de serviços ambientais deste grupo manteve-se sensivelmente idêntico ao de 2010, com os domínios “Gestão da água” e “Gestão e otimização de energia” a gerarem, respetivamente, 39% e 30% do total do volume de negócios deste grupo. O domínio “Materiais e produtos reciclados” aumentou 8% e gerou 699 milhões de euros de volume de negócios em 2011.

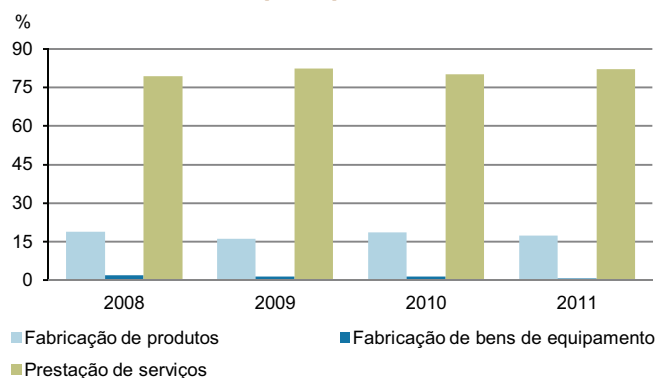
Figura 9.4 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo "Gestão de recursos" (2011)



Fonte: INE, I. P.

A “Prestação de serviços” continuou a afirmar-se como a principal atividade ambiental desenvolvida pelas entidades do setor, com uma taxa de crescimento média anual de 5%. Em 2011, o volume de negócios desta atividade apresentou uma variação positiva de 7%, com reflexo na posição relativa na estrutura do volume de negócios que aumentou 2 p.p., fechando o ano com 4,4 mil milhões de euros, dos quais 3/5 foram gerados pelo grupo “Gestão da poluição”. Em contrapartida, a “Fabricação de produtos” registou um decréscimo de 3%, reflexo da queda de cerca de 1/4 do volume de negócios do grupo “Gestão da poluição”, e viu a sua importância diminuir para 17% do total do volume de negócios.

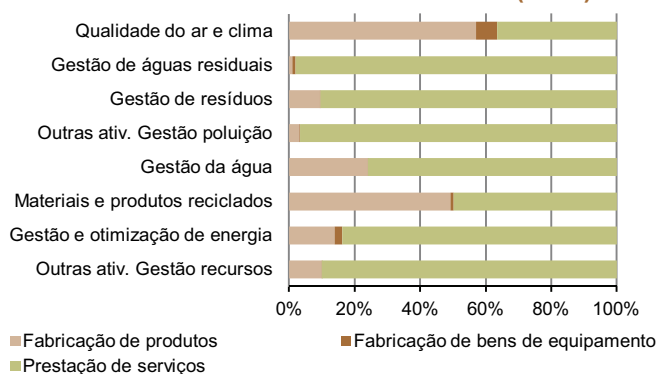
Figura 9.5 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade



Fonte: INE, I. P.

O montante do volume de negócios por tipo de atividade desenvolvida e domínio de ambiente revela algumas assimetrias. Nos domínios “Gestão de águas residuais” e “Outras atividades da Gestão da poluição”, a quase totalidade do volume de negócios ambiental foi gerado pela “Prestação de serviços”. Mais de 3/5 do volume de negócios do domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” foi gerado pela “Fabricação de produtos” e “Fabricação de equipamentos”. No domínio “Materiais e produtos reciclados” a repartição foi equitativa entre “Fabricação de produtos” e “Prestação de serviços”.

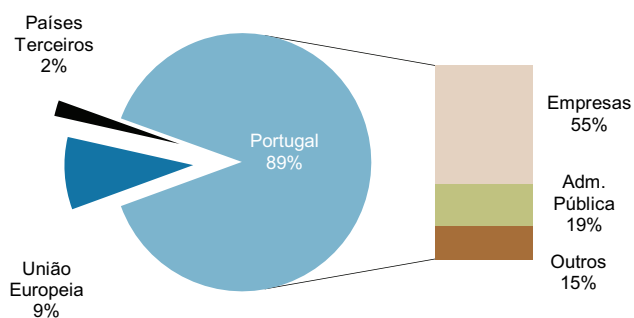
Figura 9.6 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade e domínio de ambiente (2011)



Fonte: INE, I. P.



Figura 9.7 - Volume de negócios total das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por mercado e setor institucional (2011)



Fonte: INE, I. P.

As vendas e prestações de serviços das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente cresceram 5%, em 2011, fixando-se nos 5,8 mil milhões de euros. O principal cliente foi o mercado interno, com destaque para as Empresas e para a Administração Pública com, respetivamente 55% e 19% do total do volume de negócios gerado. O mercado externo registou um acréscimo de 5%, movimentando 642 milhões de euros, dos quais 82% das vendas foram transacionadas com os países da União Europeia.



9.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 9.1 - Dados gerais das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica

2011

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (N.º)		VVN (10 ³ EUR)			
	Total *	VVN ambiental ≥50%	Total *	Ambiental		
				Total	Poluição	Recursos
Total	1 894	1 786	5 778 545	5 401 954	2 903 406	2 498 549
Atividades Centrais de Ambiente	1 579	1 522	3 952 531	3 870 274	2 497 082	1 373 192
22112 - Reconstrução de pneus	19	11	64 962	39 565	17 554	22 011
36001 - Captação e tratamento de água	60	59	505 795	504 929	125 704	379 225
36002 - Distribuição de água	61	60	787 219	770 965	265 445	505 520
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	15	15	27 507	27 407	26 387	1 020
37002 - Tratamento de águas residuais	25	25	196 923	195 680	161 129	34 551
38111 - Recolha de resíduos inertes	19	18	14 476	13 363	10 637	2 726
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	140	138	292 623	288 153	266 830	21 323
38120 - Recolha de resíduos perigosos	8	7	20 788	20 621	20 405	216
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	...	...	...	...	...	...
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	57	57	365 782	362 546	277 021	85 525
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	15	14	125 352	120 422	74 444	45 978
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	38	33	21 246	19 422	18 611	811
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	6	6	3 904	3 904	2 527	1 377
38321 - Valorização de resíduos metálicos	87	86	649 510	645 469	556 785	88 684
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	159	149	215 770	207 999	81 112	126 886
39000 - Descontaminação e atividades similares	13	12	2 627	2 373	2 349	23
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	540	530	483 297	476 290	455 873	20 417
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	131	127	88 740	88 321	64 204	24 116
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	86	84	42 215	41 564	29 931	11 633
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	92	83	37 494	35 059	33 934	1 125
Outras atividades	315	264	1 826 014	1 531 680	406 323	1 125 357

* com resposta e com atividade ambiental.

Setor de bens e serviços de ambiente

Quadro 9.2 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão da poluição

2011

2011

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da poluição	1 802	100,0	2 903 406	244 102	12 379	2 646 924
Proteção da qualidade do ar e clima	83	2,3	66 586	37 947	4 280	24 359
Gestão de águas residuais	219	20,1	583 275	5 320	5 519	572 436
Gestão de resíduos	1 216	72,3	2 100 317	196 263	2 168	1 901 885
Proteção e recup. dos solos, de águas subterrâneas e superfície	57	0,7	19 263	3 583	9	15 671
Proteção contra ruídos e vibrações	44	0,3	9 457	779	364	8 314
Proteção da biodiversidade e paisagem	55	0,3	9 301	45	0	9 256
Investigação e desenvolvimento	25	1,2	34 637	41	30	34 566
Proteção contra as radiações	5	0,0	135	22	0	112
Outras atividades de gestão da poluição	98	2,8	80 436	103	9	80 324

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.



Quadro 9.3 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão de recursos

2011

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de recursos	718	100,0	2 498 549	688 540	24 973	1 785 036
Gestão da água	199	39,0	974 626	234 151	655	739 819
Materiais e produtos reciclados	347	28,0	699 360	344 068	6 808	348 485
Gestão e otimização de energia	67	29,5	736 855	101 559	17 509	617 787
Gestão dos recursos florestais	26	2,2	54 403	8 392	0	46 010
Outras atividades de gestão de recursos	79	1,3	33 304	369	1	32 934

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.

Quadro 9.4 - Distribuição do volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica segundo o tipo de mercado

2011

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Economia nacional						Resto do mundo			
	Empresas		Adm. pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%
Total	3 160 681	54,7	1 106 721	19,2	868 735	15,0	525 270	9,1	117 138	2,0
Atividades centrais de ambiente	1 933 309	48,9	896 635	22,7	759 092	19,2	304 210	7,7	59 285	1,5
22112 - Reconstrução de pneus	52 549	80,9	188	0,3	3 585	5,5	8 454	13,0	186	0,3
36001 - Captação e tratamento de água	137 174	27,1	138 485	27,4	229 720	45,4	0	0,0	416	0,1
36002 - Distribuição de água	134 657	17,1	258 456	32,8	394 107	50,1	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	23 205	84,4	1 965	7,1	332	1,2	2 005	7,3	0	0,0
37002 - Tratamento de águas residuais	43 843	22,3	141 161	71,7	11 214	5,7	64	0,0	640	0,3
38111 - Recolha de resíduos inertes ***	10 343	71	3 609	25	300	2	224	2	0	0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	142 738	48,8	108 577	37,1	19 540	6,7	9 384	3,2	12 385	4,2
38120 - Recolha de resíduos perigosos	16 323	78,5	1 120	5,4	0	0,0	3 345	16,1	0	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes ***	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	154 121	42,1	194 632	53,2	13 957	3,8	2 778	0,8	293	0,1
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	107 943	86,1	15 846	12,6	1 191	1,0	346	0,3	26	0,0
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	16 972	79,9	77	0,4	2 368	11,1	1 683	7,9	145	0,7
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	3 904	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	475 049	73,1	26	0,0	26 641	4,1	137 228	21,1	10 567	1,6
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	165 425	76,7	8 580	4,0	4 943	2,3	30 968	14,4	5 853	2,7
39000 - Descontaminação e atividades similares	1 570	59,8	652	24,8	405	15,4	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	327 440	67,8	5 869	1,2	44 244	9,2	84 478	17,5	21 266	4,4
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	66 947	75,4	1 405	1,6	280	0,3	14 552	16,4	5 556	6,3
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	29 417	69,7	53	0,1	3 313	7,8	7 828	18,5	1 604	3,8
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	18 960	50,6	15 548	41,5	2 912	7,8	74	0,2	0	0,0
Outras atividades	1 227 372	67,2	210 086	11,5	109 643	6,0	221 060	12,1	57 853	3,2

*** Quadro atualizado em 25-11-2013





**Organizações
com atuação
na área do
ambiente**

10 - ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

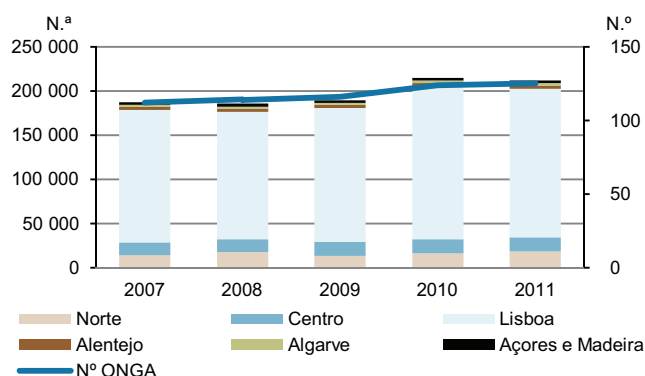
- Neste capítulo estão incluídas algumas entidades com relevância na gestão e proteção do ambiente, nomeadamente:
 - Organizações não governamentais de ambiente, através de ações de sensibilização junto das populações, estudos e pareceres técnicos sobre as várias temáticas ambientais;
 - Entidades detentoras de corpos de bombeiros, pelo papel de prevenção e combate aos fogos florestais;
 - Outras entidades, como o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), que desenvolve várias atividades que visam proteger e conservar o património natural.
- Os temas abordados estão divididos por duas vertentes: a vertente física, com informação relativa ao número de entidades, associados e atividades desenvolvidas e a vertente financeira, com informação sobre as principais rubricas contabilísticas/económicas.



10.1 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Em 2011, o número de [ONGA](#) existentes em Portugal era de 125. Embora em número, o total de ONGA seja praticamente igual ao registado no ano anterior (+1 associação), constatou-se o início da atividade de 7 novas associações, uma das quais dedicadas sobretudo à área de estudos e pareceres técnicos e a cessação da atividade de 6 associações de cariz maioritariamente de sensibilização ambiental. A maior concentração destas entidades localiza-se na região de Lisboa (1/3 do total), seguindo-se as regiões Norte e Centro.

Figura 10.1 - Número de ONGA e associados, por região (2011)



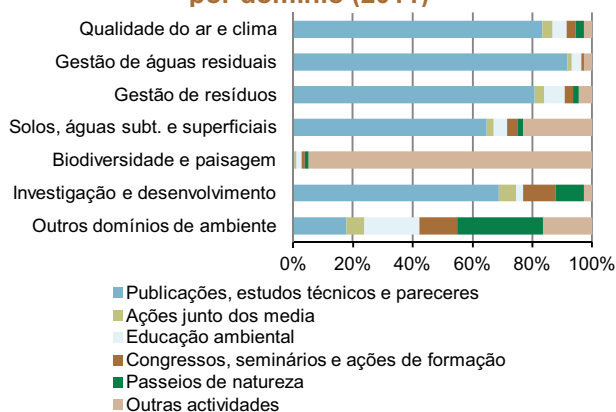
Fonte: INE, I. P.

O número de inscritos nas ONGA registou um ligeiro decréscimo (-1%), tendência generalizada a praticamente todos os setores institucionais. De referir que os particulares continuam a constituir a quase totalidade dos associados (cerca de 98% do total), apresentando uma média de 1 664 indivíduos por instituição; as empresas constituem o segundo setor mais representado, mas a grande distância, congregando 3 031 unidades com uma média de 24 empresas por ONGA. De salientar que as inscrições nas regiões do Norte, do Alentejo e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira contrariaram a tendência verificada a nível nacional tendo-se verificado aumentos de, respetivamente 10%, para a primeira região e 5%, para as restantes.

Os cidadãos da região de Lisboa revelaram, em 2011, uma maior preocupação com as causas ambientais, com uma média de 58 inscrições por 1 000 habitantes, valor largamente superior à média nacional que se situou nas 20 inscrições por 1 000 habitantes. A nível de filiação, a região de Lisboa apresentou, igualmente a média mais elevada do país, com 3 753 indivíduos por associação, em oposição com o Alentejo que não foi além dos 326 associados por instituição.

As atividades desenvolvidas pelas ONGA mais que triplicaram em 2011 (+247%) face ao ano transato, atingindo as 39 560 ações. Este forte crescimento deveu-se, essencialmente às atividades das equipas de sapadores florestais nas ações de prevenção e defesa da floresta, nomeadamente no apoio ao combate aos incêndios florestais, na vigilância nos períodos de maior probabilidade de ocorrência de incêndios e no pós incêndio e nas campanhas de sensibilização sobre as boas práticas na utilização do fogo. Estas ações, entre outras (denúncias às autoridades, reuniões de acompanhamento e ações interligadas), tipificadas como “outras atividades” executadas pelas organizações de ambiente somaram mais de 4/5 do total. As publicações, estudos e pareceres técnicos constituíram a segunda atividade com aumento de atividades desenvolvidas face a 2010. Em contrapartida todas as restantes atividades, ações junto dos *media*, educação ambiental, passeios de natureza e congressos, seminários e ações de formação registaram uma diminuição, com particular destaque para a educação ambiental que ficou reduzida a 1 183 atividades, quase 5 vezes menos do que em 2010.

Figura 10.2 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por domínio (2011)



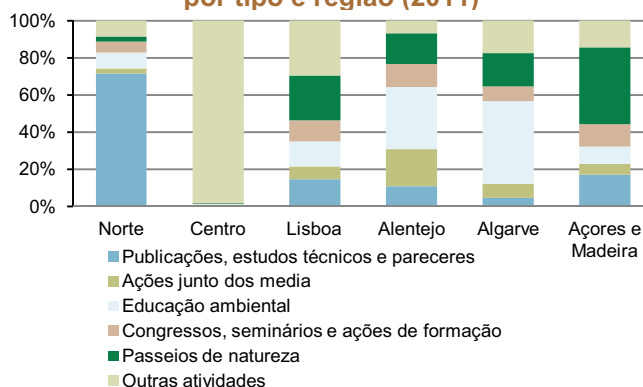
Fonte: INE, I. P.

Por esta razão, mais de 4/5 das ações dos domínios “Gestão de águas residuais”, “Proteção da qualidade do ar e clima” e “Gestão de resíduos” e cerca de 2/3 do “Investigação e desenvolvimento” e “Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais” foram dedicadas à elaboração de publicações, estudos e pareceres técnicos. No domínio “Proteção da biodiversidade e paisagem” a quase totalidade das ações inseridas nas “outras atividades” reportaram-se às atividades efetuadas pelas equipas de sapadores florestais na prevenção e proteção das áreas florestais contra incêndios.



A região Centro concentrou 80% das atividades realizadas em todo o país, sendo precisamente a região onde se encontram sediadas as associações que possuem equipas de sapadores florestais. Cerca de 11% das ações foram efetuadas pelas instituições da região Norte com realce para as publicações, estudos e pareceres técnicos, que envolveram 71% do total de atividades realizadas nesta região. De referir ainda que no Alentejo mais de metade das atividades foram dirigidas para a educação ambiental e para as ações junto dos meios de comunicação social, enquanto no Algarve 3/5 das ações realizadas privilegiaram a educação ambiental e os passeios de natureza. Nas Regiões Autónomas as atividades mais relevantes foram os passeios de natureza e as publicações, estudos e pareceres técnicos que, em conjunto, representaram 2/3 das ações desenvolvidas nestas regiões.

Figura 10.3 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por tipo e região (2011)

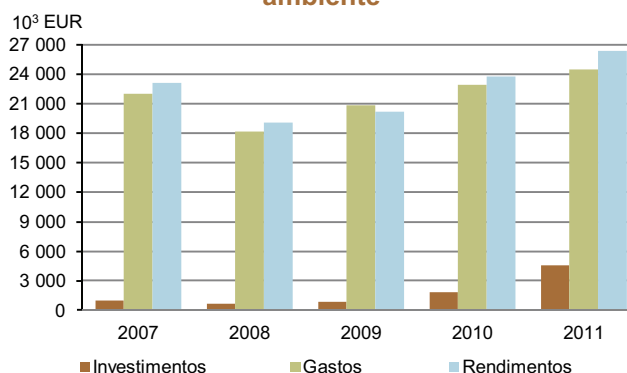


Fonte: INE, I. P.

Em 2011, as principais rubricas contabilísticas mantiveram a tendência de crescimento iniciada com o exercício de 2008, embora com ritmos diferentes. O investimento atingiu os 5 milhões de euros, maioritariamente aplicado em terrenos e edifícios e outras construções, mais que duplicou, face ao ano anterior. Os gastos que rondaram os 25 milhões de euros e os rendimentos que totalizaram os 26 milhões de euros, também aumentaram, embora de forma menos acentuada, 11% e 7%, respetivamente, face a 2010.

O investimento médio das associações passou de 14 669 euros por ONGA em 2010 para 36 871 euros em 2011, enquanto a média dos rendimentos e dos gastos em 2011 se situaram, respetivamente, nos 191 910 euros e nos 184 687 euros.

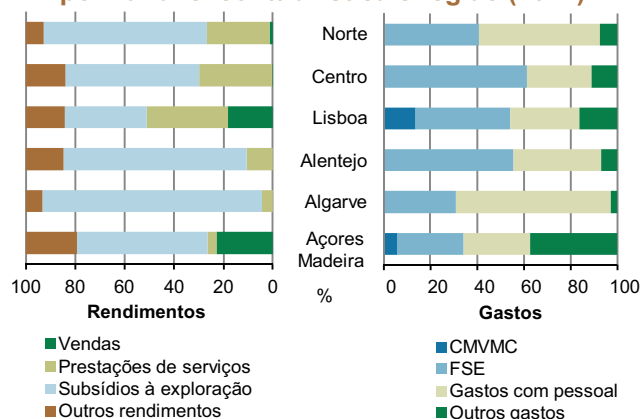
Figura 10.4 - Principais variáveis contabilísticas das Organizações não governamentais de ambiente



Fonte: INE, I. P.

Os “fornecimentos e serviços externos” (FSE) e os “gastos com o pessoal” foram as rubricas mais significativas das ONGA, contribuindo com mais de 4/5 dos gastos das associações. No entanto, ao nível regional a participação das rubricas dos gastos foi distinta: metade dos gastos do Norte e 2/3 dos gastos do Algarve foram absorvidos em custos com pessoal: na região Norte, sobretudo para pagar o quadro de pessoal efetivo existente nas associações de produtores florestais, e no Algarve, para custear os indivíduos remunerados ao serviço das associações de ambiente. Cerca de 2/3 dos gastos e 55% dos custos das regiões do Centro e do Alentejo destinaram-se a FSE para o desenvolvimento dos projetos e atividades das ONGA. Salienta-se ainda que os gastos com a rubrica “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” (CMVMC) representaram 14% do total dos gastos da região de Lisboa.

Figura 10.5 - Gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente, por variável contabilística e região (2011)



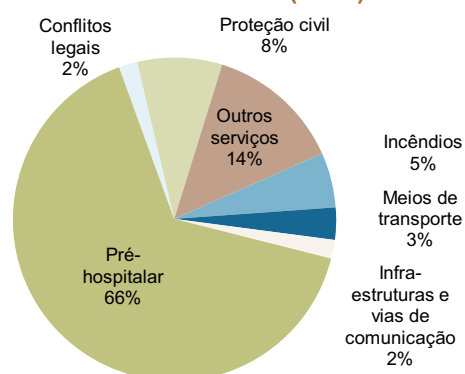
Fonte: INE, I. P.



Os “subsídios à exploração” e as “prestações de serviços” foram as principais fontes de financiamento das organizações de ambiente, somando, em conjunto, mais de 3/4 do total dos rendimentos. Para as regiões do Algarve e do Alentejo, mais de 75% dos rendimentos foram provenientes dos “subsídios à exploração”, em oposição às restantes regiões, em que as fontes de financiamento foram mais diversificadas. Para as regiões do Norte e Centro, os “subsídios à exploração” contribuíram com, respetivamente, 66% e metade dos rendimentos e as “prestações de serviços” representaram 25%, para a primeira região e 30%, para a segunda. Na região de Lisboa, a partição dos rendimentos foi mais equitativa: “subsídios à exploração” e as “prestações de serviços”, ambas com 1/3 dos rendimentos e “vendas” com 18% do total da região. De salientar ainda que as “vendas” representaram 23% do total dos recursos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

10.2 – ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Figura 10.6 - Serviços prestados pelos Corpos de bombeiros (2011)

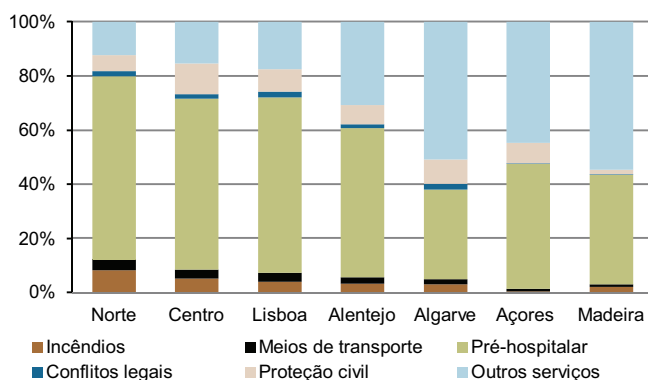


Fonte: INE, I. P.

Os [Corpos de bombeiros](#) constituem um dos serviços mais relevantes de proteção e socorro às populações existentes no País e funcionam como estrutura de base para uma resposta a nível local.

Em 2011, os 474 Corpos de bombeiros do País prestaram 1,1 milhões de serviços em todo o território nacional, com realce para a assistência “pré-hospitalar” que representou 1/3 do total de serviços prestados. Os “outros serviços”, constituídos na sua maioria por serviços de prevenção, através de patrulhamento/vigilância, apoio em recintos de espetáculo e desportivos, abertura de portas, remoção de obstáculos, entre outros, ocuparam a segunda posição na estrutura (14%). A contribuição dos restantes serviços foi menos expressiva, oscilando entre os 2% e os 8%.

Figura 10.7 - Serviços prestados pelos Corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo (2011)



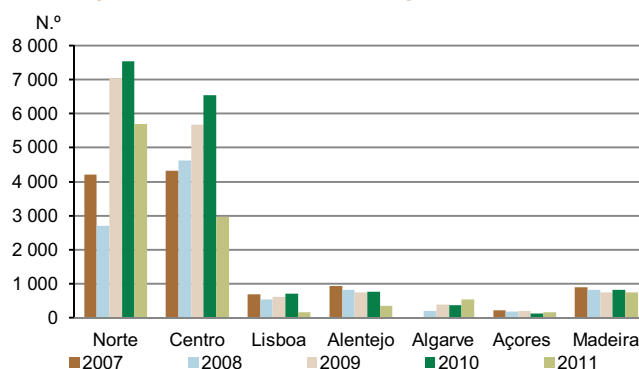
Fonte: INE, I. P.

Mais de metade dos serviços prestados pelos Corpos de bombeiros do País ocorreu nas regiões do Norte e Centro, em oposição ao Algarve e à Região Autónoma da Madeira, ambas com apenas 4%. Numa análise regional, a assistência “pré-hospitalar” foi a mais significativa em todas as regiões do território nacional, variando entre os 53% no Algarve e os 70% na Região Autónoma da Madeira. De referir que cerca de 1/3 dos serviços da Região Autónoma dos Açores foram realizados na rubrica “outros serviços”.



A participação dos Corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais diminuiu 37%, totalizando em 2011, 10 619 ocorrências. Este facto foi notório nas regiões do Centro e do Alentejo em que as ocorrências diminuíram para mais de metade, e também na região Norte, que diminuiu 25% face a 2010. Em sentido oposto, o Algarve e a Região Autónoma dos Açores registaram acréscimos nas ocorrências de, respetivamente 46% e de 23%. De referir que as associações localizadas nas regiões do Norte e Centro foram as mais solicitadas no quinquénio em análise, em comparação com as restantes regiões do País.

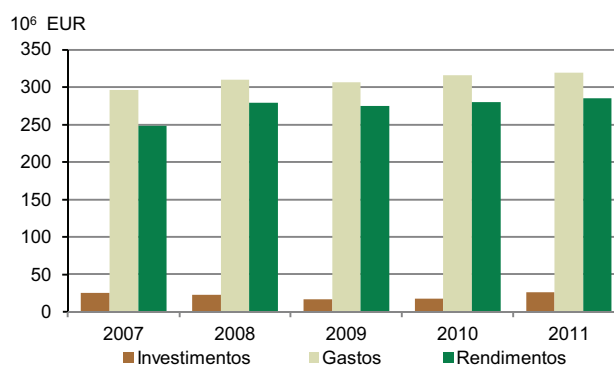
Figura 10.8 - Participação dos Corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais por NUTS II



Fonte: INE, I. P.

No período 2007-2011, o saldo entre os gastos e investimentos e os rendimentos das entidades detentoras de Corpos de bombeiros manteve-se negativo, na ordem dos 60 milhões de euros médios anuais. O rendimento médio anual do quinquénio, fixou-se nos 273 milhões de euros, enquanto os gastos atingiram os 310 milhões de euros e os investimentos ascenderam a 22 milhões de euros.

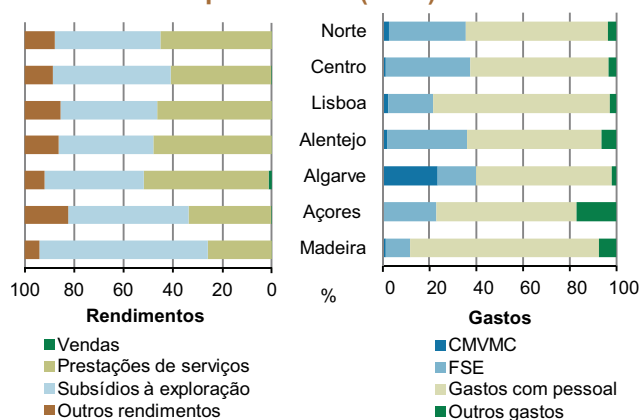
Figura 10.9 - Principais variáveis contabilísticas das Entidades detentoras de Corpos de bombeiros



Fonte: INE, I. P.

Em 2011, os gastos das entidades detentoras de Corpos de bombeiros mantiveram o nível do ano transato e totalizaram 320 milhões de euros. Cerca de 2/3 dos gastos foram aplicados no pessoal, seguidas pelo FSE com apenas 28%. Esta situação é transversal em todas as regiões do país, com realce para a Região Autónoma da Madeira, em que os “gastos com o pessoal” contribuíram com 81% do total dos gastos da região. De salientar ainda que cerca de 1/4 gastos da região do Algarve foram direcionados para FSE, dos quais 85% se deveram apenas a uma única entidade.

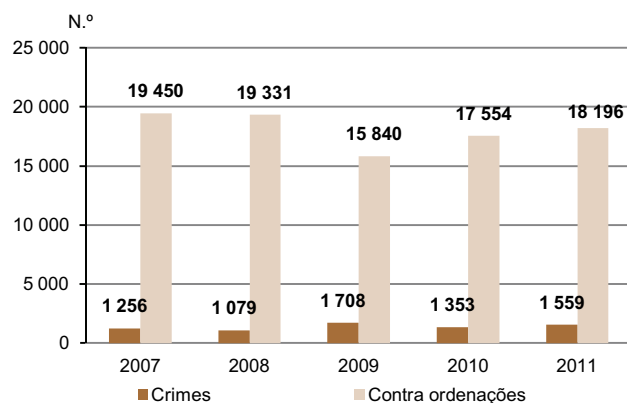
Figura 10.10 - Gastos e rendimentos das Entidades detentoras de corpos de bombeiros, por NUTS II (2011)



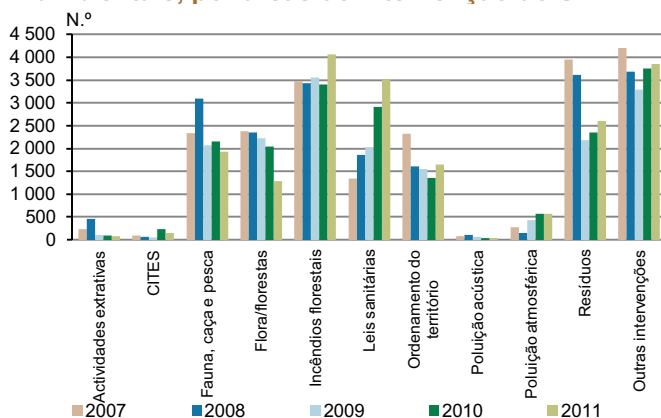
Fonte: INE, I. P.



10.3 - OUTRAS ENTIDADES

Figura 10.12 - Autos originados pela prática de ilícitos ambientais

Fonte: INE, I. P.

Figura 10.13 - Autos pela prática de ilícitos ambientais, por áreas de intervenção do SEPNA

Fonte: INE, I. P.

O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades promotoras da proteção do ambiente, tais como ações de sensibilização ambiental, patrulhamentos de prevenção de fogos florestais e levantamento de autos de contraordenação pela prática de ilícitos ambientais, entre outras.

De 2007 a 2011 o número total de atividades desenvolvidas pelo SEPNA caiu 56%, sendo que a área de intervenção que registou a maior quebra foi o “patrulhamento de prevenção de fogos florestais” (-65%) seguindo-se as “ações de sensibilização ambiental” (-24%).

No que diz respeito ao número de autos originados pela prática de ilícitos ambientais, resultantes de ações de patrulhamento, fiscalização e investigação, constata-se que em 2011, foram elaborados 18 196 autos de notícia por contraordenação e 1 559 por crime. Comparando os valores de 2011 com 2007, verifica-se que o número de autos de notícia por contraordenação teve um decréscimo de cerca de 6%, enquanto que o autos por crime apresentaram um crescimento de 24%.

No período de 2007 a 2011, quase todas as áreas registaram um decréscimo do número de autos pela prática de ilícitos ambientais, exceto o “CITES”, os “incêndios florestais”, as “leis sanitárias” e a “poluição atmosférica”, nos quais se observou um crescimento médio anual de 12%, 4%, 27% e 20%, respetivamente.



10.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 10.1 - Associados das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o setor institucional

Unidade: N.º

Regiões	Setores institucionais						
	Total	Estado e outros entes públicos	Empresas	Instituições sem fins lucrativos	Particulares	Exterior	Outros
2007							
Portugal	187 440	286	1 136	88	185 409	277	244
Norte	14 633	16	157	5	14 425	0	30
Centro	14 301	36	83	10	13 851	277	44
Lisboa	149 630	216	857	55	148 334	0	168
Alentejo	3 513	12	15	12	3 472	0	2
Algarve	1 980	6	11	6	1 957	0	0
Açores e Madeira	3 383	0	13	0	3 370	0	0
2008							
Portugal	185 641	305	1 246	202	183 779	13	96
Norte	17 849	72	95	17	17 630	3	32
Centro	14 571	46	68	23	14 430	0	4
Lisboa	144 341	175	1 031	148	142 919	10	58
Alentejo	3 229	12	16	12	3 187	0	2
Algarve	2 172	0	22	0	2 150	0	0
Açores e Madeira	3 479	0	14	2	3 463	0	0
2009							
Portugal	189 423	399	2 393	253	186 281	23	74
Norte	13 850	26	222	53	13 546	3	0
Centro	15 496	50	80	25	15 339	0	2
Lisboa	151 371	306	2 045	161	148 769	20	70
Alentejo	3 640	12	16	12	3 598	0	2
Algarve	2 255	4	21	0	2 230	0	0
Açores e Madeira	2 811	1	9	2	2 799	0	0
2010							
Portugal	214 604	429	3 063	305	210 671	26	110
Norte	16 661	84	264	61	16 240	3	9
Centro	15 792	46	80	26	15 638	0	2
Lisboa	172 961	278	2 576	182	169 835	23	67
Alentejo	3 668	12	124	14	3 516	0	2
Algarve	2 568	8	12	15	2 533	0	0
Açores e Madeira	2 954	1	7	7	2 909	0	30
2011							
Portugal	211 993	376	3 031	299	208 039	126	122
Norte	18 276	92	776	66	17 308	3	31
Centro	16 396	24	79	24	16 269	0	0
Lisboa	167 858	223	2 130	177	165 146	123	59
Alentejo	3 662	16	26	15	3 583	0	22
Algarve	2 700	10	13	10	2 667	0	0
Açores e Madeira	3 101	11	7	7	3 066	0	10

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.2 - Atividades das Organizações não governamentais de ambiente por tipo, segundo a região

Unidade: N.º

Atividades	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2007							
Total	8 317	1 477	838	4 044	993	206	759
Publicações, est. técnicos e pareceres	950	68	99	312	297	4	170
Ações junto dos <i>media</i>	760	106	106	406	61	18	63
Ações de formação	599	217	61	280	5	0	36
Educação ambiental/ateliers/oficinas	2 975	659	291	1403	390	98	134
Congressos, seminários	578	39	53	405	50	3	28
Ecoturismo/passeios de natureza	1 505	260	153	596	111	79	306
Outras atividades	950	128	75	642	79	4	22
2008							
Total	14 090	5 131	1 023	6 830	678	101	326
Publicações, est. técnicos e pareceres	1 169	444	85	511	69	28	31
Ações junto dos <i>media</i>	655	285	84	120	72	23	71
Ações de formação	300	21	45	150	46	1	38
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 020	1481	363	4704	425	23	25
Congressos, seminários	482	176	63	210	17	7	9
Ecoturismo/passeios de natureza	1 024	155	145	565	40	19	100
Outras atividades	3 440	2569	237	570	9	1	53
2009							
Total	12 972	1 044	993	9 602	506	442	385
Publicações, est. técnicos e pareceres	911	23	75	687	65	14	47
Ações junto dos <i>media</i>	867	132	152	461	25	21	76
Ações de formação	341	124	28	135	45	9	0
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 149	518	420	5745	241	158	67
Congressos, seminários	205	14	31	113	12	13	22
Ecoturismo/passeios de natureza	1 282	195	183	686	49	53	116
Outras atividades	2 216	38	104	1774	69	174	57
2010							
Total	11 401	1 337	635	7 911	560	448	510
Publicações, est. técnicos e pareceres	984	93	72	640	90	19	70
Ações junto dos <i>media</i>	814	127	93	480	36	14	64
Ações de formação	477	99	21	209	114	6	28
Educação ambiental/ateliers/oficinas	5 575	714	191	4 239	214	160	57
Congressos, seminários	260	46	21	142	13	9	29
Ecoturismo/passeios de natureza	1 443	201	130	812	65	61	174
Outras atividades	1 848	57	107	1 389	28	179	88
2011							
Total	39 560	4 403	31 580	2 514	293	342	428
Publicações, est. técnicos e pareceres	3 845	3 147	203	373	32	16	74
Ações junto dos <i>media</i>	481	132	64	175	59	26	25
Ações de formação	332	51	35	175	22	15	34
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 183	379	186	330	97	152	39
Congressos, seminários	391	205	24	117	15	12	18
Ecoturismo/passeios de natureza	1 112	109	110	606	48	62	177
Outras atividades	32 216	380	30 958	738	20	59	61

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.3 - Investimentos, gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente por rubrica contabilística, segundo a região

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2007							
Investimentos	1 018	68	146	801	æ	3	0
Gastos	22 002	3 904	2 310	11 908	2 928	336	616
CMVMC	1 297	31	20	1 245	0	0	æ
Fornecimentos e serviços externos	12 591	2 738	1 442	6 186	1 627	128	469
Impostos	43	1	3	37	1	1	æ
Gastos com o pessoal	5 386	837	713	2 668	914	110	143
Gastos e perdas de financiamento	336	8	20	293	11	2	1
Outros gastos não especificados	2 350	289	111	1 478	376	94	3
Rendimentos	23 131	3 980	2 473	12 536	3 173	357	612
Vendas	2 253	49	39	1 934	24	0	207
Prestações de serviços	5 099	495	695	3 518	374	0	18
Subsídios à exploração	12 060	3 050	1 469	5 136	1 879	153	373
Trabalhos para a própria entidade	39	0	0	39	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 617	381	265	1 867	888	205	11
Outros rendimentos não especificados	62	5	5	42	8	æ	2
2008							
Investimentos	684	85	260	184	142	7	6
Gastos	18 152	2 175	2 940	8 312	3 237	486	1 003
CMVMC	1 917	17	13	1 190	77	0	619
Fornecimentos e serviços externos	9 717	1 298	2 005	4 043	1 990	139	241
Impostos	34	4	11	16	1	1	æ
Gastos com o pessoal	4 877	645	803	2 233	920	135	140
Gastos e perdas de financiamento	160	20	29	80	27	3	æ
Outros gastos não especificados	1 447	191	77	750	221	207	2
Rendimentos	19 084	2 429	2 920	8 785	3 600	449	901
Vendas	1 914	32	32	1 622	21	0	206
Prestações de serviços	5 547	1 188	949	3 043	350	1	16
Subsídios à exploração	8 103	631	1 723	2 532	2 493	137	587
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 428	556	206	1 545	722	310	88
Outros rendimentos não especificados	92	22	10	43	13	0	4
2009							
Investimentos	900	36	131	509	176	1	47
Gastos	20 856	1 663	2 043	11 135	4 715	297	1 002
CMVMC	1 506	12	10	1 435	1	æ	48
Fornecimentos e serviços externos	10 546	1 197	1 012	5 723	2 188	118	308
Impostos	47	12	7	15	13	1	æ
Gastos com o pessoal	7 039	357	854	3 105	1 958	141	625
Gastos e perdas de financiamento	300	7	28	106	153	4	2
Outros gastos não especificados	1 417	79	132	751	403	34	18
Rendimentos	20 218	1 849	2 302	11 790	2 850	405	1 021
Vendas	1 857	22	17	1 736	27	2	53
Prestações de serviços	6 198	362	489	4 764	408	0	175
Subsídios à exploração	8 913	1 380	1 533	3 040	1 937	255	768
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 170	82	257	2 191	467	148	25
Outros rendimentos não especificados	80	2	7	59	11	æ	æ
2010							
Investimentos	1 819	197	324	1 125	95	47	31
Gastos	22 901	2 460	1 966	12 781	5 004	278	412
CMVMC	1 467	12	æ	1 437	1	0	16
Fornecimentos e serviços externos	11 507	1 001	773	7 023	2 521	122	67
Impostos	46	4	1	39	æ	1	æ
Gastos com o pessoal	8 172	1 313	1 061	3 323	2 056	147	272
Gastos e perdas de financiamento	119	8	16	51	41	3	æ
Outros gastos não especificados	1 591	121	115	909	384	5	57
Rendimentos	23 797	3 033	2 000	13 208	4 801	283	473
Vendas	1 815	47	9	1 739	6	0	13
Prestações de serviços	7 099	507	833	5 163	519	26	51
Subsídios à exploração	11 099	2 103	879	4 023	3 562	176	356
Trabalhos para a própria entidade	331	249	79	2	0	0	1
Outros rendimentos e ganhos	3 136	104	97	2 097	707	80	51
Outros rendimentos não especificados	317	22	102	184	8	1	1
2011							
Investimentos	4 609	264	259	3 709	286	51	41
Gastos	24 490	3 923	3 408	11 155	5 450	370	184
CMVMC	1 580	32	7	1 526	5	0	10
Fornecimentos e serviços externos	11 357	1 569	2 080	4 525	3 017	114	53
Impostos	44	14	6	16	7	1	æ
Gastos com o pessoal	8 617	2 030	949	3 285	2 056	246	52
Gastos e perdas de financiamento	166	9	12	44	94	6	æ
Outros gastos não especificados	2 726	270	355	1 760	271	3	68
Rendimentos	26 391	4 069	3 507	12 502	5 703	422	188
Vendas	2 417	59	9	2 296	11	0	43
Prestações de serviços	6 780	1 027	1 042	4 088	597	19	7
Subsídios à exploração	13 463	2 694	1 898	4 162	4 236	375	99
Trabalhos para a própria entidade	16	0	16	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 404	165	516	1 881	808	27	8
Outros rendimentos não especificados	310	124	27	75	52	1	30

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.4 - Serviços prestados pelos corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo

2011

Unidade: N.º

Unidade: N.										
NUTS II	Tipo de serviço									
	Total	Incêndios		Meios de transporte	Infraestruturas e vias de comunicação	Pré-hospitalar	Conflitos legais	Tecnológicas e industriais	Proteção civil	Outros serviços
		Povoamentos florestais	Outros incêndios							
Portugal	1 108 877	10 619	50 552	35 790	20 101	727 076	19 937	2 693	94 237	147 872
Norte	337 522	5 697	22 491	12 519	4 669	228 960	6 360	462	19 554	36 810
Centro	266 628	2 959	10 877	9 010	4 374	169 431	4 023	287	30 426	35 241
Lisboa	248 475	165	10 518	8 285	8 524	168 321	5 781	1 562	20 956	24 363
Alentejo	100 098	356	3 763	3 143	1 571	69 405	1 872	188	9 024	10 776
Algarve	46 733	546	1 785	1 427	628	24 725	1 528	122	6 769	9 203
Açores	69 786	154	327	781	145	38 662	70	38	6 440	23 169
Madeira	39 635	742	791	625	190	27 572	303	34	1 068	8 310

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.5 - Investimentos, gastos e rendimentos das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por rubrica contabilística, segundo as NUTS II

2011

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Investimentos	26 312	9 467	5 979	4 143	2 406	861	2 055	1 402
Gastos	319 707	82 489	71 926	84 549	37 508	19 572	9 904	13 759
CMVMC	10 633	2 195	950	1 995	702	4 594	39	157
Fornecimentos e serviços externos	88 878	27 024	25 993	16 171	12 829	3 189	2 239	1 433
Gastos com o pessoal	206 981	50 227	42 611	64 092	21 616	11 376	5 936	11 123
Gastos e perdas de financiamento	2 857	431	421	473	465	95	541	431
Outros gastos e perdas	10 358	2 612	1 950	1 818	1 896	319	1 149	615
Rendimentos	285 536	80 312	72 998	60 955	41 134	16 285	9 218	4 633
Vendas	721	115	228	104	33	216	25	1
Prestações de serviços	126 425	36 238	29 748	28 159	19 758	8 229	3 086	1 207
Trabalhos para a própria entidade	212	5	166	0	39	0	2	0
Subsídios, doações e legados à exploração	122 784	34 223	34 710	23 960	15 708	6 528	4 498	3 158
Outros rendimentos e ganhos	31 658	8 158	7 473	7 968	5 020	1 282	1 512	245
Outros rendimentos	3 735	1 573	675	764	576	29	96	22

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.6 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Unidade: N.º

Designação da actividade	Ano	NUTS I			
		Portugal	Continente	Açores	Madeira
Ações de sensibilização ambiental	2007	993	984	7	2
	2008	1 157	1 144	8	5
	2009	602	585	13	4
	2010	695	660	29	6
	2011	751	698	43	10
Autos pela prática de ilícitos ambientais	2007	20 706	20 496	108	102
	2008	20 410	20 061	206	143
	2009	17 548	17 267	229	52
	2010	18 907	18 320	561	26
	2011	19 755	19 239	489	27
Patrulhamentos de prevenção de fogos florestais	2007	127 952	127 952	5	x
	2008	122 668	122 668	8	x
	2009	99 702	99 702	18	x
	2010	33 481	33 481	19	x
	2011	45 212	45 212	0	0

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente



Quadro 10.7 - Número de autos pela prática de ilícitos ambientais

Unidade: N.º

Áreas de intervenção	Portugal									
	2007		2008		2009		2010		2011	
	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações
Total	1 256	19 450	1 079	19 331	1 708	15 840	1 353	17 554	1 559	18 196
Atividades extrativas	0	236	1	454	1	104	0	88	1	74
CITES	0	93	2	61	1	47	2	226	5	141
Fauna, caça e pesca	240	2 092	220	2 874	295	1 770	310	1 847	324	1 612
Flora/florestas	26	2 355	20	2 329	27	2 198	30	2 019	27	1 265
Incêndios florestais	825	2 656	728	2 707	1 287	2 267	916	2 490	1 090	2 981
Leis sanitárias	13	1 327	13	1 848	6	2 030	9	2 903	4	3 506
Litoral	1	458	0	413	0	328	0	328	0	281
Ordenamento do território	6	2 317	1	1 613	2	1 545	3	1 353	3	1 648
Património histórico	0	11	0	7	1	3	0	7	0	3
Poluição acústica	1	79	2	101	0	65	0	41	0	42
Poluição atmosférica	2	272	1	143	0	434	0	566	0	576
Águas continentais	16	1 371	13	1 155	9	969	5	1 016	0	1 157
Resíduos	12	3 947	1	3 611	0	2 177	0	2 349	0	2 603
Turismo e desportos	0	518	1	512	0	533	0	833	0	661
Outras intervenções	114	1 718	76	1 503	79	1 370	78	1 488	105	1 646

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





**Emprego
ambiental**

11 - EMPREGO AMBIENTAL

● Neste capítulo é abordado o emprego ambiental das seguintes entidades:

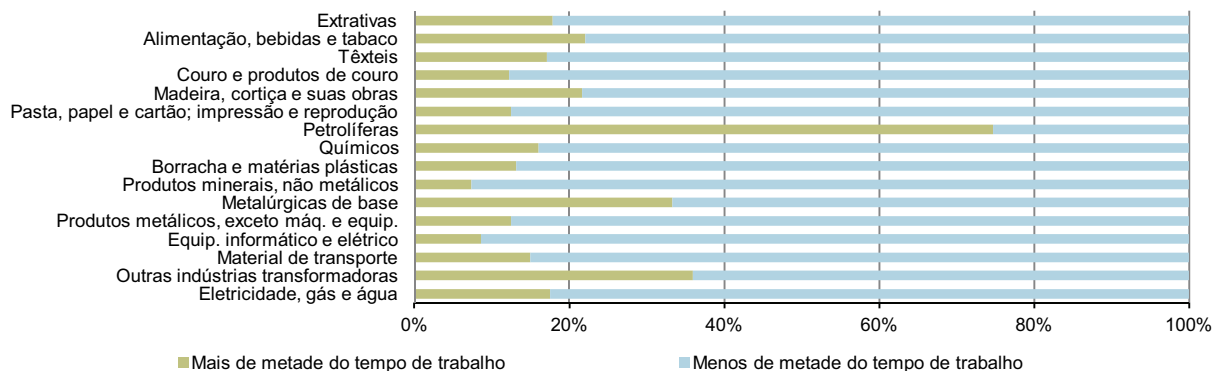
- Empresas com atividade de gestão e proteção do ambiente;
- Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente;
- Organizações não-governamentais de ambiente;
- Entidades detentoras de corpos de bombeiros;
- Outras entidades.



11.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

As organizações têm de cumprir uma série de requisitos ambientais para combater a poluição gerada, pelo que o emprego nesta área assume cada vez maior importância.

Figura 11.1 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade e regime de afetação (2011)



Fonte: INE, I. P.

Em 2011, as empresas dos setores em análise empregavam 11 964 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental, dos quais 16% ocupavam mais de metade do tempo de trabalho em atividades relacionadas com o ambiente. Comparativamente a 2010, o número de pessoas que ocupavam mais de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente aumentou 2 p.p., ascendendo a 1 900 indivíduos. A nível setorial, apenas as “Indústrias petrolíferas” se destacaram com 3/4 dos trabalhadores com funções ligadas ao ambiente a ocuparem mais de metade do tempo de trabalho em atividades ambientais. Seguem-se as “Outras indústrias transformadoras” e “Indústrias metalúrgicas de base” com pelo menos 1/3 de empregados com mais de metade do tempo de trabalho afeto a atividades de proteção ambiental.

Em termos de trabalhadores “[Equivalentes a tempo completo](#)”, verifica-se que as “Indústrias de pasta, de papel e de cartão; impressão e reprodução” e “Outras indústrias transformadoras” se revelam como os setores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de ações de proteção ambiental, representando 14%, para o primeiro setor, e 12% para o segundo.

Figura 11.2 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade, segundo o regime de afetação

2011				Unidade: N.º
Regime de afetação dos recursos humanos	Número médio de pessoas que ocupam			Emprego "equivalente a tempo completo" em atividades de ambiente
	Total	Mais de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total	11 964	1 900	10 064	2 753
05-09 Extrativas	207	37	170	52
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	912	201	711	290
13-14 Têxteis	591	101	490	141
15 Couro e produtos de couro	91	11	80	14
16 Madeira, cortiça e suas obras	167	36	130	49
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1 386	173	1 213	386
19 Petrolíferas	79	59	20	59
20-21 Químicos	959	153	806	199
22 Borracha e matérias plásticas	500	66	434	100
23 Produtos minerais, não metálicos	1 853	137	1 717	264
24 Metalúrgicas de base	173	58	115	66
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	1 134	142	992	211
26-27 Equip. informático e elétrico	864	74	790	119
29-30 Material de transporte	1 076	160	916	190
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	795	286	509	328
35-36 Eletricidade, gás e água	1 179	207	972	285

Fonte: INE, I. P.



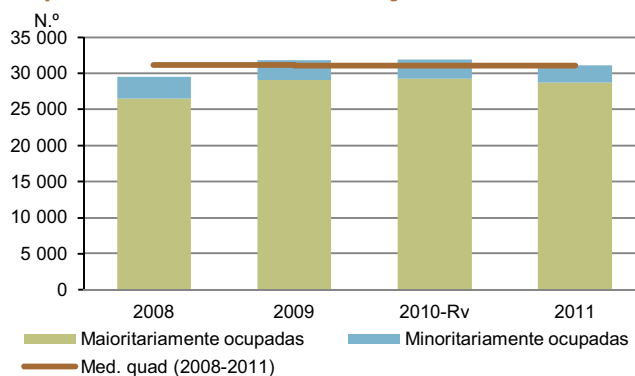
11.2 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

No quadriénio 2008-2011, o número de pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente cresceu até 2010, tendo registado no último ano um decréscimo de 2%, fixando-se num efetivo de 43 571 pessoas. De referir ainda que ao longo do período analisado, a importância dos colaboradores que dedicam apenas parte do seu tempo de atividades a estas entidades, diminuiu em termos relativos e absolutos. De facto, a perda de 633 trabalhadores em 4 anos teve como reflexo a diminuição da representatividade destes trabalhadores em 2 p.p., passando dos 10% em 2008, para 8% em 2011.

Do efetivo total, 31 120 desempenhavam funções específicas na área do ambiente, dos quais 92% ocupavam a maior parte do seu tempo de trabalho. O predomínio do sexo masculino (76%) mantém-se desde 2008 e nos dois tipos de ocupação, embora os que dedicam apenas parte do seu tempo de trabalho ao ambiente seja inferior em 9 p.p., face aos que ocupam a maior parte do tempo (77%).

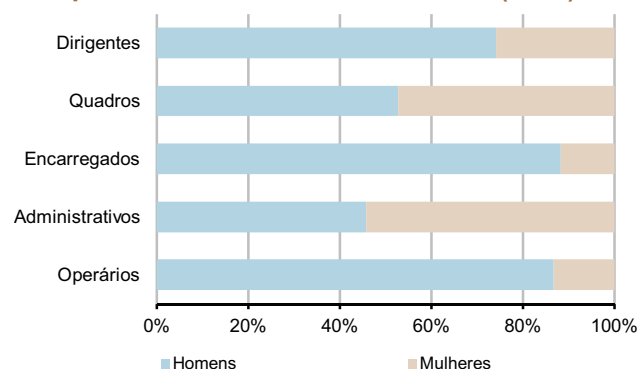
A nível profissional, cerca de 3/5 dos indivíduos das entidades produtoras de bens e serviços em ambiente são constituídos por Operários, aprendizes e praticantes, seguidos por Empregados administrativos, comerciais e de serviços e por Quadros e técnicos médios e superiores com, respetivamente, 15% e 12% do total dos trabalhadores. Os homens predominam nos níveis constituídos por Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa (88%), Operários, aprendizes e praticantes (87%), e [Dirigentes](#) (74%). Nos Empregados administrativos, comerciais e de serviços e nos Quadros e técnicos médios e superiores há um equilíbrio de funções entre homens e mulheres, com ligeira vantagem, no primeiro nível, para o sexo feminino.

Figura 11.3 - Pessoas ao serviço nas Entidades produtoras de bens e serviços em ambiente



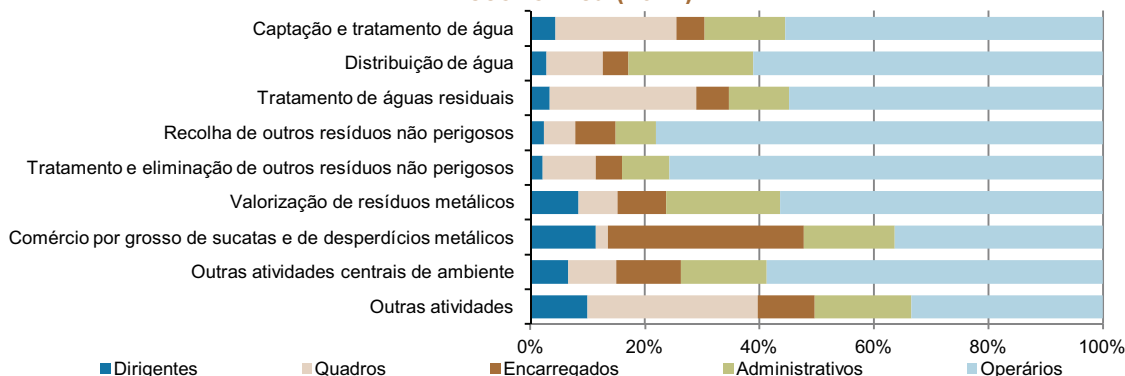
Fonte: INE, I. P.

Figura 11.4 - Pessoal ao serviço, por sexo e nível profissional na área do ambiente (2011)



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.5 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente por nível profissional e atividade económica (2011)



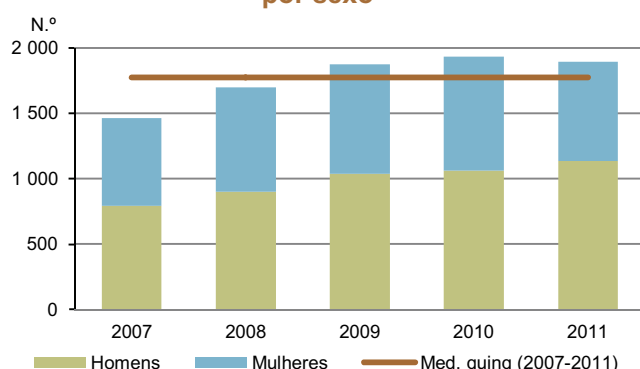
Fonte: INE, I. P.



A repartição dos níveis profissionais por atividade económica revela a predominância dos Operários, aprendizes e praticantes na generalidade dos sectores, nomeadamente na Recolha e Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos com cerca de 6 900 trabalhadores. A Captação e tratamento de água e Tratamento de águas residuais foram os sectores que apresentaram uma distribuição mais equilibrada, em que metade do efetivo era constituído por Operários, aprendizes e praticantes e a parte restante repartida por Quadros e técnicos médios e superiores, Empregados administrativos, comerciais e de serviços, Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa e Dirigentes. De referir que no Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos os Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa e os Dirigentes contribuíram com, respetivamente 34% e 11% do total do setor.

11.3 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Figura 11.6 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por sexo

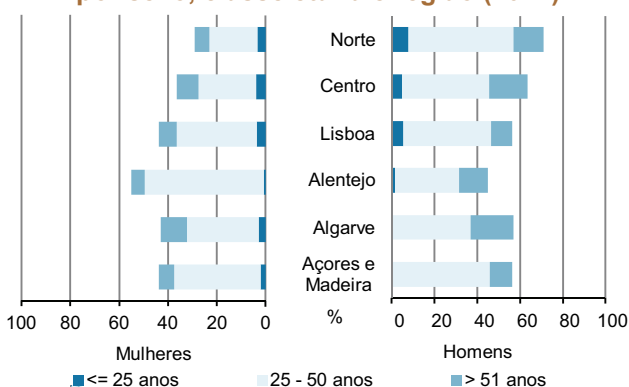


Fonte: INE, I. P.

Em 2011 o número de indivíduos ao serviço das ONGA era de 1 896, predominando o número de homens (64% do total do efetivo). Para o período em análise, o número de pessoas ao serviço das associações de ambiente cresceu até 2010 a um ritmo anual de 7% infletindo a tendência em 2011, com um decréscimo do efetivo de 2%. Para esta diminuição contribuíram exclusivamente os colaboradores do sexo feminino (-13%), uma vez que o número de homens até aumentou (7%).

O perfil do colaborador das associações de ambiente caracteriza-se por ser do sexo masculino, com idade compreendida entre os 25 e os 50 anos, com formação superior (nível bacharelato ou licenciatura), e operando em regime de voluntariado.

Figura 11.7 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por sexo, classe etária e região (2011)



Fonte: INE, I. P.

Mais de 3/5 das pessoas que colaboraram nas atividades das associações de ambiente era do sexo masculino, o que correspondeu a um acréscimo de 5 p.p. face a 2010. A nível regional, os homens foram maioritários em todas as regiões do país, com exceção do Alentejo, e a repartição entre os sexos é muito distinta: enquanto em Lisboa, no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o rácio homens/mulheres é de 1,3, no Norte esta relação é mais elevada e atinge o valor de 2,4 por oposição ao Alentejo em que a participação feminina é mais representativa.

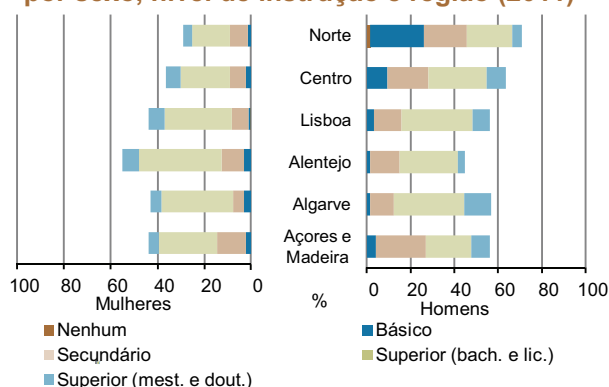
O escalão etário predominante nas ONGA corresponde à classe dos 25 - 50 anos, seguindo-se a classe de idade superior a 51 anos e por fim os indivíduos com menos de 25 anos. Esta distribuição é comum aos dois sexos. A nível regional, a participação masculina ocupa maioritariamente o escalão dos 25 aos 50 anos e em todas as regiões do país. A participação feminina nas atividades desenvolvidas pelas associações está igualmente concentrada em todas as regiões do país, na classe etária dos 25 aos 50 anos.



Mais de metade dos indivíduos que colaboraram com as ONGA concluiu o [ensino superior](#) (bacharelato e licenciatura), seguindo-se os indivíduos com o [ensino secundário](#) (23%). Os indivíduos do sexo masculino predominaram em todos os níveis de instrução embora com diferente expressão: enquanto no [nível básico](#), este rácio é o mais elevado e atinge o valor de 6,2, nos níveis superiores (bacharelato e licenciatura e mestrado e doutoramento) a relação corresponde praticamente à unidade.

Numa análise regional, constata-se que a participação dos elementos do sexo masculino com o ensino básico na região Norte supera a do secundário e é sensivelmente próxima do ensino superior (bacharelato e licenciatura e mestrado e doutoramento). Já na região de Lisboa 76% dos indivíduos têm nível de instrução superior, enquanto no Alentejo a participação feminina com formação superior é maior face à do sexo masculino.

Figura 11.8 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível de instrução e região (2011)

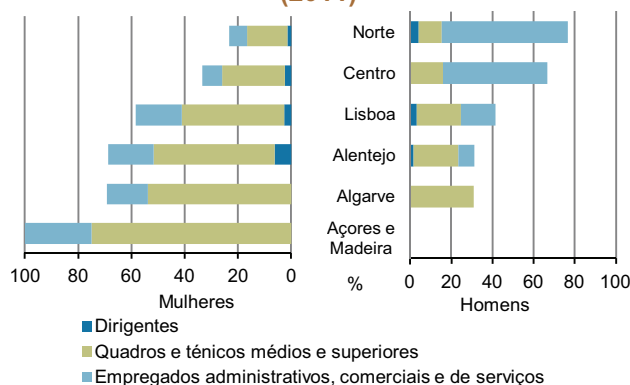


Fonte: INE, I. P.

Cerca de 3/4 dos indivíduos que colaboram nas ONGA fizeram-no em regime de voluntariado, dos quais 69% prestaram o serviço em tempo parcial. A nível regional, mais de 4/5 dos indivíduos da Região Autónoma dos Açores e da Madeira e do Algarve ocuparam as atividades nestas organizações em tempo parcial, por oposição ao Alentejo, onde este tipo de prestação desceu para metade.

Em 2011, as pessoas remuneradas ao serviço das ONGA diminuíram 7% face ao ano transato, fixando-se nos 531 indivíduos. Esta redução ocorreu essencialmente nos indivíduos do sexo feminino que registaram uma quebra de 21%, insuficiente para compensar o aumento da participação masculina (+11%). Em termos regionais, a repartição é muito desigual: as mulheres eram maioritárias em quatro regiões do país, com destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde a participação foi exclusivamente feminina, enquanto os colaboradores homens das regiões Norte e Centro reforçaram a sua importância com, respetivamente 77% e 67% do total de pessoas com remuneração.

Figura 11.9 - Pessoas remuneradas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível profissional e região (2011)



Fonte: INE, I. P.

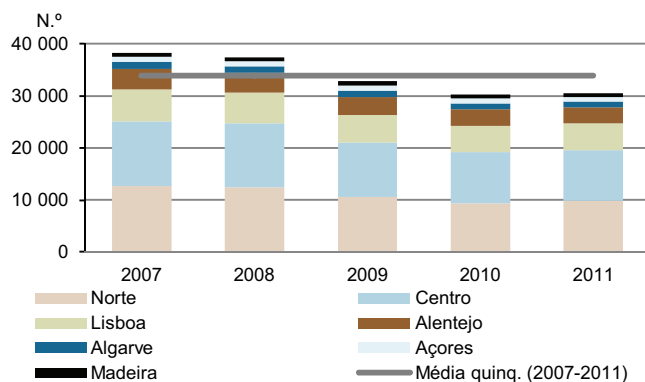
No que se refere às categorias funcionais, cerca de metade dos colaboradores eram [quadros e técnicos médios](#) e [superiores](#), 46% empregados administrativos, comerciais e de serviços e o restante formado por dirigentes. Os quadros e técnicos médios e superiores do sexo feminino predominaram em todas as regiões do país; já no que diz respeito aos empregados administrativos, comerciais e de serviços, as regiões do Norte e Centro detêm mais de 2/3 do efetivo masculino nestas categorias. Salienta-se ainda que a maioria dos dirigentes remunerados da região do Alentejo era constituída maioritariamente por mulheres enquanto na região Centro a classe dirigente é constituída, essencialmente por elementos do sexo feminino.



11.4 - ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

No período em análise, o número de bombeiros dos quadros de comando e ativo decresceu entre 2007 e 2009. Em 2010, o efetivo baixou 8%, para aumentar ligeiramente em 2011 (+1%), fixando-se o quadro de pessoal em 30 530 indivíduos. As tendências a nível regional em 2011 foram contudo distintas: no Norte o número de bombeiros aumentou 5%, em oposição às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores em que desceram, respetivamente 11% e 10%.

Figura 11.10 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II

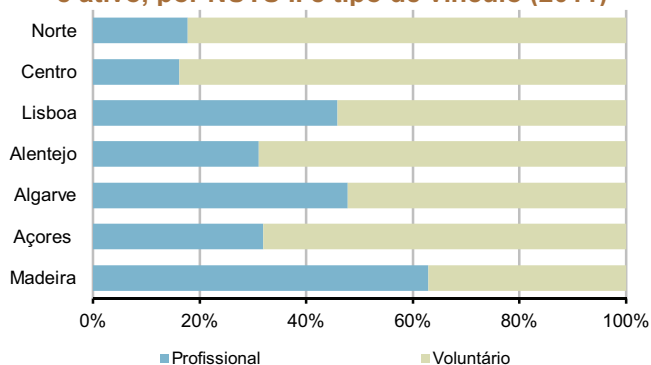


Fonte: INE, I. P.

A concentração espacial dos quadros de comando e ativo apresenta elevada assimetria. De facto, constata-se que, em 2011, 2/3 do efetivo do País estava reunido nas regiões do Norte e Centro, enquanto o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a representatividade do efetivo não ultrapassava os 9%.

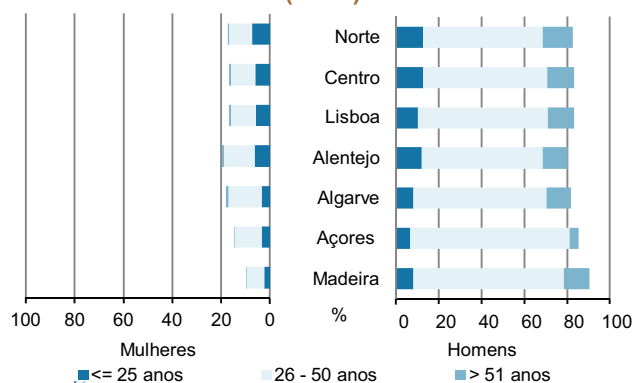
Em 2011, cada entidade detentora contou com uma média de 64 elementos. As regiões do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores registaram em média, respetivamente 46 e 51 bombeiros por corporação, em contraste com a de Lisboa que atingiu 77 efetivos por cada corpo de bombeiros.

Figura 11.11 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II e tipo de vínculo (2011)



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.12 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, classe etária e NUTS II (2011)



Fonte: INE, I. P.

Em 2011, mais de 4/5 dos bombeiros ativos eram do sexo masculino. De facto, esta preponderância verifica-se em todas as regiões, com destaque para a Região Autónoma da Madeira com 90% do total dos bombeiros da região. Com mais mulheres mas ainda assim longe do equilíbrio, está o Alentejo que detém no seu quadro 20% de mulheres.

O escalão etário predominante dos bombeiros corresponde, em ambos os sexos, aos 26-50 anos, seguindo-se a classe de idade com menos de 26 anos e por fim os indivíduos de idade superior a 51 anos. A nível regional, destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em que a participação do escalão dos 26 aos 50 anos é mais notória e às regiões do Alentejo e Algarve, em que para o mesmo escalão a participação feminina é mais evidente.



Mais de 70% dos bombeiros portugueses concluíram o ensino básico, dos quais cerca de 1/4 completaram o ensino secundário e 6% o ensino superior. Os indivíduos masculinos predominaram no ensino básico completo e incompleto com, respetivamente 37% e 33%, enquanto no sexo feminino, 39% das mulheres concluíram o ensino secundário e 35% o básico.

O ensino básico incompleto é ainda significativo no efetivo masculino dos Corpos de bombeiros das regiões do Norte, Centro e Alentejo, oscilando entre os 32%, para a primeira região e os 29%, para as duas últimas. Em sentido inverso, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apenas possuíam elementos masculinos com pelo menos o ensino básico, mas com partições diferentes: nos Açores metade dos indivíduos completou o ensino básico enquanto na Madeira, 52% dos bombeiros concluíram o ensino secundário.

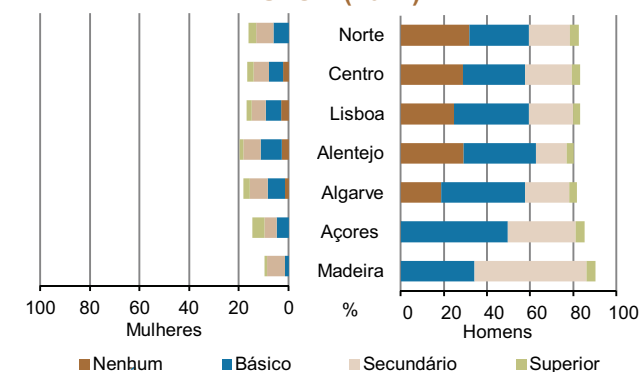
No lado das mulheres, a repartição entre o ensino básico e o secundário é equitativa em todas as regiões do País, com exceção da Região Autónoma da Madeira em que a diferença entre os dois níveis de ensino é de 6 p.p..

11.5 – OUTRAS ENTIDADES

No período de 2007 a 2011, o número de pessoas ao serviço como sapadores florestais cresceu a uma taxa de crescimento média anual de 8%. A repartição do efetivo por região coloca o Alentejo em evidência pelo facto de apresentara maior taxa média anual de crescimento (aproximadamente de 32%), seguindo-se o Algarve (15%), o Norte (9%), Lisboa (6%) e o Centro (5%).

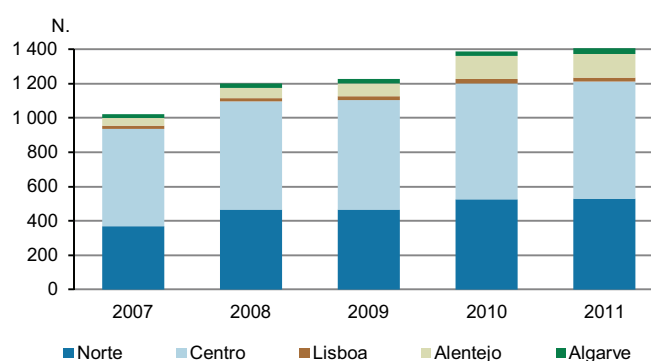
A análise cronológica ao número de elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente revela um crescimento (taxa média de crescimento de 3%) até 2010, com os efetivos a aumentarem de 930 para 1004. Em 2011 a trajetória infletiu-se, registando-se uma redução do número de elementos militares e civis ao serviço do SEPNA de 1% (menos 7 elementos). Entre 2007 e 2010, a Região Autónoma dos Açores foi a que registou maior crescimento, evoluindo a uma taxa de crescimento média anual de 14%, seguindo-se o Continente com cerca de 2%. No que diz respeito à Madeira, a tendência foi oposta à registada no Continente e nos Açores, registando-se uma taxa de variação média anual de -7%.

Figura 11.13 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, nível de instrução e NUTS II (2011)



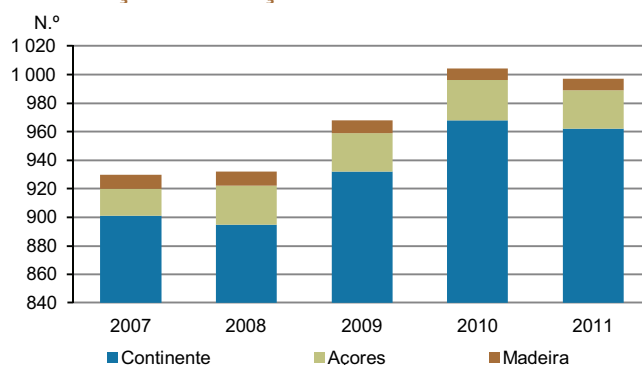
Fonte: INE, I. P.

Figura 11.14 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.15 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente



Fonte: INE, I. P.



11.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 11.1 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo a ocupação em funções na área do ambiente e o género

2011

Unidade: Nº

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Total (*)	Com funções na área do ambiente				
		Total	Maioritariamente		Minoritariamente ou ocasionalmente	
			H	M	H	M
Total	43 571	31 120	22 101	6 611	1 629	779
Atividades centrais de ambiente	34 466	28 086	20 375	5 850	1 190	671
22112 - Reconstrução de pneus	604	373	266	31	64	12
36001 - Captação e tratamento de água	4 327	2 649	1 751	510	244	144
36002 - Distribuição de água	8 995	7 050	5 101	1 566	234	149
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	176	160	113	45	2	0
37002 - Tratamento de águas residuais	1 481	1 372	680	321	252	119
38111 - Recolha de resíduos inertes (***)	281	187	108	68	7	4
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 511	5 069	4 209	774	53	33
38120 - Recolha de resíduos perigosos	145	100	58	18	23	1
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes (***)	...	...	...	...	...	...
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	4 024	3 909	3 030	788	53	38
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 428	1 212	857	346	4	5
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	239	212	162	32	16	2
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	30	19	14	5	0	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 240	1 038	797	175	53	13
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 898	1 487	1 024	373	64	26
39000 - Descontaminação e atividades similares	67	63	33	24	2	4
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 571	1 373	1 081	205	68	19
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	620	566	326	187	21	32
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	272	233	164	56	6	7
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 467	934	561	286	24	63
Outras atividades	9 105	3 034	1 726	761	439	108

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

*** Quadro atualizado em 25-11-2013

Quadro 11.2 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo o género e nível profissional

2011

Unidade: Nº

2011

Unidade: N

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total (*)	Com funções na área do ambiente											
		Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativo		Operários		
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	43 571	31 120	1 087	380	1 968	1 759	2 253	302	2 068	2 448	16 354	2 501	
Atividades centrais de ambiente	34 466	28 086	852	315	1 458	1 366	1 986	265	1 828	2 177	15 441	2 398	
22112 - Reconstrução de pneus	604	373	15	4	10	3	20	0	34	21	251	15	
36001 - Captação e tratamento de água	4 327	2 649	91	24	281	279	116	14	159	215	1 348	122	
36002 - Distribuição de água	8 995	7 050	124	73	321	375	277	32	682	857	3 931	378	
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	176	160	13	4	25	25	17	1	20	15	40	0	
37002 - Tratamento de águas residuais	1 481	1 372	32	13	187	165	46	32	62	83	605	147	
38111 - Recolha de resíduos inertes (***)	281	187	9	4	6	11	16	0	7	35	77	22	
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 511	5 069	90	28	145	132	333	27	185	171	3 509	449	
38120 - Recolha de resíduos perigosos	145	100	3	1	5	4	6	2	42	11	25	1	
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes (***)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	4 024	3 909	57	23	183	184	159	18	164	161	2 520	440	
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 428	1 212	16	6	46	49	68	6	49	129	682	161	
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	239	212	18	2	7	4	27	1	24	26	102	1	
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	30	19	1	0	0	0	5	0	0	4	8	1	
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 240	1 038	65	22	27	44	87	1	109	98	562	23	
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 898	1 487	87	28	149	46	126	25	86	121	640	179	
39000 - Descontaminação e atividades similares	67	63	5	3	6	1	10	3	1	1	13	20	
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 571	1 373	122	34	23	6	420	51	116	102	468	31	
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	620	566	43	17	8	7	92	21	40	58	164	116	
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	272	233	22	8	2	6	70	11	18	17	58	21	
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 467	934	35	19	24	22	81	17	25	49	420	242	
Outras atividades	9 105	3 034	235	65	510	393	267	37	240	271	913	103	

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

*** Quadro atualizado em 25-11-2013



Quadro 11.3 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N.º

Regiões	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	< = 25 anos			26 - 50 anos			> = 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2007												
Portugal	1 464	795	669	138	72	66	1 109	585	524	217	138	79
Norte	294	195	99	66	43	23	187	121	66	41	31	10
Centro	305	173	132	30	14	16	203	115	88	72	44	28
Lisboa	633	330	303	35	13	22	526	275	251	72	42	30
Alentejo	120	38	82	5	1	4	92	23	69	23	14	9
Algarve	32	18	14	1	1	0	30	16	14	1	1	0
Açores e Madeira	80	41	39	1	0	1	71	35	36	8	6	2
2008												
Portugal	1 700	900	800	184	91	93	1 185	602	583	331	207	124
Norte	400	234	166	60	31	29	279	160	119	61	43	18
Centro	450	274	176	63	39	24	279	157	122	108	78	30
Lisboa	611	284	327	48	20	28	435	204	231	128	60	68
Alentejo	134	46	88	5	0	5	111	33	78	18	13	5
Algarve	29	16	13	0	0	0	20	10	10	9	6	3
Açores e Madeira	76	46	30	8	1	7	61	38	23	7	7	0
2009												
Portugal	1 876	1 040	836	201	116	85	1 335	716	619	340	208	132
Norte	275	175	100	43	24	19	169	103	66	63	48	15
Centro	447	277	170	50	27	23	291	178	113	106	72	34
Lisboa	907	473	434	93	58	35	673	346	327	141	69	72
Alentejo	132	52	80	6	4	2	112	39	73	14	9	5
Algarve	33	18	15	0	0	0	26	13	13	7	5	2
Açores e Madeira	82	45	37	9	3	6	64	37	27	9	5	4
2010												
Portugal	1 931	1 061	870	191	106	85	1 398	742	656	342	213	129
Norte	361	251	110	38	23	15	259	182	77	64	46	18
Centro	341	204	137	18	11	7	235	142	93	88	51	37
Lisboa	971	495	476	108	61	47	706	343	363	157	91	66
Alentejo	153	58	95	15	6	9	126	42	84	12	10	2
Algarve	47	25	22	2	1	1	35	16	19	10	8	2
Açores e Madeira	58	28	30	10	4	6	37	17	20	11	7	4
2011												
Portugal	1 896	1 135	761	164	99	65	1 357	798	559	375	238	137
Norte	423	300	123	48	33	15	291	208	83	84	59	25
Centro	279	177	102	24	13	11	180	114	66	75	50	25
Lisboa	954	537	417	86	51	35	704	392	312	164	94	70
Alentejo	127	57	70	3	2	1	100	38	62	24	17	7
Algarve	65	37	28	2	0	2	43	24	19	20	13	7
Açores e Madeira	48	27	21	1	0	1	39	22	17	8	5	3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.4 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e nível de instrução

Unidade: N.º

Regiões	Nível de instrução															
	Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior (bacharelato e licenciatura)			Superior (mestrado e doutoramento)		
	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2007																
Portugal	1 464	26	12	14	99	57	42	341	214	127	829	421	408	169	91	78
Norte	294	3	0	3	26	17	9	83	60	23	156	102	54	26	16	10
Centro	305	2	0	2	35	26	9	77	49	28	158	75	83	33	23	10
Lisboa	633	21	12	9	19	8	11	132	81	51	370	185	185	91	44	47
Alentejo	120	0	0	0	14	5	9	18	7	11	76	22	54	12	4	8
Algarve	32	0	0	0	2	0	2	3	3	0	25	13	12	2	2	0
Açores e Madeira	80	0	0	0	3	1	2	28	14	14	44	24	20	5	2	3
2008																
Portugal	1 700	8	5	3	149	96	53	419	240	179	872	425	447	252	134	118
Norte	400	5	4	1	54	37	17	81	50	31	211	108	103	49	35	14
Centro	450	3	1	2	50	41	9	139	91	48	208	106	102	50	35	15
Lisboa	611	0	0	0	28	10	18	143	71	72	308	151	157	132	52	80
Alentejo	134	0	0	0	11	5	6	26	11	15	87	28	59	10	2	8
Algarve	29	0	0	0	2	1	1	3	1	2	19	9	10	5	5	0
Açores e Madeira	76	0	0	0	4	2	2	27	16	11	39	23	16	6	5	1
2009																
Portugal	1 876	4	2	2	151	102	49	433	251	182	1 024	527	497	264	158	106
Norte	275	1	1	0	56	43	13	52	31	21	143	83	60	23	17	6
Centro	447	3	1	2	42	35	7	136	93	43	222	117	105	44	31	13
Lisboa	907	0	0	0	46	21	25	179	91	88	513	271	242	169	90	79
Alentejo	132	0	0	0	3	1	2	25	14	11	93	32	61	11	5	6
Algarve	33	0	0	0	2	1	1	5	2	3	20	10	10	6	5	1
Açores e Madeira	82	0	0	0	2	1	1	36	20	16	33	14	19	11	10	1
2010																
Portugal	1 931	4	4	0	210	168	42	371	230	141	1 117	534	583	229	125	104
Norte	361	4	4	0	110	98	12	69	51	18	149	80	69	29	18	11
Centro	341	0	0	0	57	44	13	88	55	33	170	87	83	26	18	8
Lisboa	971	0	0	0	31	19	12	164	97	67	639	314	325	137	65	72
Alentejo	153	0	0	0	4	1	3	24	13	11	106	35	71	19	9	10
Algarve	47	0	0	0	2	1	1	10	5	5	26	12	14	9	7	2
Açores e Madeira	58	0	0	0	6	5	1	16	9	7	27	6	21	9	8	1
2011																
Portugal	1 896	8	6	2	194	167	27	432	291	141	1 014	536	478	248	135	113
Norte	423	6	6	0	110	104	6	116	84	32	156	87	69	35	19	16
Centro	279	0	0	0	32	26	6	72	53	19	133	74	59	42	24	18
Lisboa	954	2	0	2	40	32	8	188	119	69	583	310	273	141	76	65
Alentejo	127	0	0	0	6	2	4	29	17	12	79	34	45	13	4	9
Algarve	65	0	0	0	3	1	2	10	7	3	41	21	20	11	8	3
Açores e Madeira	48	0	0	0	3	2	1	17	11	6	22	10	12	6	4	2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.5 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo, tipo de prestação e nível profissional

Unidade: N.º

Regiões	Tipo de prestação													Unidade: N.
	Total	Pessoas remuneradas							Pessoas não remuneradas					
		Total	Dirigentes		Quadros e técnicos médios e superiores		Empregados adm., comerciais e de serviços		Total	Dirigentes		Outros colaboradores		
HM	HM	H	M	H	M	H	M	HM	H	M	H	M		
2007														
Portugal	1 464	381	20	16	58	134	61	92	1 083	422	238	234	189	
Norte	294	27	1	1	2	15	4	4	267	100	36	88	43	
Centro	305	75	2	2	10	14	31	16	230	83	54	47	46	
Lisboa	633	167	13	9	29	57	16	43	466	183	109	89	85	
Alentejo	120	82	4	4	8	39	9	18	38	14	17	3	4	
Algarve	32	9	0	0	3	4	1	1	23	12	5	2	4	
Açores e Madeira	80	21	0	0	6	5	0	10	59	30	17	5	7	
2008														
Portugal	1 700	399	11	12	73	153	58	92	1 301	452	226	306	317	
Norte	400	45	1	1	12	21	2	8	355	160	72	59	64	
Centro	450	89	0	1	14	15	35	24	361	98	46	127	90	
Lisboa	611	149	6	5	29	64	11	34	462	135	81	103	143	
Alentejo	134	91	4	5	9	46	8	19	43	18	12	7	6	
Algarve	29	9	0	0	4	4	0	1	20	10	6	2	2	
Açores e Madeira	76	16	0	0	5	3	2	6	60	31	9	8	12	
2009														
Portugal	1 876	450	12	14	91	164	76	93	1 426	503	244	358	321	
Norte	275	29	4	1	4	10	4	6	246	105	36	58	47	
Centro	447	94	0	2	19	7	44	22	353	118	47	96	92	
Lisboa	907	206	7	8	46	87	14	44	701	216	128	190	167	
Alentejo	132	70	1	3	10	44	5	7	62	30	19	6	7	
Algarve	33	12	0	0	4	6	0	2	21	12	5	2	2	
Açores e Madeira	82	39	0	0	8	10	9	12	43	22	9	6	6	
2010														
Portugal	1 931	569	17	13	91	206	148	94	1 362	499	294	306	263	
Norte	361	129	5	1	10	26	76	11	232	100	31	60	41	
Centro	341	104	0	2	12	15	52	23	237	109	59	31	38	
Lisboa	971	230	8	6	49	103	17	47	741	230	164	191	156	
Alentejo	153	76	2	3	14	47	2	8	77	30	26	10	11	
Algarve	47	11	0	0	3	6	0	2	36	16	5	6	9	
Açores e Madeira	58	19	2	1	3	9	1	3	39	14	9	8	8	
2011														
Portugal	1 896	531	14	14	95	163	175	70	1 365	526	267	325	247	
Norte	423	150	6	2	17	23	92	10	273	110	28	75	60	
Centro	279	81	0	2	13	19	41	6	198	98	50	25	25	
Lisboa	954	219	7	6	47	84	37	38	735	242	147	204	142	
Alentejo	127	64	1	4	14	29	5	11	63	31	21	6	5	
Algarve	65	13	0	0	4	7	0	2	52	21	12	12	7	
Açores e Madeira	48	4	0	0	0	1	0	3	44	24	9	3	8	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.6 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo por NUTS II

Unidade: N.º

NUTS II	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	38 225	37 435	32 811	30 298	30 530
Norte	12 764	12 417	10 562	9 431	9 941
Centro	12 392	12 342	10 513	9 744	9 671
Lisboa	6 086	5 883	5 233	5 036	5 105
Alentejo	3 930	3 800	3 521	3 231	3 152
Algarve	1 302	1 269	1 174	1 080	1 071
Açores	1 006	970	995	959	866
Madeira	745	754	813	817	724

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.7 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e a classe etária

2011

Unidade: N.º

NUTS II	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	< = 25 anos			26 - 50 anos			> = 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	30 530	25 313	5 217	5 468	3 571	1 897	21 017	17 883	3 134	4 045	3 859	186
Norte	9 941	8 221	1 720	1 982	1 247	735	6 503	5 560	943	1 456	1 414	42
Centro	9 671	8 050	1 621	1 807	1 224	583	6 599	5 618	981	1 265	1 208	57
Lisboa	5 105	4 244	861	816	524	292	3 618	3 093	525	671	627	44
Alentejo	3 152	2 529	623	576	375	201	2 183	1 788	395	393	366	27
Algarve	1 071	876	195	125	87	38	812	668	144	134	121	13
Açores	866	739	127	87	56	31	740	646	94	39	37	2
Madeira	724	654	70	75	58	17	562	510	52	87	86	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.8 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e o nível de instrução

2011

Unidade: N.º

2011

Unidade: N.

NUTS II	Nível de instrução												
	Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior		
	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	30 530	8 933	8 337	596	11 283	9 439	1 844	8 379	6 364	2 015	1 935	1 173	762
Norte	9 941	3 281	3 153	128	3 346	2 752	594	2 610	1 897	713	704	419	285
Centro	9 671	3 011	2 796	215	3 312	2 774	538	2 718	2 098	620	630	382	248
Lisboa	5 105	1 417	1 267	150	2 083	1 762	321	1 338	1 050	288	267	165	102
Alentejo	3 152	1 007	918	89	1 321	1 058	263	676	454	222	148	99	49
Algarve	1 071	216	202	14	492	415	77	296	219	77	67	40	27
Açores	866	1	1	0	471	430	41	314	271	43	80	37	43
Madeira	724	0	0	0	258	248	10	427	375	52	39	31	8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.9 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais e equipas, por região

Unidade: N.º

Ano	Pessoas ao serviço					
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
2007	1 020	370	565	20	45	20
2008	1 200	465	630	20	60	25
2009	1 225	465	640	20	75	25
2010	1 385	525	675	25	135	25
2011	1 405	530	680	25	135	35

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 11.10 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente, por NUTS I

Unidade: N.º

Ano	NUTS I			
	Portugal	Continente	Açores	Madeira
2007	930	901	19	10
2008	932	895	27	10
2009	968	932	27	9
2010	1 004	968	28	8
2011	997	962	27	8

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





Síntese económico financeira

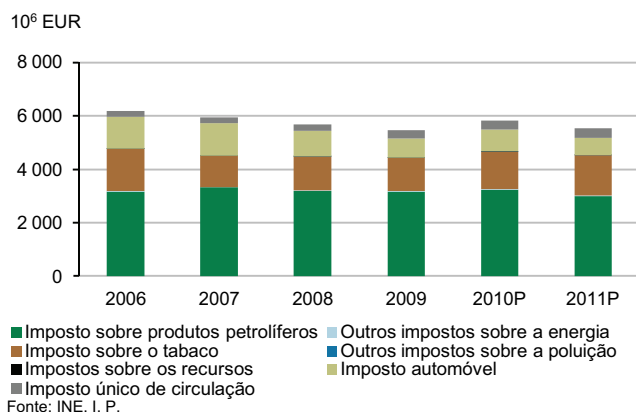
12 - SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA

- *“Para obter a redistribuição dos recursos económicos que permita atingir o desenvolvimento sustentável, todos os custos sociais e ambientais devem ser integrados nas atividades económicas, para que as externalidades ambientais sejam internalizadas. Isto significa que os custos ambientais e outros, relacionados com a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e suportados pelo país fornecedor, devem refletir-se nas atividades económicas. Os instrumentos económicos e fiscais devem encontrar-se entre as medidas utilizadas para atingir este objetivo.”* (conclusões do Conselho Europeu, no Conselho “Ambiente”, de 12 de Dezembro de 1991).
- O projeto “Impostos com relevância ambiental” identifica as receitas obtidas pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços (bases de imposto), que possam ter um impacto negativo no ambiente. Desta forma, consideram-se de relevância ambiental todos os impostos que recaiam sobre aquelas bases de imposto (definição de acordo com a publicação do Eurostat – Environmental taxes - A statistical guide, de 2001).
- A fonte de informação dos dados é o quadro 9 do programa de transmissão do SEC 95 – Regulamento (CE) nº 1392/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, que detalha as receitas de impostos e contribuições sociais por tipo de imposto ou contribuição social e subsetor recebedor.
- Para efeitos de análise, os impostos com relevância ambiental podem ser classificados em quatro categorias: Impostos sobre a energia, Impostos sobre o transporte, Impostos sobre a poluição e Impostos sobre os recursos.
- Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).
- Para permitir ter um quadro de referência, serão comparados os resultados de 2010 com informação similar a nível europeu, visto que é este o ano mais recente para o qual esta informação existe.
- Dada a importância dos apoios comunitários em matéria de ambiente, o INE publica pela primeira vez neste capítulo um conjunto de quadros com o resumo de eixos e operações financiadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2011) que foram enquadradas no âmbito de ações orientadas num sentido lato para a proteção do ambiente e que em grande medida incidem na gestão e controlo de poluição. A informação disponibilizada resultou de uma consulta e compilação específica aos apoios previstos e realizados no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e de cada um dos programas operacionais regionais relativos a cada uma das grandes regiões NUTSII de Portugal continental.



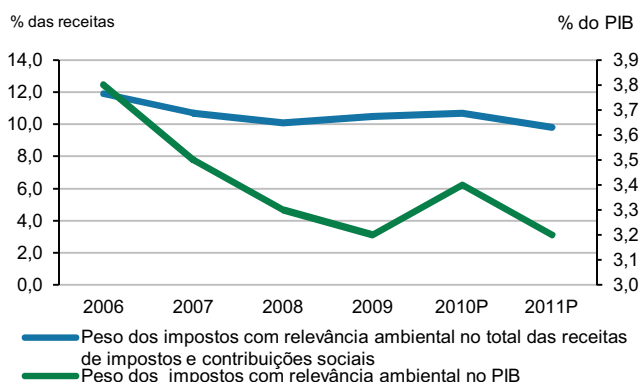
12.1 - IMPOSTOS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

Figura 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria



Em 2011, o valor dos [impostos com relevância ambiental](#) fixou-se nos 5,55 mil milhões de euros, o que corresponde a uma quebra de receita face a 2010, da ordem dos 265 milhões de euros. As oscilações evidenciadas no período 2007-2011 decorrem essencialmente de medidas políticas e de condições de mercado. De facto até 2009 registava-se uma tendência decrescente pelo facto de, em meados de 2007, ter entrado em vigor a reforma global da tributação automóvel, que provocou uma redução significativa das receitas com o imposto automóvel/imposto sobre veículos (ISV). Em 2010 e nomeadamente em consequência da conjugação do aumento das taxas relativas ao imposto sobre o tabaco e à colocação de tabaco para consumo ainda antes do aumento das taxas em 2011, registou-se um aumento da receita. Em 2011 a tendência volta a infltir-se em resultado da contração na venda de combustíveis e veículos.

Figura 12.2 - Total dos impostos com relevância ambiental



A análise à estrutura tributária dos impostos com relevância ambiental permite destacar os impostos sobre a energia, dos quais o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos é o principal, que em 2011 representavam cerca de 54,4% do total das receitas, cerca de 3,02 mil milhões de euros. Os impostos sobre a poluição atingiram quase 1/4 do total da receita tributária (27,3%), sendo quase exclusivamente provenientes do imposto sobre o tabaco. Os impostos arrecadados sobre os transportes (repartidos entre o imposto automóvel e o imposto único de circulação) rondavam os 1,00 mil milhões de euros, cerca de 18,1% da receita. Por fim, a receita dos impostos sobre os recursos (licenças de caça e pesca e a taxa de recursos hídricos - componentes E e O) não tem expressão no país (0,1%).

A receita tributária arrecadada por estes impostos representava, em 2011, 9,8% do total das receitas de impostos e contribuições sociais desse ano e 3,2% do PIB. De referir que, ao longo do período em análise, a sua contribuição, quer para as receitas de impostos e contribuições sociais, quer para o PIB, decresceu.

Ainda assim a comparação com outros países da União Europeia (UE) em 2010, o ano mais recente para o qual esta informação está disponível, revela que em Portugal o "Peso dos impostos com relevância ambiental" no total das receitas de impostos e contribuições sociais é muito superior à média europeia, ou seja 8,1% face a 6,2% e que a sua importância no PIB é também superior à registada pela UE.



Figura 12.3 - Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais, em alguns países da UE, em 2010

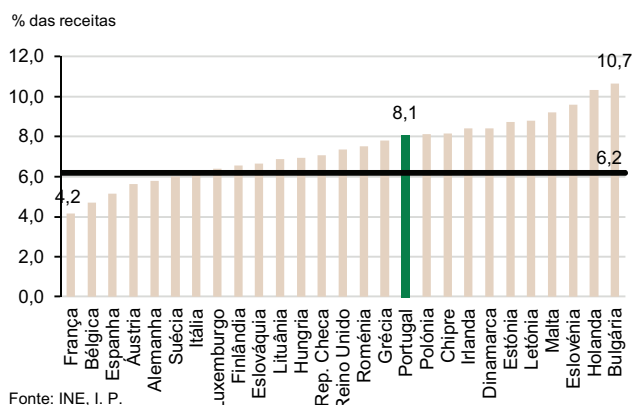
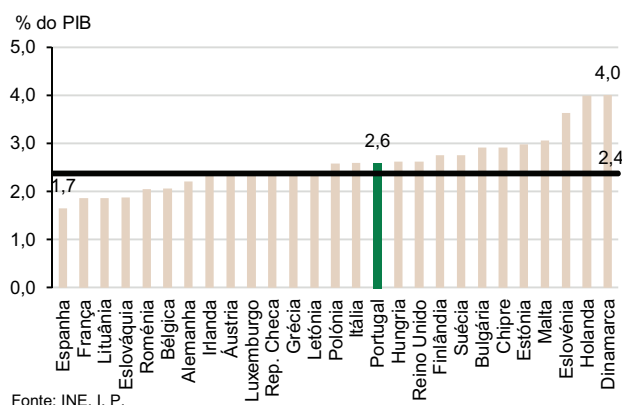


Figura 12.4 - Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB, em alguns países da UE, em 2010



Nota: O Eurostat, na divulgação dos dados relativos a este projeto, não considera o imposto sobre o tabaco como um imposto com relevância ambiental. De forma a permitir a comparação internacional, foi necessário subtrair ao total de Portugal a receita relativa a esse imposto.

Figura 12.5 - Estrutura dos impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias

NACE A10	2006	2007	2008	2009	2010
Unidade: %					
1 Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2
2 Indústria e Energia	4,1	4,8	4,6	4,8	4,8
3 Construção	4,9	5,3	5,1	5,0	4,8
4 Comércio; Reparação automóvel; Transportes e Armazenagem; Alojamento e Restauração	15,6	17,6	18,6	19,2	18,6
5 Informação e Comunicações	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
6 Atividades financeiras e de seguros	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
7 Atividades imobiliárias	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
8 Atividades profissionais, técnicas e científicas e Atividades de serviços administrativos	3,1	3,4	3,0	2,6	2,8
9 Administração pública e defesa; Segurança social;	2,4	2,7	2,8	3,2	3,0
10 Artes, Entretenimento, Reparação bens pessoais e Outros	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
F Famílias	67,1	63,2	63,0	62,3	62,8
O Outros (não residentes e não atribuído a um ramo)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,7

Fonte: INE, I. P.

Classificando a receita fiscal proveniente deste tipo de impostos pela atividade principal do contribuinte, verifica-se que, no período 2006-2010, foram as Famílias (enquanto consumidoras) as que mais contribuíram para o total das receitas arrecadadas, cerca de 62,8%. O ramo que reúne as atividades de comércio, reparação automóvel, transportes e armazenagem e alojamento e restauração contribuiu com quase 20% e as outras atividades da economia concorreram com o restante.



Figura 12.6 - Estrutura dos impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias e por categoria

2010	NACE A10	unidade: % para o total das atividades				unidade: % para o total em cada atividade			
		Energia	Poluição	Recursos	Transporte	Energia	Poluição	Recursos	Transporte
1	Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,0	//	13,7	0,6	89,0	//	1,3	9,7
2	Indústria e Energia	7,0	//	82,0	4,2	80,8	//	2,1	17,1
3	Construção	7,9	//	2,1	1,7	92,8	//	0,1	7,1
4	Comércio; Reparação automóvel; Transportes e Armazenagem; Alojamento e Restauração	28,7	//	1,1	12,8	86,4	//	0,0	13,6
5	Informação e Comunicações	0,4	//	//	0,4	76,8	//	//	23,2
6	Atividades financeiras e de seguros	0,4	//	//	0,3	78,0	//	//	22,0
7	Atividades imobiliárias	0,3	//	//	0,2	78,1	//	//	21,9
8	Atividades profissionais, técnicas e científicas e Atividades de serviços administrativos	2,2	//	0,8	8,1	42,9	//	0,0	57,1
9	Administração pública e defesa; Segurança social; Educação; Saúde e Atividades de apoio social	4,7	//	//	1,9	87,8	//	//	12,2
10	Artes, Entretenimento, Reparação bens pessoais e Outros serviços	0,7	0,01	//	0,5	78,3	0,3	//	21,4
	Total dos ramos de atividade	54,3	0,01	99,7	30,7	83,1	0,0	0,3	16,6
F	Famílias	44,4	99,99	0,3	69,3	39,8	38,4	0,0	21,8
O	Outros (não residentes e não atribuído a um ramo)	1,3	//	//	//	100,0	//	//	//

Fonte: INE, I. P.

Analisando a distribuição dos impostos com relevância ambiental por ramo de atividade e por categoria, constata-se que em 2010 as Famílias contribuíram quase exclusivamente para a receita cobrada sobre os impostos sobre a poluição (99,9%), justificado pelo facto desta categoria incluir o imposto sobre o tabaco. A restante receita proveniente desta categoria diz respeito ao imposto sobre o ruído.

As Famílias têm também um contributo expressivo para o total das receitas arrecadadas com impostos sobre os transportes (69,3%) e sobre a energia (44,4%).

O ramo que reúne as atividades de comércio, reparação automóvel, transportes e armazenagem e alojamento e restauração apresenta igualmente um contributo importante para o total das receitas arrecadadas pelos impostos sobre a energia (28,7%) e sobre os transportes (12,8%).

Finalmente, verifica-se que, no setor produtivo, a maior parte dos impostos com relevância ambiental estão concentrados na categoria impostos sobre a energia (83,1%), enquanto nas Famílias existe uma distribuição mais equitativa pelas várias categorias (39,8% do valor pago são em impostos sobre a energia, 38,4% em impostos sobre a poluição e 21,8% em impostos sobre os transportes).

Figura 12.7 - Taxas com relevância ambiental, entre 2006 e 2010

Designação	Unidade: 10 ⁶ EUR				
	2006	2007	2008	2009	2010
Taxas sobre a poluição	617,2	687,3	729,9	750,1	668,8
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	415,2	426,2	483,9	501,2	402,9
Taxas de salubridade e saneamento	119,6	148,2	130,2	134,6	136,2
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,4	65,8	64,3	59,6	68,9
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,6	5,7	5,6	5,0	5,2
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,7	9,1	10,5	10,0	10,4
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos elétricos e	10,9	22,5	22,5	21,1	22,6
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,5	2,5	1,4	1,6	1,9
Taxa de gestão de resíduos	//	3,1	6,6	11,9	15,7
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração	2,3	2,2	2,7	2,9	2,6
Taxas sobre os recursos	0,1	//	//	8,1	7,2
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,1	7,2
Taxa de exploração de termas	0,1	//	//	//	//
Total das taxas com relevância ambiental	617,3	687,3	729,9	758,1	676,0

Nota: Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Unico de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

Fonte: INE, I. P.



12.1.1 - Taxas com relevância ambiental

Em 2010, as [taxas com relevância ambiental](#) atingiram 676 milhões de euros (0,4% do PIB), registando um decréscimo de 10,2% face a 2009, explicado pela menor cobrança das taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos efetuada.

Entre 2006 e 2010, as taxas com relevância ambiental cresceram a um ritmo anual de 3,1%, tendo passado de 617 milhões de euros para 676 milhões de euros.

Não obstante o número crescente deste tipo de taxas, em termos de receita, são as que incidem sobre a salubridade, o saneamento e sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos que têm um maior peso relativo, representando, em 2010, cerca de 20,1% e 59,6%, respetivamente, do total de receita arrecadada com estas taxas.

Em termos de categorias, regista-se que a esmagadora maioria da receita provém de taxas sobre a poluição (98,9% em 2010), situação que se explica pelo facto destas taxas servirem para financiar vários sistemas de gestão e mitigação da poluição provocada pelos resíduos gerados pelo sistema económico-social.

Relativizando a importância destas taxas face ao PIB, verifica-se que o seu impacto ainda é reduzido. Em 2006, representavam 0,38% daquele agregado macroeconómico, passando para 0,39%, em 2010.

Adicionando o total da receita com taxas com relevância ambiental ao total da receita com impostos com relevância ambiental, verifica-se que, em 2010, no seu conjunto, esse montante representava 3,8% do PIB (em 2006, esse peso era de 4,2%).

12.2 - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN): PROGRAMA DE APOIOS FINANCEIROS

NO ÂMBITO DO AMBIENTE

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) no período 2007-2013 tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas entre as quais se destaca, na temática do ambiente, a agenda operacional para a valorização do território. Esta é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos programas operacionais regionais.

O POVT acolhe, como principais domínios de intervenção, o reforço da conectividade internacional, a melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, a proteção e valorização do ambiente, a qualificação dos sistemas urbanos e ainda a estruturação das redes de infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Os Programas Operacionais Regionais seguem uma linha de organização programática semelhante ao POVT, mas ajustada às especificidades de cada região (NUTS II).

A realização do POVT e da agenda subjacente desenvolve-se em forte articulação com os Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, maximizando as respetivas complementaridades de atuação e reforçando a atuação de cada um dos Programas Operacionais envolvidos.

Na sua génese o POVT encontrava-se estruturado em 10 eixos. Em 2011 e no âmbito da sua reprogramação, houve uma simplificação que permitiu englobar os diferentes domínios de intervenção em 6 eixos prioritários, destacando-se a seguir as áreas ou domínios que se associam a intervenções orientadas para a gestão ou proteção do Ambiente:

Eixo II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos



Este Eixo Prioritário integra todos os domínios de intervenção na área do ambiente e do desenvolvimento sustentável, com impacto ao nível da qualificação do território e das cidades, abrangendo intervenções no território do Continente. Os domínios de intervenção diretamente relacionados com a temática do ambiente são:

● Ciclo Urbano da Água

O abastecimento de água e a recolha, tratamento e rejeição de águas residuais são serviços básicos de grande importância para a qualidade de vida das populações. As externalidades positivas, em termos de coesão nacional, de saúde pública e de ambiente, os elevados custos a que dão origem e os benefícios em termos de cumprimento das Diretivas comunitárias, justificam este domínio.

Os objetivos específicos deste Domínio passam pelo compromisso de servir a população de Portugal Continental com sistemas públicos de abastecimento de água, com fiabilidade, quantidade e qualidade, e de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, promovendo os valores ambientais e a saúde pública no cumprimento integral do quadro legal nacional e comunitário aplicável.

● Proteção Costeira

Tendo em conta que existem atualmente importantes trechos costeiros que apresentam problemas graves de transgressões marinhas com impacto crescente na vulnerabilidade de centros urbanos costeiros e zonas ocupadas por atividades humanas, a que acrescem as preocupações decorrentes das eventuais alterações climáticas, os objetivos deste domínio têm em conta:

- Assegurar a proteção do território para acolher de forma sustentável as atividades produtivas e o garante da diversidade da paisagem e dos recursos naturais;
- Assegurar a sustentabilidade e a manutenção equilibrada da linha de costa, a médio e longo prazo;
- Integrar no planeamento territorial as questões do risco associadas às dinâmicas da zona costeira, a médio e longo prazo;
- Identificar as áreas de risco para salvaguarda de pessoas e bens;
- Planear a defesa sustentável das zonas de risco minimizando os conflitos decorrentes do avanço das águas;
- Aumentar o grau de proteção contra o risco;
- Prevenir os riscos associados às alterações climáticas;
- Melhorar os conhecimentos de e sobre acidentes naturais e tecnológicos.

● Recuperação de Passivos Ambientais

Este domínio justifica-se pelo facto de em Portugal existirem situações de passivo ambiental - degradação e contaminação de solos, entre outros, em consequência da atividade extrativa, industrial ou urbana do passado, que necessitam de ser resolvidas. As ações com vista a requalificar estas áreas têm de ser enquadradas em operações integradas que resolvam os problemas ambientais, mas que, simultaneamente, garantam a manutenção da qualidade ambiental no futuro. O objetivo deste domínio consiste na reabilitação de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa e de sítios e solos contaminados prioritários, onde não seja viável a aplicação do princípio do poluidor pagador e a vulnerabilidade do solo, aquíferos, ecossistemas e saúde humana estejam em risco.

● Prevenção e Gestão de Riscos

A inclusão da proteção civil como área de intervenção no contexto do QREN e do PO Valorização do Território, visa contribuir para superar os constrangimentos estruturais de âmbito territorial, no que respeita à prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos. De facto nos últimos anos o território português tem registado um número significativo de áreas florestais ardidas. Os incêndios florestais constituem atualmente o maior risco das florestas portuguesas, de que têm resultado significativos prejuízos de nível ambiental, económico e social. Por outro lado, são também relevantes em termos de riscos e ameaças para o território, os que decorrem de fenómenos naturais extremos, como as secas, inundações, etc., que potenciam especiais efeitos negativos, que originam situações críticas com resultados devastadores na segurança de pessoas e bens e na qualidade de vida das populações e no próprio equilíbrio ecológico.



O País apresenta ainda fragilidades face a outros riscos naturais e tecnológicos, com destaque para os que decorrem da atividade sísmica, com incidência em diferentes zonas do território nacional.

● Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (Fundo de Coesão)

Trata-se de um projeto integrado de reconhecido interesse nacional no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável. As intervenções previstas neste domínio visam a construção de infraestruturas do sistema primário de abastecimento de água que permitam a captação, a adução, a elevação e a reserva até aos pontos de entrega, contribuindo desta forma para:

- Alcançar níveis de qualidade das águas superficiais que não impliquem efeitos nem riscos significativos para a saúde humana e o ambiente;
- Assegurar que as taxas de extração dos recursos hídricos sejam sustentáveis a longo prazo
- Garantir um nível elevado de proteção das águas superficiais, prevenindo a poluição e fomentando o uso sustentável da água;
- Assegurar uma gestão coerente e sustentável deste recurso.

● Valorização de Resíduos Sólidos

Este domínio visa a qualificação das infraestruturas de gestão de Resíduos Urbanos e a otimização da sua gestão numa perspetiva do uso sustentável dos recursos naturais e da redução dos custos públicos de intervenção neste sector, através do aumento da sua competitividade. O objetivo final passa por desviar a matéria orgânica de aterro e incrementar os processos da valorização multimaterial.

Eixo III – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores

Neste eixo, um dos objetivos passa por aumentar os níveis de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável. As principais medidas dizem respeito à melhoria da qualidade das águas superficiais, através da redução do estado eutrófico das lagoas, redução das emissões de CO₂ através da aposta nas energias renováveis e no domínio dos resíduos urbanos, a implementação de um sistema sustentável de tratamento e valorização de resíduos no arquipélago, através de infraestruturas tecnológicas que assegurem a qualidade do serviço, a proteção ambiental, promovendo a eco eficiência e a valorização energética.

Eixo IV – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira

Neste eixo, os objetivos específicos diretamente relacionados com a temática ambiental têm em conta: o âmbito dos Resíduos Sólidos, a intervenção será constituída por um conjunto de projetos no âmbito da estratégia regional para o ambiente. O domínio da gestão dos resíduos estão previstos investimentos relativos à construção da 3.^a linha de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos com produção de energia elétrica, construção de unidade de tratamento de escórias ferrosas produzidas nos processos de incineração, construção de um centro de processamento de resíduos industriais e construção dos sistemas de confinamento necessários e adequados à deposição dos resíduos não passíveis de tratamento por incineração e/ou compostagem. No domínio do Saneamento Básico, e tendo em conta o Plano Regional da Política de Ambiente, prevêem-se investimentos ao nível da construção e instalação de coletores principais e/ou Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), com sistemas de tratamento do tipo secundário e desinfecção final do efluente, da instalação de redes de distribuição de águas residuais tratadas, assim como de intercetores principais com ligações às ETAR dos diversos concelhos da RAM. No domínio da Prevenção e Gestão de Riscos, prevêem-se intervenções que visam a correção torrencial das principais ribeiras do Funchal, a regularização da ribeira da Ribeira Brava e regularização da Ribeira de S. Vicente e Ribeira Grande.

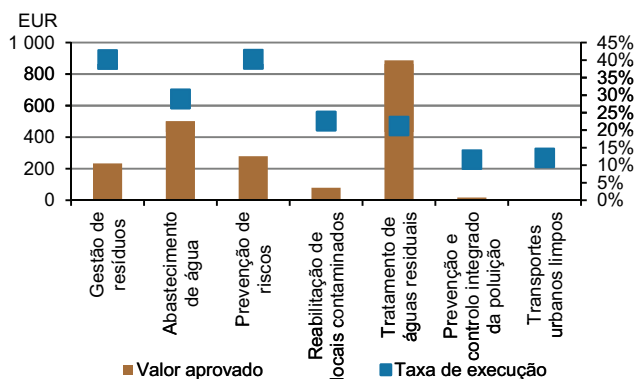
Com a reprogramação do POVT em 2011, o financiamento comunitário global ascende a 4 342 milhões de euros (Fundo de Coesão: 3 059 milhões de euros e FEDER: 1 282 milhões de euros).

Ao financiamento comunitário corresponde, nos termos da programação aprovada, o montante de financiamento nacional de 766 milhões de euros o que determina uma dotação total de 5 108 milhões de euros e uma taxa de cofinanciamento de 85%.

No final de 2011, estavam aprovados 1 999 milhões de euros para financiar operações no âmbito do ambiente (energia, proteção do ambiente e prevenção de riscos), com uma taxa de execução de 28%, cerca de 560 milhões de euros.

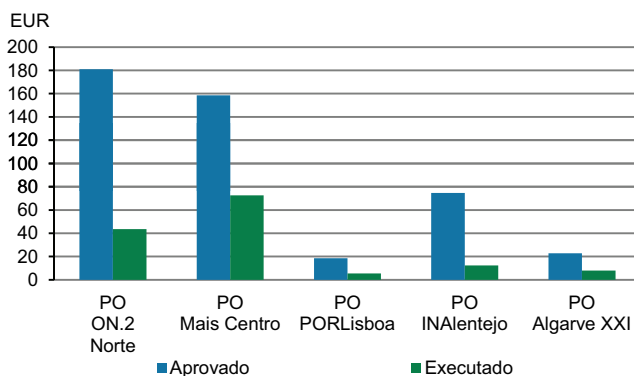


Figura 12.8 - POVT - Montantes aprovados e taxa de execução de operações no âmbito do tema proteção do ambiente e prevenção de riscos (2007-2011)



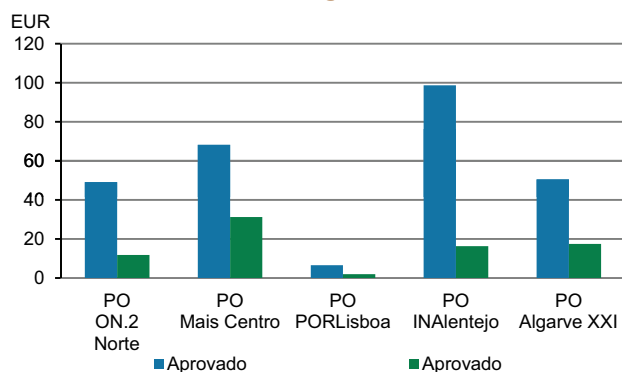
Fonte: INE, I. P.

Figura 12.9 - Valores aprovados e executados por PO regional



Fonte: INE, I. P.

Figura 12.10 - Valores aprovados e executados por PO regional



Fonte: INE, I. P.

De referir que todos os eixos apresentam taxas de execução abaixo dos 50%. As operações no âmbito de ações de “gestão de resíduos domésticos e industriais” e “prevenção de riscos” são aquelas que apresentam taxas de execução mais elevadas, respetivamente 47% e 40% dos montantes de 201 e 279 milhões de euros aprovados.

Em termos de custo total elegível, a maior verba está alocada ao tratamento de águas residuais, cerca de 888 milhões de euros, o que corresponde a 44% da verba do POVT aprovada até 2011. A importância da verba associada está diretamente ligada ao objetivo subjacente ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) de atingir no final de 2013 um nível de “90% da população servida com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população.

Tendo em conta o elevado custo das infraestruturas envolvidas e o facto de no ponto de partida (2006) o nível de atendimento em drenagem e tratamento de águas residuais se situar respetivamente em 76% e 80% (dados PEAASAR II, a meta a atingir corresponde a garantir que em 6 anos, o nível de atendimento abrange mais 1 milhão de habitantes. De referir, contudo, que a taxa de execução está abaixo dos 22%.

As operações no âmbito do ambiente para o conjunto dos cinco programas Operacionais Regionais respeitantes às regiões NUTS II no Continente, somam um total de 455 milhões de euros.

Destacam-se os Programas Operacionais das regiões Norte e Centro como os que aprovaram os valores absolutos mais elevados, respetivamente 180 e 158 milhões de euros para operações no âmbito da energia e proteção do ambiente e prevenção de riscos.

Todavia, avaliando os montantes aprovados *per capita*, destaca-se o Alentejo como a região do país em que as operações no âmbito do ambiente absorvem perto de 100 euros por habitante. Segue-se a região do Centro, com perto de 68 euros por habitante.

No âmbito do POVT as contrapartidas públicas nacionais no total dos custos elegíveis aprovados no período (fundos europeus, despesa pública nacional e setor privado), atingiu os 540 milhões

de euros, o que corresponde a cerca de 27% do total do montante aprovado.

Por sua vez, no contexto das contrapartidas públicas nacionais a maior parte das contrapartidas, 70% do total de 540 milhões, é gerada pela participação das empresas públicas envolvidas nas operações associadas a abastecimento de água, tratamento de águas residuais e gestão de resíduos, situação esta que decorre das transformações na organização do setor nos últimos anos (entidades gestoras em alta constituídas por empresas de capitais públicos, transformação de serviços municipalizados em empresas municipais, etc.).



12.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2006					2007				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	67,34	63,34	3,92	//	0,08	69,28	62,64	6,52	//	0,12
B	66,84	65,69	1,15	//	//	81,50	80,47	1,02	//	//
CA	35,62	29,50	6,12	//	//	39,13	30,09	9,05	//	//
CB	20,40	17,04	3,36	//	//	20,00	16,77	3,23	//	//
CC	20,21	17,35	2,86	//	//	20,46	17,46	3,00	//	//
CD	0,16	0,16	0,00	//	//	0,16	0,16	0,00	//	//
CE	5,17	3,96	1,21	//	//	5,57	4,37	1,20	//	//
CF	2,59	1,94	0,65	//	//	2,48	1,98	0,50	//	//
CG	25,83	22,30	3,53	//	//	26,53	22,89	3,64	//	//
CH	25,93	21,33	4,61	//	//	28,93	24,29	4,64	//	//
CI	2,48	1,97	0,52	//	//	2,40	1,93	0,48	//	//
CJ	2,58	1,88	0,70	//	//	2,69	1,93	0,76	//	//
CK	5,85	4,61	1,24	//	//	6,33	5,35	0,98	//	//
CL	4,90	2,13	2,77	//	//	5,14	2,31	2,83	//	//
CM	11,25	9,13	2,12	//	//	12,13	9,72	2,42	//	//
D	3,43	2,34	1,10	//	//	3,12	2,58	0,54	//	//
E	22,33	16,99	5,34	//	//	25,91	18,70	7,21	//	//
F	305,38	281,15	24,24	//	//	313,22	285,84	27,38	//	//
G	359,99	323,64	36,34	//	//	375,75	339,87	35,88	//	//
H	591,47	507,97	83,51	//	//	660,94	563,71	97,23	//	//
I	15,06	8,48	6,58	//	//	14,87	8,45	6,42	//	//
JA	5,35	3,94	1,41	//	//	5,22	4,26	0,96	//	//
JB	6,41	4,51	1,89	//	//	5,48	4,59	0,88	//	//
JC	6,59	5,14	1,45	//	//	6,33	5,04	1,29	//	//
K	18,31	12,30	6,01	//	//	15,43	13,16	2,27	//	//
L	16,29	9,97	6,32	//	//	15,30	10,06	5,24	//	//
MA	26,82	17,43	9,39	//	//	24,35	18,08	6,28	//	//
MB	3,06	1,77	1,29	//	//	3,10	1,98	1,12	//	//
MC	14,93	12,75	2,18	//	//	14,82	13,06	1,76	//	//
N	147,90	33,03	114,87	//	//	159,24	35,77	123,47	//	//
O	45,91	44,34	1,57	//	//	52,87	51,10	1,78	//	//
P	17,52	11,77	5,75	//	//	17,52	11,56	5,96	//	//
QA	38,90	29,83	9,07	//	//	40,91	29,14	11,78	//	//
QB	48,59	45,07	3,52	//	//	50,80	49,54	1,26	//	//
R	9,22	7,09	2,13	//	//	11,53	7,91	3,63	//	//
S	19,03	13,89	4,98	0,15	//	15,73	13,72	1,90	0,11	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 019,65	1 655,73	363,68	0,15	0,08	2 155,15	1 770,44	384,48	0,11	0,12
Famílias	4 138,28	1 506,08	1 052,49	1 578,87	0,84	3 768,69	1 541,24	1 061,22	1 165,43	0,80
Outros empregos	21,54	21,54	//	//	//	22,21	22,21	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	6 179,46	3 183,35	1 416,17	1 579,03	0,92	5 946,05	3 333,89	1 445,70	1 165,55	0,92

(continua)



Quadro 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2008					2009				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	70,75	64,68	5,29	//	0,78	66,45	61,44	4,89	//	0,12
B	74,72	73,52	1,20	//	//	67,63	66,93	0,70	//	//
CA	36,98	29,24	7,74	//	//	38,40	30,40	8,00	//	//
CB	17,34	15,05	2,29	//	//	16,62	14,05	2,58	//	//
CC	18,81	16,27	2,54	//	//	17,99	15,55	2,44	//	//
CD	0,15	0,15	//	//	//	0,14	0,14	//	//	//
CE	5,81	4,66	1,15	//	//	6,16	4,72	1,44	//	0,01
CF	2,58	2,00	0,58	//	//	2,90	2,18	0,72	//	//
CG	24,76	21,94	2,82	//	//	23,37	20,42	2,95	//	//
CH	27,82	23,96	3,87	//	//	25,57	22,27	3,04	//	0,26
CI	2,33	1,88	0,45	//	//	1,90	1,37	0,53	//	//
CJ	3,57	2,54	1,03	//	//	3,75	3,05	0,70	//	//
CK	6,23	5,17	1,06	//	//	5,77	4,69	1,08	//	//
CL	5,16	2,33	2,83	//	//	5,59	2,07	3,53	//	//
CM	11,44	9,72	1,72	//	//	11,65	9,87	1,78	//	0,00
D	3,14	2,50	0,65	//	//	3,99	2,66	1,23	//	0,10
E	23,06	18,67	4,38	//	//	31,52	20,49	4,84	//	6,18
F	290,21	271,35	18,86	//	//	270,99	257,37	13,58	//	0,03
G	366,24	335,11	31,14	//	//	356,14	327,33	28,72	//	0,09
H	674,46	573,27	101,19	//	//	680,54	574,98	105,56	//	//
I	14,66	8,88	5,78	//	//	16,34	10,41	5,93	//	//
JA	5,32	4,33	0,99	//	//	5,26	4,35	0,91	//	//
JB	5,09	4,52	0,57	//	//	5,55	4,65	0,90	//	//
JC	6,02	4,84	1,18	//	//	5,77	4,67	1,10	//	//
K	16,65	13,63	3,01	//	//	15,69	12,70	2,99	//	//
L	12,12	8,98	3,15	//	//	10,89	9,21	1,68	//	//
MA	23,63	17,56	6,07	//	//	22,71	17,65	5,01	//	0,05
MB	2,98	1,98	0,99	//	//	3,27	2,20	1,07	//	//
MC	14,14	12,59	1,55	//	//	13,39	11,86	1,53	//	//
N	130,85	35,89	94,96	//	//	102,45	37,88	64,53	//	0,04
O	52,66	47,18	5,49	//	//	61,54	59,92	1,62	//	//
P	16,09	11,35	4,74	//	//	19,04	13,20	5,85	//	//
QA	38,44	29,99	8,44	//	//	40,97	34,17	6,80	//	//
QB	52,21	50,33	1,89	//	//	53,68	51,93	1,75	//	//
R	10,77	7,81	2,96	//	//	10,86	7,97	2,89	//	//
S	15,85	13,98	1,77	0,10	//	16,76	15,09	1,52	0,15	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 083,02	1 747,82	334,33	0,10	0,78	2 041,24	1 739,85	294,36	0,15	6,87
Famílias	3 578,77	1 434,99	860,69	1 281,34	1,75	3 405,87	1 432,31	741,03	1 232,50	0,03
Outros empregos	20,43	20,43	//	//	//	23,20	23,20	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 682,22	3 203,24	1 195,02	1 281,44	2,53	5 470,31	3 195,36	1 035,40	1 232,66	6,91

(continua)



Quadro 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2010				
	Total	Energia	Transporte	Poliuição	Recursos
A	72.10	64.16	6.98	//	0.97
B	72.64	71.66	0.98	//	//
CA	41.28	30.63	10.65	//	//
CB	17.85	14.39	3.46	//	//
CC	18.99	15.75	3.25	//	//
CD	0.15	0.15	0.00	//	//
CE	7.28	5.36	1.92	//	//
CF	3.17	2.25	0.92	//	//
CG	24.83	20.88	3.95	//	//
CH	27.41	22.70	4.34	//	0.37
CI	2.10	1.41	0.69	//	//
CJ	3.89	2.96	0.94	//	//
CK	6.11	4.65	1.46	//	//
CL	6.72	2.20	4.52	//	//
CM	12.43	9.86	2.57	//	//
D	4.04	2.32	1.65	//	0.07
E	32.24	20.14	6.73	//	5.37
F	276.40	256.63	19.62	//	0.15
G	362.46	321.73	40.66	//	0.08
H	702.65	604.29	98.36	//	//
I	16.27	8.28	7.99	//	//
JA	5.42	4.18	1.24	//	//
JB	5.74	4.55	1.20	//	//
JC	6.21	4.62	1.59	//	//
K	16.88	13.16	3.72	//	//
L	11.42	8.92	2.50	//	//
MA	25.43	17.89	7.49	//	0.04
MB	3.60	2.24	1.36	//	//
MC	13.86	11.49	2.37	//	//
N	121.12	38.68	82.41	//	0.02
O	58.49	56.12	2.37	//	//
P	20.93	13.49	7.44	//	//
QA	43.08	34.25	8.84	//	//
QB	53.62	50.70	2.92	//	//
R	11.56	7.75	3.81	//	//
S	16.64	14.33	2.22	0.08	//
T	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 125.02	1 764.75	353.12	0.08	7.06
Famílias	3 646.73	1 450.13	796.02	1 400.55	0.02
Outros empregos	40,70	40,70	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 812,44	3 255,58	1 149,14	1 400,63	7,09

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Notas:

A	Agricultura, floresta e pesca
B	Indústrias extrativas
CA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
CB	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
CC	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
CD	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
CE	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
CF	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
CG	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
CH	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
CI	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
CJ	Fabricação de equipamento elétrico
CK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
CL	Fabricação de material de transporte
CM	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
D	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Atividades de alojamento e restauração
JA	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão
JB	Telecomunicações
JC	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação
K	Atividades financeiras e de seguros
L	Atividades imobiliárias
MA	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas
MB	Investigação científica e desenvolvimento
MC	Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
P	Educação
QA	Atividades de saúde humana
QB	Atividades de apoio social
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas
S	Outras atividades de serviços
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por imposto

Unidade: 10⁶ EUR

Imposto	2007	2008	2009	2010 (Po)	2011 (Po)
Total dos impostos com relevância ambiental	5946,053	5682,22	5470,311	5812,444	5546,945
Energia	3 333,89	3 203,24	3 195,36	3 255,58	3 018,86
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	3 325,17	3 188,86	3 176,84	3 239,57	3 002,34
Taxa de exploração sobre as instalações elétricas	8,72	10,47	13,59	11,95	14,27
Taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência energética	//	3,91	4,92	4,06	2,26
Poluição	1 165,55	1 281,44	1 232,66	1 400,63	1 516,54
Imposto sobre o tabaco	1 165,39	1 281,30	1 232,45	1 400,52	1 516,17
Imposto sobre o ruído	0,16	0,14	0,21	0,11	0,38
Recursos	0,92	2,53	6,91	7,09	6,47
Taxa de licenciamento anual para o exercício da pesca e utilização das artes	0,12	0,78	0,12	0,97	0,02
Licenças de caça	0,80	1,75	0,03	0,02	0,31
Taxa de recursos hídricos (componentes E e O)	//	//	6,76	6,09	6,14
Transporte	1 445,70	1 195,02	1 035,40	1 149,14	1 005,07
Imposto automóvel / Imposto sobre veículos (IA / ISV)	1 220,66	945,62	714,35	831,83	643,72
Imposto municipal sobre veículos (IMV)	133,61	//	//	//	//
Imposto de circulação (ICi)	65,93	//	//	//	//
Imposto de camionagem (ICa)	19,06	//	//	//	//
Imposto único de circulação (IUC)	6,43	249,40	321,05	317,32	361,36
Outros impostos sobre os transportes	//	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.3 - Taxas com relevância ambiental, por categoria e por taxa

Unidade: 10⁶ euros

Taxas	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total	617,33	687,30	729,89	758,13	676,04
Poluição	617,24	687,30	729,89	750,07	668,85
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	415,21	426,18	483,86	501,21	402,95
Taxas de salubridade e saneamento	119,60	148,24	130,22	134,65	136,21
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,38	65,83	64,25	59,63	68,90
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,83	1,86	1,94	1,85	2,04
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,59	5,68	5,63	5,00	5,16
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,67	9,12	10,54	9,97	10,37
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,25	0,25	0,25	0,25	0,27
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos eléctricos e electrónicos	10,93	22,46	22,52	21,13	22,65
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,46	2,46	1,41	1,59	1,93
Taxa de gestão de resíduos	//	3,06	6,59	11,94	15,73
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração	2,32	2,17	2,67	2,86	2,65
Recursos	0,09	//	//	8,06	7,20
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,06	7,20
Taxa de exploração de termas	0,09	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 12.4 - QREN - Operações aprovadas no Programa Operacional (PO) de Valorização do Território, no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública								Unidade: 10² EUR	Setor privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional							
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Adminis- tração Regional	Empresas Públicas	Outra		
TOTAL											
Aprovado	1 999 829	1 975 315	1 435 069	540 246	43 181	98 603	8 590	373 503	16 369	24 514	
Executado	559 655	553 394	407 444	145 950	17 136	22 126	312	100 107	6 269	6 261	
Executado / Aprovado	28,0%	28,0%	28,4%	27,0%	39,7%	22,4%	3,6%	26,8%	38,3%	25,5%	
Eixo 12 - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos (FC)											
Protecção do ambiente e prevenção de riscos											
Gestão dos resíduos domésticos e industriais											
Aprovado	201 662	201 662	141 164	60 499	0	0	0	50 721	9 778	0	
Executado	93 981	93 981	65 787	28 194	0	0	0	23 241	4 954	0	
Executado/Aprovado	46,6%	46,6%	46,6%	46,6%	0,0%	0,0%	0,0%	45,8%	50,7%	0,0%	
Gestão e distribuição de água potável											
Aprovado	368 927	368 927	267 004	101 923	0	21 811	0	80 111	0	0	
Executado	91 045	91 045	65 048	25 998	0	514	0	25 484	0	0	
Executado/Aprovado	24,7%	24,7%	24,4%	25,5%	0,0%	2,4%	0,0%	31,8%	0,0%	0,0%	
Prevenção de riscos											
Aprovado	278 787	266 306	202 940	63 367	40 581	15 460	0	4 626	2 699	12 481	
Executado	112 324	107 874	83 080	24 793	16 527	6 033	0	1 605	629	4 450	
Executado / Aprovado	40,3%	40,5%	40,9%	39,1%	40,7%	39,0%	0,0%	34,7%	23,3%	35,7%	
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados											
Aprovado	79 089	79 011	55 362	23 649	2 600	0	0	17 157	3 892	77	
Executado	17 889	17 889	12 523	5 367	610	0	0	4 071	686	0	
Executado/Aprovado	22,6%	22,6%	22,6%	22,7%	23,5%	0,0%	0,0%	23,7%	17,6%	0,0%	
Tratamento de águas residuais											
Aprovado	888 116	876 161	634 275	241 886	0	60 584	0	181 302	0	11 956	
Executado	188 268	186 456	141 390	45 066	0	15 540	0	29 526	0	1 811	
Executado/Aprovado	21,2%	21,3%	22,3%	18,6%	0,0%	25,7%	0,0%	16,3%	0,0%	15,2%	
Eixo 13 - Redes e Equipamentos na Região Autónoma dos Açores (FC)											
Protecção do ambiente e prevenção de riscos											
Gestão dos resíduos domésticos e industriais											
Aprovado	23 798	23 798	20 228	3 570	0	0	3 570	0	0	0	
Executado	62	62	53	9	0	0	9	0	0	0	
Executado/Aprovado	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	
Prevenção e controlo integrados da poluição											
Aprovado	16 548	16 548	14 066	2 482	0	0	2 482	0	0	0	
Executado	2 019	2 019	1 716	303	0	0	303	0	0	0	
Executado/Aprovado	12,2%	12,2%	12,2%	12,2%	0,0%	0,0%	12,2%	0,0%	0,0%	0,0%	
Eixo 14 - Redes e Equipamentos na Região Autónoma da Madeira (FC)											
Protecção do ambiente e prevenção de riscos											
Gestão dos resíduos domésticos e industriais											
Aprovado	8 460	8 460	5 922	2 538	0	0	2 538	0	0	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Eixo 15 - Infra-estruturas e Equipamentos para a Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano (FEDER)											
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia											
Aprovado	632	632	442	189	0	189	0	0	0	0	
Executado	7	7	5	2	0	2	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Protecção do ambiente e prevenção de riscos											
Gestão e distribuição de água (potável)											
Aprovado	131 948	131 948	92 364	39 585	0	0	0	39 585	0	0	
Executado	53 936	53 936	37 755	16 181	0	0	0	16 181	0	0	
Executado/Aprovado	40,9%	40,9%	40,9%	40,9%	0,0%	0,0%	0,0%	40,9%	0,0%	0,0%	
Prevenção e controlo integrados da poluição											
Aprovado	844	844	591	253	0	253	0	0	0	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado / Aprovado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Promoção de transportes urbanos limpos											
Aprovado	1 018	1 018	713	305	0	305	0	0	0	0	
Executado	123	123	86	37	0	37	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	12,1%	12,1%	12,1%	12,1%	0,0%	12,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.5 - QREN - Operações aprovadas no PO ON.2 - Mais Norte (região Norte), no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Setor privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional					
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra	
Unidade: 10² EUR									
TOTAL									
Aprovado	180 916	178 026	134 739	43 287	584	25 638	4 426	12 638	2 891
Executado	43 567	42 182	33 175	9 007	202	5 634	2 154	1 016	1 385
Executado/Aprovado	24%	24%	25%	21%	35%	22%	49%	8%	48%
Eixo 07 - Competitividade, Inovação e Conhecimento									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	28 332	25 441	20 294	5 147	0	4 471	0	677	2 891
Executado	2 806	1 421	1 381	40	0	13	0	27	1 385
Executado / Aprovado	10%	6%	7%	1%	0%	0%	0%	4%	48%
Energia - Energias renováveis: solar									
Aprovado	72	72	50	21	0	0	0	21	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Energia - Gás natural									
Aprovado	10 114	10 114	4 046	6 068	0	0	0	6 068	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	978	978	783	196	0	196	0	0	0
Executado	877	877	702	175	0	175	0	0	0
Executado/Aprovado	90%	90%	90%	90%	0%	90%	0%	0%	0%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado	278	278	223	56	0	56	0	0	0
Executado	274	274	219	55	0	55	0	0	0
Executado/Aprovado	99%	99%	99%	99%	0%	99%	0%	0%	0%
Eixo 08 - Valorização Económica de Recursos Específicos									
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado	988	988	790	198	0	0	198	0	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado	4 229	4 229	3 384	846	0	846	0	0	0
Executado	134	134	107	27	0	27	0	0	0
Executado/Aprovado	3%	3%	3%	3%	0%	3%	0%	0%	0%
Eixo 09 - Valorização do Espaço Regional									
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado	2 827	2 827	1 757	1 071	0	107	723	240	0
Executado	819	819	504	314	0	39	47	229	0
Executado/Aprovado	29%	29%	29%	29%	0%	36%	6%	95%	0%
Gestão e distribuição de água potável									
Aprovado	166	166	134	31	0	31	0	0	0
Executado	131	131	106	24	0	24	0	0	0
Executado/Aprovado	79%	79%	79%	78%	0%	78%	0%	0%	0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	8 073	8 073	6 355	1 718	43	1 301	86	288	0
Executado	3 025	3 025	2 391	634	42	411	84	96	0
Executado/Aprovado	37%	37%	38%	37%	98%	32%	98%	33%	0%
Prevenção de riscos									
Aprovado	15 374	15 374	10 993	4 381	0	313	0	4 069	0
Executado	670	670	471	199	0	2	0	196	0
Executado/Aprovado	4%	4%	4%	5%	0%	1%	0%	5%	0%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)									
Aprovado	26 800	26 800	21 113	5 687	439	4 589	467	192	0
Executado	7 048	7 048	5 748	1 300	79	1 096	47	78	0
Executado/Aprovado	26%	26%	27%	23%	18%	24%	10%	40%	0%
Qualidade do ar									
Aprovado	1 526	1 526	1 178	348	102	52	57	137	0
Executado	1 150	1 150	890	260	81	17	34	129	0
Executado/Aprovado	75%	75%	76%	75%	79%	33%	59%	94%	0%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado	4 081	4 081	3 170	911	0	715	196	0	0
Executado	410	410	246	164	0	0	164	0	0
Executado/Aprovado	10%	10%	8%	18%	0%	0%	84%	0%	0%

(continua)



**Quadro 12.5 - QREN - Operações aprovadas no PO ON.2 - Mais Norte (região Norte),
no âmbito do Ambiente (2007-2011) (cont.)**

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Setor privado	
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional						
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra		
Unidade: 10³ EUR										
Eixo 10 - Coesão Local e Urbana										
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia										
Aprovado	5 695	5 695	4 556	1 138	0	988	0	150	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Energia - Gás natural										
Aprovado	500	500	400	100	0	0	0	100	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Protecção do ambiente e prevenção de riscos										
Gestão dos resíduos domésticos e industriais										
Aprovado	55	55	44	11	0	11	0	0	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Gestão e distribuição de água (potável)										
Aprovado	26 483	26 483	20 061	6 422	0	3 934	1 792	696	0	
Executado	7 949	7 949	5 815	2 135	0	636	1 236	262	0	
Executado/Aprovado	30%	30%	29%	33%	0%	16%	69%	38%	0%	
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos										
Aprovado	3 326	3 326	2 608	718	0	718	0	0	0	
Executado	1 747	1 747	1 371	376	0	376	0	0	0	
Executado/Aprovado	53%	53%	53%	52%	0%	52%	0%	0%	0%	
Prevenção de riscos										
Aprovado	171	171	122	49	0	49	0	0	0	
Executado	13	13	11	2	0	2	0	0	0	
Executado/Aprovado	7%	7%	9%	4%	0%	4%	0%	0%	0%	
Prevenção e controlo integrados da poluição										
Aprovado	733	733	586	147	0	147	0	0	0	
Executado	686	686	549	137	0	137	0	0	0	
Executado/Aprovado	94%	94%	94%	94%	0%	94%	0%	0%	0%	
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)										
Aprovado	4	4	4	1	0	0	0	1	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Tratamento de água (águas residuais)										
Aprovado	40 112	40 112	32 089	8 022	0	7 115	908	0	0	
Executado	15 829	15 829	12 663	3 166	0	2 623	543	0	0	
Executado/Aprovado	39%	39%	39%	39%	0%	37%	60%	0%	0%	

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.6 - QREN - Operações aprovadas no PO Mais Centro (região Centro), no âmbito do Ambiente (2007 - 2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Setor privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional					
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra	
TOTAL									
Aprovado	158 582	145 573	114 834	30 740	4 826	14 614	5 008	6 291	13 009
Executado	72 626	66 788	53 368	13 421	1 896	7 087	1 609	2 829	5 838
Executado/Aprovado	46%	46%	46%	44%	39%	48%	32%	45%	45%
Eixo 07 - Competitividade, Inovação e Conhecimento									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	11 864	9 554	7 391	2 163	0	340	1 605	218	2 310
Executado	1 476	953	891	63	0	63	0	0	522
Executado/Aprovado	12%	10%	12%	3%	0%	18%	0%	0%	23%
Energia - Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
Aprovado	400	400	320	80	0	80	0	0	0
Executado	348	348	280	68	0	68	0	0	0
Executado/Aprovado	87%	87%	87%	85%	0%	85%	0%	0%	0%
Energia - Energias renováveis: solar									
Aprovado	332	332	266	66	0	66	0	0	0
Executado	326	326	261	65	0	65	0	0	0
Executado/Aprovado	98%	98%	98%	98%	0%	98%	0%	0%	0%
Energia - Gás natural									
Aprovado	3 325	1 330	1 330	0	0	0	0	0	1 995
Executado	2 040	816	816	0	0	0	0	0	1 224
Executado/Aprovado	61%	61%	61%	0%	0%	0%	0%	0%	61%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado	6 319	6 319	5 055	1 264	0	0	1 264	0	0
Executado	2 665	2 665	2 162	504	0	0	504	0	0
Executado/Aprovado	42%	42%	43%	40%	0%	0%	40%	0%	0%
Eixo 08 - Valorização do Espaço Regional									
Energia - Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
Aprovado	3 591	3 319	2 155	1 164	0	0	321	843	272
Executado	909	637	545	91	0	0	91	0	272
Executado/Aprovado	25%	19%	25%	8%	0%	0%	28%	0%	100%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado	17 872	12 319	10 938	1 381	0	262	85	1 033	5 553
Executado	12 721	8 901	7 806	1 095	0	125	70	900	3 819
Executado/Aprovado	71%	72%	71%	79%	0%	48%	82%	87%	69%
Gestão e distribuição de água (potável)									
Aprovado	13 521	13 521	10 480	3 041	0	2 323	0	718	0
Executado	7 965	7 965	6 229	1 736	0	1 363	0	373	0
Executado/Aprovado	59%	59%	59%	57%	0%	59%	0%	52%	0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	44 273	44 273	33 342	10 931	3 438	5 450	1 225	818	0
Executado	15 941	15 941	11 986	3 956	815	2 072	503	565	0
Executado/Aprovado	36%	36%	36%	36%	24%	38%	41%	69%	0%
Prevenção de riscos									
Aprovado	26 773	23 894	19 453	4 441	1 389	1 562	0	1 491	2 879
Executado	7 752	7 752	5 825	1 927	1 081	455	0	391	0
Executado/Aprovado	29%	32%	30%	43%	78%	29%	0%	26%	0%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)									
Aprovado	4 979	4 979	3 951	1 028	0	779	0	249	0
Executado	2 903	2 903	2 314	589	0	407	0	181	0
Executado/Aprovado	58%	58%	59%	57%	0%	52%	0%	73%	0%
Tratamento de águas residuais									
Aprovado	24 585	24 585	19 554	5 031	0	3 751	509	771	0
Executado	17 581	17 581	14 254	3 328	0	2 470	441	417	0
Executado/Aprovado	72%	72%	73%	66%	0%	66%	87%	54%	0%
Eixo 09 - Coesão Local e Urbana									
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	749	749	599	150	0	0	0	150	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.7 - QREN - Operações aprovadas no PO Regional de Lisboa, no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Setor privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional					
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra	
Unidade: 10³ EUR									
TOTAL									
Aprovado	18 527	18 527	9 262	9 264	1 044	3 350	347	4 524	0
Executado	5 524	5 524	2 762	2 762	267	1 207	0	1 288	0
Executado/Aprovado	30%	30%	30%	30%	26%	36%	0%	28%	0%
Eixo 02 - Sustentabilidade Territorial									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	6 517	6 517	3 258	3 258	0	1 510	0	1 748	0
Executado	17	17	9	9	0	0	0	9	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado	2 400	2 400	1 181	1 218	0	233	347	639	0
Executado	959	959	480	480	0	0	0	480	0
Executado/Aprovado	40%	40%	41%	39%	0%	0%	0%	75%	0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	3 153	3 153	1 577	1 577	745	474	0	358	0
Executado	1 301	1 301	651	651	102	246	0	302	0
Executado/Aprovado	41%	41%	41%	41%	14%	52%	0%	85%	0%
Prevenção de riscos									
Aprovado	514	514	257	257	0	159	0	97	0
Executado	124	124	62	62	0	62	0	0	0
Executado/Aprovado	24%	24%	24%	24%	0%	39%	0%	0%	0%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)									
Aprovado	3 314	3 314	1 657	1 657	0	0	0	1 657	0
Executado	994	994	497	497	0	0	0	497	0
Executado/Aprovado	30%	30%	30%	30%	0%	0%	0%	30%	0%
Promoção transportes urbanos limpos									
Aprovado	1 915	1 915	957	957	0	957	0	0	0
Executado	1 797	1 797	898	898	0	898	0	0	0
Executado/Aprovado	94%	94%	94%	94%	0%	94%	0%	0%	0%
Qualidade do ar									
Aprovado	598	598	299	299	299	0	0	0	0
Executado	329	329	165	165	165	0	0	0	0
Executado/Aprovado	55%	55%	55%	55%	55%	0%	0%	0%	0%
Eixo 09 - Coesão Social									
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	116	116	76	41	0	16	0	24	0
Executado	2	2	1	1	0	1	0	0	0
Executado/Aprovado	2%	2%	2%	2%	0%	4%	0%	0%	0%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.8 - QREN - Operações aprovadas no PO INAlentejo (região Alentejo), no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Unidade: 10² EUR	Sector privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional						
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra		
TOTAL										
Aprovado	74 652	72 843	53 121	19 722	4 079	6 086	4 481	5 076	1 809	
Executado	12 368	11 932	8 804	3 129	765	843	189	1 332	436	
Executado/Aprovado	17%	16%	17%	16%	19%	14%	4%	26%	24%	
Eixo 07 - Competitividade, Inovação e Conhecimento										
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia										
Aprovado	6 725	6 042	5 036	1 007	0	1 007	0	0	682	
Executado	435	362	310	52	0	52	0	0	73	
Executado/Aprovado	6%	6%	6%	5%	0%	5%	0%	0%	11%	
Energia - Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras										
Aprovado	374	300	300	0	0	0	0	0	75	
Executado	15	12	12	0	0	0	0	0	2	
Executado/Aprovado	4%	4%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	
Energia - Energias renováveis: solar										
Aprovado	3 533	2 892	2 617	275	0	267	8	0	641	
Executado	722	722	583	139	0	139	0	0	0	
Executado/Aprovado	20%	25%	22%	51%	0%	52%	0%	0%	0%	
Energia - Gás natural										
Aprovado	614	246	246	0	0	0	0	0	368	
Executado	600	240	240	0	0	0	0	0	360	
Executado/Aprovado	98%	98%	98%	0%	0%	0%	0%	0%	98%	
Eixo 08 - Valorização do Espaço Regional										
Protecção do ambiente e prevenção de riscos										
Alterações climáticas: atenuação e adaptação										
Aprovado	463	463	330	133	0	52	0	81	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Gestão dos resíduos domésticos e industriais										
Aprovado	13 295	13 295	8 688	4 607	0	35	1 002	3 570	0	
Executado	3 310	3 310	2 203	1 107	0	0	78	1 029	0	
Executado/Aprovado	25%	25%	25%	24%	0%	0%	8%	29%	0%	
Gestão e distribuição de água potável										
Aprovado	24 565	24 565	18 026	6 539	2 902	3 552	85	0	0	
Executado	4 599	4 599	3 432	1 166	726	441	0	0	0	
Executado/Aprovado	19%	19%	19%	18%	25%	12%	0%	0%	0%	
Prevenção de riscos										
Aprovado	13 491	13 491	9 727	3 764	105	313	2 707	639	0	
Executado	1 374	1 374	1 006	369	8	91	0	270	0	
Executado/Aprovado	10%	10%	10%	10%	8%	29%	0%	42%	0%	
Prevenção e controlo integrados da poluição										
Aprovado	140	98	98	0	0	0	0	0	42	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)										
Aprovado	7 014	7 014	4 535	2 479	1 072	388	270	749	0	
Executado	324	324	227	97	31	33	0	33	0	
Executado/Aprovado	5%	5%	5%	4%	3%	9%	0%	4%	0%	
Tratamento de águas residuais										
Aprovado	513	513	410	103	0	103	0	0	0	
Executado	436	436	349	87	0	87	0	0	0	
Executado/Aprovado	85%	85%	85%	85%	0%	85%	0%	0%	0%	
Eixo 09 - Coesão Local e Urbana										
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia										
Aprovado	3 223	3 223	2 578	645	0	368	239	37	0	
Executado	553	553	442	111	0	0	111	0	0	
Executado/Aprovado	17%	17%	17%	17%	0%	0%	46%	0%	0%	
Energia - Energias renováveis: biomassa										
Aprovado	703	703	531	172	0	0	172	0	0	
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.9 - QREN - Operações aprovadas no PO ALGARVE XXI (região Algarve), no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Eixos / Tema Prioritário / Tipologia Operação	Custo total elegível	Despesa Pública							Sector privado
		TOTAL	Fundos europeus	Contrapartida pública nacional					
				TOTAL	Adminis- tração Central	Adminis- tração Local	Empresas Públicas	Outra	
Unidade: 10³ EUR									
TOTAL									
Aprovado	22 796	22 315	13 081	9 235	1 118	5 009	0	3 108	480
Executado	7 880	7 749	4 628	3 122	123	1 887	0	1 111	131
Executado/Aprovado	35%	35%	35%	34%	11%	38%	0%	36%	27%
Eixo 01 - Competitividade, inovação e conhecimento									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	881	401	401	0	0	0	0	0	480
Executado	236	105	105	0	0	0	0	0	131
Executado/Aprovado	27%	26%	26%	0%	0%	0%	0%	0%	27%
Eixo 02 - Protecção e qualificação ambiental									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	2 514	2 514	1 257	1 257	0	988	0	269	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos									
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	13 395	13 395	7 960	5 435	572	2 025	0	2 839	0
Executado	7 405	7 405	4 400	3 005	80	1 814	0	1 111	0
Executado/Aprovado	55%	55%	55%	55%	14%	90%	0%	39%	0%
Prevenção de riscos									
Aprovado	4 935	4 935	2 961	1 974	346	1 628	0	0	0
Executado	85	85	51	34	21	13	0	0	0
Executado/Aprovado	2%	2%	2%	2%	6%	1%	0%	0%	0%
Qualidade do ar									
Aprovado	400	400	200	200	200	0	0	0	0
Executado	44	44	22	22	22	0	0	0	0
Executado/Aprovado	11%	11%	11%	11%	11%	0%	0%	0%	0%
Eixo 03 - Valorização territorial e desenvolvimento urbano									
Energia - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	670	670	302	369	0	369	0	0	0
Executado	110	110	50	61	0	61	0	0	0
Executado/Aprovado	16%	16%	16%	16%	0%	16%	0%	0%	0%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)



Quadro 12.10 - QREN - Quadro resumo por temas prioritários e tipologia de operações aprovadas no POVT e programas operacionais regionais, no âmbito do Ambiente (2007-2011)

Unidade: 10³ EUR

Temas Prioritários / Tipologia Operação	Custo total elegível por programas					
	POVT	Programas Operacionais Regionais				
		ON.2 Norte	Mais Centro	POR Lisboa	INAlentejo	Algarve XXI
TOTAL						
Aprovado	1 999 829	180 916	158 582	18 527	74 652	22 796
Executado	559 655	43 567	72 626	5 524	12 368	7 880
Executado/Aprovado	28%	24%	46%	30%	17%	35%
Energia						
Aprovado	632	44 712	19 512	6 517	15 171	4 066
Executado	7	2 806	5 099	17	2 325	346
Executado/Aprovado	1%	6%	26%	0%	15%	9%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos						
Alterações climáticas - atenuação e adaptação						
Aprovado	0	0	0	0	463	0
Executado	0	0	0	0	0	0
Executado/Aprovado	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Gestão de resíduos domésticos e industriais						
Aprovado	233 920	3 870	17 872	2 400	13 295	0
Executado	94 043	819	12 721	959	3 310	0
Executado/Aprovado	40%	21%	71%	40%	25%	0%
Gestão e distribuição de água potável						
Aprovado	500 875	26 649	13 521	0	24 565	0
Executado	144 982	8 080	7 965	0	4 599	0
Executado/Aprovado	29%	30%	59%	0%	19%	0%
Prevenção de riscos						
Aprovado	278 787	15 545	26 773	514	13 491	4 935
Executado	112 324	683	7 752	124	1 374	85
Executado/Aprovado	40%	4%	29%	24%	10%	2%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados						
Aprovado	79 089	8 588	6 319	0	0	0
Executado	17 889	818	2 665	0	0	0
Executado/Aprovado	23%	10%	42%	0%	0%	0%
Tratamento de águas residuais						
Aprovado	888 116	40 112	24 585	0	513	0
Executado	188 268	15 829	17 581	0	436	0
Executado/Aprovado	21%	39%	72%	0%	85%	0%
Prevenção e controlo integrados da poluição						
Aprovado	17 392	733	0	0	140	0
Executado	2 019	686	0	0	0	0
Executado/Aprovado	12%	94%	0%	0%	0%	0%
Promoção de transportes urbanos limpos						
Aprovado	1 018	0	0	1 915	0	0
Executado	123	0	0	1 797	0	0
Executado/Aprovado	12%	0%	0%	94%	0%	0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos						
Aprovado	0	12 377	45 022	3 269	0	13 395
Executado	0	5 649	15 941	1 304	0	7 405
Executado/Aprovado	0%	46%	35%	40%	0%	55%
Promoção da biodiversidade e proteção da natureza						
Aprovado	0	26 804	4 979	3 314	7 014	0
Executado	0	7 048	2 903	994	324	0
Executado/Aprovado	0%	26%	58%	30%	5%	0%
Qualidade do ar						
Aprovado	0	1 526	0	598	0	400
Executado	0	1 150	0	329	0	44
Executado/Aprovado	0%	75%	0%	55%	0%	11%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (outubro de 2012)





**Metodologias,
conceitos e
nomenclaturas**

13.1 - METODOLOGIAS

13.1.1 - Despesas com a proteção do ambiente

Os setores institucionais adotados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à coletividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o setor institucional “Administrações Públicas” dividido em subsetores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no setor institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e proteção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis diretamente ligados à gestão e proteção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e proteção do ambiente, como atividade auxiliar de uma atividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respetivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e proteção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos setores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Atividades e Despesas de Proteção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e proteção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais setores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e proteção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a atividade a nível local, constituem meios de ação da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsetores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos selecionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente” (IMPA), efetuada por via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efetuadas por administração direta dos Municípios nos domínios “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Proteção contra Ruídos e Vibrações”, “Proteção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Atividades de Proteção do Ambiente”.



O “Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

Paralelamente é recolhida informação, de natureza financeira, através do “Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos” ((IEGRU) às entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

13.1.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efetuado por via web e pontualmente por via postal, a uma amostra de empresas cuja atividade económica se inclua nos sectores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras, D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em atividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as atividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, suscetíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em atividades de proteção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos setores de atividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição.

Para seleção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE. O processo de seleção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Ficheiro de empresas constituído a partir do Universo de Empresas dos Inquéritos de Estrutura do ano 2011.

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Seções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis atividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço e pelo volume de negócios, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Atividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 49 pessoas ao serviço;
- (2) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (3) 100 ou mais pessoas ao serviço.

EVN: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 0 a 499 999 €;
- (2) 500 000 € a 49 999 999 €;
- (3) 50 000 000 € ou mais.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço ou com 50 000 000 € ou mais de volume de negócios.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h}{\sum_{i=1}^H N_i S_i} \times n \quad h=1, 2, \dots, n$$

em que:

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$n_h \rightarrow$ dimensão da amostra, no estrato h ;

$N_h \rightarrow$ dimensão do universo, no estrato h ;

$S_h \rightarrow$ desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

$n \rightarrow$ dimensão total da amostra;

$H \rightarrow$ número total de estratos, da base de amostragem.

Seleção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respetiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi selecionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi selecionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , num determinado estrato h , é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \text{ com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

$i \rightarrow$ índice de empresa

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$N_h \rightarrow$ dimensão do universo no estrato h ;

$n_h \rightarrow$ número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

$x_{ih} \rightarrow$ valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos A , é dado por:

$$\hat{X}_A = \sum_{h \in A} \hat{X}_h, \text{ com } h \in A$$

(# $A \leq H$, ou seja, o número de estratos da agregação A é menor ou igual ao número total de estratos H).

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \sum_{i=1}^{n_h} (x_{ih} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.



Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

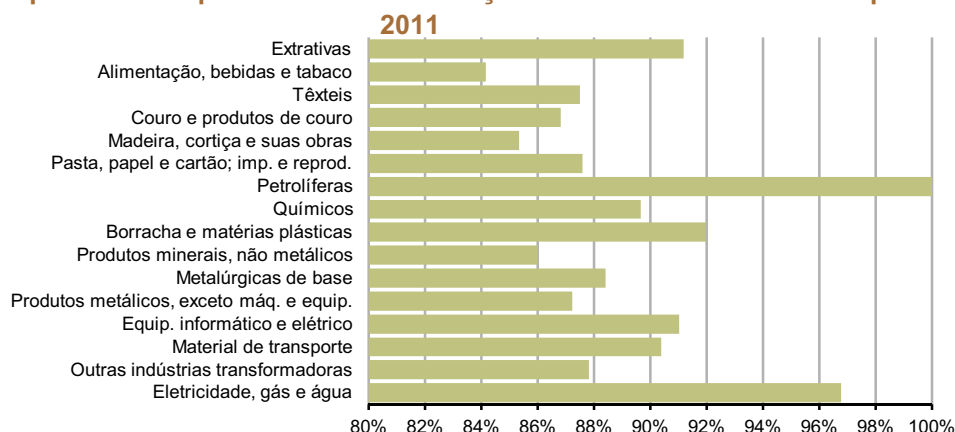
$$\hat{CV}(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \times 100\%$$

Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$\left[\hat{X} \pm \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right], \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$\left[\hat{X} \pm 1,96 \cdot \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right], \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

Figura 13.1 - Inquérito às Empresas Gestão e Proteção do Ambiente - Taxa de resposta em



A taxa de resposta global situou-se nos 88%. Ao nível das regiões NUTS II, a região do Alentejo e a região do Algarve registaram as taxas de resposta mais baixas, respetivamente, 85% e 79%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efetuada imputação.

Em cada estrato, determinou-se o número de não respostas - NR_h e, de entre as empresas respondentes, selecionaram-se aleatoriamente NR_h empresas.

Para cada uma dessas empresas, determinou-se a estrutura de distribuição do total de cada variável observada (investimento em ambiente, gastos em ambiente, rendimento com atividades de ambiente e pessoal ao serviço afeto a atividades de ambiente) pelas suas parcelas.

Seguidamente e, para cada variável observada, determinou-se a proporção que cada uma delas representa em relação ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2011.

A cada não resposta atribuiu-se aleatoriamente a estrutura de uma das empresas previamente selecionada. Essa estrutura foi aplicada ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2011, pela empresa não respondente do IEGPA.

Figura 13.2 - Coeficientes de variação das principais rubricas contabilísticas das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade

2011	Unidade: %		
Rubricas contabilísticas	Investimentos	Gastos	Rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)			
Total	10,3	0,6	6,7
05-09 Extrativas	13,4	4,0	43,3
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5,9	1,9	2,4
13-14 Têxteis	5,4	4,5	2,3
15 Couro e produtos de couro	5,7	9,1	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,8	3,5	12,5
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9,5	0,7	1,6
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,4	0,7	1,5
22 Borracha e matérias plásticas	14,2	2,2	5,0
23 Produtos minerais, não metálicos	3,7	1,4	0,9
24 Metalúrgicas de base	0,0	0,2	0,1
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	66,7	7,8	26,6
26-27 Equip. informático e eléctrico	0,0	1,2	0,2
29-30 Material de transporte	2,8	1,8	0,2
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	18,6	3,1	2,4
35-36 Eletricidade, gás e água	24,7	1,8	0,0

13.1.3 - Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O “Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços de Ambiente” (ISBSA) é um inquérito anual, efetuado por via Web e pontualmente por via postal, que visa a obtenção de dados sobre as atividades de proteção do ambiente e gestão de recursos realizadas por sociedades, serviços municipalizados, entidades empresariais municipais, empresas municipais e empresários em nome individual. As atividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a proteção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da atividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o género, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Setor de Bens e Serviços em Ambiente do Eurostat quanto à caracterização do setor tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e atividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Fichero de Unidades Estatísticas e APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais).

Taxa de resposta

A taxa de resposta foi de 89%, sendo que cerca de 73% das entidades desenvolveram atividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Figura 13.3 - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente - Taxa de resposta em 2011

Unidades inquiridas		
Com resposta		Com atividade ambiental
N.º	%	
2 605	89	1 894

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam ativas em n-1, são estimados os valores de VVN e NPS.

Variável "Volume de Negócios" - VVN

Aplicação, a todas as variáveis de VVN do IBSA, da taxa média de variação do VVN (Informação Empresarial simplificada - IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$vvn_a^n = vvn_a^{n-1} \times \frac{VVN_i^n}{VVN_i^{n-1}}$$

vna → variável calculada da entidade em falta;

n-1 → período de referência anterior;

n → período de referência atual;

i → estrato de cálculo;

VVNi → VVN total do estrato i.

O VVNi obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Figura 13.4 - Estratos de cálculo para o VVN das Atividades Centrais de Ambiente

2011	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
22112	< 285 000	285 000 - 1 500 000	> 1 500 000
36001	< 650 000	650 000 - 5 000 000	> 5 000 000
36002	< 5 000 000	5 000 000 - 9 500 000	> 9 500 000
37001	< 100 000	100 000 - 400 000	> 400 000
37002	< 1 300 000	1 300 000 - 6 900 000	> 6 900 000
38111	< 190 000	190 000 - 560 000	> 560 000
38112	< 250 000	250 000 - 1 650 000	> 1 650 000
38120	< 3 900 000	3 900 000 - 6 300 000	> 6 300 000
38211	< 130 000	130 000 - 270 000	> 270 000
38212	< 3 900 000	3 900 000 - 8 700 000	> 8 700 000
38220	< 1 900 000	1 900 000 - 7 000 000	> 7 000 000
38311	< 313 000	313 000 - 343 000	> 343 000
38313	< 415 000	415 000 - 950 000	> 950 000
38321	< 800 000	800 000 - 3 850 000	> 3 850 000
38322	< 170 000	170 000 - 720 000	> 720 000
39000	< 170 000	170 000 - 300 000	> 300 000
46771	< 40 000	40 000 - 190 000	> 190 000
46772	< 70 000	70 000 - 260 000	> 260 000
46773	< 35 000	35 000 - 150 000	> 150 000

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Atividades Centrais de Ambiente (CAE Core)

As respostas obtidas para 2011 foram analisadas para a criação de estratos homogêneos. Devido às grandes disparidades de nível de VVN entre os diferentes ramos de atividade optou-se pela criação de 57 escalões que se distribuem diferenciadamente pelas CAE a 5 dígitos, definidos a partir dos valores do 2º e 3º quartis:

Outras Atividades (CAE não Core)

Em 2011, 409 ocorrências distribuíram-se por 111 CAE "não core", ou seja em média cerca de 4 empresas por CAE, havendo no entanto 63 com apenas 1 empresa o que constitui forte constrangimento à criação de estratos viáveis, tal como ocorreu no ano anterior. A agregação de CAE não se revelou solução, constatando-se que não há homogeneidade dentro dos agregados assim constituídos.

Assim, optou-se pela definição de estratos com base apenas nos escalões de VVN obtidos a partir do 2º e 3º quartis:

Figura 13.5 - Estratos de cálculo para o VVN das Outras Atividades

2011	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
Não core	< 450 000	450 000 - 1 900 000	> 1 900 000

Atualização anual dos escalões de VVN

Os escalões de VVN são atualizados anualmente a partir do 2º e 3º quartil calculados sobre os dados obtidos em n-1.

Variável “Número de Pessoas ao Serviço” - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do IBSA, da taxa média de variação do NPS (IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

npsa → variável calculada da entidade em falta;

n-1 → período de referência anterior;

n → período de referência atual;

i → estrato de cálculo;

NPSi → NPS total do estrato i.

O NPSi obtêm-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Figura 13.6 - Estratos de cálculo para o NPS

2011	Unidade: N°	
CAE-Rev.3	Escalão 1	Escalão 2
22112	<=5	>5
36001	<=10	>10
36002	<=50	>50
37001		
37002	<=15	>15
38111		
38112	<=5	>5
38120		
38211		
38212	<=35	>35
38220		
38311		
38313		
38321	<=5	>5
38322	<=5	>5
39000		
46771		
46772		
46773		
Não core	<=5	>5

13.1.4 - Organizações com atuação na área do ambiente

As instituições que desempenham papel ativo na gestão e proteção do ambiente, foram classificadas em “Organizações Não Governamentais de Ambiente” e “Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros”.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente

Tendo em conta as atividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de ações de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher diretamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se o “Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente” (IONGA) junto a estas organizações.

A taxa de resposta obtida na edição de 2011 foi de 100%.

Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros

Dados os serviços prestados por estas instituições na gestão e proteção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e proteção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher diretamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição de 2010, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respetivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, e pela primeira vez o “Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros” (IEDCB) junto dos corpos de bombeiros dependentes dos municípios e de entidades privadas do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às atividades desenvolvidas.

O inquérito é anual e efetuado por via Web e pontualmente por via postal. A taxa de resposta do inquérito obtida na edição de 2011 foi de 100%, enquanto para a componente financeira das associações humanitárias de bombeiros do Continente recolhida por via administrativa, situou-se nos 94%.

Para os dados financeiros o tratamento de não resposta correspondeu à imputação dos dados recolhidos de 2010 e, na sua ausência ao último ano disponível, aos não respondentes da presente edição.

13.1.5 - Estatísticas dos Resíduos Urbanos

Os dados reportados foram disponibilizados pela APA e resultam da informação reportada pelas entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos no sistema SIRAPA. A informação de resíduos remetidos para aterro não inclui dados de resíduos recolhidos seletivamente em circuitos especiais que tiveram tal equipamento como destino. Os resíduos urbanos contabilizados como submetidos a valorização orgânica inclui dados de recolha indiferenciada e de recolha seletiva.

13.1.6 - Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não refletir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos de 2007 e 2009, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006). Nos anos 2007, 2008 e 2009 não houve “importação” de resíduos para Portugal.

13.2 - CONCEITOS

Acidificação: aumento da acidez do meio resultante da volatilização de diversos compostos, nomeadamente amoníaco, óxidos de azoto e óxidos de enxofre, que provocam a contaminação das chuvas, provocando alterações químicas.

Água segura: corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

O cumprimento da frequência mínima de amostragem, ou seja, a percentagem de análises realizadas, é calculado em função do número de análises regulamentares obrigatórias:

$$\% \text{ de análises realizadas} = \left(1 - \frac{N.^\circ \text{ de análises em falta}}{N.^\circ \text{ análises regulamentares obrigatórias}} \right) \times 100$$

A expressão que permite determinar a percentagem de análises em cumprimento do valor paramétrico (VP) é:

$$\% \text{ de análises em cumprimento do VP} = \left(\frac{N.^\circ \text{ de análises em cumprimento do VP}}{N.^\circ \text{ análises realizadas com VP (a)}} \right) \times 100$$

(a) Refere-se a todos os parâmetros com valor paramétrico definido no decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, exceto os parâmetros acrilamida, epicloridrina, cloreto de vinilo e radioativos.

$$\text{água segura} = \% \text{ de análises realizadas} \times \% \text{ de análises em cumprimento do valor paramétrico}$$

Atividade de proteção do ambiente: considera-se uma atividade de proteção do ambiente toda a ação, que prossegue um fim de proteção do ambiente. Compreende-se ações que contribuem para a prevenção e diminuição do desgaste provocado no ambiente pela poluição e/ou as atividades que contribuem para adiar o esgotamento dos recursos existentes na natureza. Contam-se nesta última situação, entre outras, tecnologias que permitem o aproveitamento de energias renováveis, produtos ou tecnologias que contribuem para uma redução do consumo de energia, face a outros produtos ou tecnologias convencionais menos onerosas.

Atividade principal: entende-se por atividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das atividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Atividade secundária: atividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da atividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Área protegida: área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.



Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efetua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objetivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Biomassa: combustível com origem nos produtos e resíduos da agricultura (incluindo substâncias vegetais e animais), nos resíduos das florestas e indústrias conexas e na fração biodegradável dos resíduos industriais e urbanos.

Bombeiro: indivíduo que está integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros e tem por atividade cumprir as respetivas missões: proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios; o socorro de feridos, doentes ou náufragos; prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Bombeiro profissional: bombeiro que exerce a sua atividade em exclusividade ou como profissão principal, mediante um contrato de trabalho, por via do qual auferir a respetiva remuneração.

Bombeiro voluntário: bombeiro que exerce a sua atividade como ocupação secundária, desempenhando outra profissão como atividade profissional.

Cabeça normal: medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N..

Capitação: consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

Carvão: combustível de cor negra que pode ser um sedimento fóssil orgânico, formado por resíduos de vegetais e solidificado por baixo de camadas geológicas (carvão mineral), ou consistir em madeira carbonizada (pela combustão sem ar, por exemplo), e ser usado para cozinhar e para aquecimento doméstico (carvão vegetal) entre outros fins.

Coesão económica, social e territorial: exprime a solidariedade entre os estados-membros e as regiões da União Europeia, através da qual se favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. Concretiza-se através de diversas intervenções financeiras, nomeadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumo aparente de fertilizantes: total de fertilizantes disponíveis para serem utilizados no mercado interno pelo setor agrícola (inclui eventuais perdas e stocks).

Consumo Interno de Materiais (DMC, na sigla inglesa): mede a quantidade total de materiais diretamente utilizada pela economia. $DMC = DMI - \text{Saídas de materiais (Exportações)}$.

Corpo de bombeiros: unidade operacional onde se integram os bombeiros que é oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para exercer as missões que lhe são atribuídas.

Corpo de bombeiros misto: corpo de bombeiros constituído por bombeiros profissionais e voluntários, sujeitos aos respetivos regimes jurídicos, que depende de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros e que se organiza de acordo com o modelo definido pela entidade a que está vinculado, nos termos de regulamento aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e depois de ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros.

Corpo de bombeiros privativo: corpo de bombeiros pertencente a uma pessoa coletiva privada que tem necessidade de criar e manter um corpo profissional de bombeiros com formação adequada, para autoproteção e por motivos relacionados com a sua atividade ou o seu património.

Corpo de bombeiros profissional: corpo de bombeiros criado e mantido na dependência direta de uma câmara municipal, sendo exclusivamente integrado por bombeiros profissionais.

Corpo de bombeiros voluntário: corpo de bombeiros pertencente a uma associação humanitária de bombeiros e constituído por bombeiros em regime de voluntariado.

Despesa consolidada: despesa efetuada no setor, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo setor institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Dirigentes: indivíduos que definem a política geral da empresa/instituição ou que exercem uma função consultiva na organização da mesma. Inclui os diretores setoriais (diretor financeiro, diretor comercial, diretor de produção, etc.). Deverão ser excluídas as pessoas que, embora tendo essas funções não auferem uma remuneração de base.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Efeito de estufa: absorção pela atmosfera de parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra em resultado da concentração de gases com efeito de estufa.

Efetivo animal: animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

Elettricidade: energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Emprego equivalente a tempo completo: o emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de empregos equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

Energia eólica: energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.

Energia geotérmica: energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

Energia hídrica: energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.

Energia hidroelétrica: energia potencial e cinética da água convertida em eletricidade em centrais hidroelétricas



Energia primária: energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos.

Energia solar fotovoltaica: luz solar convertida em eletricidade pela utilização de células solares geralmente constituídas por material semicondutor que, exposto à luz, gera eletricidade.

Energia solar térmica: calor resultante da radiação solar, podendo vir de centrais solares termoelétricas, de equipamento para a produção de água quente de uso doméstico ou para o aquecimento sazonal de piscinas como por exemplo coletores planos, principalmente do tipo termossifão.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade detentora de corpo de bombeiros: entidade pública ou privada que cria e mantém em atividade um corpo de bombeiros, de acordo com a legislação em vigor.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela conceção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Entrada Direta de Materiais (DMI, na sigla inglesa): é definida como o conjunto de todos os materiais sólidos, líquidos e gasosos (excluindo a água e o ar atmosférico, mas incluindo a água contida nos materiais) que entram na economia para posterior uso nos processos de produção ou de consumo. DMI = Extração interna de materiais + Entradas de materiais (Importações).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estabelecimento: empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Exportação de energia: venda de produtos energéticos com destino a um país estrangeiro.

Fabricação de bens de equipamento: compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de proteção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de atividades de proteção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Fertilizante: substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

Fluxo de resíduos: agrupamento de resíduos segundo o tipo de produto componente. Identificam-se as diferentes categorias de produtos componentes dos resíduos, tais como: fluxo de resíduos de embalagens, fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, fluxo de resíduos de pilhas e acumuladores, fluxo de resíduos de pneus, fluxo de resíduos de solventes, fluxo de resíduos de óleos, fluxo de resíduos de veículos em fim de vida, entre outros.

Fonte de energia renovável: fonte de energia não fóssil e não mineral, renovável a partir dos ciclos naturais.

Fornecimentos e serviços externos: todos os custos por aquisição de bens de consumo corrente que não sejam existências e de serviços prestados por entidades externas à unidade estatística de observação.

Fundo de coesão: fundo instituído em 1993 para acelerar a convergência económica, social e territorial da União Europeia, destina-se a países cujo PIB médio por habitante, é inferior a 90% da média comunitária. Este fundo contribui, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para o financiamento das intervenções no domínio do ambiente e das redes transeuropeias de transportes nos dez novos Estados Membros, em Espanha, na Grécia e em Portugal.

Fundos estruturais: instrumentos financeiros de política regional da União Europeia. Têm por objetivo reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com vista a reforçar a sua coesão económica, social e territorial.

Fungicidas: substância ou preparação que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

Gás natural: gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

Gestão da poluição: atividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos recursos: gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras atividades.

Herbicidas: produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

Importação de energia: compra de produtos energéticos a um país terceiro.

Imposto com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações Públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

Incêndio florestal: combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.



Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Intensidade energética: quociente entre o consumo bruto de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) (valores anuais). Mede o consumo energético de uma economia e a sua eficiência energética global.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para acções de protecção ambiental: compreende as atividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em atividades de protecção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda atividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em ações de protecção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Inseticida: substância ou preparação usada para controlar e combater insetos.

Investimento: conjunto de importâncias despendidas com a aquisição de imobilizado que a unidade estatística de observação utiliza como meio de realização dos seus objetivos.

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Madeira, resíduos de madeira e outros resíduos sólidos: culturas energéticas (choupo, salgueiro, etc.), matérias lenhosas geradas por um processo industrial (indústria da madeira/papel, em particular) ou fornecidas diretamente pela silvicultura e agricultura (lenha, aparas de madeira, paletes de madeira, casca, serrim, lascas, estilhaços, licor negro etc.), assim como resíduos de palha, cascas de arroz, cascas de nozes, cama de aves de capoeira, borras de uvas esmagadas, entre outros, cujo fim preferencial é a combustão.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, exceccionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Nível de escolaridade: nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de atividade, a dividir pelo número de meses de atividade da instituição.

Óleo mineral: hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

Ondas de calor: ocorre uma onda de calor quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas diárias no período de referência (1961-1990).

Onda de Frio: ocorre onda de frio quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência (1961-1990).

Operação de gestão de resíduos: operações que correspondem à recolha, ao transporte, à valorização e à eliminação de resíduos e incluem a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação após encerramento e as medidas tomadas na qualidade de comerciante ou corretor.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA): associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Orientação técnico-económica: determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes atividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma atividade, essa exploração é considerada especializada nessa atividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma atividade, diz-se orientada nessa atividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma atividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas atividades.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta diretamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de atividades de gestão e proteção do ambiente.

Pessoas minoritariamente ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com atividades de gestão e proteção do ambiente.

Potencial de efeito de estufa: mede o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada de gás equivalente a CO₂. Uma vez que os vários gases de efeito de estufa têm períodos de vida diferentes, é necessário definir um horizonte temporal para calcular o potencial.

Povoamento florestal: áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Produtos fitofarmacêuticos: substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objetivo de proteção do ambiente (exemplo: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Quadro ativo: quadro de pessoal constituído pelos elementos aptos para executarem as missões do corpo de bombeiros, em cumprimento das ordens que lhes são determinadas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos, e que estão normalmente integrados em equipas.

Quadro de comando: quadro de pessoal constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo corpo de bombeiros, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e missões a desempenhar.

Quadros e técnicos médios: quadros e técnicos das áreas administrativas, comercial ou de produção com funções de organização e adaptação da planificação estabelecida superiormente, as quais requerem conhecimentos técnicos de nível médio.

Quadros e técnicos superiores: quadros e técnicos da área administrativa, comercial ou de produção da empresa com funções de coordenação nessas áreas de acordo com planificação estabelecida superiormente, bem como funções de responsabilidade, ambas requerendo conhecimentos técnico-científicos de nível superior.



Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efetivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo setorial: resíduo produzido no exercício de atividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações. Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano tais como resíduos agrícolas, de construção e demolição, de atividades extrativas e mineiras, hospitalares e industriais.

Resíduo urbano: resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

Sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS, sigla em inglês): instrumento de participação voluntária que tem como principais objetivos a promoção de uma melhoria contínua do comportamento ambiental global de uma organização através da conceção e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, bem como uma avaliação sistemática, objetiva e periódica de desempenho desse mesmo sistema e a prestação de informações relevantes ao público e a outras partes interessadas, através da publicação da Declaração Ambiental.

Superfície agrícola utilizada: superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Superfície irrigável: superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível.

Taxa com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de proteção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efetua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos,

considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Variação populacional: diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Vendas: regista o valor das alienações dos bens (mercadorias; produtos acabados e intermédios; ou subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos) resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da empresa.

Volume de negócios: quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.



13.3 - NOMENCLATURAS**13.3.1 - Classificação Estatística de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente****Domínio 1 – Proteção da Qualidade do Ar e Clima**

Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as atividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do setor público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as atividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Proteção contra Ruídos e Vibrações (exceto proteção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por atividades industriais ou transportes. Atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as atividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as atividades de proteção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as atividades de proteção e gestão da floresta, atividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Proteção contra Radiações

Compreende as atividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à exceção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação e Desenvolvimento

Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Atividades de Proteção do Ambiente

Compreende as atividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e proteção do ambiente. São excluídas as atividades do sistema educativo geral.

13.3.2 - Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente (13.3.1).

B. Gestão de Recursos

B1 – Gestão da água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a atividades de concepção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para atividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se atividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 – Materiais e produtos reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à concepção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Otimização de Energia.

B3 - Gestão e otimização de energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer atividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem direta ou indireta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos recursos florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer atividades relacionadas com programas e projectos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.



B5 - Outras atividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a proteção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se atividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

13.3.3 - Operações de Gestão de Resíduos

Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injecção em profundidade, por exemplo injeção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com exceção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;

- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.





Anexos

Instruções

Domínio "Proteção do Ar e Clima" - Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Proteção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Ativos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Ativos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	
2.7 Observações:	2150	



Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as atividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as atividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) atividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
		Sim	Não
3.1 Recolha indiferenciada e seletiva	3005	☐	☐
3.2 Tratamento de resíduos	3010	☐	☐
Se respondeu Não , indique a entidade gestora:			
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)	3015		
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)	3020		
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)	3025		
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	3030		
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	3035		
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	3040		
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)	3045		
3.3.7 Outras receitas correntes	3050		
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)	3055		
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	3060		
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	3065		
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	3070		
3.4.4 Ativos financeiros (11)	3075		
3.4.5 Passivos financeiros (12)	3080		
3.4.6 Outras receitas de capital	3085		
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)	3090		
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)	3095		
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)	3100		
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)	3105		
3.6.3 Transferências correntes (04)	3110		
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	3115		
3.6.5 Outras despesas correntes	3120		
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)	3125		
3.7.1 Investimentos - Infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)	3130		
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)	3135		
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)	3140		
3.7.4 Transferências de capital (08)	3145		
3.7.5 Ativos financeiros (09)	3150		
3.7.6 Passivos financeiros (10)	3155		
3.7.7 Outras despesas de capital	3160		
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)	3165		
3170	3.9 Observações:		



Instruções

Domínio "Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as atividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de proteção da biodiversidade e paisagens.

4	Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1	Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1	Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2	Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3	Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4	Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	4025	
4.1.5	Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6	Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7	Outras receitas correntes	4040	
4.2	Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1	Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2	Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	4055	
4.2.3	Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4	Ativos financeiros (11)	4065	
4.2.5	Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6	Outras receitas de capital	4075	
4.3	Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4	Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1	Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2	Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3	Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4	Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5	Outras despesas correntes	4110	
4.5	Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1	Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2	Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3	Ativos financeiros (09)	4130	
4.5.4	Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5	Outras despesas de capital	4140	
4.6	Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4150	4.7 Observações:		

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por atividades industriais ou transportes. São incluídas as atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e ações, desenvolvidas com o mesmo objetivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as atividades relativas às instalações antirruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas antirruído, revestimentos das autoestradas, dos caminho-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Ativos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Ativos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5150 5.7 Observações:		



Instruções

Domínio "Proteção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as atividades de proteção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as atividades de proteção e gestão da floresta, (as atividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias. Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► **Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores)**, as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes deverão ser contabilizadas nos respectivos códigos como se tratassem de despesas do município. As verbas recebidas da Adm. central para os bombeiros municipais são contabilizadas nas rubricas 6.1.3 - Transf. correntes - Adm. central - Estado e 6.2.1 - Transf. de capital - Adm. central - Estado.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efetuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Proteção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de proteção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Ativos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Ativos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	
6.7 Observações:	6160	



Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7	Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1	Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1	Taxas		
7.1.2	Multas		
7.1.3	Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4	Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	7015	
7.1.5	Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6	Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7	Outras receitas correntes	7030	
7.2	Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1	Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2	Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	7045	
7.2.3	Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4	Ativos financeiros (11)	7055	
7.2.5	Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6	Outras receitas de capital	7065	
7.3	Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4	Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1	Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2	Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3	Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4	Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5	Outras despesas correntes	7100	
7.5	Despesas de Capital (7.5.1 + ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1	Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2	Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3	Ativos financeiros (09)	7120	
7.5.4	Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5	Outras despesas de capital	7130	
7.6	Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7140	7.7 Observações:		



Instruções

Domínio "Outras Atividades de Proteção do Ambiente" - Compreende as atividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e proteção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Atividades de Proteção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Ativos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Ativos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8.7 Observações:	8150	



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9992. VÁLIDO ATÉ 31/12/2012.

IEGRU - Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos

Referência dos Dados:

Ano 2011

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

DRI.IAP.L5-483

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/08, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a receção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

Identificação e caracterização da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF)

Homepage:

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código Postal -

Telefone Fax e-mail

Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na atividade		BC005	
Aguarda início de atividade	-----		☐
Em atividade	-----		☐
Atividade suspensa em	----- / /		☐
Atividade cessada em	----- / /		☐
N.º meses de atividade no período de referência		BC007	

Atividade Económica Principal (CAE Rev. 3) | | | | | | BC001

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro)	☐ Sim	☐ Não
---	------------------------------	------------------------------

BC025 Indique qual: BC020 Data / /

Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

BC030

Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

*Endereço

*Localidade

*Código Postal

*Telephone *Fax *e-mail

Cargo * NIF | | | | | | | | | |

Assinatura _____ Data ____/____/____

*preencher apenas quando for diferente da informação da unidade inquirida

Instruções de preenchimento

Arredondamentos dos dados financeiros (euro):

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores.

3º Os valores devem ser inscritos à direita:

Correto

Incorreto

Exemplo: 370.65 euros

| | | | | 3 | 7 | 1 |

| | | 3 | 7 | 1 | |



1 Plano de contas

1.1 A Entidade Gestora utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

	Sim	Não
1030	☐	☐

Se respondeu "**Sim**", continue o preenchimento.

Se respondeu **"Não"**, continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.

2 Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos em Baixa

2 Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos em Baixa	Cod	EUROS
2.1 Investimentos (Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do ano)	2005	
2.2 Gastos (2.2.1 + ... + 2.2.5)	2010	
2.2.1 Custos próprios com a recolha, transporte, tratamento, valorização e destino final (Conta 61)	2015	
2.2.2 Fornecimentos e serviços externos (Conta 62)	2020	
2.2.3 Taxas pagas à Adm. Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos (parte Conta 6813)	2025	
2.2.4 Gastos com o pessoal (2.2.4.1 + 2.2.4.2)	2030	
2.2.4.1 Remunerações (Subcontas 631 + 632)	2035	
2.2.4.2 Outros gastos com o pessoal (Subcontas 633 a 638)	2040	
2.2.5 Outros gastos	2045	
2.3 Rendimentos (2.3.1 + ... + 2.3.5)	2050	
2.3.1 Vendas (Conta 71)	2055	
das quais: 2.3.1.1 Venda de resíduos e/ou materiais valorizáveis	2060	
2.3.2 Prestações de serviços (Conta 72)	2065	
das quais: 2.3.2.1 Prestações de serviços a municípios	2070	
2.3.3 Subsídios à exploração (Conta 75)	2080	
dos quais: 2.3.3.1 Municípios	2085	
2.3.4 Imputação de subsídios para investimentos (Subconta 7883)	2090	
dos quais: 2.3.4.1 Municípios	2095	
2.3.5 Outros rendimentos	2100	

Introdução

A presente operação estatística visa a obtenção de dados financeiros junto das entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos indiferenciados em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

Face a alterações estruturais que se verificaram na gestão de serviços de resíduos urbanos, como seja a dissociação dos serviços em alta e em baixa, esta operação estatística vem complementar uma outra realizada pelo INE junto dos municípios e denominada "Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente".

O objetivo é caracterizar os fluxos económico-financeiros do domínio Gestão de Resíduos (domínio pertencente à Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente) no âmbito municipal.

Instruções de preenchimento do quadro 2

Serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa - compreende a operação de recolha, seletiva ou indiferenciada, de triagem e ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte para instalações de valorização ou eliminação.

Investimentos - incluir as aquisições de ativos, assim como os trabalhos realizados na própria empresa que se traduzem num aumento efetivo do valor dos ativos. Devem incluir os ativos fixos tangíveis, tais como a construção de novas infraestruturas e equipamentos associados à gestão de resíduos urbanos, ações de ampliação e remodelação/reabilitação de infraestruturas e a aquisição/substituição de equipamento. Devem ainda incluir os ativos intangíveis ("software", patentes, etc.) e os custos com a elaboração de projetos de construção/ampliação de infraestruturas.

Taxas pagas à Administração Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos - indique o montante pago a organismos públicos relativo à gestão de resíduos urbanos (Ex.: taxas de licenciamento, taxas de registo, taxas de gestão de resíduos pagas à Autoridade Nacional de Resíduos e taxas pagas à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Gastos com o pessoal - incluir os gastos com o pessoal relacionados com a gestão de resíduos urbanos.

Outros gastos - incluir os gastos não contabilizados nas rubricas anteriores e que resultam diretamente da atividade de gestão de resíduos urbanos.

Subsídios à exploração - incluir os subsídios recebidos como forma de subvenção à exploração no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Imputação de subsídios para investimentos - incluir os subsídios recebidos cuja finalidade é a aquisição de ativos fixos tangíveis no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Outros rendimentos - incluir os rendimentos não contabilizados nas rubricas anteriores.



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9995 VÁLIDO ATÉ 2012/12/31

IEGPA - INQUÉRITO ÀS EMPRESAS GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Referência dos dados:

2011

(espaço para identificação da Unidade Inquirida - p.ex. NIF)

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA

DRI.IAP.L5-490

Resposta eletrónica: <https://webinq.ine.pt/aderentes>

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 Tel. 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: iegpa@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a receção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF) Homepage:

Designação social

Distrito/Iilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código Postal -

Telefone Fax e-mail

Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na atividade	BC005	
-----------------------	-------	--

Aguarda início de atividade

Em atividade

BC010 Atividade suspensa em / /

Atividade cessada em / /

Nº meses de atividade no período de referência				BC007
--	--	--	--	-------

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade Económica Principal (CAE Rev. 3) | | | | | | BC001

--

BC015

Sim ☐

Ocorreu algum facto relevante durante o periodo de ☒ Sim ☐ Não

BC025	Indique qual:	BC020	Data	/	/
-------	---------------	-------	------	---	---

Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

BC030

Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____ BC040

Endereço

Localidade _____ Código Postal _____

Telephone _____ Fax _____ e-mail _____

[illegible]

Range _____

Assinatura _____ Data ____/____/____

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida



A Iniciativas ambientais adotadas

NP EN ISO 14001 - Norma Portuguesa que estabelece requisitos e linhas de orientação para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações.

Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) - Mecanismo de participação voluntária destinado a organizações que querem comprometer-se a avaliar, gerir e melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental. O EMAS é estabelecido numa organização visando a avaliação e melhoria do desempenho ambiental e o fornecimento de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de desempenho ambiental e de comunicação do mesmo.

A.1 A empresa possui alguma instalação com certificação ambiental de acordo com a NP EN ISO 14001?	☐ A0100	Sim ☐	Não ☐
A.2 A empresa possui alguma instalação com registo no EMAS atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente?	☐ A0200	Sim ☐	Não ☐
A.3 A empresa constituiu alguma garantia financeira que lhe permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida (Decreto-Lei n.º 147/2008, 29 de Julho)?	☐ A0300	Sim ☐	Não ☐
Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):			
☐ A0310 Apólice de seguro	☐ A0320 Garantia bancária	☐ A0330 Fundo próprio	☐ A0340 Fundo ambiental
A.4 A empresa adotou alguma estratégia para redução de emissões de gases com efeitos de estufa decorrentes da sua atividade?	☐ A0400	Sim ☐	Não ☐
Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):			
Melhoria da eficiência energética das instalações	☐ A0410	☐	
Melhoria da eficiência energética dos equipamentos	☐ A0420	☐	
Contratação de serviços de um fornecedor de energia produzida a partir de fontes renováveis	☐ A0430	☐	
Contratação de auditoria externa para auxílio na redução de consumos de energia	☐ A0440	☐	
Utilização de biocombustíveis adequados aos veículos	☐ A0450	☐	
Utilização de biomassa como combustível	☐ A0460	☐	
Alteração dos produtos/serviços	☐ A0470	☐	
Outra	☐ A0480	☐	
☐ A0490 Especifique: _____			
A.5 A empresa fabricou equipamento(s) e/ou produto(s) certificado(s) pelos organismos de certificação de produtos?	☐ A0500	Sim ☐	Não ☐
Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a opção escolhida:			
☐ A0510 1 - 4	☐ A0520 5 - 9	☐ A0530 ≥ 10	
A.6 A empresa implementou medidas de redução das emissões de carbono emitidas pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação)?	☐ A0600	Sim ☐	Não ☐
Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):			
Adoção de políticas de impressão	☐ A0610	☐	
Adoção de programas de reciclagem de papel	☐ A0620	☐	
Adoção de programas de reciclagem de toneres e tinteiros	☐ A0630	☐	
Implementação de planos para redução de resíduos elétricos e eletrónicos	☐ A0640	☐	
Inclusão de critérios de eficiência energética dos equipamentos, produtos e serviços	☐ A0650	☐	
Outra	☐ A0660	☐	
☐ A0670 Especifique: _____			
A.7 A empresa tem no seu organograma um cargo de direção com responsabilidade direta sobre questões ambientais?	☐ A0700	Sim ☐	Não ☐
A.8 A empresa promoveu formação aos seus colaboradores sobre medidas ambientais a adotar dentro da organização?	☐ A0800	Sim ☐	Não ☐
A.9 A empresa adota medidas ambientais nas suas atividades correntes?	☐ A0900	Sim ☐	Não ☐
Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):			
Separação de papel e cartão	☐ A0910	☐	
Separação de embalagens plásticas e metálicas	☐ A0920	☐	
Separação de vidro	☐ A0930	☐	
Utilização de lâmpadas de baixo consumo	☐ A0940	☐	
Reutilização das águas de abastecimento/residuais/pluviais	☐ A0950	☐	
Outra	☐ A0960	☐	
☐ A0970 Especifique: _____			



D Gastos da empresa em medidas de gestão do ambiente

Unidade: Euros

D. TOTAL DOS GASTOS (D.1 + D.2)

D1000 | | | | | | | |

D.1 GASTOS COM USO DE MEIOS PRÓPRIOS (D.1.1 + D.1.2 + D.1.3 + D.1.4)

D.1.1 Gastos com operação, manutenção e monitorização, nos domínios:

D1110	Ar e clima							D1150	Ruído e vibrações						
D1120	Águas residuais							D1160	Biodiversidade e paisagem						
D1130	Resíduos							D1170	I & D						
D1140	Solos, águas sub. e sup.							D1180	Outras atividades						
								D1190	TOTAL						

D.1.2 Gastos com pessoal, nos domínios:

D1210	Ar e clima								D1250	Ruído e vibrações							
D1220	Águas residuais								D1260	Biodiversidade e paisagem							
D1230	Resíduos								D1270	I & D							
D1240	Solos, águas sub. e sup.								D1280	Outras atividades							
									D1290	TOTAL							

D.1.3 Gastos com formação e sensibilização, nos domínios:

D1310	Ar e clima									D1350	Ruído e vibrações								
D1320	Águas residuais									D1360	Biodiversidade e paisagem								
D1330	Resíduos									D1370	I & D								
D1340	Solos, águas sub. e sup.									D1380	Outras atividades								
										D1390	TOTAL								

D.1.4 Gastos com investigação, nos domínios:

D1410	Ar e clima									D1450	Ruído e vibrações								
D1420	Águas residuais									D1460	Biodiversidade e paisagem								
D1430	Resíduos									D1470	I & D								
D1440	Solos, águas sub. e sup.									D1480	Outras atividades								
										D1490	TOTAL								

D.2 Gastos com contratação de serviços especializados, incluindo o pagamento de contrapartidas financeiras para gestão de resíduos (D.2.1 + D.2.2)*

D.2.1 Administração pública, nos domínios:

D2110	Ar e clima									D2150	Ruído e vibrações								
D2120	Águas residuais									D2160	Biodiversidade e paisagem								
D2130	Resíduos									D2170	I & D								
D2140	Solos, águas sub. e sup.									D2180	Outras atividades								
										D2190	TOTAL								

D.2.2 Outros setores, nos domínios**:

D2210	Ar e clima							D2250	Ruído e vibrações						
D2220	Águas residuais							D2260	Biodiversidade e paisagem						
D2230	Resíduos							D2270	I & D						
D2240	Solos, águas sub. e sup.							D2280	Outras atividades						
								D2290	TOTAL						

D3000 Comentários adicionais sobre os gastos assinalados: _____

Notas:

* Exemplos de entidades gestoras de resíduos: Sociedade Ponto Verde (embalagens e resíduos de embalagens), Valormed (embalagens de medicamentos), Valorcar (veículos em fim de vida), Valorpneu (pneus usados), Ecopilhas (pilhas e acumuladores), Sogilub (óleos usados), AMB3E e ERP Portugal (resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos). Valorfito (embalagens de produtos fitofarmacêuticos).

** Exemplos de setores: sociedades e quase-sociedades não financeiras, instituições sem fins lucrativos.

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9846 VÁLIDO ATÉ 31/12/2012.

ISBSA - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente**Referência dos dados:**

2011

(espaço reservado para identificação do NIF da empresa)

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA

Resposta eletrónica: <https://webinq.ine.pt/aderentes>

DRI.IAP.L5-491

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO

Para esclarecimento de dúvidas contacte:
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a receção, devidamente preenchido de acordo com as instruções

Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF) _____ Homepage: [www.](#)_____

Designação social _____

Distrito/Iilha _____ Município _____ Freguesia _____
Endereço _____

Localidade _____ Código Postal [][] - [][][] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na atividade		BC005	☐	☐
Aguarda início de atividade		-----	☐	☐
Em atividade		-----	☐	☐
BC010	Atividade suspensa em	/ /	☐	☐
	Atividade cessada em	/ /	☐	☐
Nº meses de atividade no período de referência				BC007

Atividade Económica Principal (CAE Rev. 3) | | | | | | BC001

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro)  Sim ☐
Não ☐

BC025 Indique qual: BC020 Data / /

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes

BC030

IV Responsável pelo preenchimento[illegible]

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de atividade da entidade

Por favor assinala a **percentagem do VVN da(s) atividade(s) desenvolvidas** e sua distribuição pelos **vários domínios de ambiente**.
(Ver conceitos e exemplos de atividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Atividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equip. ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Proteção da Qualidade do Ar e Clima	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 2 · Gestão de Aguas Residuais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 3 · Gestão de Resíduos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 4 · Proteção dos Solos, Aguas Subterrâneas e Superficiais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 5 · Redução de Ruídos e Vibrações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 6 · Proteção da Biodiversidade e Paisagem	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 7 · Investigação e Desenvolvimento	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 8 · Proteção Contra as Radiações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 9 · Outras Atividades de Gestão da Poluição	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 2. Materiais e Produtos Reciclados	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 3. Gestão e Otimização de Energia	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 4. Gestão dos Recursos Florestais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 5. Outras Atividades de Gestão de Recursos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
C. Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de atividade ---	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	100,0

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.



2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) segundo os mercados

Por favor assinale a percentagem do VVN, resultante das atividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados.

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2
1. Economia Nacional	 %
1.1. Empresas	 %
1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	 %
1.2.1. Administração Central	 %
1.2.2. Administração Regional	 %
1.2.3. Administração Local	 %
1.3. Outros	 %
Total	 % (1.1+1.2+1.3)
2. Resto do Mundo	 %
2.1. União Europeia	 %
2.2. Países Terceiros	 %
Total	 % (2.1+2.2)
3. Total	 % (1+2)

3 Número de pessoas ao serviço com funções de ambiente, segundo o sexo e grupos profissionais

Grupos Profissionais	Número médio de pessoas ao serviço com funções na área do ambiente					
	Maioritariamente ocupadas		Minoritária ou ocasionalmente ocupadas		Total	
	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres
	2	3	4	5	6	7
1. Dirigentes						
2. Quadros e técnicos, médios e superiores						
3. Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa						
4. Empregados administrativos, comerciais e de serviços						
5. Operários, aprendizes e praticantes						



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL**Referência dos Dados:**

Ano 2011

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

Resposta eletrónica: <http://webingq.ine.pt/aderentes>

Para esclarecimento de dúvidas contacte:
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

IONGA - INQUÉRITO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

DRI.IAP.L5-486

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/08, DE 13 DE MAIO

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a receção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

Identificação e caracterização da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF) [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] Homepage: www.

Designação social _____

Distrito/Iilha _____ Município _____ Freguesia _____ [] [] [] [] [] []

Endereço _____

Localidade _____ Código Postal [] [] [] [] - [] [] _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na atividade		BC005	
	Aguarda início de atividade	-----	
	Em atividade	-----	
BC007	N.º meses de atividade no período de referência		
	Atividade suspensa em	----- / /	
BC010	Atividade cessada em	----- / /	

Atividade Económica Principal (CAE Rev. 3)	 	BC001

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro) durante o período de referência dos dados?

➔

Sim ☐

Não ☐

Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____		BC040										
*Endereço _____												
*Localidade _____					*Código Postal		_ _ _ _ - _ _ _		_____			
*Telefone _____			*Fax _____			*E-mail _____			_____			
Cargo _____								* NIF		_ _ _ _ _ _ _ _		
Assinatura _____								Data		____/____/____		

*preencher apenas quando for diferente da informação da unidade inquirida

Os quadros assinalados com "(✓)" contêm notas explicativas nas folhas de instruções de preenchimento.

1 Plano de Contas

A instituição utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

Sim **Não**

Se respondeu "**Sim**", continue o preenchimento.

Se respondeu "Não", continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.

2 Natureza dos Associados (✓)

Entidades Associadas	Cod	Nº. de Associados em 31/12/2011
2.1 Total (2.2 + ... + 2.7)	2005	[][][][][][][]
2.2 Estado e outros entes públicos	2010	[][][][][][][]
2.3 Empresas	2015	[][][][][][][]
2.4 Instituições sem fins lucrativos	2020	[][][][][][][]
2.5 Particulares	2025	[][][][][][][]
2.6 Exterior	2030	[][][][][][][]
2.7 Outros	2035	[][][][][][][]



3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)

Unidade: Nº

Grupos Profissionais									
Cod									
Número Médio de Pessoas ao Serviço									
Total de Horas de Trabalho Efetuadas Durante o Ano									
Total									
A Tempo Completo									
A Tempo Parcial									
Trabalhador a Tempo Completo									
Trabalhador a Tempo Parcial									
3.1 Total (3.2 + 3.3)	3005								
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)	3010								
3.2.1 Dirigentes	3015								
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores	3020								
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	3025								
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)	3030								
3.3.1 Dirigentes	3035								
3.3.2 Outros colaboradores	3040								

5 Atividades Desenvolvidas (✓)								Unidade: N°		
Tipo de Atividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE								
		Proteção do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Proteção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	Redução de Ruídos e Vibrações	Proteção da Biodiversidade e Paisagem	Proteção Contra Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Atividades de Proteção do Ambiente
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005									
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010									
5.3 Ações junto dos Media	5015									
5.4 Ações de Formação	5020									
5.5 Educação Ambiental/ Ateliers/Oficinas	5025									
5.6 Congressos, Seminários	5030									
5.7 Ecoturismo/ Passeios de Natureza	5035									
5.8 Outras Atividades	5040									
Especifique:	5045									

6 Investimentos		Unidade: Euro
Rubricas	Cod	Adições
6.1 Total de Investimentos (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005	
6.2 Ativos Intangíveis dos quais:	6010	
6.2.1 Projetos de Desenvolvimento	6015	
6.3 Ativos fixos tangíveis (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6020	
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6025	
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6030	
6.3.3 Equipamento Básico	6035	
6.3.4 Equipamento de Transporte	6040	
6.3.5 Equipamento Administrativo	6045	
6.3.6 Outras	6050	
6.4 Outros Investimentos	6055	



7 Contas de Gastos e Rendimentos

Designação	Código de Contas SNC	Cod	Euros
Gastos			
7.1 Total dos Gastos (7.2 + ... + 7.7)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	
Dos quais:			
7.3.1 Gastos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	
7.3.2 Gastos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	
7.4 Impostos	681	7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	
7.5 Gastos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	63	7040	
7.5.1 Remunerações	631 + 632	7045	
7.5.2 Outros Gastos com o Pessoal	633 a 638	7050	
7.6 Outros Gastos e Perdas	64 a 67 e 682 a 688	7055	
7.7 Gastos e Perdas de Financiamento	69	7060	
Rendimentos			
7.8 Total dos Rendimentos (7.9 + ... + 7.14)		7070	
7.9 Vendas	71	7075	
7.10 Prestações de Serviços	72	7080	
7.11 Subsídios à Exploração (7.11.1 + ... + 7.11.5)	75	7090	
7.11.1 Estado e outros entes públicos		7095	
7.11.2 Empresas		7100	
7.11.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	
7.11.4 Particulares		7110	
7.11.5 Exterior		7115	
7.12 Trabalhos para a Própria Entidade	74	7120	
7.13 Outros Rendimentos	73 + 76 + 77 + 79	7130	
7.14 Outros Rendimentos e Ganhos	78	7135	
Dos quais:			
7.14.1 Imputação de subsídios para investimentos (7.14.1.1 + ... + 7.14.1.5)	7883	7140	
7.14.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	
7.14.1.2 Empresas		7150	
7.14.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	
7.14.1.4 Particulares		7160	
7.14.1.5 Exterior		7165	

► **7.11.1 e 7.14.1.1 Estado e outras entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 10059 VÁLIDO ATÉ 2012/12/31.

IEDCB - INQUÉRITO ÀS ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Referência dos dados:

ANO 2011

(espaço para identificação da Unidade Inquirida - NIF.NºEstab)

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA

DRI.IAP.L5-486

Resposta electrónica: <https://webinq.ine.pt/aderentes>

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:

Tel. 808 201 600 (rede fixa) / 218 426 307 (outras redes)

Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

I Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Estabelecimento

Nome do estabelecimento

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço

Localidade _____ Código Postal _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Homepage: www.

Assinale caso a empresa exploradora tenha mudado



Data ____ / ____ / ____ NIF _____

Empresa

Designação social

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço

Localidade _____ Código Postal _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Homepage: www.

II Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Estabelecimento

Situação na actividade

BC105

Aguarda início de actividade

Em actividade

BC110 Actividade suspensa em ____ / ____ / ____

Actividade cessada em ____ / ____ / ____

Nº meses de actividade no período de referência

BC107

Actividade Económica (CAE Rev. 3)

BC101

BC115

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____ BC040

Endereço

Localidade _____ Código Postal _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Cargo

* NIF _____

Assinatura _____ Data ____ / ____ / ____

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida

Os quadros assinalados com "(V)" contêm notas explicativas nas folhas de instruções de preenchimento.

Instruções gerais de preenchimento

1. Unidade monetária: **EUROS**.

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser efectuados por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores a 5

Ex.: 6370,65 euros → inscrever 6 3 7 1



A Identificação do corpo de bombeiros

Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - por favor assinale apenas uma opção):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' ", " N A.2 Longitude ° ' ", " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X , m A.4 Coordenada Y , m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

- ☐ A1040 ☐
1. ETRS89 / PT-TM06
 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
 3. Hayford-Gauss Datum 73
 4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores
 5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
 6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
 7. Outro

Especifique:

Nota: Caso o corpo de bombeiros possua mais do que uma infraestrutura, é favor indicar as restantes localizações a seguir ao Quadro F.**B Corpo de bombeiros****B.1 Espécie de corpo de bombeiros** (Assinale a opção escolhida de 1 a 4)

- ☐ B1000 ☐
1. Corpo de bombeiros profissional
 2. Corpo de bombeiros misto
 3. Corpo de bombeiros voluntário
 4. Corpo privativo de bombeiros

C Quadros de pessoal do corpo de bombeiros a 31 de Dezembro (v)

Unidade: nº

Tipo de vínculo	Cod	Total geral	Quadro de comando				
			Total	Masculino		Feminino	
				Escalão etário		Escalão etário	
				26-50	51 +	26-50	51 +
		1	2	3	4	5	6
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000						
C.1.1 Profissional	C1010						
C.1.2 Voluntário	C1020						

Unidade: nº

Tipo de vínculo	Cod	Quadro activo						
		Total	Masculino			Feminino		
			Escalão etário			Escalão etário		
			Até 25	26-50	51 +	Até 25	26-50	51 +
		7	8	9	10	11	12	13
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000							
C.1.1 Profissional	C1010							
C.1.2 Voluntário	C1020							

Unidade: nº

Nível de escolaridade	Cod	Total geral	Quadro de comando			Quadro activo		
			Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
C.2 TOTAL (C.2.1 + ... + C.2.4)	C2000							
C.2.1 Nenhum nível de instrução	C2010							
C.2.2 Ensino básico	C2020							
C.2.3 Ensino secundário	C2030							
C.2.4 Ensino superior	C2040							

Formação	Cod	Total		Quadro de comando		Quadro activo	
		1	2	3	4	5	6
C.3 Formação recebida (em horas)	C3000						



D Serviços prestados pelo corpo de bombeiros (v)

Tipo de serviços	Cod	Nº de serviços
D.1 TOTAL DE SERVIÇOS (D.1.1 + ... + D.1.9)	D1000	
D.1.1 Combate a incêndios em povoamentos florestais	D1010	
D.1.2 Combate a outros incêndios	D1020	
D.1.3 Assistência a acidentes com meios de transporte	D1030	
D.1.4 Apoio a situações com infra-estruturas e vias de comunicação	D1040	
D.1.5 Assistência pré-hospitalar	D1050	
D.1.6 Assistência a situações de conflitos legais	D1060	
D.1.7 Apoio a situações tecnológicas e industriais	D1070	
D.1.8 Outros serviços prestados	D1080	
D.1.9 Outros serviços de protecção civil	D1090	
D.2 Nº de horas afectas a incêndios em povoamentos florestais	D2000	

NOTAS: 1) Os quadros E e F estão de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho).

Caso a entidade **não tenha optado por aplicar o SCN-ESNL em 2011** (nº 3, art.º 22º, Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) **ou por não se adequar à entidade**, preencha os quadros E e F com a informação disponível.

2) Para as **entidades detentoras - municipais e privadas** - a informação reporta-se apenas a gastos, rendimentos e investimentos realizados no ano de referência pela entidade detentora com os corpos de bombeiros.

E Contas de gastos e rendimentos da entidade detentora

Código SNC-ESNL	GASTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.1 TOTAL DOS GASTOS (E.2 + ... + E.6)	E1000	
61	E.2 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	E1010	
62	E.3 Fornecimentos e serviços externos	E1020	
63	E.4 Gastos com o pessoal	E1030	
64 a 68	E.5 Outros gastos e perdas	E1040	
69	E.6 Gastos e perdas de financiamento	E1050	
Código SNC-ESNL	RENDIMENTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.7 TOTAL DOS RENDIMENTOS (E.8 + ... + E.13)	E1060	
71	E.8 Vendas	E1070	
72	E.9 Prestações de serviços	E1080	
	Dos quais:		
722	E.9.1 Quotizações e jóias	E1090	
74	E.10 Trabalhos para a própria entidade	E1100	
75	E.11 Subsídios, doações e legados à exploração	E1110	
	Dos quais:		
751	E.11.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1120	
752	E.11.2 Subsídios de outras entidades	E1130	
78	E.12 Outros rendimentos e ganhos	E1140	
	Dos quais:		
7883	E.12.1 Imputação de subsídios para investimentos (E.12.1.1 + E.12.1.2)	E1150	
	E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1160	
	E.12.1.2 Subsídios de outras entidades	E1170	
73+76+77	E.13 Outros rendimentos	E1180	

• E.11.1 e E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos - incluir as verbas recebidas da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Secretarias Regionais, Governos Cívicos, Municípios, Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.



F Investimentos da entidade detentora

INVESTIMENTOS DO ANO	Cod	Valor (Euros)
F.1 TOTAL DOS INVESTIMENTOS (F.2 + F.3 + F.4)	F1000	
F.2 Ativos fixos tangíveis (F.2.1 + F.2.2 + F.2.3)	F1010	
F.2.1 Edifícios e outras construções	F1020	
F.2.2 Equipamento de transporte	F1030	
F.2.3 Outros	F1040	
F.3 Ativos intangíveis	F1050	
F.4 Outros investimentos	F1060	

FIM DO QUESTIONÁRIO - OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos **ou** em Metros - **por favor assinalar apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' ", " N A.2 Longitude ° ' ", " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X m A.4 Coordenada Y m

A.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)

- ☐ 1. ETRS89 / PT-TM06
- ☐ 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
- ☐ 3. Hayford-Gauss Datum 73
- ☐ 4. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores
- ☐ 5. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
- ☐ 6. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
- ☐ 7. Outro

Especifique:

A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos **ou** em Metros - **por favor assinalar apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' ", " N A.2 Longitude ° ' ", " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X m A.4 Coordenada Y m

A.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)

- ☐ 1. ETRS89 / PT-TM06
- ☐ 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
- ☐ 3. Hayford-Gauss Datum 73
- ☐ 4. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores
- ☐ 5. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
- ☐ 6. ITRF93 / PTR08 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
- ☐ 7. Outro

Especifique:

Nota: Caso o corpo de bombeiros possua mais do que três infraestruturas, é favor de fotocopiar as páginas necessárias para as restantes localizações.